



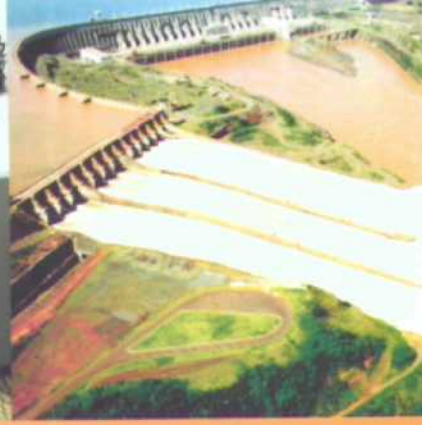
Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA



Presidência da República

Mensagem ao Congresso Nacional

2007



Presidência da República

Mensagem ao Congresso Nacional



BRZ1m Brasil. Presidente (2003 – .L.I. Lula da Silva)

Mensagem ao Congresso Nacional: abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura / Luiz Inácio Lula da Silva. – Brasília: Presidência da República, Secretaria-Geral da Presidência da República, 2007.

236p. – (Documentos da Presidência da República)

1. Política e governo – Brasil. I. Lula da Silva, Luiz Inácio, 1945. II. Título. III. Série.

CDD 320.981



República Federativa do Brasil

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República
José Alencar Gomes da Silva

Ministro de Estado da Justiça
Márcio Thomaz Bastos

Ministro de Estado da Defesa
Francisco Waldir Pires de Souza

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Celso Luiz Nunes Amorim

Ministro de Estado da Fazenda
Guido Mantega

Ministro de Estado dos Transportes
Paulo Sérgio de Oliveira Passos

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Luis Carlos Guedes Pinto

Ministro de Estado da Educação
Fernando Haddad

Ministro de Estado da Cultura
Gilberto Passos Gil Moreira

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Luiz Marinho

Ministro de Estado da Previdência Social
Nelson Machado

Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Patrus Ananias de Sousa

Ministro de Estado da Saúde
José Agenor Álvares da Silva

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Luiz Fernando Furlan

Ministro de Estado de Minas e Energia
Silas Rondeau Cavalcante Silva

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Comunicações
Hélio Calixto da Costa

Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia
Sergio Machado Rezende

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima

Ministro de Estado do Esporte
Orlando Silva de Jesus Júnior

Ministro de Estado do Turismo
Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto

Ministro de Estado da Integração Nacional
Pedro Brito do Nascimento

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Guilherme Cassel

Ministro de Estado das Cidades
Marcio Fortes de Almeida

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Dilma Vana Rousseff

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Luiz Soares Dulci

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
Tarso Fernando Herz Genro

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Jorge Armando Felix

Advogado-Geral da União
Alvaro Augusto Ribeiro Costa

Ministro de Estado do Controle e da Transparência
Jorge Hage Sobrinho

Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Paulo de Tarso Vannuchi

Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Nilcéa Freire

Secretário Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República
Altemir Gregolin

Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Matilde Ribeiro

Sumário

Apresentação, 9

I – PRIORIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO E A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE 13

II –DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

1. Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, 23
 - a) Política de Comércio Exterior, 28
 - b) Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, 30
 - c) Inovação e Propriedade Industrial, 31
 - d) Fomento aos Investimentos, 33
2. Agronegócio, 35
3. Turismo, 46
 - a) Plano Nacional do Turismo, 47
 - b) O Setor Turismo Continua Crescendo no Brasil Acima da Média Mundial, 47
 - c) Regionalização do Turismo e o Salão Brasileiro do Turismo 2006, 48
 - d) Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo, 48
 - e) Infra-estrutura do Turismo, 49
 - f) Serviços Turísticos e Produção Associada ao Turismo, 50
 - g) Promoção do Turismo e do Produto Turístico Brasileiro, 50
4. Trabalho e Emprego, 52
 - a) Estimulo à Geração de Emprego e Renda, 52
 - b) Contínua Recuperação do Mercado de Trabalho Formal, 55
 - c) Aumentos Reais do Salário Mínimo, 55
 - d) Fiscalização dos Direitos do Trabalhador, 56
 - e) Democratização das Relações de Trabalho, 57
5. Inclusão Bancária e Microcrédito, 57
 - a) Acesso aos Serviços Bancários, 57
 - a.1) Contas Simplificadas, 57
 - a.2) Banco Postal, 58
 - b) Crédito Consignado, 58
 - c) Microcrédito Popular e Microfinanças, 59
 - c.1) Microcrédito Produtivo Orientado, 61
6. Política de Incentivo à Aquicultura e à Pesca, 62
 - a) Ações que Fortalecem a Inclusão e a Organização Social, 62
 - b) Ações que Fortalecem o Setor da Pesca, 63
 - b.1) Frota Pesqueira, 63
 - b.2) Subvenção ao Preço do Óleo Diesel Marítimo, 63
 - b.3) Crédito aos Pescadores Artesanais, 63
 - b.4) Assistência Técnica e Desenvolvimento Tecnológico, 64
 - b.5) Parques Aquícolas, 64
 - c) Incentivo à Exportação de Pescado Brasileiro, 64
 - d) Investimentos na Cadeia Produtiva, 65
7. Reforma Agrária e Agricultura Familiar, 65
 - a) Desenvolvimento Sustentável para o Meio Rural, 65
 - b) Uma Reforma Agrária de Qualidade, 66
 - b.1) Avanços na Reforma Agrária, 66
 - b.2) Maiores Investimentos em Obtenção de Terras e Novos Assentamentos, 66
 - b.3) Qualificação na Reforma Agrária, 67
 - b.4) Programa Nacional de Crédito Fundiário, 68
 - b.5) Regularização Fundiária, 68
 - b.6) Projeto Dom Helder Câmara, 68
 - c) Apoio à Agricultura Familiar, 69
 - c.1) Ampliação do Crédito, 69
 - c.2) Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), 71
 - c.3) Garantia Safra, 72
 - c.4) Assistência Técnica, 72
 - c.5) Apoio à Comercialização, 73
 - c.6) Produção de Biodiesel pela Agricultura Familiar, 74
 - d) Desenvolvimento Territorial, 74
 - e) Política Internacional e Agricultura Familiar, 75
 - f) Programa Arca das Letras, 75
8. Desenvolvimento Regional, 76
 - a) Implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, 76

- b) Infra-estrutura Hídrica, 78
 - b.1) Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, 79
 - c) Defesa Civil, 80
9. Cuidar do Meio Ambiente para o Desenvolvimento do Brasil, 80
- a) Plano Amazônia Sustentável (PAS) e BR-163 Sustentável, 80
 - b) Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, 81
 - c) Unidades de Conservação, 81
 - d) Compensação Ambiental, 82
 - e) Programa Nacional de Florestas, 82
 - f) Zoneamento Ecológico-Econômico, 83
 - g) Licenciamento Ambiental, 83
 - h) Política Nacional de Recursos Hídricos, 84
 - h.1) Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, 84
 - h.2) Populações Tradicionais, 85
 - i) Esfera Internacional, 85
10. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, 86

III – CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

1. Prioridade para os Mais Pobres, 93
- a) Transferência de Renda: o Bolsa Família, 94
 - b) Políticas de Assistência Social, 96
 - c) Ações de Segurança Alimentar, 99
 - d) Articulação Institucional e Parcerias, 100
2. Juventude, 100
- a) Instalação e Consolidação do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), 100
 - b) Consolidação da Secretaria Nacional de Juventude, 101
 - c) Implantação do Projovem, 102
 - d) Agente Jovem, 103
3. Educação, 103
- a) Educação Básica, 103
 - b) Educação Superior, 106
 - c) Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, 108
 - d) Educação Profissional e Tecnológica, 108
 - e) Educação e Diversidade, 109
 - f) Cooperação Internacional, 110
 - g) Ações Integradas, 111
 - h) Financiamento da Educação, 112
 - i) Democratização da Gestão Nacional da Educação, 112
4. Saúde, 113
- a) Atenção Básica, 113
 - a.1) Saúde da Família, 113
 - a.2) Saúde Bucal, 114
 - b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade, 114
 - b.1) Assistência Cardiovascular, 114
 - c) Saúde Auditiva, 115
 - d) Mutirões de Cirurgias Eletivas, 115
 - e) Triagem Neonatal, 115
 - f) Hospitais de Ensino, 115
 - g) Hospitais de Pequeno Porte, 116
 - h) Hospitais Filantrópicos, 117
 - i) Terapia Intensiva, 117
 - j) Atenção às Urgências e às Emergências, 117
 - k) Transplantes, 118
 - l) Sangue e Hemoderivados, 118
 - m) Assistência Farmacêutica, 118
 - n) Saúde Suplementar, 119
 - o) Prevenção e Controle de Doenças e Agravos, 119
 - p) Vigilância Sanitária, 121
 - q) Monitoramento e Avaliação, 122
5. Políticas Afirmativas, 123
- a) Igualdade Racial, 123
 - a.1) Programa Brasil Quilombola, 124
 - b) Igualdade de Gênero, 125
 - b.1) Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, 126
 - b.2) Autonomia, Cidadania e Trabalho, 127
 - b.3) Educação, Ciência e Cultura, 128

- b.4) Estudos e Pesquisas, 128
 - b.5) Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos, 128
 - b.6) Iniciativas no Plano Legislativo, 129
 - b.7) Articulação Internacional, 129
 - c) Povos Indígenas, 129
- 6. Direitos Humanos, 131
- 7. Previdência Social, 132
 - a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS), 132
 - b) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), 134
 - c) Previdência Complementar, 134
 - d) Atendimento ao Cidadão, 135
- 8. Cultura, 135
- 9. Esporte, 139
- 10. Energia – Luz para Todos, 141
- 11. Inclusão Digital, 141
- 12. Justiça e Segurança Pública, 142
 - a) Reconstrução da Institucionalidade, 142
 - b) Implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), 143
 - c) Criação do Sistema Penitenciário Federal, 145
 - c.1) Política Penitenciária, 145
 - d) Desarmamento, 146
 - e) Plano Nacional de Combate à Pirataria, 146
 - f) Cidadania e Justiça, 147
 - f.1) Reforma do Poder Judiciário e Legislação Infraconstitucional, 147
 - f.2) Modernização da Justiça, 147
 - f.3) Controle de Estrangeiros – Acordos Internacionais e Refugiados, 148
 - f.4) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica, 148
- 13. Prevenção quanto ao Uso de Drogas, 148

IV – INFRA-ESTRUTURA

- 1. Minas e Energia, 153
 - a) Garantindo Energia a partir do Novo Marco Regulatório para o Setor Elétrico, 153
 - a.1) Leilão de Geração, 153
 - a.2) Leilão de Novas Linhas de Transmissão, 153
 - b) Expansão do Setor Energético, 154
 - b.1) Expansão da Geração, 154
 - b.2) Expansão da Transmissão, 154
 - c) Produção de Petróleo e Gás e Refino, 155
 - d) Valorização dos Fornecedores Nacionais para a Indústria de Petróleo e Gás, 156
 - e) Fontes de Energia Sustentáveis, 157
 - e.1) Biocombustíveis, 157
 - e.2) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa), 158
 - f) Eficiência Energética na Iluminação Pública (Reluz), 158
 - f.1) Conservação de Energia, 158
 - g) Resgate do Papel do Estado no Setor Mineral, 159
- 2. Transportes, 160
 - a) Ampliação da Capacidade de Investimento, 161
 - b) Transporte Rodoviário, 162
 - b.1) Projeto Piloto de Investimentos (PPI), 162
 - b.2) Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas (Petse), 163
 - b.3) Conservação, Restauração e Manutenção (Crema), 163
 - b.4) Programa Integrado de Revitalização (PIR-IV), 163
 - b.5) Sinalização nas Rodovias Federais (Pró-Sinal), 163
 - b.6) Plano-Diretor Nacional Estratégico de Pesagem, 163
 - b.7) Operação Safra 2006, 164
 - b.8) Investimento na Adequação e Construção de Rodovias, 164
 - Região Norte, 164
 - Região Nordeste, 164
 - Região Centro-Oeste, 165
 - Região Sudeste, 165
 - Região Sul, 166
 - c) Transporte Ferroviário, 167
 - d) Transporte Marítimo e Hidroviário, 168

- e) Fomento à Indústria Naval, 169
- f) Cooperação do Exército Brasileiro, 170
- 3. Aviação Civil e Modernização da Infra-estrutura Aeroportuária, 170
- 4. Comunicações, 171
 - a) TV Digital, 171
 - b) Serviços Postais, 171
 - c) Rádiodifusão e Emissoras Comunitárias, 172
 - d) Telefone Social, 172
- 5. Saneamento, 173
- 6. Habitação, 176
 - a) Atendimento por Faixa de Renda, 176
- 7. Planejamento Territorial Urbano, 179
- 8. Mobilidade Urbana, 180
- 9. Trânsito, 182

V – POLÍTICA EXTERIOR E SOBERANIA

- 1. Política Exterior, 185
- 2. Soberania, 188

VI – DEMOCRACIA E DIÁLOGO

- 1. Articulação com a Sociedade Civil, 195
 - a) Diálogo Internacional, 196
 - a.1) Integração Social do Mercosul, 196
 - a.2) Combate à Fome e à Pobreza, 197
 - a.3) Fóruns Sociais Mundiais, 197
 - a.4) Aprofundamento do Intercâmbio com a Sociedade Civil (América Latina, África, Europa e América do Norte), 197
 - a.5) Movimento Sindical Internacional, 197
- 2. Uma Nova Relação Federativa, 197
- 3. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), 198
- 4. Conferências Nacionais e Encontros, 198

VII – GESTÃO DO ESTADO E COMBATE À CORRUPÇÃO

- 1. Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos, 203
- 2. Informatização de Serviços – Investimento em Tecnologia de Informação (TI), 205
- 3. Transparência da Administração, 206
 - a) Ações de Transparência e Controle Social, 207
 - a.1) Transparência da Administração, 207
 - a.2) Controle Social, 207
- 4. Valorização dos Servidores, 208
- 5. Gestão, 210
 - a) Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão, 210
 - b) Gestão do Patrimônio da União, 212
- 6. Combate à Corrupção, 213
 - a) Sorteios Públicos, 213
 - b) Auditorias, 214
 - c) Apuração de Denúncias, 214
 - d) Outras Ações de Prevenção e Capacitação, 215
 - e) Combate à Lavagem de Dinheiro, 216
 - f) Combate aos Cartéis, 216
 - g) Combate aos Crimes Contra a Previdência Social, 216
- 7. Defesa Judicial da União, 217

Senhoras e Senhores Membros do Congresso Nacional,

É uma honra dividir com esta Casa a representação dos anseios nacionais por mais quatro anos.

Juntos, temos a responsabilidade histórica de vocalizar um processo de desenvolvimento que resultou numa das mais complexas e diversificadas estruturas produtivas do mundo. Mas, sobretudo, vocalizar uma sociedade que a seu tempo, e a cada geração, lutou para superar as desigualdades resultantes dessa caminhada, valorizando o entendimento democrático que torna um povo maior que os seus desafios.

Creio, sinceramente, que nos últimos quatro anos honramos essa trajetória e definimos um novo patamar para a sua evolução.

O Brasil mudou. Se pudéssemos condensar esse período numa imagem em movimento, uma notável renovação social e econômica desfilaria diante de nossos olhos.

Quadruplicamos os recursos destinados à luta contra a fome e a exclusão. A renda destinada aos brasileiros mais pobres cresceu acima da média nacional e o amparo do Estado chegou a 11 milhões de lares mais humildes.

Sete milhões de cidadãos venceram a linha da pobreza.

Criamos nesses quatro anos mais de cinco milhões de empregos formais e o salário mínimo quase dobrou seu poder de compra.

O Brasil é hoje o País menos desigual das últimas décadas.

A desconcentração da riqueza reduziu o fosso das disparidades regionais, reabilitando o mercado interno como alavanca do desenvolvimento. Não apenas isso. A bola de neve do endividamento e da vulnerabilidade externa cedeu lugar a uma inserção soberana e competitiva no comércio mundial.

Nossas exportações cresceram 130% desde 2003. O saldo comercial acumulou mais de US\$ 150 bilhões nesse período. E as reservas ultrapassaram, com folga, o valor da dívida externa pública.

Mudamos as condicionalidades do sistema econômico nacional.

O Brasil agora pode acelerar a engrenagem do seu crescimento. Não como um fim em si mesmo, não para homologar a injustiça triunfante no passado. Mas como a ferramenta que falta para uma grande transformação democrática capaz de ampliar o horizonte do presente e dilatar as fronteiras do futuro.

Temos estabilidade financeira, fôlego econômico e, o que é mais importante, legitimidade política.

A inflação caiu de 12,5%, em 2002, para 3,14% no ano passado, na menor variação de preços desde 1998.

As condições estão dadas: as taxas de juros podem e devem seguir em trajetória firme de queda.

A confiança na economia despertou o apetite pelo risco, criando instrumentos financeiros indispensáveis à captação de novos recursos para a expansão produtiva.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado em 22 de janeiro, é o passo seguinte da história.

Seu objetivo é expandir a infra-estrutura física e social do País, desonerar o capital produtivo, gerar empregos, distribuir renda e assegurar novos saltos na competitividade das nossas exportações.

Trata-se, sobretudo, de implantar um novo padrão de crescimento, que supere a rigidez da renda e dos desequilíbrios regionais, para semear a grande comunhão republicana que assegura um mesmo ponto de partida igual para todos os brasileiros.

O Brasil pode, deve e vai dobrar a aposta no seu desenvolvimento.

Em 2006 o investimento produtivo cresceu 6%. Mais que o dobro da expansão do PIB. A meta, agora, é elevá-lo à faixa de 8% a 10% ao ano, para que a formação bruta de capital fixo atinja um patamar de 25% do PIB.

Taxas sustentáveis de crescimento, iguais ou superiores a 5% ao ano, serão atingidas nesse processo. Para isso, o PAC definiu investimentos da ordem de R\$ 503,9 bilhões até 2010, sendo R\$ 300 bilhões em aportes da União e das empresas estatais. A dotação orçamentária do Projeto-Piloto de Investimento passa de 0,15% do PIB para 0,5% do PIB entre 2007 e 2010.

Portanto, não se trata de um desejo, mas de decisões já tomadas que ultrapassam o terreno das idéias para pertencer ao mundo através da ação.

As metas e obras, os recursos e medidas reunidos no PAC formam uma combinação virtuosa de ousadia e planejamento público, inédita em nossa história. Pela primeira vez se regionalizam as metas de investimento em infra-estrutura para todo o País.

Projetos com recursos assegurados vão erguer um grande canteiro de obras de Norte a Sul do nosso território. Ferrovias e rodovias. Aeroportos e pontes. Gasodutos e refinarias. Hidrelétricas e portos devem expandir os espaços da produção e do emprego, mas também da esperança e da auto-estima nacional.

A energia, a habitação, o saneamento e o transporte público formam o principal arco da ponte que estreitará as fronteiras da geração da riqueza e da justiça social.

Obras, máquinas, instalações e investimentos terão importante desoneração para engajar o pequeno, o médio e o grande empreendedor na travessia para o futuro.

O combustível dessa marcha, minhas senhoras e meus senhores, é o capital privado. Mas o investimento estatal recupera seu papel indutor na economia. Cabe-lhe implementar um conjunto de obras a salvo de oscilações orçamentárias, que garantam seu efeito catalisador na agenda do crescimento.

O mercado de consumo de massas será fortalecido. O salário mínimo terá reajuste garantido pela inflação, com ganho real vinculado ao PIB do penúltimo ano, adicionando previsibilidade ao horizonte de cálculo dos trabalhadores, das empresas e do Governo.

Na integração sul-americana, os avanços institucionais, financeiros e de infra-estrutura reforçarão o papel geopolítico da cooperação continental na aceleração do crescimento.

Não há o que temer, tampouco do que duvidar.

O controle da inflação e a estabilidade constituem ingredientes intrínsecos à meta-síntese desse Programa. A "Brasília" de nossa geração é a justiça social. Crescer com estabilidade e democracia é o alicerce dessa arquitetura.

Minhas senhoras e meus senhores,

O aperfeiçoamento da estrutura tributária e dos marcos regulatórios é outro pilar indispensável à superação da guerra fiscal e à segurança jurídica necessária para o avanço das Parcerias Público-Privadas. Convido-os a buscar a mesma harmonia federativa para o licenciamento ambiental, de modo a preservar nossas riquezas e garantir a distribuição equilibrada da infra-estrutura em todas as regiões do Brasil.

O ponto de partida e de chegada do PAC inclui um compromisso compartilhado de forma ecumênica pelo Governo e por todos os partidos desta Casa.

Falo de uma revolução no sistema educacional brasileiro.

A criação do Fundeb, aprovada recentemente por este Congresso, bem como a expansão da universidade pública, do Prouni e do ensino técnico, além do salto pedagógico que a Universidade Aberta do Brasil proporcionará ao professorado, antecipam a síntese que nos une. Queremos educar para o desenvolvimento e educar o desenvolvimento para a justiça social.

Creio, minhas senhoras e meus senhores, que quando a sociedade adquire essa consciência dos seus interesses, a força do entendimento mobiliza o recurso necessário à geração da riqueza que produz igualdade. É da justiça que universaliza direitos.

O desenvolvimento não é uma fatalidade na vida dos povos, mas uma transformação. Uma travessia para o futuro que não se completa sem a mobilização democrática da inteligência, do talento, dos recursos, da experiência e sonhos de toda uma sociedade.

O PAC depende do discernimento soberano deste Congresso para se tornar a agenda de toda a Nação.

Juntos, temos a oportunidade histórica de acionar um novo ciclo que engendre a distribuição ética da riqueza produzida neste País.

Que fortaleça a representação ética da vontade dos seus cidadãos.

Que faça do Estado uma vitrine ética de transparência na alocação justa dos fundos públicos.

E, sobretudo, consolide a ética democrática que não pode florescer à margem dos excluídos, nem subordinada ao império do privilégio.

Conto com o apoio desta Casa que abriga a grandeza dos partidos e do povo brasileiro.

Muito obrigado.

Brasília, 2 de fevereiro de 2007

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República



I - PRIORIDADE PARA O
DESENVOLVIMENTO E A EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE

2007

I – PRIORIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO E A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Ao longo dos últimos quatro anos, a política macroeconômica foi orientada no sentido de estabelecer as condições para a implementação de um processo de desenvolvimento econômico sustentável, por meio da manutenção da estabilidade monetária, da responsabilidade fiscal e da redução da vulnerabilidade externa, criando condições para a diminuição do endividamento público e o crescimento econômico sustentável, com inclusão social e distribuição de renda.

O ajuste externo realizado pela economia nos últimos anos mostrou a vitalidade e dinamismo do setor produtivo, o qual, respaldado pelo regime de câmbio flexível e apoiado por uma política comercial ativa, foi fundamental para impulsionar a demanda agregada do País. Nesse sentido, o País pôde e soube beneficiar-se do cenário externo favorável, o qual, somado ao apoio do Governo, propiciou a abertura de novos mercados com a defesa dos interesses comerciais, resultando num vigoroso aumento das vendas externas brasileiras.

A expansão das exportações entre 2003 e 2006 resultou tanto do aumento do volume quanto dos preços, indicando uma mudança no padrão das exportações, cujo crescimento mais acentuado ocorreu a partir de meados de 2002, como reflexo da desvalorização cambial observada naquele ano. As importações, por sua vez, declinaram ou cresceram pouco entre 2001 e 2003 devido, também, à desvalorização cambial do período e à menor expansão da demanda doméstica. As compras externas do Brasil iniciaram trajetória de recuperação apenas em 2004, com expansão mais intensa em 2006.

Apesar da desaceleração no ritmo de crescimento das exportações e a aceleração das importações, o saldo da balança comercial em 2006 atingiu US\$ 46,1 bilhões, ante US\$ 44,7 bilhões, em 2005. O saldo em transações correntes, por sua vez, passou de um déficit de US\$ 7,7 bilhões, em 2002, para um superávit de US\$ 14,2 bilhões, em 2005, e atingiu cerca de US\$ 13,7 bilhões, em 2006. O desempenho da balança comercial, por seu turno, favoreceu a recomposição das reservas internacionais. Excluindo os recursos do Fundo Monetário Internacional (FMI), as reservas aumentaram de US\$ 16,3 bilhões, em dezembro de 2002, para US\$ 53,8 bilhões, ao final de 2005, e alcançaram US\$ 85,8 bilhões, em dezembro/2006. Já a dívida externa, como proporção do PIB, declinou de 45,9%, em 2002, para 21,3%, em 2005, e 19,2%, em novembro de 2006. No mesmo período, a dívida externa líquida recuou de 35,9% do PIB para 12,7% e 8,5%, respectivamente.

O regime de câmbio flutuante, que vem demonstrando ser extremamente eficaz para o equilíbrio dos fluxos cambiais, foi aperfeiçoado em 2006, visando conferir maior eficiência aos exportadores. A Medida Provisória nº 315, de 2006, convertida na Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, flexibilizou a exigência de cobertura cambial nas receitas de exportação, o que permite a redução de custos de transação como tarifas e *spreads* bancários, a desoneração tributária (isenção de CPMF) e a maior agilidade nas decisões dos exportadores. Além disso, contribuiu para a redução da burocracia nas operações cambiais, com a adoção de contrato simplificado de câmbio para exportações e importações.

A política monetária, por sua vez, tem cumprido seu papel de coordenar as expectativas dos agentes e manter a taxa de inflação ajustada à meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 2006, a taxa de inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, seguiu em trajetória de queda pelo quarto ano consecutivo. Desde a implantação do regime de metas de inflação, em 1999, o ano de 2006 foi o primeiro em que se registrou um índice de inflação, 3,1%, abaixo do centro da meta estabelecida, de 4,5%.



A trajetória declinante da inflação, assim como das expectativas para a variação dos preços nos meses seguintes, tem possibilitado a redução das taxas de juros. Em 2006, a taxa Selic, definida pelo Banco Central, recuou de 18%a.a., no início de janeiro, para 13,25%a.a. em dezembro, a menor taxa já praticada na economia brasileira, e que representa uma queda de 6,50 pontos percentuais desde setembro de 2005. Adicionalmente, o Governo reduziu a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), utilizada nos contratos de financiamentos do BNDES, visando assegurar menores custos para os investimentos produtivos de maior prazo de maturação. A TJLP passou de 9,75%a.a. para 6,50%a.a., entre dezembro de 2005 e dezembro de 2006, atingindo o menor percentual desde a criação dessa taxa, em 1994.

O processo de flexibilização da política monetária levou a uma redução nas taxas de juros nas operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Os juros médios cobrados nas modalidades de financiamento para pessoas jurídicas passaram de 31,7%a.a. para 26,6%a.a., entre dezembro de 2005 e novembro de 2006. Para pessoas físicas, o custo financeiro médio recuou de 59,3%a.a. para 53,0%a.a. nessa mesma base comparativa. Com isso, houve uma redução nos *spreads* bancários cobrados pelas instituições financeiras, em 2006.

A redução no custo financeiro das operações bancárias e o crescimento da atividade econômica impulsionaram a expansão do crédito na economia brasileira, e elevaram o saldo das operações de crédito para 33,7% do PIB, em novembro de 2006, ante 31,2% no final de 2005. O crescimento do volume de crédito do sistema financeiro ocorreu, principalmente, nas operações com recursos livres, tanto para pessoas físicas, com destaque para as operações de crédito consignado e de financiamento imobiliário, quanto para pessoas jurídicas. Além disso, a sofisticação e diversificação dos mecanismos de intermediação financeira possibilitaram que as empresas buscassem novos instrumentos de financiamento no mercado de capitais (por meio de ações, debêntures e outros instrumentos financeiros), que passaram de 3,2% do PIB, em 2005, para 5,3% do PIB, em 2006.

Além da ampliação do financiamento ao consumo das famílias e ao investimento produtivo, a redução nas taxas básicas de juros contribuiu para o sucesso da estratégia de gerenciamento da dívida pública. Essa estratégia busca reduzir a exposição da dívida a títulos cambiais e a papéis com remuneração atrelada à taxa Selic, com vistas a minimizar sua vulnerabilidade às variações na taxa de câmbio e de juros, adicionando maior grau de liberdade à política monetária.

A participação dos títulos corrigidos pelo câmbio passou de 2,7% para 4,3% entre dezembro de 2005 e dezembro de 2006, enquanto a dívida vinculada à taxa Selic recuou de 51,8% para 37,8% no mesmo período. Por seu lado, as parcelas pré-fixada e corrigida por índices de preços elevaram-se, respectivamente, de 27,9% para 36,1%; e de 15,5% para 22,5%. Além disso, houve ampliação do prazo médio da dívida mobiliária, combinada com uma redução na parcela que vence nos próximos 12 meses, o que constitui importante sinalização da menor percepção de risco dos investidores em títulos públicos.

Em uma perspectiva mais ampla, a política fiscal implementada a partir de 2003 evidenciou o firme propósito do Governo em assegurar a gestão equilibrada e responsável das contas públicas. Destaca-se, nesse contexto, o estabelecimento da meta de superávit primário para o setor público consolidado, em 4,25% do PIB. Essa meta demonstrou o compromisso do Governo com a solvência intertemporal da dívida pública – importante premissa para a promoção do crescimento sustentado com equidade social –, e permitiu a redução da relação Dívida/PIB de 55,5% do PIB, em dezembro de 2002, para 49,3% do PIB, em novembro de 2006. O empenho do Governo para a consecução dos objetivos da política fiscal tem assegurado o cumprimento das metas fiscais estipuladas anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Outro indicador de extrema relevância que reflete a



robustez da economia brasileira é a percepção do risco associado ao País, cujo indicador estava no patamar de 1.500 pontos, no final de 2002, manteve o ritmo de queda e alcançou, em 17 de janeiro de 2007, o menor valor histórico, 186 pontos.

A redução da percepção de risco, contrapartida do aumento da confiança na evolução da economia brasileira, se refletiu no crescimento da taxa de investimento em relação ao PIB do País. Essa taxa vem se elevando sistematicamente desde 2003 até alcançar uma taxa próxima a 21% em 2006. O aumento do investimento, por sua vez, vem gerando uma vigorosa expansão do emprego, principalmente do emprego formal, que se elevou cerca de 5% em 2006 e da massa de salários da sociedade. Com mais pessoas empregadas, aumento da renda real e maior acesso ao crédito, houve uma significativa expansão do consumo das famílias que aumentou 3,6% na variação anual até setembro de 2006.

O enfoque dado às políticas sociais nos últimos quatro anos permitiu o aumento do universo de pessoas beneficiadas por programas sociais, tanto na concessão de microcrédito, e na agricultura familiar, quanto, e, especialmente, nos programas de transferência de renda, assegurado o compromisso com a regularidade fiscal. O Programa Bolsa Família foi ampliado, passando de 1,15 milhão de famílias beneficiadas, em outubro de 2003, para cerca de 11 milhões de famílias ao final de 2006, contemplando a maioria dos domicílios em situação de pobreza e extrema pobreza. A maior abrangência dos programas sociais permite cumprir os objetivos do programa de Governo que confere particular importância à função redistributiva do Governo para se obter uma melhora na redistribuição pessoal da renda. Ainda na área social, o nível de emprego formal, registrou, no quadriênio 2003/2006, um crescimento sem precedentes. Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), foram gerados, de janeiro de 2003 a dezembro de 2006, cerca de 5,8 milhões de empregos formais, considerados os com carteira assinada e os empregados no setor público. A taxa de desemprego nas regiões metropolitanas diminuiu, de 11,7% na média de 2002, para 10,1%, na média do período de janeiro a novembro de 2006.

Outra ação estratégica adotada pelo Governo no período 2003/2006, com vistas a reverter o quadro adverso da distribuição de renda no País, foi a adoção de uma política de forte recomposição do poder de compra do salário mínimo. Por força dessa política, em novembro de 2006, o valor real do salário mínimo acumulava crescimento de 39,2% na comparação com o mês de dezembro de 2002. Com base em entendimentos entre Governo e as centrais sindicais, foi negociado, em dezembro de 2006, que o salário mínimo será elevado para R\$ 380 a partir de abril de 2007, permitindo estimar um aumento real de 5,3% em relação a abril de 2006. Assim, será encaminhado Projeto de Lei ao Congresso Nacional, prevendo, além do citado aumento real, uma sistemática para a política de valorização do salário mínimo, para ser implementada no período de 2008 a 2011. Em 2011 serão estabelecidos novos critérios para o período de 2012 a 2023.

Ao mesmo tempo, muito se tem avançado no aprimoramento da gestão do sistema previdenciário, tornando-o mais justo e eficiente. Dentre as medidas mais importantes pode-se citar a realização de um censo de beneficiários que, de forma gradual e organizada, tem permitido o cancelamento de benefícios indevidos e a economia de recursos para os cofres públicos. Uma gestão mais rigorosa nas regras de concessão do auxílio-doença permitiu um declínio no número de novas concessões, além da melhoria dos serviços de perícia médica. O estoque de benefícios de auxílio-doença (previdenciário e acidentário) declinou de 1,62 milhão em 2005 para 1,57 milhão em 2006. Investimentos em tecnologia de informação, na modernização do atendimento por telefone e dos postos de atendimento têm permitido melhorar de forma significativa a qualidade do atendimento à população.



O Plano Plurianual – PPA 2008-2011, principal instrumento de planejamento do Governo, é de fundamental importância para responder ao desafio de melhorar a efetividade do gasto público estabelecido pelo Presidente da República. Para tanto, o PPA 2008-2011 promoverá prioritariamente o planejamento territorial como instrumento de ordenamento espacial e de promoção do desenvolvimento regional equilibrado e sustentável; a integração dos programas implementados pelos órgãos federais, visando maximizar a qualidade na aplicação dos recursos públicos; o monitoramento e a avaliação dos programas, tendo por base os objetivos e metas especificadas no Plano, criando condições para a melhoria contínua e mensurável da qualidade e produtividade dos bens e serviços públicos; e a gestão estratégica de programas considerados indutores do desenvolvimento, proporcionando-lhes fluxo de recursos diferenciado, gestão de restrições e informações gerenciais tempestivas para assegurar o alcance de resultados.

Além dos esforços direcionados para a maior eficiência do gasto público e do uso mais racional de recursos, existe um espaço para atuação do Governo no aprimoramento da estrutura tributária. Apesar da implementação, a partir de 2003, de diversas medidas de desoneração de impostos, a carga tributária bruta evoluiu de 35,61% do PIB, em 2002, para 37,66% do PIB, em 2005. No mesmo período, a parcela correspondente à União elevou-se de 24,92% do PIB para 26,53% do PIB. Ressalte-se que esse crescimento da carga tributária não resultou da criação de novos impostos ou contribuições, acréscimo de alíquotas ou de ampliação de base de cálculo, mas sim dos efeitos positivos do crescimento da atividade econômica, do aumento da lucratividade das empresas e da melhoria na eficiência da administração tributária.

Com respeito à administração tributária, está em curso um processo que irá renovar profundamente seu funcionamento na União, nos Estados e nos Municípios. A Secretaria da Receita Federal vem conduzindo a sincronização do cadastro dos diversos fiscos para possibilitar, nos próximos anos, a implementação de um sistema integrado de emissão eletrônica de documentos fiscais. Esse processo de integração possibilitará aos governos nos diversos níveis obter um amplo conjunto de informações que possibilitarão adotar medidas para simplificar, racionalizar e elevar a eficiência da estrutura tributária que incide sobre a produção no País.

Embora algumas dessas medidas já venham produzindo resultado, deve-se ressaltar que a maioria delas só atingirá plenamente os seus efeitos no longo prazo, quando terão elevado a eficiência e a produtividade da economia brasileira, graças à redução do custo do investimento; ao fortalecimento do mercado de capitais e de crédito; à expansão do mercado imobiliário; e à melhora no ambiente de negócios.

Para assegurar a ampliação do investimento, o Governo tem atuado de forma efetiva sobre a desoneração tributária do investimento produtivo. Desde 2003, vêm sendo implementadas e aprimoradas diversas medidas de redução do custo tributário da aquisição de bens de capital e de insumos para a construção civil, permitindo, dessa forma, o aumento da formação bruta de capital e do produto agregado.

A política de desoneração seletiva, iniciada no primeiro ano de Governo, propiciou importantes avanços em 2004, especialmente a redução gradual para zero da alíquota do IPI sobre bens de capital. Em 2005, merece destaque a edição da chamada MP do Bem, que instituiu regimes especiais de tributação, como o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (REPES) e o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP), com foco na elevação da intensidade tecnológica das exportações brasileiras. Em 2006, o Governo concentrou esforços na desoneração de insumos básicos da construção civil, com a redução de alíquotas de IPI de diversos itens



utilizados nesse setor. Essa medida reduziu de imediato o preço médio da matéria-prima da construção popular, beneficiando as famílias de menor renda, além de incentivar a produção dos insumos desonerados.

As medidas adotadas, embora abrangentes, não esgotam o processo de redução do custo do investimento. Nos próximos anos, pretende-se avançar ainda mais a desoneração seletiva de setores, enfocando aqueles com maior potencial de crescimento e de maior efeito multiplicador sobre o investimento, o desenvolvimento econômico e o bem-estar social. Setores voltados para a atividade exportadora, inovação tecnológica, infra-estrutura e a construção civil estão entre as prioridades dessa política.

Em continuidade à política de fortalecimento do mercado de capitais, o Governo implementou importantes medidas em 2006. Essas medidas partem da convicção da importância do mercado de capitais como fonte de financiamento da atividade empresarial. O Brasil, além de contar com uma estrutura regulatória centrada na atuação de quatro órgãos – Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (Bacen), Superintendência de Seguros Privados (Susep) e Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência Social (SPC) –, tem registrado uma forte expansão do volume de operações com títulos e valores mobiliários, ações, papéis de dívida de empresas, crédito bancário, imobiliário e do agronegócio, instrumentos de securitização, dentre outros, à semelhança do que ocorre nas principais economias de mercado do mundo. O volume anual de novas emissões primárias de títulos e valores mobiliários tem crescido exponencialmente nos últimos anos, elevando-se de R\$ 21,3 bilhões, em 2002, para um valor estimado acima de R\$ 110,1 bilhões em 2006.

A principal medida adotada, em 2006, foi a expressiva redução da barreira tributária que era imposta ao investimento estrangeiro no mercado doméstico de títulos públicos e de “venture capital”. A Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, isentou do Imposto de Renda os rendimentos auferidos por investidores estrangeiros em títulos públicos federais, ampliando a demanda por esses títulos e melhorando as condições de gestão da dívida pública, com redução de seu custo fiscal e alongamento de seu prazo.

O forte crescimento das operações de crédito, em 2006, resulta do conjunto de medidas adotadas pelo Governo visando elevar a segurança jurídica das operações, reduzir o risco na execução de garantias, aumentar a qualidade das informações disponíveis no mercado e reduzir os custos de transação. O desempenho de segmentos, como o do crédito consignado, comprova o sucesso das medidas adotadas e sua adequação como instrumento para melhorar as condições de acesso ao crédito pela população.

Os resultados são inequívocos: as operações totais de crédito saltaram de R\$ 418 bilhões (ou 26,2% do PIB), em dezembro de 2003, para R\$ 716 bilhões (33,7% do PIB), em novembro de 2006. As linhas juridicamente mais seguras, amparadas no instituto da alienação fiduciária ou no crédito consignado, apresentam, naturalmente, os menores custos de empréstimo à pessoa física, assim como os menores níveis de inadimplência e, portanto, registraram um crescimento significativo nesse período. O crédito para aquisição de automóveis passou do patamar de R\$ 30 bilhões, em dezembro de 2003, para um valor de R\$ 62,7 bilhões, em novembro de 2006, enquanto o crédito consignado avançou de R\$ 9,7 bilhões, em janeiro de 2004, para um valor acima de R\$ 47 bilhões, em novembro de 2006.

A presença de um mercado de crédito imobiliário forte e eficiente, com elevada participação no total de crédito da economia, é uma constante em economias desenvolvidas e emergentes, podendo-se citar os EUA com 69% do PIB em 2004, o Reino Unido com 78,9%, a África do Sul com 24,8%, o Chile com 13% e o México com 9%.



O Brasil, apesar de ainda registrar uma participação pouco expressiva do crédito imobiliário, cerca de 1,7%, apresentou avanços importantes nos últimos anos. O Governo, a exemplo do que ocorreu em outras economias emergentes, vem atuando para alcançar um padrão compatível com os níveis internacionais nos próximos anos, com segurança e de forma sustentável. Esse objetivo é factível uma vez que países como Chile, México e China, dobraram o tamanho de seu mercado de crédito imobiliário em menos de 10 anos.

Em 2006, o volume de novos contratos de crédito imobiliário no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação/Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SFH/SBPE) alcançou R\$ 8,7 bilhões, quatro vezes maior que os R\$ 2,1 bilhões de 2003. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) finalizou 2006 liberando recursos da ordem de R\$ 6 bilhões para habitação, em diferentes linhas, inclusive material de construção, alcançando cerca de 409 mil moradias.

A atividade empreendedora e empresarial tem encontrado no Brasil um terreno cada vez mais fértil e promissor para seu desenvolvimento. O ambiente legal e institucional tem sido foco constante de medidas de simplificação e de desburocratização adotadas pelo Governo, tornando-o cada vez mais previsível, juridicamente seguro e com baixo custo de transação.

A aprovação da nova Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MPE) no segundo semestre de 2006 é um fato de grande relevância na política governamental de melhora do ambiente de negócios. Inicialmente, vale dizer que essa legislação alcança a quase totalidade (superior a 95%) do universo de pessoas jurídicas no País. Essa nova lei não só consolidou a legislação que tratava da matéria, mas principalmente a modernizou e avançou no sentido de criar um ambiente de negócios ainda mais desburocratizado para aquelas empresas que por sua própria natureza e escala de negócio, exigem um nível maior de simplificação. A nova lei também cria o Simples Nacional, regime tributário especial que representa uma evolução do atual Simples, que, vigora desde 1997. O Simples Nacional, que entrará em vigor em 1º de julho de 2007, avança no aperfeiçoamento do desenho tributário, com a criação de novas faixas e de uma progressividade mais suave, e a incorporação de novos tributos, o ICMS estadual e o ISS municipal, e amplia-se o número de setores contemplados, notadamente, de serviços. A integração de tributos federais e estaduais é importante passo no sentido da integração e padronização da administração tributária dos diferentes entes federados.

A desoneração tributária das MPE também é significativa no Simples Nacional, sendo estimada em cerca de R\$ 5,6 bilhões ao ano, considerando-se apenas os tributos federais. Vale ressaltar que a ampliação das faixas do Simples para até R\$ 2,4 milhões de faturamento anual já havia sido antecipada pela Medida Provisória nº 275, enviada pelo Governo ao final de 2005 e convertida na Lei nº 11.307, de 19 de maio de 2006.

Em suma, nos últimos quatro anos a política econômica do Governo Federal conseguiu estabilizar a economia e construir as bases para o crescimento com distribuição de renda. Em 2003-2006 houve uma melhora significativa dos indicadores macroeconômicos e sociais. Agora, chegou o momento de ousar para crescer ainda mais. Crescer de forma sustentável e acelerada, uma vez que as forças produtivas do Brasil têm um grande potencial para expansão.

Para tanto, indispensável se faz que a Nação assuma, como objetivo a ser alcançado em curto espaço de tempo, a melhoria da qualidade da educação. Um passo importante nessa direção já foi dado, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 53, de 2006, uma iniciativa do Governo Federal que contou com o apoio decisivo do Congresso Nacional. Essa Emenda instituiu o Fundo



de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que tem como objetivo promover a inclusão socioeducacional dos alunos de toda a Educação Básica, por meio da redistribuição, entre Estados e Municípios, dos recursos vinculados à educação. O desafio que se coloca para toda a sociedade é o de ampliar a qualidade do ensino, aliada ao aumento dos recursos para a Educação.

O desenvolvimento econômico deve beneficiar todos os brasileiros e, neste sentido, o desafio da política econômica em 2007-2010 é aproveitar o momento histórico favorável para acelerar o crescimento do PIB e do emprego, para intensificar ainda mais a inclusão social e continuar a melhora na distribuição de renda do País. Para acelerar de forma sustentável o crescimento é preciso aumentar a taxa de investimento da economia brasileira. Assim, o Governo resolveu lançar, em 22 de janeiro de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O PAC inclui ações em várias frentes, como medidas de estímulo aos investimentos privados e aumento dos investimentos públicos em infra-estrutura. Além disso, o Programa também inclui medidas de melhoria na qualidade do gasto público e de aperfeiçoamento na gestão pública, tanto do orçamento fiscal quanto do orçamento da seguridade social, além da contenção do crescimento do gasto corrente.

A continuidade dessa gestão, após a superação de desafios históricos e em um ambiente favorável aos investimentos, possibilitará que o crescimento econômico, resultante das ações que já foram executadas ao longo dos últimos anos e das que estão sendo implementadas, principalmente aquelas no âmbito do PAC, se traduzam em uma inserção ainda maior dos trabalhadores, e das parcelas mais pobres da população, no mercado formal de trabalho e na sociedade de consumo de massa.



II - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
COM DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

2007

1. Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

Desde o anúncio oficial da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), em novembro de 2003, até a data atual, já foram implementadas ações efetivas que culminaram na consolidação de um novo ambiente institucional para a política industrial brasileira. Diversas ações previstas na PITCE puderam ser instrumentalizadas, tais como a Lei de Inovação; a regulamentação da Lei de Biossegurança; a chamada “Lei do Bem”; a introdução de um novo modelo de gestão integrada dos Fundos Setoriais; a reestruturação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI); as linhas de financiamento para a inovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES); entre tantos outros avanços.

Em 2006, houve progresso tanto nas linhas de ação horizontais – inovação e desenvolvimento tecnológicos, inserção externa, modernização industrial e ambiente institucional, como nas opções estratégicas da PITCE – semicondutores, *software*, bens de capital e fármacos e medicamentos, cabendo aqui realçar as discussões da indústria de semicondutores no âmbito da TV Digital. Houve um forte processo de desoneração de bens de capital e estímulo à produção e comercialização, em especial à exportação, linhas de crédito, redução de spreads, facilitação e informatização de processos.

Após a definição do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) pelo modelo japonês, o Governo passou a discutir um conjunto de medidas propondo a desoneração da cadeia de valor do setor eletroeletrônico e o estabelecimento de benefícios e incentivos para a capacitação de recursos humanos, a inovação tecnológica, a produção e as importações de insumos críticos. Estão sendo analisadas medidas fiscais, tributárias, de financiamento e procedimentos aduaneiros simplificados para dar competitividade à produção e comercialização desses bens e possibilitar uma logística adequada ao setor.

Em 2007, deverá ser implementada uma legislação abordando incentivos fiscais para semicondutores, produtos e equipamentos de TV Digital, além de topografia de circuitos integrados e incentivos para a indústria de *software*.

No setor de *software*, entidades do Governo e empresas privadas estão trabalhando no estímulo à formação de mão-de-obra especializada e na divulgação internacional do Brasil como um pólo atrativo para se tornar uma plataforma de exportação de *software* e serviços, a exemplo da Índia. A meta de exportação para o setor de *software* é de US\$ 1 bilhão, até 2007, meta essa que está sendo efetivamente incorporada pelo mercado, com as várias mudanças que estão sendo promovidas pelo Governo e pela iniciativa privada.

Outros setores da indústria também foram favorecidos pela atuação governamental. O Governo procurou dar novo impulso à indústria microeletrônica no Brasil, adotando várias medidas, com destaque para a previsão da construção de fábricas de semicondutores no País, criando valor de mercado para o setor eletroeletrônico brasileiro, há muito tempo carente de novos investimentos.

Outras cadeias produtivas tiveram um diálogo efetuado por intermédio de 17 fóruns de competitividade em funcionamento no ano de 2006, quais sejam: plástico; couro e calçados; construção civil; têxtil e confecções; madeira e móveis; complexo eletrônico; indústria aeroespacial; siderurgia; farmacêutica; automotiva; bens de capital; higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; agroquímica; gemas e jóias; carnes; e biotecnologia. Além destes, estão em atividade o Fórum Mercosul de Madeira e Móveis e o Fórum Setorial de Franquias.

Alguns dos resultados desses fóruns devem ser destacados: ações de sensibilização, diagnóstico e discussão de agendas e de planos de ação nos Arranjos Produtivos Locais (APL) do setor têxtil e de confecções e do setor de madeira e móveis; ações de melhoria da qualidade dos produtos plásticos e produtos da indústria de carnes; redução de 20% para 12% da alíquota do IPI e redução de ICMS, em vários Estados, para indústria e comércio de gemas, jóias e afins; lançamento de linhas de crédito, específicas para franquia e produtos personalizados para franqueadores, franqueados e pré-franqueados, pela Caixa Econômica Federal (CEF); lançamento da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia; e o desenvolvimento da primeira planta-piloto para ferro-gusa com tecnologia 100% brasileira, denominada TecnoRed, com o decisivo aporte de recursos do BNDES.

Em 2007, espera-se, entre outras ações, a aprovação e divulgação do Estatuto do Garimpeiro e um avanço sobre o tema normalização e avaliação da conformidade para o setor de jóias, gemas e afins; mais medidas de desoneração do setor de Materiais de Construção; e desenvolvimento dos pólos moveleiros em programas interministeriais, tais, como, Plano BR-163 Sustentável, Plano de Combate ao Desmatamento e Distritos Florestais Sustentáveis; e normalização do abate de avestruzes no setor da indústria de carnes.

Com relação à metrologia, normalização e qualidade dos produtos e serviços, cabe destacar o Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade que contemplou 52 famílias de produtos, processos, serviços, sistemas de gestão ou profissionais, desmembrados em cerca de 90 itens, passíveis de certificação pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), definidos em função de seu impacto nas áreas de saúde, segurança e meio ambiente, nas exportações e no mercado interno. Além do crescimento significativo do número de produtos com avaliação compulsória, já são mais de 200 produtos de adesão voluntária, entre os quais as frutas, segmento para o qual foi criado o Programa de Avaliação da Conformidade de Produção Integrada de Frutas (PIF).

Por serem os biocombustíveis considerados produtos estratégicos para o País, foi lançado o Programa do Padrão de Biocombustíveis, no Inmetro, com o objetivo de desenvolver um Material de Referência Certificado (MRC) para o álcool combustível. Esse programa é fundamental para a ampliação das exportações do produto. O Programa também desenvolve atividades referentes ao biodiesel, no sentido de equipar o Laboratório de Motores, Combustíveis e Lubrificantes para dar suporte ao País em toda a cadeia desse combustível, desde a análise, por cromatografia e espectrometria de plasma, até a realização de testes em motores-padrão. Vale mencionar, ainda, o estabelecimento da cooperação em Metrologia e Padrões para Biocombustíveis, dentro dos acordos estabelecidos no primeiro Diálogo Comercial Brasil-Estados Unidos, de 21 de julho de 2006, entre o Inmetro e o *National Institute of Standards and Technology* (NIST), dos Estados Unidos.

As atividades da metrologia química têm impacto direto em segmentos como fármacos e medicamentos, proteção da saúde do cidadão e ao meio ambiente, aumento da competitividade da indústria nacional e superação de barreiras técnicas à exportação. Por isso, o Inmetro vem atuando fortemente em cinco áreas da metrologia química: eletroquímica, orgânica, inorgânica, gases e motores, combustíveis e lubrificantes, despontando como liderança para o desenvolvimento da metrologia química na América Latina.

No âmbito do Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade pretende-se, em 2007, a implantação de 52 novos programas de certificação de produtos; a concepção e implementação de um novo modelo de Avaliação da Conformidade no Brasil; o envolvimento de cinco mil Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nos processos de certificação de produtos, por meio do

Bônus Certificação, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); o desenvolvimento de programas de certificação de pessoas; a ampliação do número de tipos de frutas a serem certificadas e extensão da certificação da produção integrada para outras culturas, tais como, camarão, batata, plantas e flores ornamentais, tomate, leite, arroz irrigado, carne bovina e café; e a sensibilização do empresário brasileiro para a importância do Programa de Certificação de Manejo Florestal, de forma a alcançar 1.500.000 hectares de florestas certificadas.

Será consolidado o Centro de Nanometrologia, por intermédio da montagem e início de operação do mais moderno microscópio de transmissão e varredura disponível na atualidade, o Titan 80-300, que representa um investimento de US\$ 4,5 milhões, ferramenta indispensável para tratar de inovação tecnológica em escala nanométrica, em praticamente todas as áreas, como fármacos, biocombustíveis, materiais nanoestruturados, nano catalise, materiais para implantes odontológicos e ortopédicos.

Como decorrência da aprovação da Lei da Inovação e da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a chamada Lei do Bem, foi construído, com ampla participação de entidades públicas e privadas, os esquemas operacionais dos novos instrumentos de subvenção econômica para as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica das empresas. Recursos da ordem de R\$ 510 milhões serão destinados para essa finalidade, no período de 2006-2008. Já foram lançados três editais, um no valor de R\$ 300 milhões, para apoiar prioritariamente o desenvolvimento de projetos no âmbito da PITCE, que recebeu, aproximadamente, 1.200 propostas de cerca de 900 empresas e consórcios de empresas, com o valor de, aproximadamente, R\$ 1,8 bilhão, com uma expressiva contrapartida financeira do setor empresarial. O segundo edital, no valor de R\$ 150 milhões, dará suporte à estruturação de uma rede descentralizada no território brasileiro de instituições ou consórcios para o atendimento de demandas oriundas de empresas de pequeno porte. E uma terceira chamada, no valor de R\$ 60 milhões, para apoiar a inserção de mestres ou doutores nas atividades de P&D e inovação tecnológica das empresas brasileiras. Em 2007, o Governo prosseguirá na implantação plena da Lei de Inovação e da Lei do Bem, integrando as agendas de financiamento da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e do BNDES, para potencializar suas ações, ampliando recursos, intensificando e aperfeiçoando os instrumentos para alavancar uma nova dinâmica de inovação nas empresas.

No âmbito das opções estratégicas da PITCE, (*software*, microeletrônica/semicondutores, fármacos e medicamentos e bens de capital) e das áreas portadoras de futuro (biotecnologia, nanotecnologia, energias renováveis) destacam-se várias medidas indutoras. No setor de *software*, cabe ressaltar o direcionamento de expressivos recursos dos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia (C&T) para financiamento não-reembolsável de projetos de cooperação entre Instituições de C&T (ICT) e empresas para desenvolvimento de *software*. No período 2003-2006, foram alocados R\$ 32 milhões em ações dos Fundos Setoriais diretamente relacionadas ao setor de *software*, entre os quais destacam-se: *Software Livre*, Biblioteca Compartilhada de Componentes, Computação em Grade Aplicada à Área de Governo, Inovação em *Software* para Segmentos Emergentes – Rede Brasileira de Visualização e Projetos Inovadores em *Software*.

O Programa de Formação de capital humano em *software* deverá aumentar a competitividade e a presença de empresas nacionais nos mercados local e global, com atuação em quatro frentes complementares: (i) capacitação de profissionais de outras áreas para a inserção no mercado de desenvolvimento de *software*; (ii) reciclagem de profissionais de informática; (iii) formação técnica e superior; e (iv) atração de jovens talentos para a área de desenvolvimento de *software*. O Programa prevê investimentos da ordem de R\$ 480 milhões para o período 2006 a 2012, a serem mobilizados por meios de parcerias desenvolvidas com outros órgãos

públicos e entidades do setor empresarial e acadêmico. Com tal investimento, deverão ser habilitados para o mercado de desenvolvimento de *software* cerca de 50 mil profissionais nos níveis técnico, tecnológico, de graduação e pós-graduação.

No setor de microeletrônica, têm sido ampliados os investimentos para qualificação de recursos humanos, com o lançamento de editais para a formação de mestres e doutores para atuar em microeletrônica e nanoeletrônica. Estão sendo apoiados projetos em microeletrônica voltados para o desenvolvimento de circuitos integrados e processos inovadores para a produção de dispositivos microeletrônicos de interesse do País. Destaca-se ainda: i) a continuidade da implantação do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec). Trata-se de um centro de pesquisa e desenvolvimento especializado no projeto e produção de circuitos integrados de aplicação específica, que atuará na formação de recursos humanos, em prototipagem, fabricação e testes de circuitos integrados e sistemas. Em operação, o Ceitec contribuirá para estimular a criação de empresas de eletrônica no País e para a redução do déficit brasileiro em componentes microeletrônicos; ii) o Programa Nacional de Projetos Semicondutores (CI-Brasil), que tem o propósito de desenvolver o setor nacional de microeletrônica. Esse programa promove a criação de unidades de projetos de circuitos integrados (CI), conhecidos como design houses (DH). Na primeira fase do Programa estão sendo investidos R\$ 12,1 milhões para a capacitação de recursos humanos, bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para projetistas de CIs e infra-estrutura (equipamentos e *software*). Além de estimular a constituição de DHs brasileiras, o programa objetiva atrair para o Brasil uma parcela das atividades de projetos de CIs desenvolvidas internacionalmente por empresas do setor de tecnologia da informação e comunicação (TIC), fabricantes de componentes semicondutores, ou mesmo, empresas internacionais independentes especializadas em *design*. O CI-Brasil irá possibilitar o desenvolvimento da engenharia de produto de bens finais no País, com foco em sistemas do complexo eletrônico. Para 2007, prevê-se a conclusão das instalações e início da operação do CEITEC; formação, em quatro anos, de pelo menos dois mil especialistas em projetos de circuitos integrados; apoio, no âmbito do Programa Nacional de Microeletrônica (PNM), a pelo menos 200 projetos de desenvolvimento de circuitos integrados, objetivando agregar novas funcionalidades aos produtos de empresas brasileiras; adoção de medidas visando a criação de um ambiente propício para empresas nacionais no setor de semicondutores a atração de empresas multinacionais.

No setor de fármacos e medicamentos, o Governo Federal objetiva o estímulo à pesquisa, desenvolvimento e produção de medicamentos fitoterápicos. Também se investiu na estruturação da cadeia produtiva do setor de fármacos e medicamentos, em pesquisas para o combate de doenças como a dengue, tuberculose, hanseníase, leishmaniose e malária. Entre as iniciativas nesse setor está a chamada pública realizada pela Finep para selecionar projetos de cooperação entre as ICT e as empresas, da ordem de R\$ 63,5 milhões, para serem desembolsados no período 2006-2007. Também são apoiados estudos em relação a insumos farmacêuticos diversificados a partir de algas marinhas. No Projeto Proteoma, estão sendo pesquisadas toxinas de origem animal, com destaque para o veneno do escorpião amarelo (*Tityus serrulatus*) – insumo para nova classe de drogas com ação no sistema nervoso, muscular e cardiovascular – e fatores plasmáticos recombinantes. Em 2007, o Governo irá: (i) ampliar e consolidar os grupos de síntese orgânica, produtos naturais, química medicinal e formulação farmacêutica visando o desenvolvimento de novos fármacos; (ii) consolidar a competência e a infra-estrutura para o desenvolvimento dos testes pré-clínicos e clínicos; e (iii) promover e criar instrumentos que possibilitem a ampla interação entre a academia e o setor produtivo.

No setor de bens de capital, o Governo vem atuando, principalmente, por meio da Rede Brasil de Tecnologia (RBT), sendo que, a partir de 2006, passou a atuar também por meio de subvenção econômica. Busca-se, assim, viabilizar a retomada da produção nacional de produtos que deixaram de ser produzidos no Brasil e que podem vir a ser novamente aqui fabricados, por meio de



tecnologias inovadoras já dominadas, bem como promover a substituição competitiva de insumos, bens e serviços hoje importados pelo setor de máquinas e equipamentos, além de agregar valor à produção para exportação.

Na área de biotecnologia, destacaram-se, em 2006, as ações de fortalecimento de grupos de pesquisa básica, pré-clínica e clínica, desenvolvimento de medicamentos, além de pesquisas com células-tronco; estímulo à aproximação entre o setor empresarial e as instituições de pesquisa, para o desenvolvimento de bioprodutos; implementação da Rede Genoprot, visando integrar os resultados gerados pelos estudos genômicos com as pesquisas proteômicas, com foco em problemas nacionais relevantes; fortalecimento e ampliação da competência em biotecnologia nos Estados do Nordeste (Rede Nordeste de Biotecnologia – Renorbio), com lançamento de edital, com o objetivo de apoiar projetos em redes de pesquisa.

Em 2007, deverão ser implementadas ações voltadas para o desenvolvimento de pesquisas em biologia molecular e de componentes celulares, focados em problemas regionais, e em bioprodutos de interesse econômico.

A nanotecnologia hoje é um dos principais focos das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em todos os países industrializados. O desenvolvimento da nanotecnologia tem sido apontado como uma nova revolução tecnológica. O controle e a manipulação da matéria e suas propriedades na escala nanométrica possibilita o desenvolvimento de produtos e processos inovadores, com impactos positivos em setores industriais e de serviços. Os investimentos em P&D do Governo, no período 2003/2006, ultrapassaram a casa dos R\$ 100 milhões, destinados ao apoio da pesquisa básica e aplicada, incentivando a interação entre a academia e o setor privado, o fortalecimento da infra-estrutura de laboratórios e da cooperação internacional, e a formação de redes de pesquisa. Atualmente, há 10 redes de pesquisa sendo apoiadas, atuando nas diversas regiões do País. O Brasil já possui mais de 10 produtos com caráter nanotecnológico no mercado e a perspectiva para 2007 e 2008 é de manter os investimentos num patamar de R\$ 85 milhões.

Na área de energias renováveis, merecem destaque: i) o programa de C,T&I para a utilização econômica do hidrogênio, que envolve 34 laboratórios de 20 universidades e centros de pesquisa. Entre 2003 e 2007, estão sendo investidos R\$ 29 milhões dos recursos dos Fundos Setoriais para o apoio à formação de redes de pesquisa e R\$ 3,75 milhões para a reestruturação e ativação da área de C,T&I do setor de caracterização e uso do carvão na geração de energia elétrica e outras aplicações; ii) na área de energia de biomassa – merece destaque a formação, em 2006, da rede de pesquisa em hidrólise enzimática, com o objetivo de desenvolver a tecnologia para conversão da biomassa celulósica em etanol. A rede foi constituída e já envolve cerca de 100 pesquisadores em 14 universidades e centros de pesquisa, inclusive, com colaboração de instituições estrangeiras.

Para 2007, estão planejados a articulação e financiamento da formação de uma Rede de Institutos Tecnológicos de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (Ritadi), a partir dos institutos federais, estaduais e privados, com o objetivo de apoiar principalmente as pequenas e médias empresas, por meio da realização de projetos de P&D e inovação sob encomenda, serviços de certificação e metrologia acreditados pelo Inmetro, promovendo o aumento de sua competitividade e fortalecendo APL. Também ocorrerá a ampliação do Programa Nacional de Incubadoras e Parques Tecnológicos, para facilitar a criação de novas empresas de base tecnológica e congregar empresas inovadoras.

a) Política de Comércio Exterior

Com o objetivo de desenvolver a produção industrial brasileira e expandir o intercâmbio comercial com o exterior, em 2006, o Governo realizou diversas atividades, especialmente por meio da disseminação de informações estratégicas e do aperfeiçoamento dos instrumentos de operações de comércio exterior.

Essa linha de atuação contribuiu para que, no ano de 2006, as exportações do País atingissem o valor de US\$ 137,471 bilhões. Por sua vez, as importações atingiram o valor de US\$ 91,394 bilhões, resultando em saldo comercial de US\$ 46,077 bilhões. Para 2007, a expectativa é que o superávit alcance US\$ 44 bilhões, com US\$ 135 bilhões de exportações e US\$ 91 bilhões em importações.

O crescimento das exportações de 15,8%, em relação a 2005, foi motivado por três categorias de produtos: semimanufaturados (+46,5%, principalmente açúcar em bruto), manufaturados (+19,1%, principalmente álcool etílico) e básicos (+9,3%, principalmente milho em grão).

Na área do comércio exterior, em 2006, o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), na modalidade de financiamento, possibilitou exportações de US\$ 437 milhões e, na modalidade de equalização, viabilizou exportações de aproximadamente US\$ 3,6 bilhões.

O Banco do Brasil oferece diversificado portfólio de produtos, serviços e programas para apoio às operações de comércio exterior contando com uma rede de 15 mil pontos de atendimento, 18 Gerências Regionais de Apoio ao Comércio Exterior e 41 dependências, em 22 países. Em 2006, o banco negociou US\$ 36,1 bilhões em câmbio de exportação. Em câmbio de importação, foram US\$ 17,0 bilhões fechados no mesmo período.

Em 2006, a Política de Desenvolvimento para o Comércio e Serviços deu início à concepção e definição do Sistema Integrado de Comércio Externo de Serviços (Siscoserv), que tem por objetivo proporcionar aos usuários dos setores privado e público, em tempo real, um único ambiente para processamento e validação das operações de exportação e importação e de consulta a informações e dados estatísticos sobre comércio internacional de serviços.

Foram lançadas, em 2006, a primeira e a segunda edições do "Panorama do Comércio Internacional de Serviços", contendo os principais dados do setor terciário até o ano de 2005. Trata-se de uma compilação das informações sobre o comércio exterior brasileiro de serviços, com dados inéditos sobre os principais parceiros brasileiros, exportações e importações Estaduais e os principais serviços prestados no exterior. Foi lançada, também, a Câmara de Exportação de Serviços, sob a coordenação da MDIC e da Associação Brasileira de Comércio Exterior (AEB).

Para o primeiro semestre de 2007 está prevista a realização do II Encontro Nacional de Comércio Externo de Serviços. Serão estudadas medidas de apoio à internacionalização do varejo, entre elas o financiamento para o estabelecimento das empresas no exterior, visando ao aumento das exportações. Está prevista, ainda, ações para estimular e aprofundar o processo de internacionalização das atividades das franquias brasileiras.



Quanto ao desempenho dos instrumentos de informação, o Portal do Exportador, em 2006, ultrapassou 1,6 milhão de acessos e o ambiente Fala Exportador recebeu, com a redução do tempo de resposta para um dia útil, cerca de 19 mil consultas provenientes de mais de 1.000 cidades de todas as Unidades da Federação. O Governo Federal oferece aos empresários e exportadores, por meio desse Portal, informações claras e diretas sobre os principais termos, mecanismos, legislações, eventos, e atividades ligadas à exportação.

O ambiente "Fala Exportador" do Portal do Exportador está sendo reformulado para, em 2007, oferecer novos serviços e ferramentas, como chat, newsletter, divulgação de missões comerciais direcionadas a exportadores de setores selecionados, ampliação de parcerias com órgãos e entidades voltadas ao comércio exterior. Também estão previstas as seguintes iniciativas para o ambiente "Aprendendo a Exportar": Aprendendo a Exportar Gemas, Jóias e Afins; Aprendendo a Exportar Manufaturados de Plástico; Aprendendo a Exportar Pescados; Aprendendo a Exportar Cachaça; e Aprendendo a Exportar Cooperativas.

O Sistema de Radar Comercial, instrumento auxiliar na seleção de mercados e produtos que apresentam maior potencialidade para o incremento das exportações brasileiras, obteve uma média mensal de 3.275 acessos, alcançando um patamar de 20.000 usuários cadastrados, em 2006. Esse sistema tem contribuído para a democratização das informações relativas ao comércio externo, propiciando mesmo às pequenas e médias empresas (PME), localizadas nas regiões mais distantes do Brasil, o acesso gratuito a dados e análises que facilitam a sua inserção no mercado internacional.

No Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), destacou-se, em 2006, o desenvolvimento do Siscomex Exportação Web, com o novo módulo que permitirá maior agilidade, confiabilidade e simplificará ainda mais o processo operacional de registro, acompanhamento e controle das diferentes etapas das operações de exportação, representando avanço tecnológico considerável. Ressalte-se que o sistema permite que as operações de exportação sejam registradas via Sistema e analisadas *on-line* pelos órgãos que atuam em comércio exterior, tanto os chamados órgãos "gestores", a Secretaria de Comércio Exterior, Secretaria da Receita Federal e do Banco Central do Brasil, como os órgãos "anuentes", que atuam apenas em algumas operações específicas, tais como o Ministério da Saúde, o Departamento da Polícia Federal e o Comando do Exército.

Outro sistema de informação bastante consultado foi o sistema AliceWeb, responsável pela divulgação dos dados da Balança Comercial Brasileira. Esse sistema é atualizado mensalmente a partir dos dados do Siscomex. Em 2006, foram registrados 97.532 usuários, 803.000 consultas e 657.000 arquivos gerados. Prevê-se 21.000 novos usuários em 2007 e a implementação das versões em idioma inglês e espanhol.

A taxa de alavancagem de exportações, índice importação/exportação, proporcionada pelo Sistema *Drawback* foi de 23,05% em 2006: foram mais de 8.159 operações aprovadas, realizadas por cerca de 2.000 empresas. Cerca de 60% das operações, representando compromisso de mais de US\$ 41 bilhões em exportações, foram aprovadas automaticamente pelo sistema.

Quanto à diversificação da pauta de exportação, a difusão da cultura exportadora foi fator relevante no segmento de microempresas e empresas de pequeno porte. Para tanto, foram realizados 11 Encontros de Comércio Exterior (Encomex) no decorrer de 2006, sendo quatro em capitais e sete em grandes cidades do interior com potencial exportador. Esses eventos contaram com a presença de 6.130 participantes, com uma média de 557 participantes por evento. Cerca de 2.000 empresas participaram desses eventos. Para 2007, está prevista a realização de 10 Encomex em diversas regiões do País.

No que concerne às negociações internacionais, foram aprovados os seguintes temas a serem negociados na Comissão de Comércio do Mercosul: proposta brasileira para inclusão de todos os produtos utilizados no setor aeronáutico, beneficiando-se de tarifa de zero por cento; defesa comercial intra e extra zona; disciplinamento dos regimes aduaneiros especiais e eliminação da dupla cobrança de Tarifa Externa Comum (TEC). Com a prorrogação do Acordo Automotivo com a Argentina, o Governo Federal tem como plano de ação para 2007 consolidar o Acordo, bem como reeditar a Política Automotiva do Mercosul (PAM), que deverá ser o marco para a negociação dos acordos com terceiros países e/ou blocos econômicos.

O Brasil participou de fóruns de negociações internacionais sobre a questão dos biocombustíveis, em especial o etanol, com vista a fomentar uma maior produção e utilização mundial deste tipo de combustível, o que possibilita ao País maior oportunidade de vendas externas não apenas de tais fontes de energia, mas também de máquinas, equipamentos e tecnologia associadas à sua produção. Vale mencionar, ao longo de 2006, os trabalhos de elaboração de proposta de Memorando de Entendimento entre Brasil e Estados Unidos, e entre Brasil, Índia e África do Sul sobre o tema. Outro ponto relevante foi a missão empresarial brasileira à América Central para desenvolver um programa regional de produção e comercialização de etanol e biodiesel.

b) Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Como grande destaque, em 2006, figura a Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sancionada em dezembro. A Lei simplifica o registro de abertura e fechamento de microempresas e empresas de pequeno porte. A partir da vigência da Lei Geral, os empresários não terão a obrigação de apresentar certidão negativa para encerrar uma empresa ou abrir outra.

Adicionalmente, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, Projeto de Lei para Simplificação do Registro e de Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), que estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas. O projeto prevê a integração do trabalho dos órgãos envolvidos no registro e legalização de empresas. O Redesim deverá integrar todos os processos dos órgãos e entidades responsáveis pelo registro, inscrição, alterações e baixa das empresas, por intermédio dos seus sistemas informatizados próprios. Espera-se que uma empresa possa ser aberta em até 15 dias. Atualmente, a média para se abrir uma empresa no Brasil é de 39 dias, uma redução significativa na média apresentada pelo Banco Mundial, relativa a 2004, que era de 154 dias.

Espera-se, entre outros resultados, a implementação do novo Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte; a Constituição e Coordenação de Fóruns Estaduais nas unidades da federação; a implementação das ações construídas no âmbito do Programa de Aproximação Banco/Empresa – ações de médio e longo prazos: simplificação do registro e da legalização de empresas do Redesim.

O Estatuto foi um dos principais resultados dos trabalhos do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, composto por 57 entidades de representação das microempresas e 52 órgãos de Governo. Em 2006 foram discutidas e encaminhadas mais de 30 medidas de política para o setor, buscando reduzir a burocracia legal, estimular a entrada no comércio exterior, apoiar a formação e capacitação, bem como a inovação, o investimento e financiamento. Esta nova legislação dará maior uniformidade para o segmento, destacando sua abrangência e eficácia nas questões que concretizem o tratamento diferenciado previsto na Constituição Federal.

Também uma iniciativa do Fórum Permanente, foram habilitados, até 2006, 3.607 Telecentros de Informação e Negócios, o que representa mais de 1.000 centros em relação a 2005. Foi desenvolvido ainda o projeto Qualificação de Microempresas e Empreendedores Informais – Qualificar para Formalizar, contemplado com recursos do FAT. O Governo tem apoiado, também, o desenvolvimento dos APL, destacando-se entre as ações para o seu desenvolvimento efetivo: instalação de núcleos estaduais de apoio aos APL; desenvolvimento de programa de capacitação para as governanças; e elaboração de planos de desenvolvimento para apoio aos arranjos, pesquisa de mercado e promoção comercial.

Dentre os mecanismos de apoio às APL, destaca-se o Programa Extensão Industrial Exportadora (PEIEx), que visa contribuir para a solução de restrições gerenciais e técnicas de pequenas empresas, buscando aumentar a competitividade e estimular a entrada no comércio exterior. Já foram beneficiados com o programa 17 APL, totalizando, aproximadamente, 2.500 micro, pequenas e médias empresas, resultando em cerca de 34.000 trabalhadores capacitados entre 2005 e 2006.

O Fórum do Artesanato Brasileiro tem atuado na promoção da discussão em relação aos desafios, gargalos, oportunidades e ações conjuntas para o desenvolvimento do setor. Como resultado, destaca-se a implementação de 12 núcleos produtivos, a capacitação de 1.240 artesãos e a participação do Programa em 20 feiras e eventos para comercialização da produção. Durante a realização da Conferência Mundial da OCDE no Brasil, em 2006, 22 Unidades da Federação puderam divulgar e comercializar suas peças para delegações de 70 países.

Para 2007, estão previstas as seguintes ações: a regulamentação da profissão de artesão; a implementação do sistema de informações em nível nacional; o desenvolvimento e implementação da carteira nacional do artesão; a padronização de estandes, aventais, folders e cartões para as exposições; execução do Plano Nacional de Capacitação para os artesãos; e a realização de seminários estaduais de artesanato e a inclusão de cerca de 8,5 milhões de artesãos que estão na informalidade.

O Projeto *Design & Excellence* Brasil continua viabilizando e apoiando inscrições de produtos brasileiros na maior premiação do design mundial – o *iF Design Award*, da Feira Industrial de Hannover. Com esse projeto, o Brasil ampliou em 10 vezes o número de vitórias, passando de dois prêmios/ano para uma média de 20 prêmios/ano. Em 2006, dos 156 projetos inscritos pelo Brasil, 19 classificaram-se entre os vencedores. Em três edições com o *Design & Excellence*, foram 63 produtos brasileiros premiados, tanto em design de produto quanto em design gráfico, incluindo categorias de maior intensidade tecnológica, como eletrônicos, material de transporte e informática.

Para 2007, espera-se aumentar a prática da inovação nas empresas brasileiras, por meio do design; realizar a 2ª Bienal Brasileira do Design; consolidar a Rede Design Brasil; e ampliar a busca do reconhecimento internacional do design brasileiro.

c) Inovação e Propriedade Industrial

Em 2006, foi regulamentada a Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004, a Lei de Informática, que é um dos mais relevantes instrumentos para o desenvolvimento desse setor e escolhido o padrão japonês para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre, com os aperfeiçoamentos desenvolvidos pelos pesquisadores brasileiros propiciando a criação de um padrão nipo-brasileiro.

O acordo com os japoneses também prevê a incorporação de inovações tecnológicas brasileiras. A implantação do novo sistema no País terá financiamento conjunto do BNDES e do banco japonês de fomento, que também poderá oferecer recursos para a reestruturação e novos projetos da indústria brasileira de microeletrônica, bem como para a produção de insumos e de equipamentos da eletrônica de consumo, como televisores de LCD e Plasma.

No âmbito dos projetos relacionados, o Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CT-PIM) firmou um acordo com a empresa Philips, que resultou na qualificação e validação do primeiro *One-Chip* para TV, recebendo reconhecimentos dos centros de competência da Philips Semiconductors e consolidando o Laboratório de Validação no Brasil. Outra importante ação foi a celebração de Convênio de Cooperação Técnica Internacional com o *Interuniversitair Micro-Elektronics Centrum VZW* (IMEC), para cooperação técnico-científica e treinamento de especialistas na área de microeletrônica.

Dentre as ações para 2007, deve ser dado destaque para a parceria com a Bélgica para capacitação de pesquisadores na área de projetos de circuitos integrados; a celebração de acordo com as universidades USP e Unicamp na área de projeto MEME (microelectronicsystem); a obtenção de credenciamento dos laboratórios do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e, também, perante a Rede Brasileira de Laboratórios Associados (Reblas).

No setor de Biotecnologia, um dos portadores de futuro na Política Industrial brasileira, cabe ressaltar o processo de consolidação do referido CBA, que iniciou o exercício de 2006 com cerca de 144 pessoas e 11 laboratórios funcionando nas áreas de Farmacologia e Toxicologia, Central Analítica, Fitoquímica e Cultura de Tecidos, Microbiologia, Bioquímica e Biologia Molecular, Central de Extratos e Planta Piloto de Processos Industriais. Foram adquiridos os pré-requisitos necessários para sua plena atuação como a autorização do Ibama para acesso à biodiversidade com finalidade econômica. Em 2007, espera-se fazer do CBA um centro de biotecnologia de referência mundial.

A pesquisa dos materiais considerados estratégicos e de insumos básicos, dos mais diversos setores, são requisitos fundamentais para o desenvolvimento industrial do País. Alguns produtos, tais como o primeiro padrão nacional de aços magnéticos e o primeiro padrão para nanometrologia produzido em ultra-alto vácuo, estão em fase final de realização. Nos últimos 12 meses, ocorreu um significativo avanço na ampliação da Metrologia de Materiais pelo Inmetro, no qual foram instalados diversos laboratórios, com tecnologia de última geração, nas áreas de nanometrologia de materiais, magnetismo, propriedades térmicas e espectroscopia ótica.

No tocante à propriedade industrial, os resultados bastante satisfatórios de redução dos prazos para obtenção de marcas e patentes foram decorrentes da implementação do Programa de Reestruturação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), com a incorporação de novos servidores, a inauguração da nova sede desse órgão e a implantação do e-marcas, denominado, em seu conjunto, como e-INPI.

Ainda nesse setor foram desenvolvidas normativas para obter redução no backlog de marcas, tendo-se alcançado ganho de 500% na capacidade operacional em marcas, o que permite assegurar prazo inferior a 18 meses para o primeiro exame das marcas



depositadas, a partir de outubro de 2006, e inferior a 12 meses para as que venham a ser depositadas a partir de julho de 2007. A racionalização e informatização de procedimentos de análise de marcas foram responsáveis pelo aumento do número de exames que saltou de 45 mil, em 2003, para 294 mil, em 2006.

A capacitação de recursos humanos, para disseminação da cultura de proteção e comercialização da propriedade intelectual, foi implementada em parceria com 17 Estados da Federação, envolvendo o treinamento de 1.350 profissionais, que se dedicam a estruturar os Núcleos de Inovação Tecnológica previstos na Lei da Inovação.

A propriedade intelectual constitui-se em um dos pilares para o fomento à inovação. Nesse sentido, serão desencadeadas, no âmbito do INPI, as seguintes ações, em 2007: participação no Sistema Internacional de Marcas – Adesão ao Protocolo de Madri; desenvolvimento de Indicações Geográficas e outras formas coletivas de propriedade intelectual; estabelecimento do Centro Depositário de Microorganismos; e integração dos Escritórios Sul-Americanos de Propriedade Intelectual.

d) Fomento aos Investimentos

Dentre as principais medidas de desoneração tributária do setor produtivo implementadas, especialmente em 2005 e 2006, especial atenção foi dada aos setores escolhidos como prioritários pela PITCE, quais sejam: o IPI zero para máquinas e equipamentos selecionados; o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap); o Regime Especial de Tributação para Plataformas de Exportação de Serviços de Tecnologia (Repes); os incentivos fiscais à inovação tecnológica, que se somam às medidas criadas pela Lei da Inovação; e a devolução antecipada do IR e PIS/Cofins pagos na aquisição de máquinas e equipamentos.

Outro instrumento de desoneração importante utilizado, em 2006, foi o “Ex-tarifário”, que reduziu de 14% para 2%, o Imposto de Importação para máquinas e equipamentos, sem produção nacional. Foram analisados, em 2006, 1.461 pleitos, com a redução da tarifa para 1.142 deles. Este instrumento está viabilizando investimentos globais de mais de US\$ 12 bilhões, possibilitando, ainda, avanços tecnológicos significativos em setores importantes da economia, contribuindo para a geração de renda, de emprego e de exportação.

A desoneração tributária foi importante, também, para a conquista de novos mercados para exportações de microcomputadores, incluindo África do Sul e países do Mercosul. Em 2006, face às diversas medidas aplicadas pelo Governo, segundo dados do – Institute Data Corporation (IDC), o mercado informal caiu de 74%, no quarto trimestre de 2004, para 57%, no primeiro trimestre de 2006. Registrou-se uma produção, no exercício anterior, em torno de oito milhões de unidades.

Em 2006, o Governo, por meio do BNDES, desembolsou em torno de R\$ 52,3 bilhões com investimentos nos seguintes setores: R\$ 5,9 bilhões, com insumos básicos; ampliação da capacidade de oferta de bens e serviços, com R\$ 3,9 bilhões; telecomunicações, com R\$ 2,4 bilhões; financiamento a máquinas e equipamentos, com R\$ 12,9 bilhões; inclusão social, que apresentou aumento significativo dos desembolsos em 2006, saltando de R\$ 99 milhões para R\$ 412 milhões; desenvolvimento urbano, que atingiu R\$ 1 bilhão; financiamento à exportação de bens e serviços, com cerca de R\$ 13,8 bilhões; energia, transporte e logística, com aproximadamente R\$ 7 bilhões; e pequenos projetos de investimento, com R\$ 3,8 bilhões. Os financiamentos e

aplicações do BNDES, em 2007, deverão ter uma taxa de crescimento real superior à taxa de crescimento do PIB, considerando que a demanda para 2007 existente na carteira daquele Banco, no final de 2006, já era superior a R\$ 52 bilhões, equivalente ao desembolsado em 2006. Quanto ao apoio à Micro, Pequena e Média Empresa, o desembolso total para o ano de 2006 foi de R\$ 11,1 bilhões, contemplando aproximadamente 110 mil operações.

Para a ampliação da capacidade de oferta de bens e serviços, a perspectiva é de que os setores de agroindústria e agropecuária, materiais de transporte, química, e comércio e serviços venham a ser os mais atuantes na captação de recursos junto ao BNDES. A demanda existente sinaliza um desembolso de R\$ 3,1 bilhões.

No tocante a insumos básicos, a demanda existente é de R\$ 5,9 bilhões, sendo os setores de papel e celulose, metalurgia e química e petroquímica os que devem aplicar maior volume de atuação. No campo da energia, a expectativa é de que o BNDES venha aplicar R\$ 4,6 bilhões, além da aplicação de R\$ 1,5 bilhão associados à produção, distribuição e transporte de gás. Em termos de telecomunicações, a demanda para 2007 é de R\$ 2,0 bilhões. No setor de transporte e logística, a demanda existente é de R\$ 2,2 bilhões, dos quais mais da metade serão aplicados em projetos que envolvem empresas de transporte ferroviário e/ou grandes empresas do setor de mineração e siderurgia. No setor de desenvolvimento urbano, o desembolso deverá atingir R\$ 800 milhões, dos quais R\$ 300 milhões serão para transporte urbano. No âmbito de pequenos projetos de investimento, a expectativa é que R\$ 1,6 bilhão venha a ser desembolsado para o setor agrícola e R\$ 2,0 bilhões para os outros setores da economia. Para atuação na área da inclusão social serão desembolsados R\$ 220 milhões, parte dos quais não reembolsáveis, com recursos do Fundo Social.

No tocante a Financiamento à Exportação, projeta-se um desembolso da ordem de R\$ 12,7 bilhões, dos quais 60% seriam desembolsados na linha pré-embarque (capital de giro para produção de bens e serviços a serem exportados) e os 40% restantes seriam desembolsados na linha pós-embarque, que financia a aquisição dos bens e serviços exportados.

Para as Micro, Pequena e Média Empresas, a estimativa é de que o banco venha a desembolsar um montante na ordem de R\$ 13 bilhões, a maior parte para financiamento a máquinas e equipamentos, o que representaria cerca de 25% da demanda hoje projetada, que é de R\$ 52,6 bilhões.

Em consonância com a PITCE, o BNDES realizou, até 2006, os seguintes investimentos: cerca de R\$ 207 milhões em empresas da cadeia produtiva farmacêutica, em continuidade ao Programa Profarma; aproximadamente R\$ 185 milhões no desenvolvimento da indústria nacional de *software* e serviços correlatos no âmbito do Programa Prosoft; e mais de R\$ 3,6 bilhões no Programa Modermaq de aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES, com vistas à dinamização do setor de bens de capital e à modernização geral da indústria e do setor de saúde. Espera-se, em 2007, que o financiamento a máquinas e equipamentos resulte em um desembolso de R\$ 14,9 bilhões, dos quais R\$ 1,5 bilhão para o setor agrícola e R\$ 2,2 bilhões no Programa Modermaq.

Uma outra ação relevante do Governo foi a implementação do Programa Computador para Todos, criado pela Lei do Bem, que possibilita acesso facilitado ao crédito, com linhas do BNDES e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Como consequência, o Programa vem possibilitando a aquisição de computador, por parte da população menos favorecida.



Cabe, ainda, destacar o fortalecimento da Zona Franca de Manaus. O Pólo Industrial de Manaus (PIM), que atualmente abriga 467 unidades fabris, praticamente duplicou nestes quatro anos, assim como os empregos gerados e a arrecadação federal, mostrando que, mesmo com os benefícios fiscais que a Lei concede, ele pode ser um grande contribuinte e grande exportador, com mais de US\$ 2 bilhões em exportações. O PIM teve um faturamento, até o mês de outubro de 2006, de US\$ 18,81 bilhões, representando um crescimento de 23,28% se comparado ao mesmo período do ano anterior. Os aparelhos celulares continuam sendo o principal produto da pauta de exportação, seguidos pelos concentrados para elaboração de bebidas, as motocicletas de 150 cilindradas e os aparelhos de barbear, que tiveram um incremento nas exportações de 25%, 9% e 69,22%, respectivamente.

O Governo, por meio da Suframa, tem como perspectiva manter sua participação nas negociações comerciais internacionais e a promoção comercial do modelo Zona Franca de Manaus, promovendo o desenvolvimento da região. Para isso, pretende-se participar ainda mais de feiras, seminários e fóruns empresariais e missões nacionais e internacionais para divulgação do Polo e potencialidades regionais e promover a IV Feira Internacional da Amazônia.

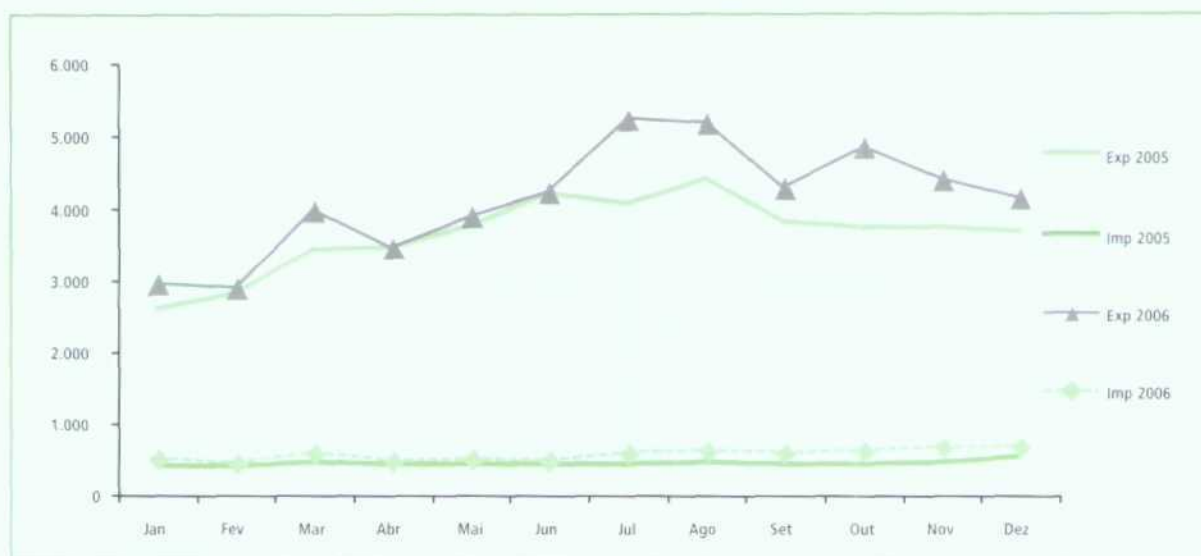
2. Agronegócio

Em 2006, o Governo manteve a prioridade para a política de desenvolvimento do agronegócio. Foi realizado um esforço adicional de apoio ao setor, compreendendo a implementação de normas para o rescalonamento dos prazos para pagamento das dívidas agropecuárias, especialmente as de custeio e investimento com vencimentos em 2006. As medidas que o Governo adotou visam preservar e fortalecer o agronegócio, setor que responde por cerca de 28% do PIB, 36% das exportações e 37% dos empregos, e conta com reconhecimento internacional de sua eficiência e competitividade.

Felizmente, o cenário atual – de redução dos custos dos insumos de produção, de elevação dos preços das commodities agrícolas e de aumento na utilização de mecanismos de proteção de produção e de garantia de preços – tem permitido a recomposição gradativa do poder de compra e de pagamento dos produtores rurais e a superação das dificuldades enfrentadas nas últimas duas safras.

As exportações do agronegócio, em 2006, totalizaram US\$ 49,422 bilhões, um recorde histórico para o setor. Em relação a 2005, as exportações apresentaram um aumento de US\$ 5,833 bilhões, o que significou uma taxa de crescimento de 13,4%. Com isso, as exportações do agronegócio corresponderam a 36% das exportações totais brasileiras no período, que foram de US\$ 137,47 bilhões. As importações apresentaram variação anual de 31%, totalizando US\$ 6,695 bilhões. Como consequência, registrou-se um superávit da balança comercial do agronegócio de US\$ 42,726 bilhões, também um recorde histórico.

Balança Comercial do Agronegócio - Evolução Mensal das Exportações e Importações: 2006 e 2005



Fonte: MAPA

Considerando o desempenho por setores, a maior contribuição para a expansão das exportações foi dada pelo complexo sucroalcooleiro, cujas vendas externas cresceram 65,9%, passando de US\$ 4,7 bilhões em 2005, para US\$ 7,7 bilhões em 2006. O acréscimo das exportações de açúcar e álcool (US\$ 3,1 bilhões) representou 53% do incremento do valor das exportações do agronegócio em 2006 (US\$ 5,8 bilhões). No caso do açúcar, houve aumento de 57,4% no valor das exportações, passando de US\$ 3,9 bilhões para US\$ 6,2 bilhões, resultado do aumento da quantidade exportada (4%, de 18,1 milhões de toneladas para 18,8 milhões de toneladas) e também dos preços. O valor exportado de álcool mais que dobrou, passando de US\$ 765,5 milhões, em 2005, para US\$ 1,6 bilhão em 2006. O volume exportado de álcool cresceu 31% e os preços foram 60% superiores.

Ainda em termos de contribuição para o aumento das exportações em 2006, destacaram-se os acréscimos das vendas externas dos seguintes setores: produtos florestais (9,4%; de US\$ 7,2 bilhões para US\$ 7,9 bilhões); carnes (5,5%; de US\$ 8,2 bilhões para US\$ 8,6 bilhões); café (14,8%; de US\$ 2,9 bilhões para US\$ 3,4 bilhões); cereais, farinhas e preparações (147%; de US\$ 292 milhões para US\$ 722 milhões); couros e produtos de couro (13,7%; de US\$ 3,1 bilhões para US\$ 3,5 bilhões); e sucos de frutas (32,4%; de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 1,6 bilhão).

As exportações de carnes totalizaram US\$ 8,641 bilhões, o que representou um crescimento de 5,5% em relação ao valor exportado em 2005. Cresceram as exportações de carne bovina e diminuíram as exportações de carne de frango e suíno. O valor exportado de carne bovina *in natura* aumentou 29,6% (de US\$ 2,4 bilhões em 2005 para US\$ 3,1 bilhões em 2006), resultado do incremento da quantidade exportada (12,9%) e dos preços (14,8%). Os valores exportados de carne de frango *in natura* e carne suína *in natura* diminuíram 12,1% e 11,8%, respectivamente.

O complexo soja registrou vendas externas de US\$ 9,308 bilhões, o que representou uma queda de 1,8% em relação ao valor exportado em 2005, US\$ 9,474 bilhões. A quantidade exportada manteve-se praticamente a mesma de 2005 (de 39,5 milhões de toneladas para 39,7 milhões de toneladas) e os preços foram levemente inferiores. Foram exportados 25 milhões de toneladas de

soja em grãos, 11% acima do volume exportado em 2005 (22,4 milhões de toneladas), o que gerou uma receita de US\$ 5,7 bilhões, 6% superior ao valor exportado em 2005. As exportações de farelo de soja e óleo de soja apresentaram reduções de 15,6% e 3%, respectivamente. Mesmo com a redução de receita, as exportações do complexo soja continuaram liderando as exportações do agronegócio, representando 18,8% das exportações do setor em 2006.

No que se refere às importações, em 2006, houve um crescimento de 31%, passando de US\$ 5,110 bilhões para US\$ 6,695 bilhões. Os produtos que se destacaram pelo incremento das importações foram: trigo (52%; de US\$ 649 milhões para US\$ 989 milhões); borracha natural (43%; de US\$ 269 milhões para US\$ 385 milhões); arroz (35%; de US\$ 129 milhões para US\$ 174 milhões); algodão (144%; de US\$ 41 milhões para US\$ 101 milhões); e milho (37,8%; de US\$ 57 milhões para US\$ 79 milhões).

Balança Comercial do Agronegócio - Exportações, Importações e Saldos: 2006 e 2005 (em US\$ milhões)

Setores	2006			2005			Var. %	
	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp
COMPLEXO SOJA	9.308	47	9.261	9.474	103	9.371	-1,7	-54,5
CARNES	8.641	130	8.511	8.194	136	8.058	5,5	-4,1
PRODUTOS FLORESTAIS	7.879	1.630	6.248	7.199	1.223	5.976	9,4	33,3
COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO	7.772	0	7.771	4.684	0	4.684	65,9	-7,1
COURO, PRODUTOS DE COURO E PELETERIA	3.471	211	3.260	3.054	169	2.885	13,7	24,8
CAFÉ	3.364	2	3.362	2.929	2	2.927	14,9	23,3
FUMO E SEUS PRODUTOS	1.752	30	1.722	1.707	22	1.684	2,6	35,6
SUCOS DE FRUTA	1.570	8	1.562	1.185	6	1.179	32,5	28,4
FIBRAS E PRODUTOS TÊXTEIS	1.389	444	945	1.526	238	1.288	-9,0	86,7
FRUTAS (INCLUI NOZES E CASTANHAS)	733	317	415	706	241	466	3,7	31,9
CÉREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES	722	1.630	-908	292	1.174	-881	147,2	38,9
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	562	262	301	444	226	218	26,6	15,7
PESCADOS	368	445	-77	405	297	107	-9,1	49,7
CACAU E SEUS PRODUTOS	362	131	232	387	114	273	-6,4	14,4
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	315	83	232	275	84	191	14,4	-1,0
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS	298	143	156	292	106	186	2,1	34,9
BEBIDAS	205	255	-49	201	188	13	2,1	35,3
CHÁ, MATE E ESPECTARIAS	171	22	149	136	23	113	26,3	-3,5
LÁCTEOS	169	155	14	151	121	29	11,9	27,8
PRODUTOS OLEAGINOSOS (exclui soja)	98	288	-190	144	212	-68	-31,7	35,9
ANIMAIS VIVOS	89	4	85	43	6	37	105,7	-43,1
RAÇÕES PARA ANIMAIS	73	110	-37	61	89	-29	20,7	23,1
PRODUTOS HORT., LEG., RAÍZES E TUBÉRCULOS	53	339	-285	52	323	-271	2,4	4,8
PLANTAS VIVAS E PROD. DE FLORICULTURA	30	9	21	26	6	20	14,8	55,8
PRODUTOS APÍCOLAS	28	0	28	25	0	25	12,9	152,2
TOTAL	49.422	6.695	42.726	43.589	5.110	38.479	13,4	31,0

Fonte: elaborado pela SRI / MAPA, a partir de dados da SECEX / MDIC.

As exportações apresentaram taxas positivas de crescimento para todos os principais blocos econômicos: União Europeia 25, 7,4%; Ásia, 9%; Nafta, 16%; Oriente Médio, 35,7%; Europa Oriental, 14,2%; e África, 20,9%. As diferentes taxas de crescimento resultaram em alterações na participação desses blocos como destinos das exportações. A União Europeia continuou na liderança, absorvendo 31,4% das exportações totais do agronegócio. A participação da Ásia foi de 19%, seguida pelo Nafta, cuja participação foi 16,1%. Vale a pena ressaltar o crescimento da participação do Oriente Médio (de 7,0% para 8,4%); Europa Oriental (de 8,2% para 8,3%); e África (de 6,5% para 6,9%).

Os principais países compradores de produtos do agronegócio brasileiro foram: Estados Unidos (US\$ 7 bilhões); Países Baixos (US\$ 4 bilhões); China (US\$ 3,8 bilhões); Rússia (US\$ 3,1 bilhões); Itália (US\$ 2,1 bilhões); e Alemanha (US\$ 2 bilhões). É importante destacar o elevado crescimento das exportações do agronegócio para os seguintes países: Irã (79,8%); Venezuela (64%); Egito (62%); e Emirados Árabes Unidos (47,9%).

Exportações do Agronegócio por Blocos Econômicos: 2006 e 2005 (em US\$ milhões)

Blocos	Janeiro-Dezembro		Var% 2006/2005	Participação	
	2006	2005		2006	2005
UNIÃO EUROPEIA 25 - UE 25	15.541	14.473	7,4	31,4	33,2
UNIÃO EUROPEIA 15 - UE 15	15.175	14.166	7,1	30,7	32,5
ÁSIA (EXCL.ORIENTE MÉDIO)	9.386	8.615	9,0	19,0	19,8
NAFTA	7.962	6.857	16,1	16,1	15,7
ORIENTE MÉDIO	4.148	3.057	35,7	8,4	7,0
EUROPA ORIENTAL	4.096	3.586	14,2	8,3	8,2
ÁFRICA	3.434	2.840	20,9	6,9	6,5
ALADI (EXCL.MERCOSUL)	2.009	1.734	15,9	4,1	4,0
MERCOSUL	1.459	1.299	12,3	3,0	3,0
DEMAIS DA EUROPA OCIDENTAL	519	437	18,8	1,1	1,0
OCEANIA	229	178	28,3	0,5	0,4
DEMAIS DA AMÉRICA LATINA	165	156	5,7	0,3	0,4

Fonte: elaborado pela SRT/MDA, a partir de dados da SAGEX/MDR.

Exportações do Agronegócio por Países: 2006 e 2005 (em US\$ milhões)

País	Janeiro-Dezembro		Var%	Participação	
	2006	2005		2006/2005	2006
ESTADOS UNIDOS	7.008	5.961	17,6	14,2	13,7
PAÍSES BAIXOS	4.032	3.978	1,4	8,2	9,1
CHINA	3.784	3.089	22,5	7,7	7,1
RÚSSIA	3.140	2.721	15,4	6,4	6,2
ITÁLIA	2.092	1.765	18,5	4,2	4,1
ALEMANHA	2.059	1.854	11,1	4,2	4,3
BÉLGICA	1.614	1.213	33,0	3,3	2,8
REINO UNIDO	1.536	1.543	-0,5	3,1	3,5
JAPÃO	1.472	1.717	-14,3	3,0	3,9
IRÃ	1.395	776	79,8	2,8	1,8
FRANÇA	1.258	1.372	-8,3	2,5	3,1
ESPAÑA	1.236	1.298	-4,8	2,5	3,0
ARGENTINA	1.004	881	13,9	2,0	2,0
HONG KONG	876	653	34,2	1,8	1,5
ARÁBIA SAUDITA	836	805	3,9	1,7	1,8
EGITO	822	507	62,0	1,7	1,2
EMIR. ÁRABES UNIDOS	729	493	47,9	1,5	1,1
VENEZUELA	669	408	64,0	1,4	0,9
CORÉIA DO SUL	641	619	3,6	1,3	1,4
CANADÁ	567	501	13,2	1,1	1,1
DEMAIS PAÍSES	12.654	11.435	10,7	25,6	26,2
TOTAL	49.422	43.589	13,4	100,0	100,0

Fonte: elaborado pela SRT/ MAPA, a partir de dados da SH-EX/ MDIC.

A situação de crise de renda do agronegócio, devido à significativa redução da safra de verão nos Estados atingidos por estiagem, e aos efeitos indiretos da gripe aviária e aos baixos preços das *commodities* agrícolas – exigiu medidas emergenciais do Governo, em 2005 e 2006.

Houve a edição de normas, nesses dois últimos anos, que prolongaram prazos de pagamento das dívidas de custeio e investimento dos produtores e suas cooperativas, especialmente daqueles que se dedicam ao cultivo de algodão, de arroz, de milho, de trigo e de soja. Além disso, R\$ 3 bilhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) foram destinados ao refinanciamento de débitos de produtores rurais ou cooperativas, inclusive aqueles não amparados pelo crédito rural ou

contraídos junto a fornecedores de insumos. Também foi autorizado o refinanciamento, por um prazo de cinco anos, das parcelas vencidas em 2005 e 2006, de dívidas amparadas pela securitização, Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) e o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop).

Neste cenário, é importante salientar o esforço realizado pelo Banco do Brasil, principal financiador do agronegócio, que adotou medidas importantes para possibilitar o refinanciamento de cerca de 99% dos contratos passíveis de renegociação, totalizando aproximadamente R\$ 5,8 bilhões. Dentre essas medidas, destacam-se a automatização de etapas do processo de renegociação e a flexibilização de garantias.

O Governo desembolsou mais de R\$ 2,6 bilhões no apoio direto à comercialização de 21,7 milhões de toneladas de algodão, de arroz, de feijão, de milho, de semente de soja, de soja, de sisal, de sorgo, de fécula de mandioca e de trigo. Os desembolsos incluíram R\$ 883,7 milhões em Aquisições do Governo (AGF) e manutenção de estoques, R\$ 692,2 milhões por meio do prêmio ao escoamento de produto (PEP), R\$ 323,1 milhões em prêmios de risco para o lançamento de opções privadas (Prop) e R\$ 658,2 milhões em equalização paga ao produtor (Pepro). A atuação do Governo no apoio à comercialização contribuiu para minimizar a queda de renda resultante dos baixos preços dos produtos agrícolas.

No que se refere aos estoques públicos, foram estocados 2,6 milhões de toneladas de produtos agrícolas em 2006, sendo que os custos de aquisição e manutenção dos estoques foram de R\$ 883,7 milhões, até novembro de 2006. Para 2007, a previsão é de que seja formado um estoque de cerca de quatro milhões de toneladas de produtos agrícolas, sendo que os custos de aquisição e manutenção desse estoque foram estimados em R\$ 2,3 bilhões. Espera-se, também em 2007, poder viabilizar as aquisições via AGF e Contratos de Opção, também para a Agricultura Familiar, aos preços estabelecidos pelo Comitê Gestor. Estão previstos, neste exercício, investimentos da ordem de R\$ 10,0 milhões para modernização e manutenção da rede armazenadora própria da Conab, atendendo 96 unidades.

O Programa de Abastecimento Agro-Alimentar realizou a concessão de crédito rural da ordem de R\$ 4,1 bilhões de janeiro a agosto de 2006. Os negócios com Cooperativas representaram cerca de R\$ 1,5 bilhão em crédito aplicado, com o lançamento de linha de crédito com recursos do FAT, para financiar o capital de giro das atividades das cooperativas. As operações com Cédula do Produtor Rural (CPR) alcançaram R\$ 2,3 bilhões, até novembro de 2006, com mais de 34 mil operações realizadas por produtores e cooperativas. No mesmo período, os Negócios Eletrônicos, por meio do Balcão de Agronegócios (Agronegócios-e), somaram aproximadamente R\$ 1,7 bilhão, sendo 69,6% em insumos, 20,4% em CPR e 10% em outras operações, totalizando 63.115 transações.

Estruturalmente, uma das prioridades da política agrícola para fomentar a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio nacional tem sido elevar a oferta de crédito para custeio da produção, com destaque para o Plano Agrícola e Pecuário. O montante de recursos do crédito rural oficial mais do que dobrou nos três últimos anos, atingido a marca de R\$ 50 bilhões na Safra 2006/2007, além dos R\$ 10 bilhões destinados ao financiamento da agricultura familiar. O volume de recursos para custeio e comercialização, a juros controlados, superou em 44% o da safra 2005/2006, atingindo 73% de todo o crédito rural oficial disponível para essas finalidades. Na Safra 2006/2007, 81% do total de recursos disponibilizados pelo crédito rural à agricultura (empresarial e familiar) possuem taxas de juros controladas, contra 77% na safra passada.



Além da elevação de recursos oficiais do crédito rural, o Governo, por intermédio do Mapa, tem desenvolvido novos instrumentos de fortalecimento da competitividade do setor do agronegócio, a exemplo do Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e do *Warrant* Agropecuário (WA). Trata-se de novos instrumentos de crédito que objetivam atrair recursos privados para o financiamento do agronegócio.

Para a melhoria do abastecimento interno e a redução dos entraves à comercialização, a Conab tem utilizado os seguintes instrumentos de intervenção: o Valor de Escoamento do Produto (VEP), o Prêmio de Escoamento do Produto (PEP), o Prêmio de Risco Para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (Prop), o Prêmio para Equalização do Valor de Referência da Soja em Grãos (PEP Soja) e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro), cujos desempenhos foram os seguintes, em 2006:

- VEP: negociadas 320 mil toneladas, no montante de R\$ 76,7 milhões, para abastecimento de alguns dos Estados do Norte (AM, PA e TO), Sudeste (ES e MG) e Nordeste (AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN e SE);
- PEP: negociadas 3.948,9 mil toneladas de algodão, de arroz, de milho e de trigo, no valor de R\$ 328,6 milhões, atendendo as regiões Sul e Centro-Oeste;
- Prop: negociadas na região Sul, Sudeste (SP e MG), Centro-Oeste, Nordeste (BA, MA, e PI) e Norte (PA), 3.975,4 mil toneladas de arroz, de milho, de raiz de mandioca e de soja, no valor de R\$ 323,1 milhões;
- PEP Soja: as regiões atendidas foram o Sudeste (MG), o Centro-Oeste (MS, GO, DF e MT), o Norte (RO, TO e PA) e Nordeste (BA, MA e PI) com um total negociado de 5.194,4 mil toneladas, no valor de R\$ 360,1 milhões;
- Peppo: negociadas 6.029,4 mil toneladas de algodão, de milho e de soja no valor de R\$ 658,2 milhões, nas regiões Sudeste (SP e MG), Centro-Oeste, Norte (RO, TO e PA) e Nordeste (BA, MA e PI), sendo liquidado R\$ 36,4 milhões até novembro/2006.

Na política de gestão e minimização dos riscos associados à atividade agropecuária, foram fortalecidas as ações de meteorologia e climatologia, zoneamento agrícola de risco climático e o seguro rural. A necessidade de melhorar o índice de acerto da previsão do tempo e clima levou o Governo a implementar um conjunto de medidas vinculadas à coleta e transmissão dos dados, por meio da modernização da Rede Meteorológica Nacional. Tais medidas proporcionaram impactos diretos na sociedade e na economia, em especial nos setores de defesa civil, agricultura, energia, transportes, e turismo, por meio da disseminação antecipada de alertas e avisos. Em 2006, foram adquiridas e iniciadas as instalações de 250 estações meteorológicas automáticas, sendo 83 estações com recursos do Projeto Piloto de Investimentos (PPI) e 167 com recursos do orçamento do MAPA. Em 2007, está prevista a aquisição de 25 estações meteorológicas com recursos do PPI e a finalização das instalações.

Em relação ao zoneamento agropecuário de risco climático – que visa indicar a melhor época de plantio das culturas para cada município, com o objetivo de minimizar a chance de que as adversidades climáticas coincidam com a fase mais sensível de desenvolvimento das culturas – ampliaram-se os estudos em 2006, tendo sido concluídos 220 zoneamentos. Esses zoneamentos

contribuíram significativamente para minimizar as perdas de safras agrícolas por eventos climáticos. As culturas que já possuem zoneamento agrícola são: algodão, arroz, banana, café, caju, cevada, feijão, feijão-caupi, mamona, mandioca, maçã, milho, soja, sorgo, trigo e uva.

Por sua vez, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural foi ampliado de forma a amparar, além da modalidade agrícola, as modalidades de seguro pecuário, florestal e aquícola. De sete culturas beneficiadas em 2005, o Programa passou, em 2006, a amparar todas as culturas desenvolvidas pelos produtores rurais que contam com produtos de seguro aprovados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). Os limites financeiros, que em 2005 eram de R\$ 12 mil para frutas e de R\$ 7 mil para as demais culturas, foram elevados para R\$ 32 mil, possibilitando ao produtor com atividades diversificadas ser beneficiado com subvenção de até R\$ 192 mil. Ao Programa de Subvenção foram destinados, em 2006, recursos da ordem de R\$ 60,9 milhões.

Na previsão e monitoramento de safras agrícolas, a Conab vem utilizando metodologia de eficiência comprovada, denominada Projeto Geosafra. O Geosafra tem por finalidade aprimorar o sistema de estimativas das safras agrícolas brasileiras, com o apoio de uma rede multistitucional e o uso de geotecnologias, como o sensoriamento remoto, GPS (*Global Positioning System*) e Sistemas de Informações Geográficas no mapeamento e monitoramento das culturas, de aplicação de modelos agrometeorológicos nos prognósticos de rendimento diante das condições climáticas nos períodos cruciais do desenvolvimento da planta e, ainda, de levantamentos de dados de campo como apoio nas estimativas de área e de produtividade.

Outro projeto que integra um universo mais amplo das informações do agronegócio é o SIGABrasil – Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira. O SIGABrasil destina-se a subsidiar as decisões da comunidade do agronegócio, tendo em vista que a logística do setor envolve uma estrutura de informações que, por natureza, necessita ser trabalhada de forma integrada. A confiabilidade e a qualidade das informações pertinentes a esse ambiente são aprimoradas por meio de ferramentas como os mencionados GPS e sensoriamento remoto, e são tratadas e disponibilizadas por meio de um Sistema de Informações Geográficas (SIG).

Na área de agroenergia, dado o ótimo ambiente de preços dos produtos do complexo sucroalcooleiro no mercado internacional e o aumento da demanda interna de álcool combustível, as linhas de atuação do Governo, em 2006, basearam-se na negociação dos critérios técnicos para a distribuição de cotas de importação de açúcar pelo mercado norte-americano, na atuação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool, e no fomento à co-geração de energia elétrica por meio do bagaço de cana-de-açúcar, buscando privilegiar a adoção de tecnologias mais eficientes. Destacam-se, também, as ações de suporte ao desenvolvimento da produção agrícola de outros biocombustíveis, como a mamona e a palma, considerada matéria-prima para o setor no médio e longo prazo.

Parcela significativa da crescente participação brasileira no mercado agropecuário deve-se ao sucesso da ação governamental em acordos e disputas comerciais. Na área de negociações comerciais agrícolas internacionais, o Governo Federal teve participação intensa em 2006. O País marcou presença na Reunião Mini-Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) ocorrida em julho, em Genebra, além das Reuniões Ministeriais do G-20, no Rio de Janeiro, e do Grupo de Cairns, na Austrália.



Com relação aos acordos comerciais bilaterais, houve avanços significativos nos seguintes setores: Mercosul; área de livre comércio com Israel e com o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG); acordo de preferências com a União Aduaneira Sul-Africana (SACU) e o aprofundamento do acordo com a Índia. Ressalte-se, ainda, a retomada das negociações com a União Européia, na qual a agricultura é tema central.

Destaca-se, também, a criação e a consolidação de fóruns bilaterais de discussão de temas agropecuários, intitulados Comitês Consultivos Agrícolas (CCA). Em 2006, foram criados CCAs com a Índia, África do Sul e Canadá. Propostas nesse sentido foram igualmente encaminhadas para a Rússia, Israel e Indonésia.

No âmbito da integração regional, foram fortalecidas as reuniões de monitoramento de comércio bilateral do Brasil com a Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Peru, as quais têm contribuído significativamente para a solução de questões que restringem o aumento do fluxo de comércio do Brasil com esses países. No ano de 2006, a Venezuela passou a ser membro pleno do Mercosul, e a adesão aos compromissos do Bloco por aquele país está sendo negociada por um grupo *ad hoc*.

Ainda no âmbito do Mercosul, o Governo empenhou-se na internalização de acordos fitossanitários relativos ao comércio regional de agroquímicos (agrotóxicos). Nesse sentido, o Decreto nº 5.981, de 6.12.2006, que dá nova regulamentação para o registro por equivalência de agroquímicos (registro de "genéricos"), deve possibilitar não apenas a solução favorável de pendências de longo prazo do Brasil no âmbito do Mercosul, mas, principalmente, contribuir de forma significativa para a desoneração do setor produtivo, aumentando a competitividade do agronegócio empresarial e familiar.

Com o incremento contínuo das exportações do complexo de produtos agropecuários, torna-se necessário adquirir mais eficiência no combate à fraude e nas ações de supervisão, auditoria e fiscalização sanitária e fitossanitária dos produtos em trânsito internacional, minimizando a possibilidade de introdução e disseminação de doenças e pragas exóticas que possam comprometer a saúde dos animais e vegetais e nossa competitividade. Vale ressaltar, também, as ações, previstas para 2007, de análises físicas e periciais de agrotóxicos, seus componentes e afins, além do estabelecimento de laboratórios de referência em organismos geneticamente modificados, agrotóxicos e resíduos, da implantação do Sistema Informatizado Rede Clav (Coordenação de Laboratórios de Análise Vegetal). Há, ainda, importantes ações de controle e erradicação de pragas, a serem implantadas em 2007, dinamizando as exportações de vegetais e da fruticultura.

Nos últimos três anos, o reconhecimento da qualidade do Serviço de Inspeção Federal (SIF) por autoridades sanitárias internacionais – Canadá, União Européia e Estados Unidos – assegurou o aumento das exportações brasileiras. O esforço da área vegetal garantiu a manutenção das exportações de soja para a China e de manga para o Japão e Estados Unidos. Hoje o Brasil responde por 38% da soja, 82% do suco de laranja, 29% do açúcar, 28% do café em grãos, 44% do café solúvel, e 23% do tabaco consumidos mundialmente.

Para manter o status sanitário vigente nas áreas vegetal e animal, frente à ameaça constante de entrada de doenças não existentes em nosso território, foram intensificadas medidas preventivas contra doenças como a Encefalopatia Espongiforme Bovina BSE (doença da vaca louca), influenza aviária e demais pragas e doenças exóticas dos animais e vegetais, mediante o fortalecimento dos sistemas de fiscalização e de inspeção do trânsito internacional de animais, vegetais e de produtos agropecuários. Foram implantadas, em 2006, 113 Unidades de Vigilância Agropecuária nos portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais.

Para o combate a febre aftosa, em 2005 e 2006, o Governo destinou R\$ 33 milhões para as ações de controle sanitário e de apoio à população das áreas atingidas. Toda a região com animais suspeitos de infecção pela febre aftosa foi isolada, montaram-se dezenas de postos de fiscalização e 35 equipes técnicas foram deslocadas aos Municípios afetados. O abate dos animais doentes e suspeitos foi realizado, bem como o pagamento das indenizações e dos auxílios financeiro e alimentício às famílias que sofreram restrições econômicas em razão do combate à doença.

Por sua vez, a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal e dos insumos agropecuários depende da aplicação de procedimentos que garantam o cumprimento de normas e padrões referentes aos aspectos higiênico-sanitários, tecnológicos e de identificação das características dos produtos. O objetivo é aliar segurança à saúde do consumidor. Nesse sentido, em 2007, o Governo pretende: (i) estabelecer normas regulamentares de prevenção, controle e monitoramento dos fatores que afetam a segurança dos alimentos; (ii) revisar o Sistema de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários; (iii) tornar obrigatória, em todo o território nacional, a inspeção dos produtos de origem vegetal industrializados, processados, semiprocessados ou minimamente processados, in natura, seus subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico; e (iv) estabelecer parcerias com associações e lideranças do agronegócio.

Consoante os aspectos de segurança alimentar, o Governo envida esforços na organização de cadeias produtivas, observando os critérios de sustentabilidade e rastreabilidade. O cooperativismo possui, também, papel de fundamental importância, a exemplo das perspectivas de extensão da ação cooperativista para o Mercosul, da capacitação de cooperados, com inclusão do público jovem e priorização das regiões Norte e Nordeste. Vale ressaltar, ainda, a importância do fomento, em 2007, de sistemas agroecológicos de produção, com destaque para a cacauicultura, cuja produção alcançará 200 mil toneladas neste ano.

No âmbito multilateral, destaca-se a atuação do Brasil na defesa da implementação do princípio da regionalização para as questões de natureza sanitária, significante para países de dimensões continentais. No Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC, efetuou o seu compromisso no que se refere à notificação de regulamentos nacionais aos demais Membros. Em 2006, foram notificados mais de 100 regulamentos nacionais. Um reflexo da crescente atenção que nosso País tem despertado no cenário internacional agropecuário é o crescimento do número de missões estrangeiras nas áreas de inspeção de produtos de origem animal e vegetal recebidos pelo Brasil. Consciente desse cenário, o Governo, por intermédio do Mapa, tem envidado esforços na negociação e conclusão de acordos sanitários e fitossanitários internacionais, somando, até a presente data, 80 acordos em vigor e mais 41 em processo de negociação.

Foram realizadas, em 2006, negociações para superação de barreiras de natureza sanitária. Como resultado positivo, obteve-se acesso, entre outros, aos seguintes mercados: de carne suína processada e de mamão papaia, dos Estados Unidos da América; de lácteos, carne bovina e aves, da China; de algodão, do Equador; sêmen e embriões, da Colômbia; e de carnes bovinas e suína, da Ucrânia. Obtiveram sucesso, também, as gestões realizadas junto às autoridades sanitárias da Rússia para a liberação de Estados brasileiros à exportação de carne bovina e suína para aquele país.

O Governo recebeu, também, diversas missões estrangeiras de inspeção com vistas à habilitação de estabelecimentos brasileiros à exportação, como foi o caso de missão romena (carne suína) e norte-americana (carne bovina processada), que visitaram o Brasil, em 2006.

Foi promovida, igualmente, uma aproximação estratégica com Portugal e Espanha, visando entender mais profundamente a aplicação dos requisitos sanitários europeus nos países membros da União Européia, incluindo o estreitamento da colaboração entre os técnicos, e o desenvolvimento de projetos de cooperação técnica, sendo dois especialmente importantes: laboratórios e pescados.

O Programa de Desenvolvimento da Fruticultura, que representa importante instrumento para a promoção da competitividade de agropecuária, objetiva elevar os padrões de qualidade das frutas ao patamar de excelência requerido pelos mercados, tais como: sustentabilidade econômica, social e ambiental, rastreabilidade, racionalização do uso de agroquímicos, água e combustível. No contexto desse Programa, institucionalizaram-se 14 normas técnicas específicas de Produção Integrada de Frutas (PIF), das seguintes espécies: maçã, manga, uva, melão, citros, mamão, banana, caju, maracujá, figo, goiaba, coco, pêssego e caqui.

A implantação do Sistema Agropecuário de Produção Integrada (Sapi) reflete a preocupação do Brasil em ofertar alimento seguro, produzido de acordo com parâmetros e sistemas de produção sustentável.

Quanto às atividades de promoção comercial, o foco esteve na produção de informações sobre o comércio exterior do agronegócio brasileiro, na organização interna para exportação (com ênfase na integração por meio da formação de consórcios e condomínios rurais) e na realização de eventos no exterior. Além disso, foi desenvolvido um sistema de informação do comércio exterior do agronegócio brasileiro, o AgroStat Brasil, que já conta com mais de 1.600 usuários cadastrados. Foi criado o portal de informações de comércio exterior do agronegócio, que disponibiliza informações de comércio exterior por intermédio de acesso ao AgroStat Brasil e às publicações produzidas sobre comércio externo do agronegócio.

A área de integração para exportação intensificou o desenvolvimento do Programa de Integração do Agronegócio para Exportação, composto dos seguintes projetos: (i) Fomento da Exportação (AgroEx), que realizou cinco seminários para a sensibilização dos diversos setores do agronegócio para exportar; (ii) Formação da Cultura de Integração Contratual, que ofereceu um curso destinado aos exportadores e instituições que auxiliam o agronegócio; (iii) Manual de Procedimentos para Exportação, denominado manual "Caminhos para Exportar", com a síntese das documentações e certificações necessárias para o empresário do agronegócio realizar suas exportações; e (iv) Desenvolvimento da Integração Contratual, em que se apoiou a formação de Condomínios Rurais e Consórcios Contratuais de Exportação, como projetos-piloto.

Quanto à realização de eventos no exterior, cabe citar: (i) Campanha de Promoção do Alimento Brasileiro na Copa da Alemanha, que consistiu na promoção do agronegócio brasileiro por meio de ações de difusão e valorização do alimento brasileiro na Alemanha, durante a copa do mundo de futebol; (ii) dois eventos sobre biocombustíveis na Holanda, na forma de uma mesa redonda para técnicos de instituições públicas e universidades e um Seminário para empresários e imprensa; (iii) organizou-se uma missão prospectiva à França por ocasião do Salão Internacional de Alimentação, com uma programação desenvolvida para representantes de setores exportadores do agronegócio brasileiro, incluindo visitas a estabelecimentos comerciais, centros de distribuição, porto do Havre; e (iv) apoio à organização de seminário sobre energias renováveis na feira Pollutec, em Lyon, França, em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), para divulgar a experiência brasileira com biodiesel e etanol.

O fomento à pesquisa e à produção e geração de novas tecnologias são áreas prioritizadas pelo Governo. A biotecnologia, a nanotecnologia, a engenharia genética e a agroenergia formaram bases para mecanismos diferenciais de competitividade do País que, aplicados às cadeias agroindustriais, são capazes de agregar valor aos produtos finais, beneficiando as indústrias alimentar, farmacêutica, energética e química. Em 2006, o Governo envidou esforços para o estabelecimento de nova política institucional sobre inovação tecnológica e propriedade intelectual na agropecuária nacional. Pesquisas para aplicações de biotecnologia e nanotecnologia na agricultura alimentar e energética serão prioritários, em 2007, assim como aquelas que auxiliem a prevenção e o controle de pragas e doenças exóticas.

Em 2006, o Governo trabalhou com uma carteira de 808 projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em temas estratégicos e inovadores. Por meio de parcerias, a Embrapa manteve o pioneirismo em áreas como biotecnologia, clonagem de animais, seqüenciamento genético e lançamento de cultivares adaptadas às diversas regiões do País. Até o momento, foram geradas 47 novas cultivares, realizados 136 monitoramentos e zoneamentos agropecuários, lançadas 47 novas metodologias científicas de trabalhos, criados 39 novos processos agropecuários, lançados 46 novos *softwares*, além de sete novas estirpes ou variedades de microorganismos. Também por meio das ações de pesquisa, contribuiu-se para o desenvolvimento do agronegócio em bases sustentáveis, bem assim para o planejamento de ações voltadas para o desenvolvimento territorial.

Ainda em 2006, foram desenvolvidos temas relevantes para o cenário nacional e internacional. Agroenergia é o principal deles. Foi criada a Embrapa Agroenergia, cuja missão é a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação de produtos tecnológicos para a nova matriz energética, com base na agricultura. No desenvolvimento da agroenergia, o principal desafio da Embrapa é a criação das Empresas de Propósito Específico (EPE). Trata-se de uma necessidade para a estruturação de redes, como a rede do etanol e a rede do biodiesel. Destaca-se, ainda, a criação do Marco Referencial em Agroecologia, plataforma de agroecologia, pesquisas em biologia avançada, trabalhos em aquicultura, sistema de integração lavoura-pecuária-floresta e participação da Embrapa no banco de proteção de cultivares.

As ações em transferência de tecnologia, difusão e cooperação internacional, também tiveram ênfase em 2006, com destaque para a criação do escritório da Embrapa na África e dos Labex Europa na França e Holanda.

3. Turismo

O turismo, como uma das principais atividades econômicas em crescimento no Brasil, tem papel fundamental para redução das desigualdades regionais e sociais. O setor envolve milhares de pequenos negócios em todo o País – taxistas, lojistas, guias turísticos, restaurantes, meios de hospedagem, artesãos e agências de viagens, entre outros. Dessa forma, o fomento ao aumento da competitividade dos destinos turísticos, com a implementação de projetos e ações para o incremento dos produtos e serviços ofertados em todos os elos da cadeia produtiva do setor, tem sido prioridade.



a) Plano Nacional do Turismo

A atuação do Governo se orienta pelas diretrizes definidas no Plano Nacional do Turismo (PNT), que estabelece um conjunto de Programas alinhados com o Plano Plurianual 2004/2007, que são desenvolvidos e implementados de forma integrada e articulada, constituindo esta integração uma das garantias do sucesso dos resultados apresentados.

Em 2006, para o desenvolvimento das ações do PNT, foram realizadas reuniões regulares do Conselho Nacional de Turismo e das suas 10 Câmaras Temáticas, dos Fóruns Estaduais de Turismo e do Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, além de outras ações relacionadas a diversos programas, cuja implementação se dá de forma descentralizada e articulada com vários parceiros localizados nas diferentes regiões do País. Essas ações têm como pressupostos básicos a ética e a sustentabilidade, e como princípios orientadores a redução das desigualdades regionais e sociais, a geração e distribuição de renda, a criação de novos empregos e ocupações e a geração de divisas para o Brasil.

As metas estabelecidas no PNT deverão ser atingidas até o ano de 2007, não obstante uma certa retração registrada em 2006, em função dos impactos decorrentes da crise de uma das empresas aéreas. As metas para o período de 2007 a 2010 foram estabelecidas em documento referencial, desenvolvido por solicitação do Conselho Nacional de Turismo, denominado Turismo no Brasil 2007/2010.

Para orientar o Plano, o Governo tem investido na realização de pesquisas que propiciem o conhecimento do comportamento e das tendências do turismo nacional e internacional. Entre os principais trabalhos, desenvolvidos em 2006, estão: (i) Boletins de Desempenho Econômico do Turismo; (ii) Estudo da Demanda Turística Internacional – 2004/2005/2006; (iii) Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo; (iv) Cartas de Conjuntura; (v) Estudo da Demanda Turística Doméstica – 2006; (vi) Estudo da Demanda Turística em Aeroportos – 2006; (vii) Meios de Hospedagem – Estrutura de consumo e impacto na economia; e (viii) Compilação e divulgação mensal de dados sobre a movimentação de embarque e desembarque de passageiros nacionais e internacionais.

Foi elaborada, ainda, a Conta Satélite de Turismo Experimental, metodologia recomendada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), para dar apoio às ações, acompanhar e avaliar a implementação da política de turismo, seu reflexo no mercado e o estabelecimento de bases comparativas. Em 2006, dando continuidade ao desenvolvimento da metodologia de Conta Satélite do Turismo, foram calculados os indicadores econômicos e sociais do setor no Brasil, a partir de pesquisas do IBGE.

b) O Setor Turismo Continua Crescendo no Brasil Acima da Média Mundial

No exercício de 2006, foi aplicado o valor de R\$ 1,409 bilhão (excluídos os gastos com pessoal ativo e inativo), na implementação das ações do setor, o que corresponde a um crescimento próximo a 96,7% em relação a 2005, ano em que foram gastos R\$ 716,3 milhões. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o setor turístico gerou 292 mil novos empregos formais, de janeiro de 2003 a novembro de 2006. Estudos realizados pelo Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB), mostram que para cada emprego formal gerado no setor de turismo, outros dois informais são criados. Sendo assim, pode-se afirmar que, no citado período, o Setor gerou 878 mil novas ocupações para o País.

Outros resultados significativos, até novembro de 2006, são:

i) o desembarque de 5,8 milhões de passageiros de vôos internacionais em 2006 (inclui brasileiros voltando do exterior e turistas estrangeiros);

ii) o desembarque de passageiros de vôos nacionais foi de 42,3 milhões, 8,1% acima do verificado no mesmo período de 2005 (39,1 milhões de passageiros);

iii) o País alcançou a receita cambial turística de US\$ 3,92 bilhões, superior em 11,81% ao mesmo período do ano de 2005 (US\$ 3,50 bilhões). Até dezembro, a estimativa de entrada de divisas com o turismo em 2006 é de US\$ 4,3 bilhões, o que levaria o Brasil à marca de cinco anos consecutivos de crescimento. Considerando a série histórica mensal, percebe-se que esse crescimento é consistente e que, com exceção de setembro, em todos os outros meses de 2006 houve aumento de gastos de estrangeiros no Brasil em relação aos mesmos meses do ano anterior. O Banco Central do Brasil, que registra essa estatística desde 1969, apontou o recorde mensal de toda a história do setor em março de 2006, quando foi alcançado o resultado de US\$ 453 milhões de receita cambial turística.

c) Regionalização do Turismo e o Salão Brasileiro do Turismo 2006

Visando nortear as ações do Governo para o período 2007/2010, o Governo Federal promoveu, em outubro de 2006, o 1º Encontro Nacional do Programa de Regionalização do Turismo, com o objetivo de identificar as demandas de infra-estrutura e de qualificação das regiões turísticas que integram 87 roteiros priorizados pelo Governo Federal em articulação com os Estados e os Fóruns Estaduais de Turismo. Por meio desse Programa, o Governo promove a integração e a cooperação entre os municípios, amplia e qualifica o mercado de trabalho, impulsiona uma melhor distribuição de renda e inclusão social, aumenta o tempo médio gasto pelo turista na região e apresenta alternativas de desenvolvimento aos Municípios sem potencial turístico.

A realização da segunda edição do Salão do Turismo, em junho de 2006, em São Paulo, com a participação de agentes públicos e privados, profissionais de turismo e o público em geral, abriu perspectivas de desenvolvimento socioeconômico para diferentes regiões, ofertando novos produtos e inserindo novos segmentos da população no mercado do turismo, seja pela oferta de novos postos de trabalho, seja pela ampliação do consumo para faixas de renda até então excluídas.

Nesse Salão foram apresentados os roteiros turísticos no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo para 109,4 mil visitantes, os quais também tiveram a oportunidade de conhecer outros 396 roteiros, envolvendo 149 regiões e 1.027 Municípios. A inovação do Salão foi a possibilidade de comercialização direta dos destinos apresentados.

d) Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo

Os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo, Prodetur Nordeste II, Prodetur JK e Proecotur II visam o desenvolvimento sustentável da atividade turística em grandes regiões do País. Cada região é objeto de um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), instrumento fundamental para a execução dos Programas. Cada



Plano é validado de forma participativa por meio dos Conselhos de Turismo dessas regiões, denominadas de polos turísticos. Os PDITS são instrumentos de planejamento que traçam estratégias desse desenvolvimento sustentável da região, tendo o turismo como vetor de desenvolvimento, e definem as ações de investimentos a serem implementadas de forma integrada. A experiência acumulada com o Prodetur NE I e os PDITS deram ênfase ao papel do município no desenvolvimento desses Programas, principalmente por serem eles os detentores dos ativos turísticos e, em última instância, as localidades que irão receber os impactos da atividade.

Os Programas não são voltados exclusivamente à implantação de infra-estrutura pública em regiões turísticas, mas também ao desenvolvimento integrado dessas regiões, abarcando uma larga gama de ações, que vão desde a elaboração de planos diretores municipais e do fortalecimento da gestão administrativa e fiscal do Município, até a gestão do turismo estadual, a capacitação de mão-de-obra e empresarial, estudos de mercado turístico, planos de gestão ambiental, planos de marketing, além das intervenções em infra-estrutura de transporte, de saneamento ambiental e de conservação de patrimônio histórico. São Programas que visam promover o desenvolvimento local e a qualidade de vida de sua população.

O Prodetur NE II abrange os nove estados da Região Nordeste e a parte norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, compreendendo 14 Pólos, envolvendo 113 Municípios. Até 2006, cinco desses Estados conseguiram celebrar empréstimos no valor global de US\$ 240 milhões, com o Banco do Nordeste, instituição responsável pelo repasse dos recursos do BID: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. O Governo, por intermédio do Ministério do Turismo repassou, em 2006, a esses 11 Estados, incluindo aqueles que ainda não obtiveram recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o montante de R\$ 26 milhões, a título de contrapartida federal ao Programa. Ainda no âmbito do Prodetur NE II, estão sendo realizados estudos de *Aperfeiçoamento dos Programas Regionais, visando o alívio da pobreza na região, em parceria com o Banco Mundial.*

O Governo vem trabalhando, ainda, em outros dois programas análogos aos já citados: o Proecotur, para a região da Amazônia Legal, cuja Fase I, em conclusão, está sendo executada em parceria entre os Ministérios do Turismo e do Meio Ambiente. Nessa primeira fase, o Governo Federal repassou recursos ao estado do Amazonas para elaboração do plano estratégico para o desenvolvimento turístico na região de Parintins.

Finalmente, o Prodetur JK, que abrange a região central e sudeste do País, teve a sua fase inicial implementada com a preparação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo e a elaboração de uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) visando o desenvolvimento do turismo na região do cerrado brasileiro.

e) Infra-estrutura do Turismo

Foram investidos, em 2006, R\$ 605,5 milhões em infra-estrutura do turismo. Esse valor é 48,9% superior aos investimentos realizados em 2005. Os recursos foram aplicados em melhoria e recuperação da infra-estrutura dos Municípios, saneamento básico e miniestações de esgoto, melhorias de marinas e pontos náuticos, reurbanização de orlas marítimas e fluviais, melhoria do acesso ferroviário e rodoviário, recuperação de mercados, feiras e pontes. Também foi contemplada a construção, ampliação e reforma de centros de eventos, parques de exposições, parques ecológicos, terminais de turismo, acampamentos, centros de cultura, teleféricos e mirantes, além de escolas destinadas à qualificação de profissionais para os setores de hotelaria, entre outros.

Foi firmado convênio entre o Governo Federal e a Infraero para a ampliação e modernização da infra-estrutura aeroportuária de 11 Municípios: Brasília; Boa Vista; Fortaleza; Goiânia; Guarulhos; João Pessoa; Macapá; Rio de Janeiro; Salvador; São Paulo; e Vitória. O incremento do fluxo turístico nacional e internacional em níveis acima da média mundial foi um dos fatores preponderantes para que o Ministério do Turismo participasse diretamente da reestruturação dos aeroportos brasileiros.

f) Serviços Turísticos e Produção Associada ao Turismo

O Programa Nacional de Qualificação Profissional e Empresarial, lançado em 2006, atende 46 mil pessoas no País, em parceria com Estados, Municípios, iniciativa privada e organizações não-governamentais. Para incrementar a competitividade do turismo brasileiro, foi priorizada a Certificação de Pessoas, de Turismo de Aventura e de Sustentabilidade de Meios de Hospedagem.

Em 2006, foram desenvolvidas 19 normas brasileiras referentes à gestão de segurança - diretrizes, auditores e requisitos; competência mínima para condutores de seis atividades de turismo de aventura; e produtos e procedimentos para nove atividades de turismo de aventura.

No que se refere ao Turismo de Aventura, encontra-se em implementação a certificação para 225 empresas e qualificação e certificação de 2.500 condutores em 15 destinos. Para os meios de hospedagem, está em implementação, em 565 empresas de 30 destinos, a norma de sustentabilidade, que relaciona os requisitos econômico, ambiental e social mínimos para uma atuação responsável no turismo.

Em parceria com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Associação Brasileira de Bares, Restaurantes e Similares (Abrasel), foi dada continuidade à implementação, em 2006, do Programa de Alimento Seguro no Turismo, com a qualificação de 5.632 manipuladores de alimentos e atendimento a 662 empresas.

Para a dinamização econômica das comunidades locais, com a geração de renda e trabalho, o Governo apoiou, em 2006, projetos como a criação de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares em áreas de pobreza e com potencial turístico, e as oficinas de desenvolvimento de produtos artesanais ao exigente mercado turístico, que beneficiaram diretamente cerca de 900 artesãos com cursos voltados ao fortalecimento organizacional e ao empreendedorismo. O Governo, para promover os produtos associados ao turismo e escoar a produção, ainda patrocinou a participação de artesãos em mais de 10 feiras e eventos do setor.

g) Promoção do Turismo e do Produto Turístico Brasileiro

Considerando tratar-se de meta prioritária, as ações de promoção do produto turístico brasileiro foram contempladas, no ano de 2006, com o maior volume de recursos orçamentários já executados em sua história. Essas ações, no Brasil e no exterior, focadas em promoção, marketing e apoio à comercialização de produtos, serviços e destinos turísticos, como também no apoio à realização de eventos que atraem os turistas e que evidenciam as manifestações artísticas e culturais do povo brasileiro, receberam o montante de R\$ 195,1 milhões, com acréscimo de aproximadamente 17% em relação ao que foi investido em 2005.

A Marca Brasil, primeiro resultado direto do Plano Aquarela, firmou-se como representante da imagem do turismo brasileiro e dos principais atributos de exportação do País no exterior. O símbolo está sendo incorporado a todo o programa de promoção,

divulgação e apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no mercado internacional. Em 2006, foram feitas cerca de 1.400 solicitações de uso da Marca Brasil. Além disso, o Governo, por meio da Embratur, investiu R\$ 40 milhões em marketing e publicidade, sobretudo com a Campanha "Brasil. Vire fã!", iniciada em 2005. O Banco de Imagens, acervo que serve de referência aos parceiros do setor na venda do destino Brasil, disponibilizou 3.500 imagens.

Em seus dois anos de existência, o Plano de Marketing do Turismo para o Mercado Interno, denominado "Plano Cores do Brasil" tem norteado as ações do Governo relacionadas à promoção do turismo para o mercado interno, bem como tem fornecido subsídios para o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Entre esses subsídios, destacam-se a indicação de segmentos mais expressivos e das principais carências e potencialidades dos destinos turísticos priorizados.

O Governo tem incrementado, também, o financiamento a campanhas educativas, bem como a elaboração de instrumentos promocionais, que divulguem os destinos turísticos brasileiros e incentivem cada vez mais pessoas a viajar. Nesse sentido, diversos materiais promocionais foram desenvolvidos para divulgar os produtos turísticos brasileiros no Brasil e no exterior, enfocando os ativos turísticos dos Estados brasileiros. Essa ação inédita na gestão pública do turismo permitiu uma promoção descentralizada, mas seguindo uma mesma metodologia. As propostas foram avaliadas em cada Fórum Estadual, que decidiu pela alocação de recursos de acordo com critérios específicos para cada Estado, gerando a confecção de folderes, cartazes e bancos de imagens, entre outros materiais. É a primeira vez que um projeto de promoção turística do Governo Federal é realizado em parceria com todos os Estados.

Como destaque na promoção do turismo para o mercado interno está o Projeto Vai Brasil. Lançado em junho de 2006, em parceria com a Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa) – e a Associação Brasileira de Agências de Viagens - (ABAV), o Vai Brasil objetiva incentivar as viagens dos brasileiros dentro do País em períodos de baixa ocupação, além de ser uma grande oportunidade para comercialização dos destinos turísticos trabalhados pelo Programa de Regionalização do Turismo.

No fim de 2006, o site do Vai Brasil ganhou novas funcionalidades e passou a operar como uma bolsa de negócios em tempo real entre todos os fornecedores, acelerando a formulação e a oferta de pacotes turísticos. Com mais de quatro mil empresas cadastradas, a ferramenta eletrônica publicou cerca de 500 mil pacotes e alcançou a marca de dois milhões de acessos no período de junho a dezembro de 2006.

Destaca-se, também, o efetivo desempenho dos oito Escritórios Brasileiros do Turismo (EBT), instalados nos Estados Unidos (Nova Iorque), em Portugal (Lisboa), no Reino Unido (Londres), na França (Paris), na Alemanha (Frankfurt), na Itália (Milão), na Espanha (Madri) e no Japão (Tóquio) com a missão de consolidar a imagem do Brasil no exterior como destino turístico competitivo. Em 2006, o foco do trabalho dos EBTs foi a aproximação com as principais organizações do turismo emissivo desses mercados, o que possibilitou a ampliação de parcerias e a qualificação dos responsáveis pela venda dos pacotes turísticos com destino ao Brasil. Observou-se, também, a ampliação da atuação desses Escritórios para fora dos grandes centros.

Dentre os principais resultados obtidos pelos EBT no ano estão: (i) a realização de 69 eventos de treinamento, capacitando cerca de 6.600 agentes envolvidos na cadeia turística; (ii) a participação em 37 Feiras do Calendário Oficial que ocorreram nos países onde os Escritórios atuam; e (iii) a conquista de 15 novas operadoras para a venda do destino Brasil e a ampliação dos destinos nacionais vendidos por outras 42, que já ofertavam o destino brasileiro.

Em 2007, o trabalho dos EBT continuará focado nas ações voltadas ao setor turístico dos mercados onde atuam, porém, com maior ênfase na qualificação e capacitação de agentes de viagens.

Em relação à Captação de Eventos, a Embratur garantiu a realização de 28 eventos internacionais a serem realizados até 2012 em diversas cidades brasileiras. Os eventos devem atrair cerca de 34 mil pessoas, entre brasileiros e turistas estrangeiros, gerando divisas para o País. Ainda em 2006, 21 eventos internacionais foram realizados no Brasil, com o apoio da Embratur.

O Governo participou, também, de 41 feiras internacionais de turismo e 21 feiras comerciais. O Brasil é hoje o décimo primeiro País em número de participações em eventos internacionais, segundo ranking divulgado pelo *International Congress and Convention Association* (ICCA).

Merece registro o encontro anual do Fórum Mundial de Turismo para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável (FMT), que em 2006 ocorreu em Porto Alegre, reuniu 4.457 pessoas de 81 países. Como resultados imediatos da terceira edição desse Fórum, destaque para: (i) capacitação de 898 profissionais do turismo em práticas de hospitalidade e manipulação de alimentos (Programa de Alimento Seguro no Turismo e Boas Práticas de Manipulação de Alimentos); (ii) capacitação de representantes de cada país do Mercosul em elaboração de políticas públicas de turismo para a prevenção da exploração sexual infantil no turismo; e (iii) apresentação do Programa de Integração Física da América do Sul – Módulo Aéreo – Foco Turismo.

Quanto aos trabalhos relacionados à temática de Turismo Sustentável e Infância, o Governo Federal dedicou parcela substancial de seus esforços, em 2006, para promover uma ação de sensibilização, em 21 Estados brasileiros. Essa ação foi definida como prioritária para o esforço de promover uma mudança cultural mostrando que a exploração sexual é um péssimo negócio para o turismo brasileiro. Foram desenvolvidos kits de sensibilização para levar o tema ao nível operacional dos diversos segmentos da cadeia produtiva do turismo. Foram realizados, ainda, seminários de sensibilização em 25 cidades do País.

Ainda em 2006, por intermédio do Programa de Turismo Sustentável e Infância, foi dado seguimento às ações previstas na Declaração do Rio de Janeiro, em que Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) determinaram a realização de ações para a proteção de crianças e adolescentes da exploração sexual no turismo. Como parte de sua missão, o Brasil concebeu e produziu a primeira campanha regional da América do Sul sobre o tema, na qual são mostrados todos os países da região exaltando o turismo e a proteção da infância.

Para 2007, além do lançamento dessa campanha para a proteção de crianças e adolescentes no Brasil e nos demais países do continente sul-americano, estão previstas novas ações, como a campanha no carnaval, e a continuidade das ações de sensibilização dos setores componentes da cadeia produtiva do turismo.

4. Trabalho e Emprego

a) Estimulo à Geração de Emprego e Renda

De 2003 a 2006, foram dados passos decisivos na direção da geração de novos empregos e da elevação da renda dos trabalhadores, entre outras formas, por meio da ampliação do volume de recursos de fundos públicos para estimular o

investimento produtivo. Os resultados da aplicação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) mostram o acerto dessa estratégia e os resultados alcançados.

No âmbito do FAT, o estímulo ao investimento e à geração de emprego ocorre por meio das linhas de crédito do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger). Desde 2003, o conjunto de linhas de crédito vem sendo reestruturado para garantir maior articulação com as estratégias e prioridades das políticas setoriais e territoriais de desenvolvimento. A esse movimento somou-se a implementação de nova metodologia de alocação dos recursos nos agentes financeiros, que, baseada no conceito de eficiência alocativa, busca evitar que recursos do Fundo fiquem nas tesourarias das instituições financeiras oficiais federais sem a efetiva destinação aos financiamentos para os quais foram previstos os depósitos especiais pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).

O resultado dessas ações se expressa em substancial aumento do número de operações realizadas, bem como do volume aplicado. Em 2006, por exemplo, somente nos primeiros 11 meses do ano, foram realizadas mais de 2,5 milhões de operações, com valor contratado de R\$ 22,8 bilhões.

Entre as linhas de crédito com recursos do FAT, merece destaque o Proger Urbano, cujo público-alvo é composto por micro e pequenos empreendimentos urbanos. Somente nos primeiros 11 meses de 2006, foram realizadas 2,10 milhões de operações de financiamento a esses empreendimentos, com a aplicação de R\$ 6,61 bilhões. Somados aos resultados alcançados no triênio 2003-2005, o Proger Urbano concedeu, no período de 47 meses, encerrado em novembro de 2006, financiamentos de R\$ 19,64 bilhões a esse segmento, cuja contribuição para geração de emprego e renda é reconhecidamente elevada. Em 2007, novas alterações nos programas/linhas de crédito serão propostas ao Codefat, para reduzir a pulverização dos recursos do FAT e racionalizar os programas existentes. Serão iniciados estudos para a revisão dos critérios de remuneração dos bancos na operacionalização do crédito FAT e para revisões pontuais da Lei do FAT (Lei nº 7.998, de 1990). Serão também propostas modificações na regulamentação do Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger).

Quanto ao FGTS, cujos recursos são utilizados para o financiamento de ações nas áreas de habitação, saneamento e infra-estrutura urbana, o seu Conselho Curador aprovou, no quadriênio 2003-2006, medidas que resultaram em um acréscimo substancial dos recursos aplicados nesse período.

Diante dos resultados financeiros alcançados pelo FGTS, o Conselho Curador pôde incrementar uma nova política de subsídio à habitação, voltada para as famílias com renda de até 5 salários mínimos. Duas decisões do Conselho Curador do FGTS, adotadas no final de 2006, reafirmam o compromisso de utilizar os recursos desse Fundo para estimular o desenvolvimento econômico com inclusão social. A primeira refere-se à área de habitação popular, que disporá, no orçamento de 2007, de um adicional de R\$ 1 bilhão em relação a 2006 e direcionará 50% do total exclusivamente para a produção de novas moradias, o que irá proporcionar a geração de mais emprego e a melhoria de qualidade de vida da população.

A segunda decisão refere-se a uma inflexão importante na linha de atuação do FGTS, a partir de 2007. Por proposta do Ministério do Trabalho e Emprego, os recursos do FGTS serão direcionados a investimentos na expansão e recuperação da infra-estrutura nacional, contribuindo, assim, para viabilizar um período de crescimento sustentado do País. Os setores escolhidos para receber

os investimentos, prioritariamente, são energia, rodovias, ferrovias, portos e saneamento. A proposta recebeu aprovação do Conselho Curador e será encaminhada ao Congresso Nacional.

Além do apoio creditício, por meio do Proger, foram mantidos os esforços no sentido de impulsionar os empreendimentos autogestionários e cooperativas. Segundo o Atlas de Economia Solidária, publicado em 2006 como parte do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, existem, hoje, 14,9 mil empreendimentos solidários atuantes no Brasil, distribuídos em 2.274 Municípios e que envolvem 1,25 milhão de pessoas. Para estimular esse conjunto de empreendimentos, várias ações vêm sendo implantadas pelo Governo.

A partir de 2005, foi constituída uma rede de agentes de desenvolvimento local e economia solidária espalhados por todas as Unidades da Federação. Assim, os agentes de desenvolvimento solidário, que estão trabalhando em 258 comunidades, fornecem apoio e assessoria e articulam ações para a constituição de empreendimentos econômicos solidários. O projeto já beneficia mais de 35 mil trabalhadores diretamente e 212 mil pessoas indiretamente. Em 2006, foi dada centralidade à formação de gestores públicos municipais, estaduais e federais de economia solidária, que estão facilitando a ampliação de políticas públicas para o setor. Também, em 2006, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, que reuniu mais de 1,2 mil delegados de todos os estados da federação, e foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária.

Para 2007, a ênfase será na maior integração dos mecanismos de apoio e estímulo à economia solidária com as demais políticas, e programas implementados pelo Governo Federal, além do desenvolvimento de ação estruturada de fortalecimento de cooperativas de catadores de material reciclável, para torná-las empreendimentos sustentáveis de geração de trabalho e renda.

A maior eficiência da ação de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra deve-se a mudanças implementadas pelo Governo na execução de parcerias, que permitiram resultados mais expressivos, mesmo com menor disponibilidade de recursos. Entre essas mudanças, as mais importantes para os resultados são a alteração do critério de distribuição de recursos para os parceiros, que passou a considerar as necessidades dos mercados de trabalho locais, a integração das ações de seguro-desemprego e intermediação de mão-de-obra, e a participação dos públicos prioritários na população economicamente ativa (PEA); a ampliação e redistribuição espacial da rede de atendimento, que alcançou um total de 1.155 postos em 2006; e a implantação de convênios únicos com Estados e Municípios, com periodicidade plurianual e que prevêem a execução integrada das ações de intermediação, qualificação social e profissional e habilitação ao seguro-desemprego. Em 2006, 876,5 mil trabalhadores foram colocados no mercado de trabalho por meio das parcerias estabelecidas.

Um conjunto de iniciativas de qualificação e inserção profissional está sendo desenvolvido por meio do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE). Após uma reorientação de foco, as ações do PNPE passaram a contemplar, de forma integrada, o ciclo qualificação profissional – intermediação de mão-de-obra – colocação no mercado de trabalho. Os Consórcios Sociais da Juventude são uma das modalidades do Primeiro Emprego, implementada por meio de parceria com entidades sociais, que têm experiência de atuação com o público-alvo do Programa, que capacitam jovens e inserem no mínimo 30% deles no mercado de trabalho. Desde 2003, os Consórcios já atenderam 64,7 mil jovens.



Com base na experiência dos Consórcios e na metodologia dos arcos ocupacionais, desenvolvida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para o módulo de qualificação do Pró-Jovem, a partir de 2006 uma nova modalidade do Primeiro Emprego foi iniciada – o Juventude Cidadã. Por meio de parcerias com Prefeituras Municipais, jovens de 16 a 24 anos, de baixa escolaridade e baixa renda, serão qualificados e pelo menos 30% deles deverão ser colocados no mercado de trabalho.

A modalidade do Empreendedorismo Juvenil fornece qualificação profissional associada ao crédito, para criar oportunidades de ocupação e renda para jovens de baixa renda, por meio do estímulo ao desenvolvimento de pequenos negócios. Inicialmente implementado em parceria com o Sebrae, essa modalidade foi aprimorada, para incluir novos parceiros. Até 2006, foram atendidos 9,1 mil jovens. Para 2007, pretende-se aprimorar a articulação das políticas ativas de emprego com outras políticas sociais do Governo Federal, notadamente o Programa Bolsa Família.

O seguro desemprego beneficiou, em 2006, cinco milhões de trabalhadores, além de 229,27 mil pescadores artesanais em período de defeso. Destaque-se, ainda, que 2,6 mil trabalhadores resgatados da condição análoga à escravidão, em decorrência de ação de fiscalização, receberam seguro desemprego em 2006. Já o abono salarial beneficiou em 2006, 11,1 milhões de trabalhadores.

b) Contínua Recuperação do Mercado de Trabalho Formal

Como resultado das políticas de emprego implementada pelo Governo e, também, da estabilidade macroeconômica e horizonte de crescimento que se abre para a economia brasileira, o País assiste a uma contínua recuperação do mercado de trabalho formal.

Em 2006, o bom desempenho do nível de emprego confirmou-se como um dos traços distintivos do último período. Nesse ano, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), foram criados 1.228.686 empregos assalariados com carteira de trabalho assinada. Tal comportamento positivo foi observado em todos os segmentos produtivos e níveis territoriais e é similar ao total registrado no mesmo período de 2005. Dessa forma, nos períodos 2003/2006 foi criada uma média mensal de 96,9 mil empregos formais.

c) Aumentos Reais do Salário Mínimo

Em consonância do Governo, em novembro de 2006, o valor real do salário mínimo acumulava crescimento de 39,2% na comparação com dezembro de 2002. No mês de abril de 2006, quando o salário mínimo foi elevado para R\$ 350,00, seu valor real alcançou o mais elevado patamar desde novembro de 1985, utilizando como deflator o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE). Outra forma de mensuração do aumento do poder de compra do salário mínimo é sua comparação com a cesta básica calculada pelo Dieese. Em outubro de 2006, o valor real do salário mínimo permitia adquirir 2,2 cestas básicas, ampliação substancial do poder de compra de março de 2003, quando propiciava a compra de 1,3 cesta.

O aumento real do salário mínimo é um dos fatores determinantes da melhoria do perfil da distribuição da renda no Brasil no período recente. A continuidade dessa política requer novo avanço estratégico, com a implementação de uma política de valorização desse salário. Nesse sentido, é importante destacar o acordo entre o Governo Federal e as Centrais Sindicais, que estabeleceu as bases para uma política de valorização do salário mínimo para o período de 2007 a 2023. O referido acordo prevê

o piso legal de remuneração em R\$ 380,00, em abril de 2007 e, a partir de 2008 até 2011, os reajustes serão definidos pela reposição da inflação mais o crescimento real do PIB. Essa política de valorização do salário mínimo será encaminhada ao Congresso Nacional, por meio de projeto de lei, prevendo que, em 2011, serão estabelecidos novos critérios de correção, para o período de 2012 a 2023.

d) Fiscalização dos Direitos do Trabalhador

A consolidação do quadro de Auditores Fiscais do Trabalho e o contínuo aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento e implementação das ações resultaram em grandes avanços das ações de fiscalização. Em 2006, foram fiscalizados 357,3 mil empresas ou locais de trabalho, com a regularização da contratação de 670 mil trabalhadores por meio da ação fiscal. No que se refere às questões de saúde e segurança do trabalho, foram realizadas, em 2006, 162 mil ações fiscais, que permitiram regularizar 768,8 mil situações de descumprimento da legislação e resultaram na imposição de 3.857 embargos e interdições.

Foi atribuída à fiscalização para erradicação do trabalho infantil e do trabalho escravo, em 2006, a mesma ênfase do período 2003/2005. A fiscalização para prevenir e reprimir a prática de trabalho de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos resultou, em 2006, no afastamento de 12.458 crianças do trabalho. Em 2007, deverão ser estabelecidas políticas públicas voltadas para os maiores focos de crescimento do trabalho infantil no País, que são o trabalho em regime de economia familiar e o trabalho infantil doméstico, setores em que a intervenção da fiscalização do trabalho é legalmente limitada.

A fiscalização do trabalho de jovens na faixa etária de 14 a 24 anos resultou na contratação de 44 mil jovens na condição de aprendiz e no registro de 2.831 adolescentes de 16 a 18 anos. A intensificação da fiscalização indireta – com a notificação prévia às empresas para que compareçam às unidades descentralizadas e comprovem o cumprimento da lei em relação ao preenchimento das cotas de aprendizagem – mostrou-se ferramenta auxiliar importante das ações fiscais *in loco*. Em 2007, serão intensificadas as ações de fiscalização para garantir a expansão do número de contratações de aprendizes, privilegiando os grupos mais vulneráveis de jovens no acesso às vagas.

A política para erradicação do trabalho escravo, em 2006, continuou produzindo os resultados planejados. Em 2006, foram realizadas 103 operações conjuntas do MTE, Polícia Federal e Ministério Público do Trabalho, que fiscalizaram 199 fazendas e libertaram 3.308 trabalhadores encontrados em situação análoga à escravidão. O Cadastro de Infratores, que reúne o nome de empregadores flagrados explorando mão-de-obra escrava, recebeu, em dezembro de 2006, a sétima atualização, passando a conter 204 nomes de pessoas físicas e jurídicas. Esse conjunto de infratores está impedido, com base em acordo com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e recomendação do Codefat aos bancos públicos, de contrair financiamento público.

Para que o combate ao trabalho escravo seja ainda mais efetivo, em 2007, é importante, entre outras medidas legislativas, que haja avanços na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição que prevê a desapropriação das unidades produtivas em que for constatada a utilização de trabalho escravo.



e) Democratização das Relações de Trabalho

Outras iniciativas relevantes foram adotadas, em 2006, no sentido de democratizar as relações de trabalho. Entre elas convém destacar: (i) a coleta de informações referentes à sindicalização por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que permitirá aferir o índice de representatividade das entidades sindicais; (ii) a criação do Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT), que passou a dotar o Governo de uma base de dados atualizada e confiável de informações relativas às entidades sindicais, negociações coletivas e outros indicadores de relações de trabalho; (iii) a valorização da negociação coletiva e composição voluntária de conflitos do trabalho, mediante a capacitação de servidores públicos e de dirigentes sindicais na área de relações do trabalho. Como resultado, a mediação de conflitos realizada por Auditores Fiscais nas Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) têm sido mais eficiente: em 2004, 62% das mediações resultaram em acordos firmados, percentual que se elevou para 70% em 2005 e para 72% em 2006.

5. Inclusão Bancária e Microcrédito

A existência de um ambiente macroeconômico adequado ao investimento e à produção é fundamental para o desenvolvimento de políticas de acesso ao sistema financeiro pelos trabalhadores e microempreendedores. O Governo atuou nessas duas frentes, garantindo a estabilidade econômica e desenvolvendo políticas e medidas que permitiram ampliar o acesso aos serviços financeiros, com destaque ao crédito, elevando o padrão de consumo das pessoas de baixa renda e ampliando as possibilidades de geração de trabalho e renda entre os microempreendedores.

O Banco Central do Brasil ampliou as garantias dos depositantes, elevando o valor de cobertura proporcionada pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC), inalterado há mais de 10 anos, de R\$ 20.000,00 para R\$ 60.000,00. Além disso, incluiu os depósitos mantidos em contas não movimentáveis por cheques destinadas ao registro e controle do fluxo de recursos referentes à prestação de serviços de pagamento de salários, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares – portabilidade de salário – entre os créditos sujeitos à garantia (Resolução 3.400, de 6 de setembro de 2006).

a) Acesso aos Serviços Bancários

a.1) Contas Simplificadas

Para ampliar o acesso aos serviços bancários à população excluída do Sistema Financeiro, especialmente aos trabalhadores informais e os de mais baixa renda, o Governo criou, ainda em 2003, a conta corrente e a poupança simplificada, pela qual as pessoas podem abrir contas, gratuitamente, em instituições financeiras. Essa medida, que dispensa comprovação de renda, garante cidadania, reduzindo a exclusão social e combatendo a pobreza.

A CEF, que em 2002 já contava com uma conta corrente popular – a Conta Caixa Fácil – foi a primeira instituição financeira a disponibilizar a conta simplificada no Brasil. Partindo de 1,1 milhão de contas Caixa Fácil, em 2002, no final de 2006 a CEF já disponha de 4,7 milhões de contas simplificadas.

O Banco Popular do Brasil, criado para operar exclusivamente com microfinanças, detinha 1,3 milhão de contas simplificadas, o Banco do Brasil possuía outras 910 mil, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) 282 mil e o Banco da Amazônia (BASA) 27 mil contas simplificadas, totalizando 7,2 milhões de contas nestes bancos públicos federais, em 2006. Deste total, cerca de 5,9 milhões de contas simplificadas estavam ativas. As contas de poupança simplificadas fecharam, o ano de 2006, com 341 mil contas abertas, sendo 230 mil ativas.

Os bancos privados, que também têm operado com contas poupança simplificada e com contas eletrônicas (contas correntes normais movimentadas apenas com cartão bancário e com cobrança de pequenas tarifas), também participam do processo de inclusão bancária. Essas contas, abertas principalmente nos correspondentes bancários, ampliam o acesso aos serviços financeiros pela população de baixa renda e pela população nos Municípios com baixo ou nenhum atendimento bancário. Destaca-se, ainda, a ampliação do cooperativismo de crédito, especialmente no meio rural e nas pequenas cidades. Essas cooperativas têm desenvolvido um grande trabalho de expansão de sua base de associados, ampliado de forma qualificada o acesso aos serviços financeiros.

a.2) Banco Postal

O Banco Postal, gerido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), auxilia o desenvolvimento econômico dos pequenos municípios, ao garantir acesso a serviços bancários para mais de 45 milhões de cidadãos que não contavam com agência bancária convencional em suas localidades. Para isto, faz uso da rede de agências da ECT, que tem presença em todos os 5.563 municípios do País, além de 1.295 distritos.

Em 2006, foram instaladas 111 novas agências alcançando um total de 5.581. O serviço conta com 5,4 milhões de correntistas, sendo a sua grande maioria cidadãos com renda de até três salários mínimos.

O Banco Postal também disponibiliza o microcrédito para pessoas físicas e jurídicas com juros de 2% ao mês, os mais baixos do mercado, e limites de R\$ 600,00 e R\$ 1.000,00. Até 2006, foram efetuadas cerca de 500 mil operações, nesta modalidade de crédito.

Para 2007, estão previstas a ampliação desses serviços e melhorias na qualidade de sua prestação por meio da abertura de novas contas, do aumento da quantidade de localidades abrangidas pelo serviço, e da criação de novos canais de atendimento – como a implantação dos terminais de auto-atendimento.

b) Crédito Consignado

Em 2004, o Governo regulamentou o crédito com desconto na folha de pagamento visando ampliar o acesso ao crédito e reduzir as taxas de juros paga pelos trabalhadores assalariados e pelos aposentados e pensionistas do INSS. As operações de crédito consignado continuam crescendo, com um incremento mensal da carteira superior a R\$ 1 bilhão. No final de novembro de 2006, a carteira de crédito consignado (empresas públicas e privadas) era de R\$ 47 bilhões, representando 53,1% do total do crédito pessoal no Brasil.



O crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS tem sido responsável por uma parte significativa deste crescimento. Em 2004, foram realizadas 816 mil operações de crédito envolvendo cerca de R\$ 1,53 bilhão. Em 2005, este número saltou para 5,3 milhões de operações, com um total de R\$ 8,76 bilhões emprestados. Em 2006, foram 8,75 milhões de operações de crédito e R\$ 11,53 bilhões emprestados. No período compreendido entre a regulamentação do programa, em 2004, a dezembro de 2006, foram realizados 14,77 milhões de operações e emprestados mais de R\$ 21,82 bilhões.

No final de dezembro de 2006, o número total de empréstimos ativos era de 10,2 milhões, com um total de R\$ 17 bilhões emprestados. Os beneficiários que recebem até um salário mínimo por mês eram responsáveis por 25,6% dos contratos ativos e 16,4% do valor. Agregados todos os que recebem benefícios de até três salários mínimos, o percentual de contratos ativos chegava a 77,2% e o valor emprestado representava 60,6% do total.

Para dar uma maior transparência e reduzir as taxas de juros e outros encargos cobrados nas operações de crédito consignado para beneficiários do INSS, o Ministério da Previdência Social, com base nas recomendações do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), tem desenvolvido diversas ações, com destaque para: proibição da cobrança da TAC (Taxa de Abertura de Crédito), a partir de maio de 2006; limitação da taxa máxima de juros em 2,78% ao mês, a partir de outubro de 2006; a proibição da contratação de empréstimos por telefone; e a disponibilização em seu *site* na internet de informações atualizadas sobre as taxas de juros mensais praticadas por todos os bancos conveniados, conforme o prazo de cada empréstimo.

c) Microcrédito Popular e Microfinanças

Em 2003, o Governo fixou o percentual mínimo de 2% dos depósitos à vista nos bancos a ser destinado ao microcrédito, com taxas de juros limitadas a 2% ao mês. Essa medida, juntamente com a abertura de contas simplificadas, possibilitou que muitas pessoas de baixa renda tivessem acesso às microfinanças e ao microcrédito.

Os recursos dos depósitos especiais para o microcrédito podem ser destinados para operações de uso livre, para microempreendedores e para o microcrédito produtivo orientado. Entre janeiro de 2004 e 31 de outubro de 2006, foram realizados 20,7 milhões de operações de microcrédito com uso livre e com taxas de juros limitadas a 2%, emprestando mais de R\$ 2,59 bilhões, conforme demonstrado no quadro a seguir. O Banco Popular e a CEF são os principais operadores dessa modalidade de crédito. Para ampliar as aplicações e utilizar os recursos disponíveis, em novembro de 2006, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução ampliando o valor máximo financiando de R\$ 600 para até R\$ 1 mil, quando destinar ao uso livre. Além disso, ampliou de R\$ 1 mil para R\$ 3 mil o saldo em contas/aplicações que os beneficiários dessas operações podem deter nas instituições financeiras.

Operações de Microcrédito de Uso Livre ou Crédito Popular - Desembolsos Realizados

ANO	Recursos dos 2% dos Depósitos à vista	
	Número de Operações	Valor (R\$ 1.000)
2004	3.678.415	930.263
2005	9.349.924	1.063.063
2006(1)	7.655.691	598.768
TOTAL	20.684.334	2.592.289

Fonte: Banco Central do Brasil (Bacen)
 (1) Dados até 31/10/06
 Elaboração: Ministério da Fazenda

As operações de crédito destinadas a microempreendedores (microcrédito produtivo) englobam os créditos concedidos com parte dos recursos dos depósitos especiais para o microcrédito destinado especificamente para empreendedores, do PIS Empreendedor e do PASEP Empreendedor, estes dois últimos, operados respectivamente pela CEF e Banco do Brasil, com operações limitadas a R\$ 10 mil por operação.

Operações de Microcrédito Produtivo

MICROCRÉDITO PRODUTIVO	TOTAL		Microempreendedor (Juros de 2%-DV) (2)		PIS/CEF Empreendedor		PASEP/BB Empreendedor	
	Número de Operações	Valor (R\$1.000)	Número de Operações	Valor (R\$1.000)	Número de Operações	Valor (R\$1.000)	Número de Operações	Valor (R\$1.000)
2002	61.736	425.035			61.736	425.035		
2003	22.194	144.971			22.194	144.971		
2004	480.091	531.101	362.371	250.076	31.869	219.668	85.851	61.357
2005	815.995	1.161.297	642.326	458.872	69.509	615.700	104.160	86.725
2006(1)	723.044	934.749	562.549	456.739	50.675	389.337	109.820	88.673
Total Gov. Lula	2.041.324	2.772.118	1.567.246	1.165.687	174.247	1.369.676	299.831	236.755

Fonte: Bacen, BB, BPE, CEF, ANB e BASA
 Elaboração: Ministério da Fazenda
 (1) Desembolsos até 30/11/06
 (2) Dados até 31/10/2006

Entre janeiro de 2004 e 31 de outubro de 2006, os recursos dos depósitos especiais para o microcrédito haviam sido responsáveis por financiar 1,57 milhão de operações destinadas a microempreendedores, com cerca de R\$ 1,16 bilhão em empréstimos. Destaca-se que, em 2006, apesar de 93,2% dos contratos realizados com recursos dos depósitos especiais para microcrédito serem destinados a uso livre, utilizados principalmente para o consumo, 43,3% dos recursos dessa fonte foram emprestados para microempreendedores.

Atendendo uma demanda dos microempreendedores, em novembro de 2006, o CMN ampliou o valor máximo financiando por essa modalidade de crédito, passando de R\$ 1,5 mil para até R\$ 3 mil. Também ampliou o limite de crédito, de R\$ 10 mil para R\$ 15 mil, que um empreendedor pode ter para ser enquadrado como beneficiário dessas operações, além de excluir o crédito habitacional desse cálculo para efeito de enquadramento no Programa.

c.1) Microcrédito Produtivo Orientado

As operações de microcrédito produtivo orientado, que contam com o assessoramento dos agentes de crédito aos microempreendedores, também têm crescido após a criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, em 2005. Considerando apenas as operações realizadas pelo BNB, por meio do Programa Crediamigo, e as operações realizadas com recursos repassados pelo BNDES, verifica-se uma expansão de mais de 50% no período de 2003/2006.

Operações de Microcrédito Produtivo Orientado

ANO	Desembolsos Realizados					
	TOTAL		BNB Crediamigo/PNMPO		BNDES - Programa de Microcrédito/PNMPO (2)	
	Número de Operações	Valor (R\$1.000)	Número de Operações	Valor (R\$1.000)	Número de Operações	Valor (R\$1.000)
2002	459.513	407.984	359.216	287.382	100.297	120.602
2003	552.392	507.291	434.810	368.203	117.582	139.088
2004	638.130	616.824	507.807	440.920	130.323	175.904
2005	744.530	745.689	595.742	548.237	148.788	197.452
2006 (1)	722.835	715.229	619.158	573.153	103.677	142.076
TOTAL Gov. Lula	2.657.887	2.585.034	2.157.517	1.930.513	500.370	654.521

Fonte: BNB, BNDES

Elaboração: Ministério da Fazenda

(1) Desembolsos até 30/11/06

(2) Parte significativa destes recursos são repassados pelos bancos privados na forma de Depósitos Interbancários de Microcrédito (DIM) para o BNB, que os empresta pelo seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado – CREDIAMIGO.

As instituições habilitadas a operar o programa já somam 209, sendo quatro agências de fomento, 99 cooperativas de crédito, 90 organizações da sociedade de interesse público (OSCIP) e 16 sociedades de crédito ao microempreendedor (SCM). O conjunto de instituições habilitadas atende 4.327 Municípios, por meio de 309 postos de atendimento. Os contratos já realizados pelos bancos com essas instituições já resultaram no atendimento a cerca de 290 mil empreendedores de pequeno porte.

Em conjunto com o BNDES, foi iniciado, em 2006, um plano de desenvolvimento institucional com o objetivo de capacitar gestores e operadores em microcrédito produtivo orientado, elaborar manual e disseminar o plano de contas padrão e outras práticas, revisar o marco legal do segmento e realizar formação em governança institucional. Esse plano beneficiará diretamente 100 instituições ou 930 técnicos e gestores de microcrédito.

Além disso, para ampliar a efetividade do Programa, foi iniciada, em 2006, a elaboração de um plano setorial de qualificação social e profissional para os empreendedores que tomam seus recursos – no primeiro ano, serão mil vagas para a formação em gestão de empreendimentos. Também, com base em projeto já desenhado, será iniciada experiência de articulação entre o PNMPO e os beneficiários do Programa Bolsa Família, considerando que o acesso ao crédito assistido pode ser um instrumento de estímulo e de fortalecimento a iniciativas de geração de trabalho e renda para as famílias atendidas por aquele Programa.

6. Política de Incentivo à Aquicultura e à Pesca

O Governo definiu um novo modelo de desenvolvimento da aquicultura e pesca, fundado na sustentabilidade ambiental, aumento da produção e inclusão social dos pescadores artesanais e pequenos aquicultores. Esse modelo está viabilizando o resgate de um setor econômico importante, que responde por mais de um milhão de empregos diretos, 2,5 milhões de empregos indiretos e uma renda anual de R\$ 5 bilhões. Os pilares desse modelo são: participação social; sustentabilidade ambiental; inclusão social; desenvolvimento de toda a cadeia produtiva do pescado; e aumento da produção, do trabalho e da renda.

No ano de 2007, serão dados novos e decisivos passos para consolidar a política de desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura. O desenvolvimento do setor ganha relevância num País que tem 8.500 km de costa marítima, 4,3 milhões de km² de Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e 13,7% do total de reserva de água doce do planeta, com imenso potencial.

a) Ações que Fortalecem a Inclusão e a Organização Social

Em 2006, foram cadastrados 391 mil pescadores artesanais, que receberam as suas carteiras em todo o Brasil. A nova Carteira do Pescador, hoje concedida sem ônus ou pagamento de taxas, identifica o trabalhador da pesca e o torna cada vez mais protegido pela legislação previdenciária e facilita o acesso às políticas públicas. O seguro defeso, concedido ao pescador no período em que a pesca está proibida, reduziu de três para um ano o tempo de comprovação do exercício da atividade para ter acesso ao benefício, e sua cobertura social praticamente dobrou, provocando um salto de 92 mil beneficiários em 2002, para aproximadamente 229,27 mil em 2006. Os recursos aplicados aumentaram 380%, de R\$ 62,7 milhões para aproximadamente R\$ 300 milhões, em 2006.

Com metodologia própria à alfabetização de jovens e adultos, o Pescando Letras leva em consideração as especificidades socioculturais das comunidades pesqueiras e já alfabetizou 100 mil pescadores. Sendo previstos, para 2007, mais 100 mil novos alunos em sala de aula,



b) Ações que Fortalecem o Setor da Pesca

b.1) Profrota Pesqueira

O Programa Nacional de Financiamento da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira) visa estimular a construção, modernização e ampliação da frota pesqueira brasileira, com estímulo a indústria nacional. Com metas que visam garantir a substituição das embarcações arrendadas por embarcações totalmente nacionais e adaptadas à realidade brasileira, o Profrota Pesqueira possibilita a exploração autônoma das riquezas de nossos recursos pesqueiros, além de modernizar a frota nacional, melhorar a rentabilidade do setor e as condições de trabalho. O Programa já contemplou 21 embarcações, no valor de R\$ 85 milhões, com mais R\$ 18 milhões para equalização de juros. Para construir, adquirir, converter ou modernizar a embarcação, os contemplados com o financiamento recebem empréstimos com encargos entre 7% e 12% e com prazos de até 18 anos para pagar. Assim, se efetiva como o programa de construção de uma frota nacional para a pesca no mar territorial, na ZEE e em águas internacionais.

b.2) Subvenção ao Preço do Óleo Diesel Marítimo

A subvenção ao preço do óleo diesel marítimo passou de 12% para 20%, com o objetivo de diminuir as diferenças de custos entre os produtores nacionais e estrangeiros. Dirigida antes apenas ao setor industrial, agora também chega ao pescador artesanal. Levando-se em conta que o óleo diesel representa pelo menos 50% dos custos de um cruzeiro de pesca, a subvenção possibilita aumento na competitividade no mercado internacional e da rentabilidade dos pescadores. Assim, em 2005, 2500 embarcações estavam habilitadas e 90 milhões de litros de óleo diesel foram subvencionados, representando um investimento de R\$ 7,7 milhões. Em 2006, foram subvencionados aproximadamente 121 milhões de litros de combustível, representando um investimento de aproximadamente R\$ 26 milhões. Também em 2006, o Governo modernizou a gestão por meio da informatização, ampliando o controle e a transparência, e possibilitando um maior acesso dos pescadores artesanais ao benefício da subvenção. Ao final de 2006, a subvenção econômica foi ampliada novamente, para 25%, melhorando ainda mais as condições para a pesca em 2007.

b.3) Crédito aos Pescadores Artesanais

Combinando o incentivo à pesca industrial com o apoio à pesca artesanal, foram produzidos importantes canais de abertura e acesso ao crédito para o pescador e o pequeno e médio aqüicultor, seja por meio do Pronaf, seja dos Fundos Constitucionais (FNO, FNE, FCO) ou de outras carteiras de créditos que foram estimuladas a se adaptarem à demanda do setor pesqueiro/aqüícola. Com isso, utiliza-se o sistema financeiro público como instrumento estratégico de desenvolvimento da atividade pesqueira. Entre 2003 e 2006, foram realizados cerca de 100 mil contratos, ofertando cerca de R\$ 600 milhões para custeio, investimento e comercialização aplicados na pesca artesanal e na aqüicultura familiar. É meta para 2007 a desburocratização do acesso ao crédito, a especialização das linhas existentes de acordo com as necessidades dos tomadores, e a criação de novas linhas ou adaptação de algumas existentes para que atendam essas necessidades.

b.4) Assistência Técnica e Desenvolvimento Tecnológico

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aqüícola beneficiou, em 2006, pescadores e aqüicultores em todos os Estados. A pesquisa e a geração de novas tecnologias tiveram um investimento de R\$ 18,8 milhões em diversas ações nas áreas de aqüicultura e pesca, com a integração de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico de grupos de pesquisa das universidades e outras instituições brasileiras.

b.5) Parques Aqüícolas

Os Parques Aqüícolas tiveram seu marco regulatório definido em 2004, contemplando o modelo de gestão de uso e ocupação das águas federais, tendo sido emitidos os primeiros títulos de autorização de uso.

Em 2006, foram realizados estudos de zoneamento para garantir a inserção da aqüicultura como forma legítima de produção, com a execução de 44 projetos. Foram demarcados e estão em processo de regularização parques nos reservatórios de Itaipu, no Paraná e Castanhão, no Ceará. Na Serra da Mesa foi feita a primeira cessão de uso de águas da União para uma unidade demonstrativa. Também está em curso a demarcação de parques nos lagos das hidrelétricas de Furnas e Três Marias, no Estado de Minas Gerais; em Ilha Solteira, na divisa entre São Paulo e Mato Grosso.

Em 2007, serão concluídos os estudos de zoneamento para garantir a inserção da aqüicultura, marinha e continental, como usuário legítimo da água, numa perspectiva de ordenamento e gestão participativa, minimizando conflitos e direcionando investimentos em infra-estrutura para espaços territoriais pré-selecionados. Também serão implementados os estudos para demarcação dos Parques Aqüícolas nos reservatórios de Itaparica, Moxotó e Xingó entre os Estados de Pernambuco e Bahia e Sobradinho, na Bahia, e Balbina, no Amazonas.

Os parques aqüícolas marinhos proporcionarão a regularização de cerca de 1.200 maricultores e a geração de cerca de seis mil empregos diretos. Estão em construção dois laboratórios de produção de peixes marinhos em São Paulo e na Bahia e 24 unidades demonstrativas de maricultura estão sendo instaladas em Santa Catarina, Alagoas e Bahia, com previsão de conclusão em 2007. A marca do próximo período será a produção de pescado em águas da União, nos reservatórios de hidrelétricas e na costa marítima.

c) Incentivo à Exportação de Pescado Brasileiro

Missões e intercâmbios internacionais foram viabilizados em parceria com a APEX-Brasil para divulgar o pescado brasileiro e promover a exportação. O foco predominante é a exportação de peixes nativos brasileiros, os quais, apesar da elevada qualidade, são ainda pouco conhecidos no mercado internacional. Para tanto, foram elaborados materiais de divulgação nos idiomas dos principais mercados importadores, para ações de capacitação da oferta exportadora e para a participação em importantes eventos internacionais do setor de pesca e aqüicultura. As primeiras exportações oficiais de peixes nativos da Amazônia e Pantanal, oriundos do cultivo, são frutos desta política. Também com o setor exportador de camarões foram buscados mercados alternativos

na Europa e na Ásia, diante das barreiras comerciais impostas pelos EUA. Além disso, as exportações de tilápia de cultivo duplicaram. A exportação de pescados das empresas participantes no Projeto chegou a US\$ 45 milhões, com estimativa de US\$ 50 milhões para 2007.

d) Investimento na Cadeia Produtiva

O Programa Nacional de Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs) está promovendo a reforma ou a construção de 19 terminais pesqueiros de porte médio e grande. Em 2006, foi inaugurado o terminal de Laguna, o mais moderno da América Latina. O de Manaus tem inauguração prevista para 2007 e suportará uma capacidade de 200 toneladas de peixe, por dia. O Terminal de Cabedelo, no Estado da Paraíba, está em obras, com um investimento de R\$ 6 milhões. Além desses, continuam sendo implantados os Terminais de Cananéia e Santos, Santana, Natal, Belém e Camocim. Várias unidades frigoríficas, entrepostos de pescado e 27 fábricas de gelo também continuarão a ser implantados em 2007, com o objetivo de estruturar as comunidades pesqueiras.

7. Reforma Agrária e Agricultura Familiar

a) Desenvolvimento Sustentável para o Meio Rural

A criação e consolidação de um conjunto de políticas permanentes voltadas para a promoção econômica e de acesso a direitos pelos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais, constituem-se em um dos principais avanços deste Governo.

O reconhecimento público da importância econômica e social da agricultura familiar e das comunidades rurais tradicionais para a segurança alimentar e para o desenvolvimento do País, aliado à incorporação de seus interesses na política internacional do Governo brasileiro, expressa as conquistas desse setor, cuja participação econômica no PIB total do País atinge 10%, sendo responsável por 40% do valor bruto da agropecuária e pela maior parte da produção nacional de alimentos.

A política de reforma agrária teve seu maior desenvolvimento nos últimos quatro anos na definição e implementação do II Plano Nacional de Reforma Agrária, amplamente discutido com os movimentos sociais. O Plano representa uma mudança no modelo e consolida a Reforma Agrária como geradora de postos de trabalho no campo, capaz de contribuir fortemente com as políticas de soberania alimentar e combate à pobreza.

O ano de 2007 tem como prioridade a ampliação e a consolidação das políticas que integram e compõem a estratégia de desenvolvimento rural sustentável.

b) Uma Reforma Agrária de Qualidade

b.1) Avanços na Reforma Agrária

As mudanças na implementação da reforma agrária, desde 2003, que passou a incorporar as especificidades de cada público e região do País, estão orientadas para a viabilidade econômica, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento territorial.

A ênfase está na qualificação da reforma agrária em curso, na melhoria das condições de trabalho, instrução, produção, enfim, das condições de vida dos assentados. O programa garante, além do acesso à terra, a infra-estrutura social, as estradas, a energia elétrica, o acesso a direitos e o apoio à produção e à comercialização.

As prioridades na Reforma Agrária são: (i) a ampliação da capacidade de assentamentos; (ii) a busca de alternativas integradas com as dinâmicas das economias locais/territoriais; (iii) a continuidade dos investimentos em infra-estrutura que garantirá a redução do passivo existente; e (iv) a consolidação de parcerias com as entidades representativas dos movimentos sociais, para atividades relativas ao fortalecimento da gestão de empreendimentos sociais/produativos nos projetos de assentamento.

Importante destacar a intensificação da atuação governamental na região Norte do País, fortalecendo o combate à grilagem e a retomada de terras públicas, destinando-as à criação de novos assentamentos. Essas ações, conjuntamente com a edição de normas que regulamentam a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilitaram a regularização de posses com área entre 100 e 500 hectares naquela região e têm contribuído para a redução dos índices de desmatamento na Amazônia Legal e da violência no campo.

O Governo investiu no fortalecimento institucional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Foi instituído um novo plano de cargos, aprovada a nova estrutura organizacional da autarquia e nomeados mais de 1.300 servidores selecionados no concurso realizado em 2005. Somando-se os nomeados desde 2003, cerca de 1.800 novos servidores passaram a integrar o quadro do Incra, representando um aumento de mais de 40% na sua força de trabalho.

b.2) Maiores Investimentos em Obtenção de Terras e Novos Assentamentos

Em 2006, foram assentadas 136.358 famílias, totalizando 381.419 no atual Governo. A média anual de assentamentos atingiu 95.354 famílias. A área destinada à reforma agrária no último ano, com a criação de 717 projetos de assentamentos, é da ordem de 9.402.089 hectares, o que totaliza mais de 31,6 milhões de hectares destinados à reforma agrária neste Governo, constituindo-se no melhor desempenho da história do Incra.

Assentamento de Famílias/Implantação de Projetos

A N O	Famílias Assentadas	Implantação de Projetos	
		Qtd. Projetos	(Área / ha)
2003	36.301	320	4.573.173
2004	81.254	426	3.511.434
2005	127.506	880	14.193.094
2006	136.358	717	9.402.089
TOTAL	381.419	2.343	31.679.790

Fonte: Sinfra/Incra

Os recursos aplicados em obtenção de terras tiveram uma ampliação expressiva, passando de R\$ 409 milhões, em 2003, para R\$ 1,37 bilhão, em 2006, criando condições para o cumprimento das metas de assentamento definidas no II PNRA e garantindo o acesso a áreas emblemáticas para a reforma agrária e para os trabalhadores rurais.

b.3) Qualificação na Reforma Agrária

Em 2003 havia um grande passivo nos assentamentos criados, uma enorme carência de abastecimento de água e energia elétrica, infra-estrutura, acesso a estradas e assistência técnica. Para reverter esta realidade, o Governo nos últimos quatro anos investiu mais de R\$ 2 bilhões em ações de qualificação dos assentamentos. Paralelamente, foram ampliadas as equipes técnicas que atuam na execução e acompanhamento das ações em campo, além de investimentos crescentes na formação e capacitação dessas equipes.

A assistência técnica aos assentados foi retomada, com a criação do Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES), que, conjuntamente com os demais instrumentos, elevou o número de assentados atendidos para mais de 555 mil famílias.

Nesse período houve um significativo crescimento dos recursos destinados ao crédito de apoio e instalação. Os valores que viabilizam a manutenção das famílias até o início da produção, habitação, construção e reforma, e cisternas no semi-árido, passaram de R\$ 4,5 mil para até R\$ 11,3 mil por família. Além dos limites, os montantes investidos também foram ampliados, de R\$ 191 milhões, em 2003, para aproximadamente R\$ 900 milhões, em 2006. Outro importante avanço foi o estabelecimento de parceria com a Caixa Econômica Federal para, através da Carta de Crédito Individual (FGTS), a construção e recuperação de unidades habitacionais em projetos de assentamentos do Incra.

O Programa Nacional de Educação do Campo (Pronera) ampliou o acesso à educação formal de jovens e adultos assentados, atendendo, em 2006, cerca de 57 mil alunos. Além de promover a redução do analfabetismo, foram implantados cursos superiores em diversas áreas do conhecimento, como engenharia agrônoma, história, ciências agrárias, pedagogia e formação de professores.

b.4) Programa Nacional de Crédito Fundiário

O Programa Nacional de Crédito Fundiário foi reorganizado por meio do diálogo social, preservando a estratégia descentralizada e assumindo um papel complementar à reforma agrária, para viabilizar o acesso à terra por trabalhadores rurais. São linhas de crédito para o financiamento de imóveis e investimentos em infra-estrutura básica e produtiva em áreas não passíveis de desapropriação. Em 2006, o Programa beneficiou mais de 15 mil famílias, com o investimento da ordem de R\$ 427 milhões, aplicando a sua maior parte nos municípios com menor índice de desenvolvimento humano.

b.5) Regularização Fundiária

As atividades de cadastro e regularização fundiária, que há mais de uma década haviam sido paralisadas, foram retomadas no atual Governo, com ênfase na região da Amazônia Legal. Estão sendo realizadas ações utilizando-se a tecnologia do georreferenciamento, por meio de convênios com órgãos federais, estaduais e municipais. Como exemplo, podem ser citadas as realizações no Estado do Pará, onde em 2006 foi concluída a rede geodésica física e realizado mapeamento com imagem de radar de 75% da área do Estado em convênio com o Sipam/Sivam. Aliada a essas ações está a revisão das normas que disciplinam o registro de propriedades na região. No final de 2005, foi aprovada a Lei nº 11.196, que define parâmetros para a regularização das posses entre 100 e 500 hectares. Os procedimentos para essas regularizações já foram editadas pelo Incra, em 2006.

Em 2006, o Programa de Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil, que atua por meio de convênios estabelecidos com 15 Estados, promoveu o cadastramento de mais de 16.000 imóveis rurais e a titulação de outros 4.623, viabilizando uma vinculação consistente entre a situação real (de campo), o cadastro (sistema) e o registro de imóveis (cartórios).

Para 2007 está prevista a intensificação do georreferenciamento de imóveis rurais direcionado para grandes obras e/ou regiões prioritárias, impulsionando a ação do Poder Público brasileiro nessa temática.

b.6) Projeto Dom Helder Câmara

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido do Nordeste – Projeto Dom Helder Câmara, apresentou avanços significativos no ano de 2006. Mais de 11 mil famílias foram beneficiadas com assistência técnica permanente, o que representou uma ampliação de duas mil famílias em relação a 2005.

Na área de comercialização, 2,5 toneladas de mel foram comercializadas para a Merenda Escolar, em articulação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e duas feiras implementadas para comercialização de produtos agrícolas. Foram beneficiados com educação do campo e convivência com o Semi-árido cerca de 10.000 alunos. Em relação aos recursos hídricos, foram irrigados 50 hectares em pequenas propriedades rurais, duas barragens sucessivas construídas e 50 km de adutoras implantadas. Com relação ao cooperativismo, cinco Cooperativas de Crédito foram apoiadas para constituição e operação, e constituídos nove Fundos Rotativos, além da capacitação de 400 professores em educação do campo e convivência com o Semi-árido.



O fortalecimento das ações já existentes criará condições para que as famílias ou comunidades adquiram autonomia, com segurança hídrica, alimentar, produção e condições de comercialização. Esse projeto continuará a implementar ações estruturantes, em 2007, para autonomização dessas famílias.

c) Apoio à Agricultura Familiar

O ano de 2006 marca um momento importante para a agricultura familiar, com a aprovação e início da vigência da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que instituiu a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A Lei reconhece a agricultura familiar como segmento produtivo e consolida a existência de políticas públicas especificamente voltadas para a agricultura familiar.

A safra 2006/2007 marca também um enorme crescimento do Pronaf, em particular da sua ação de crédito, bem como a consolidação dos mecanismos de seguro ao produtor, com o recém-criado "Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar". Agora, além da garantia de renda para a família alicerçada pelas ações de "Seguro da Agricultura Familiar" e "Garantia Safra", que protegem a produção em caso de perdas por problemas climáticos, o produtor também estará segurado contra queda de preços na época da comercialização da produção. Esses instrumentos proporcionam um ambiente de estabilidade, estimulando o aumento da produção e da renda.

c.1) Ampliação do Crédito

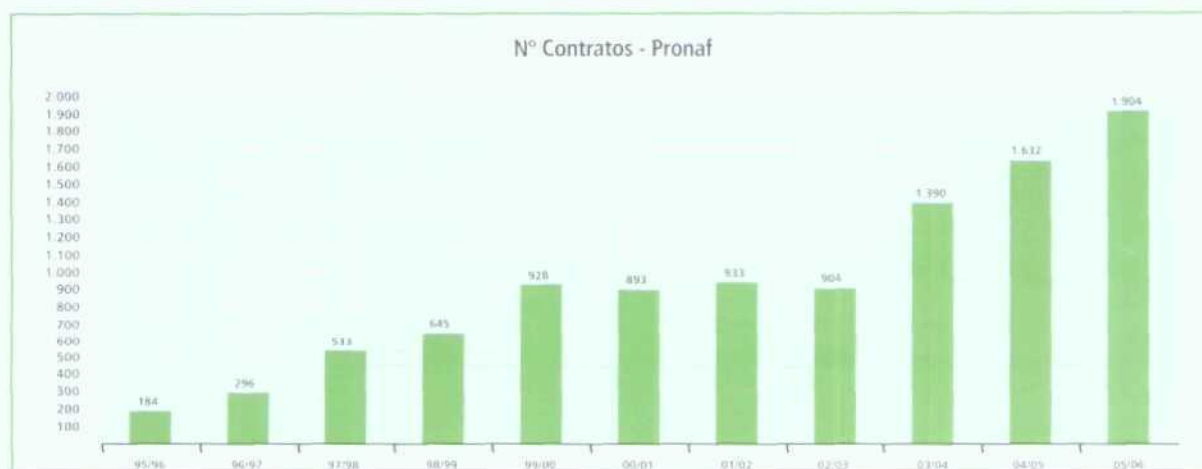
Os dados da aplicação de crédito ao amparo do Pronaf demonstram a prioridade dada à agricultura familiar neste Governo. Os empréstimos do Pronaf chegaram a R\$ 7,5 bilhões na safra 2005/2006, com recursos previstos da ordem de R\$ 10 bilhões na safra 2006/2007. O número de contratos realizados pelo Programa chegou a mais de 1,9 milhão na safra 2005/2006 e deverá atingir dois milhões na próxima safra.

Evolução do Volume de Crédito ao Amparo do Pronaf, Safra 1995/1996 – 2005/2006 (em R\$ milhões)



Fonte: Pronaf/SAE/MDA

Evolução do Número de Contratos ao Amparo do Pronaf, Safra 1995/1996 – 2005/2006 (em milhares de contratos)



Fonte: Pronaf/SAE/MDA

O Pronaf é hoje uma política implementada em todo o campo brasileiro, estando presente em 5.360 Municípios. Houve um esforço muito grande no sentido de reverter a concentração de recursos no Centro-Sul do País. O quadro a seguir revela o resultado desse esforço, podendo-se notar um significativo aumento da participação da região Nordeste. Vale salientar, também, que os valores absolutos foram ampliados em todas as regiões, tanto em número de contratos como no montante de recursos.

Evolução da Distribuição Regional do Pronaf

Região	2002/2003		2002/2003		Evolução	
	Contratações		Contratações			
	Valor (R\$) VF	Nº de Contratos NC	Valor (R\$) VF	Nº de Contratos NC	VF	NC
Centro-Oeste	186.663.776	30.104	532.337.056	67.443	185%	124%
Nordeste	393.094.834	285.595	1.888.484.848	805.131	380%	182%
Norte	201.081.157	35.145	718.118.253	101.420	257%	189%
Sudeste	389.899.633	118.358	1.470.931.034	303.623	277%	157%
Sul	1.205.702.271	435.009	2.928.615.987	630.820	143%	45%
Total Global	2.376.441.672	904.211	7.538.487.179	1.908.437	217%	111%

Fonte: Agente Financeiro - Dados atualizados Bacri: até 06/2006; Bancobd: até 11/2006; Bancocred: até 11/2006; Bancocaj: até 11/2006; BN: até 11/2006; BNDI: até 07/2006; outros três meses sujeitos a alterações.

Novas linhas de financiamento foram implementadas, com destinação aos jovens, às mulheres, à agroecologia e, a partir da safra 2006/2007, também à comercialização, com taxa de juros de 4,5% ao ano. Além disso, foram criadas linhas de financiamento de cotas-parte aos associados de cooperativas de produção, aos agricultores familiares do Semi-árido e foram instituídos três financiamentos de custeio para os agricultores familiares assentados.

O Pronaf também cresceu em eficiência. Houve significativa economia de recursos do Tesouro Nacional, com a redução dos custos com equalização e modificação de procedimentos administrativos, fruto das ações em parceria com os agentes financeiros, o que resultou em expressiva redução no tempo empregado pelos agricultores para obtenção do crédito.

Ações como a redução do *spread* médio em 26,1%, e de 42,9% das taxas administrativas bancárias nas operações de financiamento resultaram em economia de mais de R\$ 55 milhões para o Tesouro Nacional. Houve economia de recursos também com a utilização de fontes sem custo: foi assegurado que pelo menos 8% das exigibilidades bancárias do crédito rural sejam aplicadas nos financiamentos do Pronaf.

Foi realizado um trabalho continuado para minimizar o processo de endividamento de agricultores. Foram editadas leis e resoluções do Conselho Monetário Nacional, possibilitando que a quase totalidade dos agricultores familiares que tinham dívidas contraídas até 31 de dezembro de 2005 pudessem efetuar os ajustes junto aos agentes financeiros, regularizando o seu cadastro.

A expansão do crédito e os demais avanços obtidos possibilitam, em 2007, direcionar os esforços para aumentar a eficácia e a efetividade do crédito por meio da ampliação e da qualificação dos serviços de assistência técnica e extensão rural voltados para a modificação dos sistemas de produção, para o aumento da renda e a sustentabilidade ambiental. Assim o crédito será expandido para setores mais empobrecidos, por meio de ações integradas das políticas de apoio à produção e de acesso a direitos sociais e à segurança alimentar.

c.2) Seguro da Agricultura Familiar (Seaf)

O Seguro foi disponibilizado aos agricultores familiares a partir da safra 2004/2005. Na primeira safra, mais de 550 mil empreendimentos foram amparados. Com a ocorrência da maior seca dos últimos 60 anos na região Sul, o Seaf foi um importante instrumento para minimizar o problema, evitando que se configurasse uma grave crise social no campo.

Dentre os principais avanços alcançados pelo Seaf estão o desenvolvimento de ações integradas com o sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), visando a gestão de riscos na agricultura familiar e a promoção do uso de tecnologias adequadas que incluam a adoção de medidas preventivas contra eventos agroclimáticos adversos. As culturas anuais incluídas no zoneamento agrícola foram ampliadas de seis para 20.

Na safra 2005/2006, o programa atingiu 580 mil adesões conforme demonstra o quadro a seguir, tendo viabilizado o pagamento de benefícios a mais de 1.33 mil agricultores familiares.

Seguro da Agricultura Familiar

Safra 2004/2005	Nº DE EMPREENDIMENTOS	VALORES (R\$)
Nº DE ADESÕES	553.565	2.549.867.145,55
COMUNICADOS DE OCORRÊNCIA DE PERDA - COP	270.612	1.188.618.972,76
COBERTURAS PAGAS	242.117	794.645.316,06
Safra 2005/2006	Nº DE EMPREENDIMENTOS	VALORES (R\$)
Nº DE ADESÕES	580.384	2.513.308.489,65
COMUNICADOS DE OCORRÊNCIA DE PERDA - COP	149.417	645.998.794,73
COBERTURAS DEFERIDAS	134.326	392.262.662,55
COBERTURAS PAGAS	133.731	392.522.531,77

Fonte: Bacen – dez. 2006.

Os avanços e o crescimento do seguro têm permitido identificar necessidades de aprimoramento do Programa, inclusive quanto ao arcabouço institucional e sua estrutura de gestão, o que se constitui em um desafio para o próximo período.

c.3) Garantia Safra

Para atender às especificidades da região do Semi-árido, implementou-se o Garantia-Safra por meio da atuação conjunta dos governos Federal, Estaduais, Municipais e entidades sindicais, com contrapartida dos beneficiários. Na safra 2005/2006, o Garantia-Safra atingiu um total de 356.584 famílias, o que representa um aumento de 24% em relação à safra anterior e de 78% em relação ao primeiro ano de implementação (safra 2002/2003). Um dos principais motivos para essa evolução é a consolidação do Programa junto aos atores envolvidos, principalmente aos agricultores familiares e à sociedade civil organizada.

c.4) Assistência Técnica

No período 2003/2006, foi construída a política nacional Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), por meio do diálogo social. A implementação dessa política conta com a participação de instituições públicas (27 empresas estaduais, empresas municipais, universidades e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e privadas (cooperativas e organizações não-governamentais). A ampliação dos recursos aplicados de R\$ 21,3 milhões, em 2003, para R\$ 108,5 milhões, em 2006, viabilizou a expansão da cobertura de 107 mil agricultores, em 2003, para 1,8 milhão, em 2006, com a incorporação de cinco mil novos profissionais em campo (o número total já chega a 20 mil no País).

É importante ressaltar que o fortalecimento do trabalho das instituições governamentais e não-governamentais está baseado em mecanismos transparentes para a seleção de projetos e repasse de recursos, que são as Chamadas para Projetos e os Termos de Referência lançados anualmente, e no estímulo à organização das entidades em redes para prestação dos serviços.



O Sistema Nacional de Assistência Técnica (Sibrater), que teve suas diretrizes definidas em 2006, deverá ser implementado e consolidado como instrumento de integração das ações. Em 2007, planeja-se a viabilização da universalização do acesso à assistência técnica, com a ampliação da dotação orçamentária da União e dos Estados, e a criação de mecanismos de financiamento permanente, aperfeiçoando a legislação que regulamenta a descentralização de recursos às entidades parceiras e o fortalecimento da capacidade de coordenação institucional do Governo Federal.

c.5) Apoio à Comercialização

O Governo tem apoiado fortemente o processo de comercialização da agricultura familiar. Em 2006, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) passou a ter dotação orçamentária também no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tendo sido criada uma nova modalidade: Formação de Estoques pela Agricultura Familiar. Foram investidos aproximadamente R\$ 80 milhões nessa modalidade, contemplando a compra de alimentos de 22 mil agricultores. A formação de estoque complementou as demais modalidades já desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e sua consolidação se dará por meio da ampliação da participação do PAA nas compras governamentais, em especial, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Na safra 2006/2007 foi criada a linha Pronaf Comercialização, que viabiliza o custeio do beneficiamento, industrialização ou ainda a formação de estoques pelos agricultores familiares. Os limites individuais são de até R\$ 5 mil e de R\$ 2 milhões para as agroindústrias ou cooperativas, com juros de 4,5% ao ano e prazo de pagamento de até 12 meses.

Estão sendo criadas as condições para ampliar o acesso dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais a novos mercados. Uma ação importante é o Programa Nacional de Agroindústria Familiar, com ações de apoio à criação e ampliação de unidades agroindustriais, cujos resultados estão apresentados no quadro a seguir.

Quadro de Resultados Alcançados pelo Programa de Agroindústria (período 2003 - agosto 2006)

Especificação de meta	Unidade	Resultados alcançados (por período)				
		2003	2004	2005	2006	2003-2006
Agroindústrias apoiadas	Número	195	1.690	2.000	2.400	6.285
Famílias apoiadas	Número	1.170	10.140	16.000	19.200	46.510
Crédito Rural aplicado	R\$ 1.000,00	15.700	47.694	70.000	84.000	217.394

Fonte: MDA

Em 2006, importantes avanços normativos de interesse das agroindústrias familiares merecem ser registrados, como: i) o aperfeiçoamento do marco legal para facilitar a instalação e o funcionamento das agroindústrias; ii) a aprovação do Sistema Único de Assistência à Sanidade Animal (Suasa), sob coordenação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que deverá ter sua implementação efetivada a partir de 2007; e iii) a aprovação de resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) que simplifica os procedimentos de licenciamento ambiental das pequenas agroindústrias.

Para o estímulo à diversificação produtiva, investiu-se, na produção orgânica, na produção de plantas medicinais e produtos da biodiversidade e também no turismo e no artesanato. Um bom exemplo dessas ações é o projeto "Caras do Sertão", no qual um grupo de produtoras familiares da região Nordeste tem conseguido inserir sua produção artesanal em mercados sofisticados do Centro-Sul do País.

c.6) Produção de Biodiesel pela Agricultura Familiar

A agricultura familiar tem tido sua produção fortalecida por meio do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). O MDA concedeu o Selo Combustível Social a oito empresas de biodiesel, fazendo com que mais de 60.000 agricultores tenham a compra de sua produção garantida. Foram investidos recursos da ordem de R\$ 5 milhões em projetos de formação de pólos de produção de matérias-primas para biodiesel. Em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o MDA tem estimulado a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologia de baixo custo para extração de óleos vegetais e para detoxicação da torta de mamona, visando dar maior competitividade à produção familiar no Programa.

Na safra 2006/2007 foi criado o Pronaf Biodiesel, que permite ao agricultor celebrar crédito para plantar sua lavoura e contratar novo crédito para o plantio de oleaginosas no mesmo ano agrícola. Essas ações criam as condições para ampliar a participação da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária no PNPB, tanto como fornecedores de matéria-prima, como na produção do óleo (esmagamento), por meio de projetos com a participação da Petrobras, BNDES e agricultores, promovendo melhorias no desempenho agrícola das oleaginosas e aumento da renda líquida dos agricultores.

d) Desenvolvimento Territorial

Desde 2003, quando criou uma estrutura específica para este fim, o Governo incorporou a abordagem territorial na formulação e implementação dos processos de desenvolvimento rural sustentável. Buscando superar a fragmentação e desarticulação das diversas ações, o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais constituiu 118 territórios rurais nas 27 Unidades da Federação, abrangendo 1.833 Municípios, com uma população de cerca de 39,7 milhões de pessoas (22,46% do total brasileiro) e correspondendo a uma área de 3.101.227 Km² (36,4% da área total do País). Nesses territórios concentram-se 44,3% dos beneficiários diretos das ações do MDA. Os recursos totais aplicados pelo Programa, em 2006, foram de R\$ 152,6 milhões.

Em consonância com a estratégia de envolver os atores locais na construção de planos de desenvolvimento, foram constituídos Colegiados Territoriais em 97 dos 118 territórios rurais, nos quais foram discutidos e deliberados os projetos de infra-estrutura e serviços apoiados, no montante de R\$ 131,17 milhões, beneficiando 1.892 Municípios, em 2006. Como forma de garantir os



processos de sensibilização e mobilização dos atores territoriais, foram investidos recursos da ordem de R\$ 11,5 milhões na formação de 30.000 agentes de desenvolvimento, elaborados 96 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e 38 planos safra-territorial, que visam ordenar e adequar as políticas públicas de âmbito nacional, tais como o crédito rural, a assistência técnica e extensão rural.

No Projeto de Fomento e Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Coopersol), foram executadas ações, em 2006, como a capacitação de dirigentes de cooperativas e cooperados, fortalecendo a gestão social desses empreendimentos e, também, a construção de sedes de cooperativas, bases de serviços ou pontos de atendimento, além da compra de equipamentos e programas de informática que permitem a dinamização e/ou o funcionamento das cooperativas, viabilizando, assim, a capacitação de 4.680 pessoas.

e) Política Internacional e Agricultura Familiar

No período 2003/2006, foi desenvolvido um trabalho inédito de inserção da agricultura familiar no processo de integração do Mercosul. Depois de várias negociações, foi aprovada pelo Grupo do Mercado Comum, instância máxima decisória do bloco, a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (Reaf). Ela se constituiu numa referência para o bloco porque, desde sua aprovação, a sociedade civil participa diretamente das discussões e das decisões. É apoiada pelo Fundo de Investimento para o Desenvolvimento Agrícola (Fida) e mantém uma forte dinâmica de trabalho, especialmente na temática de gênero, crédito, seguro agrícola, comercialização e reforma agrária e acesso à terra.

Outro ponto culminante à atuação internacional em relação à agricultura familiar foi a realização da II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), no Brasil, em março de 2006. A CIRADR teve a presença de 96 delegações, que discutiram mais uma vez, após 27 anos, o tema terra e Reforma Agrária em âmbito internacional, o que contribuiu para a incorporação na agenda internacional da discussão sobre a terra. O evento contou, pela primeira vez na história da FAO, com a presença da sociedade civil na organização da conferência e nos trabalhos desenvolvidos.

Para 2007, é preciso consolidar as propostas formuladas pelo MDA em negociação na OMC e que foram incorporadas pelo G20, de modo a garantir a coerência entre as negociações multilaterais e as prioridades da política nacional de desenvolvimento rural e de segurança e soberania alimentar, e trabalhar para garantir um acordo mais equilibrado na negociação entre o Mercosul e a União Européia.

f) Programa Arca das Letras

Como parte das ações para garantir o acesso a direitos fundamentais às populações rurais, o Governo implementou e consolidou uma política de incentivo e acesso à leitura para o meio rural brasileiro, com Programa de Bibliotecas Arca das Letras. Ao disponibilizar às comunidades rurais informações e literatura de acordo com seus interesses e necessidades, esse Programa está contribuindo para o desenvolvimento do trabalho, da educação e do lazer no campo. Além disso, estimula a leitura em ambiente familiar e contribui para a redução da evasão escolar.

O acesso à leitura ocorre por meio de bibliotecas móveis, no formato de caixas-estantes, e o trabalho de 2.350 agentes de leitura em assentamentos da Reforma Agrária e em comunidades de agricultores familiares e quilombolas. Em 2006, foram 1.243 Bibliotecas Rurais implantadas em 692 Municípios de 24 Estados. Foram distribuídos mais de 303 mil livros e atendidas 133 mil famílias do campo. O Programa Arca das Letras também implantou 77 bibliotecas nas Escolas Famílias Agrícolas e Casas Familiares Rurais de 76 Municípios de oito Estados, apoiando os processos educacionais da pedagogia da alternância no meio rural. Em 2007, esse Programa continuará a ser implementado, ampliando o número de beneficiários.

8. Desenvolvimento Regional

Em 2006, o Governo concentrou esforços na consolidação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que retomou o planejamento estratégico com base em um modelo fundamentado nos conceitos do planejamento e gestão territorial, objetivando a redução das desigualdades regionais. A PNDR define mecanismos e instrumentos para implementação de políticas públicas, tendo sido enfatizada a articulação das políticas entre os entes federados e a participação da sociedade para fortalecer a integração, a racionalização de ações e o controle social.

a) Implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional

Um dos instrumentos da PNDR é a elaboração dos Planos Macrorregionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Em 2006, o Governo concluiu a versão preliminar desses Planos, sendo que o Plano Amazônia Sustentável passou pela fase de consultas públicas. Em 2007 esses Planos serão debatidos e aperfeiçoados já sob a coordenação das novas Superintendências Regionais de Desenvolvimento do Nordeste e Amazônia (Sudene e Sudam), criadas por leis complementares em janeiro de 2007.

Em relação à Transnordestina, foi definida a modelagem econômico-financeira de financiamento do empreendimento com a seguinte composição de fontes de recursos: Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE): R\$ 2.227 milhões; Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) R\$ 823 milhões e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): R\$ 400 milhões; além de recursos próprios da concessionária privada na ordem de R\$ 1.050 milhão, totalizando um investimento de R\$ 4,5 bilhões. As obras tiveram início, em 2006, no trecho de 10 km a contar de Missão Velha/CE em direção a Salgueiro/PE. Ainda em 2007, terá início a construção do trecho Salgueiro – Araripina.

Os programas de desenvolvimento regional implementados em escala sub-regional apoiaram a organização dos atores socioeconômicos, a capacitação local, o associativismo e, principalmente, o fortalecimento de núcleos e arranjos produtivos locais. Nesse enfoque, destacam-se as ações realizadas, prioritariamente, por meio dos programas regionais Promeso, Conviver, Faixa de Fronteira, Promover e Produzir em 13 Mesorregiões, em nove subespaços do Semi-árido Nordestino e em cinco cidades-gêmeas fronteiriças aos vizinhos sul-americanos.

No Alto Solimões, merecem ênfase as ações de organização da atividade produtiva da pesca. A região apresenta características peculiares pela sua localização e difíceis condições de acesso, inclusive entre os Municípios que a compõem, e por essa razão foi implantada a Rádio AM Mesorregional, com sede em Tabatinga. Trata-se do primeiro veículo falado de comunicação com conteúdo educativo e cultural que facilitará a integração de nove Municípios da Mesorregião e parte da Colômbia e do Peru.



Na Chapada do Araripe, as ações voltaram-se para a atividade produtiva da ovinocaprinocultura, com resultados expressivos na organização para a produção e melhoria da qualidade do rebanho. Essa mesma atividade é apoiada na Mesorregião de Xingó, destacando-se a criação de uma unidade móvel de assistência ao pequeno produtor rural para promover a sanidade e o aprimoramento genético dos rebanhos. Outros setores produtivos receberam apoio expressivo, tais como apicultura, produção de gesso, calcário cariri e artesanato. Um projeto de grande importância no arranjo produtivo local da apicultura refere-se à construção do Centro Tecnológico da Apicultura (CTA) em Picos/PI, parceria entre o Ministério da Integração Nacional (MI) e a Codevasf, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Governo do Estado do Piauí, com capacidade para processar cerca de 1.800 toneladas/ano de mel, beneficiando cerca de 2.500 famílias.

Na Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, destaca-se o apoio ao Pólo Moveleiro de Turmalina com a instalação de oficina de prototipagem, do núcleo de informações estratégicas de madeira e móveis, e da Oficina de *Design* e escola para formação de mão-de-obra, beneficiando 50 micro e pequenas empresas e gerando 350 empregos diretos. Em 2006, foi concluída a primeira etapa do Centro Eunapolitano de Produção Moveleira (Ceprom) que beneficiará 21 Municípios do extremo sul da Bahia, com previsão de geração de aproximadamente 300 novos empregos. Outro apoio de destaque foi oferecido à cadeia produtiva da cachaça, identificando e solucionando os principais problemas, contribuindo para a competitividade e estimulando o cooperativismo. Uma das cooperativas já beneficiadas com o projeto aumentará, até 2009, sua produção dos atuais 400 mil litros/ano para 1,2 milhão de litros/ano.

Na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, foram apoiados os segmentos de turismo rural, da produção leiteira e de embutidos, contribuindo para compassar o avanço da Mesorregião à dinâmica econômica dos Estados que a compõem – Paraná e Santa Catarina. No Município de Ametista do Sul, foi instalado o centro de lapidação de pedras preciosas que beneficiará a produção de 2.000 garimpeiros da região. No oeste de Santa Catarina, foi dado mais um importante passo para consolidação do pólo regional de móveis com a instalação de um centro de usinagem na escola de movelaria apoiada pelo Ministério da Integração Nacional em 2005. No oeste do Paraná, cinco cantinas de produção de vinho e suco de uva estão em fase final de implantação.

Cabe ainda ressaltar o trabalho de estruturação de arranjos produtivos em fruticultura nas mesorregiões do Xingó, Itabapoana e Vale do Ribeira/Guaraqueçaba, gemas, jóias e mineração nas mesorregiões do Bico do Papagaio e do Seridó; do turismo na Chapada das Mangabeiras e Águas Emendadas e do tratamento do látex no Vale do Rio Acre.

Em 2006, no âmbito do Programa de Promoção de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (Promeso), o Ministério da Integração Nacional intensificou o processo de criação e fortalecimento de fóruns mesorregionais bem como de elaboração de planos de ação para as mesorregiões. Cabe ainda destaque à institucionalização da 13ª mesorregião, a Mesorregião do Seridó, que abrange 28 Municípios do Rio Grande do Norte e 26 no Estado da Paraíba.

No Semi-árido, foi introduzida uma lógica diferenciada de convivência, articulando ações de infra-estrutura hídrica com a dinamização de núcleos produtivos vivenciados na região por meio do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-árido (Conviver). Assim, registra-se o apoio às atividades de piscicultura em tanques-rede, ovinocaprinocultura, artesanato, mineração, fruticultura irrigada, turismo agroecológico, além da disseminação de tecnologia alternativa para a

produção agrícola sustentável junto a 900 famílias, em 27 Municípios localizados no Semi-árido.

Outra ação de destaque no Semi-árido é o apoio ao setor do biodiesel, tal como a inauguração da primeira usina piloto de produção de biodiesel com capacidade de produzir 844 mil litros/ano, localizada no Município de Tauá/CE. Encontra-se, também, em fase de implantação, a usina de Piquet Carneiro, no Ceará, e a de Irecê, na Bahia. Além do fortalecimento desses projetos, em 2007, o Governo, por intermédio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), prevê as seguintes ações no segmento do biodiesel: o Projeto Irecê, campos de experimentação de produção de oleaginosas para a difusão de tecnologias e melhoramento genético dos sistemas de produção de mamona; o Projeto Norte de Minas, que pretende instalar campos experimentais de pinhão manso na área Semi-árida de Minas Gerais; e o Projeto Piauí que apóia a organização de produtores de oleaginosas para o fornecimento de matéria-prima para usina de biodiesel da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Outro território priorizado pela PNDR sobre o qual assentam-se programas de desenvolvimento regional é a Faixa de Fronteira. O Programa empenhou-se, em 2006, no aproveitamento das potencialidades locais para ampliação da infra-estrutura e dinamização econômica com vistas à integração regional, tendo como foco territorial as cidades-gêmeas. A perspectiva, para 2007, é a continuação das atividades de desenvolvimento econômico integrado com uma abordagem dirigida às sub-regiões das cidades-gêmeas e da intensificação da articulação com os países da América do Sul que fazem fronteira com o Brasil.

Em 2006, os financiamentos contratados com os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), este último até o mês de outubro, totalizaram aproximadamente R\$ 4,5 bilhões, o que representou um crescimento de 22% em relação a idêntico período de 2005. Por seu lado, os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste (FDA e FDNE) começaram a apresentar os primeiros resultados no ano de 2006. Até a primeira quinzena de dezembro de 2006, o FDA aprovou projetos que demandarão recursos da ordem de R\$ 518 milhões.

É importante ressaltar a contribuição que os recursos desses Fundos vêm prestando à manutenção e à geração de novos postos de trabalho, ao incremento das produções regionais, à arrecadação de tributos e à redução do êxodo rural.

Em 2007, deverá ser mantida a tendência de crescimento no volume de financiamentos para as regiões prioritárias, tendo em vista os recursos oferecidos pelo Governo para o fomento às atividades produtivas nessas áreas. No total, serão destinados aproximadamente R\$ 9 bilhões, sendo R\$ 7,3 bilhões provenientes dos fundos constitucionais de financiamento (FCO, FNE e FNO) e R\$ 1,7 bilhão dos fundos de desenvolvimento regional (FDA e FDNE).

b) Infra-estrutura Hídrica

Na área de Infra-estrutura Hídrica, o Governo vem buscando de forma determinada e permanente retomar o planejamento de seus empreendimentos, mediante a elaboração de estudos, planos e projetos, estimulando alguns Estados estratégicos a procurar o ordenamento dos seus recursos hídricos no plano físico e institucional.

A obediência a critérios técnicos para a celebração de convênios com a União para a execução de obras hídricas vem permitindo



uma significativa melhoria na qualidade dos projetos apresentados. Complementarmente, tem sido seguida a diretriz da priorização de conclusão das obras em andamento, não se autorizando novas iniciativas antes que os investimentos realizados no passado gerem resultados para a sociedade.

Nesse sentido, está sendo desenvolvido o Plano de Integração das Bacias do Nordeste Setentrional, incluindo a Fronteira Seca do Piauí, projetos-pilotos de integração de sistemas de abastecimento em Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Ceará, Bahia e Norte de Minas Gerais, assim como o fortalecimento dos processos de disciplinamento da água, redirecionamento da irrigação, macrodrenagem e controle da erosão fluviomarítima, para beneficiar os Estados do Espírito Santo, Tocantins, Paraíba e Roraima.

No esforço de oferecer água em quantidade suficiente e de boa qualidade para o abastecimento humano, em 2006, foram investidos R\$ 253,0 milhões. Para o Semi-árido, foram destinados R\$ 69,3 milhões, permitindo a conclusão de 10 sistemas adutores, com 848 km de extensão, beneficiando uma população estimada em 520 mil habitantes.

Os projetos nas outras regiões do País resultaram na implantação de 472,9 km de adutoras, beneficiando 873 mil habitantes. Destaca-se, ainda, a execução de obras de controle de enchentes no Vale do Rio dos Sinos, bem como as ações de manutenção e recuperação de 75 barragens, beneficiando três milhões de habitantes em oito Estados com recursos da ordem de R\$ 31 milhões.

Para 2007, projeta-se a conclusão de barragens e adutoras que compõem sistemas de abastecimento das regiões metropolitanas de Alagoas, Goiás, Sergipe e Pernambuco, assim como para o Semi-árido, com potencial de beneficiar 1,7 milhão de habitantes.

No segmento da agricultura irrigada, foram aplicados, em 2006, R\$ 52,9 milhões em obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum, compreendendo uma área de 56,2 mil hectares (ha), o que permitiu disponibilizar 2.571 ha de áreas irrigáveis, cujos projetos estão inseridos na Carteira das Parcerias Público-Privadas (PPP). Para 2007, está prevista a disponibilização de 9.219 ha.

Com vistas à transferência da gestão dos perímetros públicos de irrigação, foram aplicados R\$ 92,4 milhões. Parte desses recursos possibilitou a transferência da gestão dos perímetros Tourão/BA (13.575 ha), Pirapora/MG (1.236 ha), Arroio Duro/RS (18.000 ha), Lagoa Grande/MG (1.678 ha) e Chasqueiro (7.200 ha). Ainda foram agregados mais 10.229 ha ao processo produtivo, propiciando a geração de 45 mil empregos.

b.1) Revitalização da Bacia do Rio São Francisco

Para a Revitalização da Bacia do rio São Francisco foram direcionados, em 2006, recursos da ordem de R\$ 93,6 milhões. Em saneamento ambiental, foram implementados projetos para viabilizar os sistemas de esgotamento sanitário em 59 Municípios, com benefícios para, aproximadamente, um milhão de habitantes.

Para 2007, estão previstas obras de saneamento básico e tratamento de resíduos sólidos, contenção de desmoronamento de barrancas, desassoreamento e recuperação do leito do rio, com vistas a favorecer a sua navegabilidade, assim como a implementação de projetos de reflorestamento de nascentes, margens e áreas degradadas.

Em relação ao Projeto Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, as sucessivas interposições de liminares impossibilitaram a emissão da Licença Ambiental de Instalação e o conseqüente início das obras. Todavia, com a decisão favorável do Supremo Tribunal Federal, em dezembro de 2006, o Ministério da Integração Nacional, em parceria com o Ministério da Defesa, iniciará a primeira etapa das obras, em 2007, e lançará as concorrências para a elaboração dos projetos executivos e a implantação das demais etapas do empreendimento, adicionalmente à implementação dos projetos ambientais básicos.

c) Defesa Civil

As ações de defesa civil foram marcadas pela reversão de uma prática voltada exclusivamente para intervenções emergenciais, passando a congregar ações de prevenção. Os marcos dessa virada foram a criação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres e a expansão do número de Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (Comdec), ampliando para 70% o número de Municípios cobertos, de 2.200, em 2002, para 3.856, em 2006.

No ano de 2006, com o objetivo de fortalecer as Defesas Cíveis Municipais, foram realizados cursos de capacitação para 5.738 técnicos em todos os Estados e no Distrito Federal. Além disso, realizou-se a 2ª Semana Nacional de Redução de Desastres, o 3º Fórum Nacional de Defesa Civil e o 1º Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres. Com a finalidade de atender à população afetada por desastres, o Governo repassou em 2006, R\$ 46,8 milhões a 95 Municípios, para reabilitação após desastre.

9. Cuidar do Meio Ambiente para o Desenvolvimento do Brasil

O novo modelo de política ambiental integrada, compatível com o avançado arcabouço legal brasileiro, baseia-se no compartimento da gestão ambiental entre os vários setores governamentais, os três níveis de Governo e a sociedade em geral, capaz de agregar conceitos socioambientais ao novo ciclo de desenvolvimento econômico do País. As articulações e parcerias desenvolvidas ao longo deste Governo resultaram na definição de planos, programas e ações que aplicaram princípios e critérios para um conceito moderno e apropriado de desenvolvimento.

a) Planos Amazônia Sustentável (PAS) e BR-163 Sustentável

A elaboração e a discussão pública do Plano Amazônia Sustentável (PAS) foram realizadas por meio da parceria entre o Governo Federal e os Estados da Região Norte e Estados do Maranhão e Mato Grosso, que a ele aderiram em 2006. O Plano apresenta um conjunto de estratégias e orientações que devem ser consideradas na implementação de políticas públicas para a região, organizadas em cinco grandes eixos temáticos: produção sustentável com inovação e competitividade; gestão ambiental e ordenamento territorial; inclusão social e cidadania; infra-estrutura para o desenvolvimento; e novo padrão de desenvolvimento. Em 2006, foram realizadas consultas públicas nas capitais dos nove Estados da Amazônia Legal, cujas contribuições estão sendo sistematizadas, para consolidar a versão final do plano.



Já o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 (BR-163 Sustentável), lançado em 5 de junho de 2006, com orçamento de R\$ 640 milhões, é a primeira intervenção concreta na Amazônia com base nos princípios do PAS. Ele estabelece novos paradigmas para o desenvolvimento da Amazônia Brasileira, bem como apresenta um plano operacional, com vista à implementação de ações e políticas governamentais em toda a região de influência da Rodovia, trecho Cuiabá-Santarém, contemplando ações de ordenamento do território, infra-estrutura, fomento a atividades econômicas sustentáveis, melhoria dos serviços públicos e outras ações voltadas à inclusão social e fortalecimento da cidadania. Esse Plano foi elaborado por um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), composto por 20 órgãos federais, sob a coordenação da Casa Civil, com a parceria dos governos dos Estados do Mato Grosso, Pará e Amazonas, das organizações da sociedade civil e do setor privado. Para sua elaboração foram realizadas 17 rodadas de consultas públicas, em duas etapas, envolvendo mais de 5.000 pessoas. Ele está articulado com o Plano de Ação para Prevenção e Combate ao Desmatamento e o Programa Nacional de Florestas (PNF), em especial com o primeiro distrito florestal sustentável (Distrito Florestal Sustentável da BR-163).

b) Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal

No início de 2003, a Amazônia encontrava-se em acelerado processo de destruição. O período de 2001/2002 havia registrado um dos maiores crescimentos do desmatamento em toda sua história – 27%. Para reverter essa situação, o Governo lançou, em março de 2004, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, elaborado por um Grupo Permanente de Trabalho Interministerial.

O Plano tem como objetivo diminuir as taxas de desmatamentos na região amazônica, considerando fatores econômicos e sociais. Assim, diferencia-se das ações passadas, uma vez que não se limita a ações ambientais voltadas para a fiscalização, mas contempla, também, ações de ordenamento fundiário e territorial e de fomento às atividades sustentáveis.

Os resultados do Plano são muito positivos, tendo sido alcançada a redução de 31% no período 2004-2005 em relação ao período anterior. É o maior percentual de redução do índice de desmatamento na Amazônia dos últimos nove anos. Conforme previsão do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a taxa de desmatamento de 2005-2006 será de 13.100 km², segundo menor registro feito desde que o Inpe iniciou o levantamento anual, em 1988.

Merecem destaque, entre outras, as seguintes ações associadas à queda do desmatamento na Amazônia Legal: a criação de 13 Unidades de Conservação (UC) federais e ampliação de outras duas, ampliando as áreas protegidas em aproximadamente 10 milhões de hectares; e atividades de prevenção, controle e combate de incêndios florestais na região do Arco do Desmatamento, por meio do Programa Proarco e do Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo).

c) Unidades de Conservação

O Programa Áreas Protegidas do Brasil tem como objetivo expandir e consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e outras áreas protegidas, visando à proteção da biodiversidade brasileira e à justa repartição dos benefícios decorrentes. No período de 2003 a 2006, o SNUC, foi ampliado em 20,8 milhões de hectares (41,2% de aumento em relação a 2002), com a

criação de 52 unidades de conservação (UC) e a ampliação e recategorização de sete áreas já existentes, sendo que 28 das UC criadas foram na Amazônia Legal. Dentre os resultados alcançados em 2006 merecem destaque:

i) a aprovação do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), que estabelece uma política de gestão integrada do conjunto das áreas protegidas brasileiras (SNUC, Terras Indígenas, Terras Quilombolas, Áreas de Preservação Permanente, Reservas Legais), potencializado o esforço de conservação em todo o território nacional;

ii) a formalização de 19 Acordos de Cooperação Técnica com Estados, Organizações Não-Governamentais, Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (Anamma) e Fundação Nacional do Índio (Funai), com objetivo de conjugar esforços para implementação do PNAP; e

iii) a sanção da Lei nº. 11.132, de 4 de julho de 2006, que inseriu o art. 22, na Lei nº 9.985, de 2000, que trata das limitações administrativas provisórias.

d) Compensação Ambiental

Em março de 2006, foi instituído o Fundo Nacional de Compensação Ambiental, resultado de parceria entre o Ibama e a Caixa Econômica Federal. Com ele, responsáveis por empreendimentos licenciados que causem danos não mitigáveis ao ambiente devem, em contrapartida, contribuir financeiramente para o Fundo, destinado a financiar atividades e projetos em benefício das unidades de conservação do SNUC. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), por sua vez, aprovou a Resolução nº 371 de 2006, que estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos da compensação ambiental. Atualmente, 22 Florestas Nacionais se beneficiam de cerca de R\$ 62 milhões oriundos da compensação ambiental.

e) Programa Nacional de Florestas

O Programa Nacional de Florestas (PNF) tem como objetivos a expansão da base florestal plantada, a recuperação de áreas degradadas em pequenas e médias propriedades rurais, a expansão da base de florestas naturais sob manejo sustentável e a proteção de áreas com alto valor para conservação.

O PNF desenvolve ou apóia atividades voltadas para a produção e coleta de sementes, reflorestamento com espécies nativas em áreas de preservação permanente, implantação de Sistemas Agro-florestais em áreas de reserva legal, manejo das florestas naturais, recuperação e conservação de nascentes, crédito, capacitação, assistência técnica e extensão florestal em pequenas propriedades rurais. Dentre os resultados alcançados em 2006 merecem destaque:

i) Florestas Plantadas – de 2002 a 2005, a atividade obteve crescimento expressivo de 71%, passando de 320.000 ha, em 2002, para 553.000 ha, em 2005. Estima-se que em 2006 a área de floresta plantada atingirá 600.000 ha. Assim, a área de plantio de 2005 e 2006 superará pela primeira vez em mais de uma década a área de colheita. Em 2006 estima-se que a participação do pequeno produtor deverá ser de 25% da área de 600.000 ha, sendo que em 2002 essa participação era de apenas 7%.



ii) Manejo Sustentável de Florestas Naturais – estas florestas ocupam 85% da Amazônia, onde se concentra 90% da produção de florestas naturais no Brasil. Em 2002, a área de manejo florestal certificada era de 350.000 ha, em 2004 1.400.000 ha, e em 2006 estima-se uma área de 3.000.000 ha. A principal dificuldade para o alcance da meta de 15 milhões de hectares de florestas naturais manejadas, em 2007, era a ausência de regulamentação para gestão de florestas públicas. Com a promulgação da Lei nº 11.284/06, de Gestão de Florestas Públicas, foi possível ao PNF criar as condições para a retomada do ritmo dos trabalhos e iniciar atividades para perseguir essa meta, destacando-se: a implementação do Serviço Florestal Brasileiro, que foi criado em 2 de março de 2006; a assinatura dos primeiros Contratos de Transição para os detentores de Plano de Manejo Florestal já aprovados; a regulamentação da Gestão Florestal Compartilhada; e a implementação de um novo sistema de emissão de transporte de produtos florestais -Documento de Origem Florestal (DOF).

Com relação ao Bioma Caatinga, o PNF realizou o levantamento de áreas prioritárias para o manejo florestal em 100 Unidades de Assentamento Rural, envolvendo 10 mil famílias da região do Semi-árido. Foram contratados e estão sendo implementados os Planos de Manejo em 20 Assentamentos das 30 Unidades selecionadas para o início dos trabalhos na região.

f) Zoneamento Ecológico-Econômico

O Programa Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) tem como objetivo promover o zoneamento ecológico-econômico do território nacional a fim de planejar de forma sustentável o processo de uso e ocupação, subsidiando a gestão e o planejamento territorial do País. Vale mencionar que graças à ampliação das parcerias com diversos órgãos do Governo Federal e de governos Estaduais foi possível, nos últimos anos, ampliar a área do território nacional sob zoneamento, passando de 11% do território nacional, em 2002, 23% em 2005, para 25% em 2006. Além disso, estão em andamento projetos que abrangem cerca de 3,05 milhões de km², o correspondente a 33% do território nacional.

Em 2006 foi homologado o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Rondônia, marco fundamental por representar a primeira experiência concluída no País, mediante a aprovação pelo Conama da Recomendação nº 003, de 22 de fevereiro.

Essa medida já está sendo amplamente aplicada no Estado de Rondônia, mediante Termos de Ajustamento de Conduta, atendendo a produtores rurais que enfrentavam dificuldades no acesso a crédito rural e outros benefícios. Outros Estados como o Acre e o Pará, já estão aprovando seus Zoneamentos, que deverão ser enviados à apreciação do Conama, em 2007.

g) Licenciamento Ambiental

Nesses quatro anos, o licenciamento ambiental, na esfera federal, avançou significativamente em números e em qualidade. A quantidade de licenciamentos passou de 145 empreendimentos para 225 por ano, permitindo o licenciamento, de 2003 a 2006, entre outros empreendimentos, de 21 hidrelétricas (4.880,6 MW), estando oito já em operação; de três termelétricas capazes de produzir 744 MW; de projetos de exploração petrolífera; de 3.134 Km de gasodutos, sendo 1.824 Km para início de obras; de trechos significativos de rodovias e ferrovias, como 840 Km da Rodovia BR-163 e 637 Km da Ferrovia Transnordestina. Somente em 2006, o Ibama autorizou a perfuração de 220 poços de petróleo. A área de portos, especialmente o de Santos, também foi objeto de concessão de licenças ambientais.

O Governo, em 2007, vai continuar a promover o permanente diálogo interno entre os atores responsáveis pelo planejamento dos setores estratégicos para o desenvolvimento, bem assim com os demais setores da sociedade, especialmente em relação aos aspectos gerais do licenciamento ambiental para as grandes obras de infra-estrutura energética, de transportes, de saneamento e de mineração. Neste sentido, em 2007, será encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar para regulamentação dos incisos III, VI, e VII do art. 23 da Constituição Federal, fixando as normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e definindo as competências de cada um desses entes federativos no que se refere a gestão ambiental.

h) Política Nacional de Recursos Hídricos

O Brasil foi o primeiro País da América Latina a elaborar um plano para assegurar o uso racional da água até 2020. O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), cujo processo de elaboração envolveu mais de sete mil pessoas, foi lançado pela Presidência da República em março de 2006, atendendo compromisso assumido junto à Organização das Nações Unidas na Cúpula Mundial de Joanesburgo para o Desenvolvimento Sustentável. O Plano é um dos instrumentos da PNRH que tem como objetivo garantir à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos seus múltiplos usos.

h.1) Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos

O Programa Probasias possui ações de outorga e cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Um avanço relevante foi a implantação do primeiro sistema de pagamento voluntário pelo uso da água na Bacia do Rio Paraíba do Sul, o qual acumulou o montante de R\$ 23,7 milhões, de 2003 a 2006, sendo que a arrecadação, no exercício de 2006, foi de aproximadamente R\$ 5,8 milhões repassados integralmente para aplicação em projetos e investimentos para a recuperação da própria bacia.

Com vistas à regularização e à cobrança do uso dos recursos hídricos de forma mais abrangente, a Agência Nacional de Águas (ANA) concluiu a estruturação dos comitês das bacias do Rio Verde Grande (BA/MG), onde cadastrou 1.800 usuários, e dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (MG/SP), com 441 usuários, desenvolvendo ações de capacitação nessas regiões. Tais iniciativas levaram o Comitê da bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá a implementar a cobrança pelo uso da água, sendo o segundo no País. A cobrança nessa bacia iniciou-se no ano de 2006, e em seu primeiro ano obteve o montante de R\$ 8,96 milhões. A ANA definiu, ainda, os marcos regulatórios de uso da água nas bacias dos rios Piranhas-Açu (PB/RN), Paranã (GO), Pipiripau (DF/GO) e Poti-Longá (CE/PI), realizando estudos de disponibilidade hídrica, cadastrando e regularizando os usuários.

Merece ser destacada, também, a finalização da elaboração do Atlas de Obras Prioritárias para a região Semi-árida, o qual traz um diagnóstico da situação da oferta de água bruta em todos os nove estados da região nordeste e norte do Estado de Minas Gerais, totalizando mais de 1.100 Municípios, a fim de identificar as alternativas técnicas para atender as atuais e futuras demandas de água. Pela primeira vez elaborou-se um estudo capaz de propor alternativas de abastecimento de água com sustentabilidade hídrica e operacional às sedes municipais, beneficiando 34 milhões de habitantes, o que representa 94% da população urbana da área em estudo.

h.2) Populações Tradicionais

Além de se notabilizar por sua biodiversidade, o País conta com uma sociodiversidade expressiva. São mais de 220 etnias indígenas e diversas comunidades locais (quilombolas, caiçaras, seringueiros etc.) que detêm importantes conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.

Assim, nos últimos quatro anos, o Governo, por intermédio dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, investiu cerca de R\$ 79,5 milhões em 1.756 projetos que beneficiaram 107.538 famílias, sendo R\$ 22 milhões investidos em 2006, beneficiando cerca de 30 mil famílias.

Outras iniciativas foram adotadas para promover a cidadania, a geração de renda e a qualidade de vida dessas populações, fortalecendo institucionalmente suas entidades representativas. As ações objetivaram, ainda, apoiar as populações na defesa de seus direitos à propriedade intelectual e proteger seus conhecimentos tradicionais.

i) Esfera Internacional

Na esfera internacional, o ano de 2006 caracterizou-se pelo fortalecimento do protagonismo brasileiro nas negociações internacionais. De igual maneira, buscou-se, nesse período, fortalecer o processo de implementação, em caráter nacional, do grande número de acordos e tratados internacionais na área ambiental. O Governo participou ativamente das reuniões relativas a todos os instrumentos internacionais de que o País é signatário, mas destaca-se, de maneira especial, a atuação do Brasil em duas Convenções internacionais:

i) Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática. Na 12ª Conferência das Partes da Convenção, realizada em Nairóbi, em novembro de 2006, o Brasil apresentou proposta para a concessão de incentivos positivos aos países em desenvolvimento que reduzirem suas emissões de gases de efeito estufa decorrentes do desmatamento. Essa proposta dá seqüência a esforços realizados em anos anteriores que visavam incluir a discussão sobre as emissões derivadas do desmatamento no âmbito da Convenção de Mudança do Clima; e a

ii) 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica e a 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. A realização dessa Conferência no Brasil propiciou a oportunidade de influenciar avanços em importantes tópicos de negociação, como no que se refere ao regime internacional de acesso e repartição de benefícios derivados da biodiversidade, e de promover grande mobilização de âmbito nacional em torno do significado e da importância da Convenção no que se refere às oportunidades para o País. A 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica – a chamada COP 8, ocorreu em Pinhais/PR, em março de 2006, e contou com a participação de representantes de 160 países signatários da convenção e outros três países observadores. Na 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, a MOP 3, ocorrida no mesmo local, compareceram delegações de 144 países signatários e de 17 países observadores.

Na COP 8, os governos signatários da convenção deram um passo importante. Adotaram o Texto de Granada, documento elaborado em fevereiro de 2006, na Espanha, como referencial das negociações do regime internacional de acesso a recursos

genéticos e repartição de benefícios. Outras deliberações da COP 8 apontaram formas para proteger os conhecimentos tradicionais, aqueles próprios de comunidades tradicionais, particularmente quilombolas e indígenas, e ainda destacaram a necessidade da criação de um código de conduta ética para preservar a herança intelectual e cultural dessas comunidades. O objetivo é garantir mecanismos capazes de beneficiar as comunidades que detêm conhecimento tradicional.

Outra decisão importante da Conferência (COP 8) refere-se as Tecnologias de Restrição de Uso Genético, chamadas de GURTS. Os países recomendaram que não sejam aprovados testes de campo com produtos com GURTS em sua composição, até que haja informações suficientes sobre elas. Na reunião das partes, o principal resultado foi a determinação de que os países que comercializam cargas com organismos geneticamente modificados (OGM), deverão identificá-las com a expressão "Contém OGM", a partir de 2012. Até lá, essas cargas poderão ser rotuladas com a expressão "Pode conter OGM".

10. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

O Governo norteou-se nos últimos quatro anos, pela determinação de transformar Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) em alavancas do desenvolvimento nacional, de forma soberana e sustentável, com os seguintes objetivos gerais: i) consolidar, aperfeiçoar e modernizar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, expandindo a base científica e tecnológica nacional; ii) criar um ambiente favorável à inovação no País, estimulando o setor empresarial a investir em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação; iii) integrar todas as regiões ao esforço nacional de capacitação para ciência, tecnologia e inovação; iv) desenvolver uma base ampla de apoio e envolvimento da sociedade na Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; e v) transformar C,T&I em elemento estratégico da política de desenvolvimento econômico do Brasil.

Do ponto de vista da gestão, destaca-se o novo modelo de gestão integrada dos Fundos Setoriais, principal instrumento de fomento do Governo para a área. Em 2007, na regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), a consolidação do novo modelo permitirá integrar grande parte dos investimentos dos fundos por meio de ações transversais alinhadas com as prioridades nacionais, evitando a duplicidade ou dispersão de iniciativas, além de assegurar maior transparência e eficiência na execução dos recursos. Foi realizada uma ampla convocação, em 2006, para apresentação de propostas de ações transversais envolvendo não apenas os Comitês Gestores, mas também entidades e conselhos diversos, como a Academia Brasileira de Ciências (ABC), o Fórum dos Secretários Estaduais de C&T e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), entre outros. Em 2007, o Governo Federal fortalecerá a capacidade de gestão e o planejamento de longo prazo, ampliando a capacidade do sistema nacional de analisar e monitorar as trajetórias tecnológicas e os potenciais de desenvolvimento de temas e áreas estratégicas para o País.

Entre os novos marcos legais que passaram a regular as atividades de C,T&I, em 2006 destacam-se: a regulamentação, pelo Decreto nº 5.798/2006, de 7 de junho de 2006, do Capítulo III da Lei nº 11.196/2005, de 21 de novembro de 2005, a Lei do Bem, que estabeleceu incentivos fiscais para as atividades de P&D e inovação tecnológica das empresas; regulamentação da Lei nº 11.077/2004, de 30 de dezembro de 2004, a Lei de Informática, pelo Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e, pelo Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, este último especificamente para as empresas na área da Suframa. A regulamentação da Lei de Informática prevê que as empresas habilitadas à isenção de 95% do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) terão de investir, em contrapartida, o equivalente a 5% de seu faturamento em vendas de bens e serviços de informática e estabelece que apenas as empresas nacionais poderão participar de pregões do Governo Federal para compras no setor.



Em 2007, será apresentado ao Congresso o Projeto de Lei de Regulamentação do mencionado Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), consolidando a arquitetura de gestão desse Fundo.

Na formação de recursos humanos qualificados deve ser ressaltada a recuperação, nos últimos anos, do número de bolsas concedidas via CNPq. A expansão do número de bolsas, de 2003 a 2006, ocorreu em todas as categorias, mas é marcante nas de pós-graduação (11.401 em 2002 e 16.270 em 2006) e de produtividade em pesquisa (7.784 em 2002 e 9.860 em 2006). Em 2002, o total de bolsas do CNPq era de cerca de 45 mil, número que passou para 65 mil em 2006, o que representa um aumento de 45% em quatro anos. Ao término de 2006, o sistema de pós-graduação brasileiro terá formado 10.600 doutores, superando a meta proposta de titular 10.000 doutores por ano. Em 2007, continuará o processo de ampliação do número e do valor das bolsas de formação, de pesquisa e de extensão.

O Governo procurou aprofundar a articulação com os Estados, a partir de sugestões e reivindicações encaminhadas pelo Conselho Nacional de Secretários de C&T e pelo Conselho Nacional de Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP). Entre as ações de parceria com os Estados, destacam-se: (i) o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex), que financia projetos de grupos de pesquisa considerados núcleos de excelência; (ii) o Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (Pappe) – programa da Finep presente em 20 Estados, nos quais 599 projetos, envolvendo 540 empresas, encontram-se em andamento. O Pappe e as FAP financiam, conjuntamente, atividades de pesquisa e de desenvolvimento de processos e produtos inovadores. A operação é baseada no apoio direto ao pesquisador associado a uma empresa existente ou em implantação. O investimento em 2006 foi de R\$ 21 milhões; (iii) Editais de apoio financeiro a projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, que contribuem para a estruturação dos sistemas estaduais de C,T&I. A contrapartida dos Estados é feita mediante critérios propostos pelo Conselho Nacional de Secretários de C&T e pelo Conselho Nacional das FAP, pelos quais os Estados com menor PIB desembolsam recursos em menor proporção. Em 2006, os Editais comprometeram valores não reembolsáveis de R\$ 15 milhões, originários dos Fundos Setoriais; e (iv) o Programa Nacional de Apoio a Incubadoras e Parques Tecnológicos (PNI), – que tem foco na demanda por capacitação, na criação de novas empresas e no apoio à estruturação de redes estaduais e regionais de incubadoras de empresas. Em 2006, o PNI apoiou 16 projetos, envolvendo recursos da ordem de R\$ 11,6 milhões. Em 2007, o Governo ampliará as ações de cooperação entre organismos Federais, Estaduais e Municipais, em particular, as secretarias estaduais de C&T e fundações de amparo à pesquisa, intensificando a articulação e a descentralização da execução e a sistematização do acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações, fortalecendo assim o Sistema Nacional de C,T&I.

Ainda no âmbito da infra-estrutura para pesquisa, cabe destacar a Rede E-Conhecimento, implantada por intermédio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que conecta todo o sistema nacional de educação superior, universidades, escolas técnicas, centros de pesquisa Federais, Embrapa, Fiocruz, entre outras organizações, por meio de uma rede de comunicação de alta capacidade para pesquisa, educação e inovação. A capilarização dessa rede, iniciada em 2006, em todas as capitais, permitirá, a partir de 2007, a interligação destas 300 organizações em grandes velocidades, permitindo economia de recursos e o uso de aplicações de colaboração a distância, principalmente para suporte à educação, na formação de professores e alunos, e na saúde, em projetos de tele-saúde. São mais de um milhão de professores, pesquisadores e alunos que podem estar em contato constante no País e com o exterior para a geração de conhecimento e colaboração. Em 2007 continuará a expansão da Rede E-Conhecimento, com destaque para a implantação de redes metropolitanas no interior dos Estados e das redes internas das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e da Rede Universitária de Telemedicina (Rute). No âmbito latino-americano, em 2006, foram integradas as

redes nacionais de pesquisa de 14 países, do México à Argentina, por meio da Rede Clara – Cooperação Latino Americana de Redes Avançadas – permitindo, pela primeira vez, a comunicação direta regional entre mais de 500 universidades e centros de pesquisa.

Os investimentos no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), coordenado pela Agência Espacial Brasileira (AEB), atingiram, em 2006, o montante de R\$ 258 milhões, aproximadamente 16% acima do orçamento autorizado para 2005, o que permitiu maiores avanços nos trabalhos de revisão e implementação do Programa de Veículo Lançador de Satélites (VLS) e no desenvolvimento, integração e testes do satélite CBERS-2B, com previsão de lançamento em 2007. O PNAE atingiu grande visibilidade, em 2006, com a realização da Missão Centenário, que compreendeu o voo do astronauta brasileiro e o envio de experimentos à Estação Espacial Internacional. Da mesma forma, foram distribuídas mais de 200 mil imagens do satélite CBERS-2, em órbita, a usuários nacionais e latino-americanos, contribuindo para firmar o Brasil no cenário mundial, como País com capacidade de produção e fornecimento de imagens para o mercado internacional. Em 2007, o Governo implementará a empresa binacional Alcântara Cyclone Space, para viabilizar o projeto de comercialização dos lançamentos do Cyclone-4, a partir do Centro Espacial de Alcântara; dará andamento à construção da plataforma de lançamento dos veículos lançadores de satélites (VLS) e à construção do Centro de Lançamento de Alcântara; e concluirá a construção do satélite sino-brasileiro CBERS-2B e efetuará seu lançamento, a tempo de substituir o atual satélite CBERS-2.

No âmbito do Programa Nacional de Atividades Nucleares (PNAN), destacam-se: (i) em maio de 2006, foi inaugurada a 1ª Cascata de Ultracentrifugas da Unidade de Enriquecimento de Urânio em Resende, na Indústrias Nucleares do Brasil (INB), marco importante para o início da produção em escala industrial de combustíveis para usinas nucleares. Tal iniciativa parte da estratégia de criar capacidade industrial para suprir as futuras expansões da geração nucleoe elétrica, além de dotar o País de autonomia tecnológica e industrial no fornecimento de combustível para as usinas nucleares Angra 1 e 2; (ii) a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep) concluiu, com êxito, a fabricação dos blocos que formarão o casco da plataforma semi-submersível P-51 da Petrobras, primeira cujo casco será inteiramente fabricado no Brasil; e (iii) foram realizados, em 2006, aproximadamente três milhões de procedimentos médicos com radioisótopos e radiofármacos produzidos nos Institutos da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), representando um aumento de cerca de 36% em relação a 2003.

Em 2007, será ampliada a capacidade da Planta de Enriquecimento de Urânio da INB, em Resende (RJ), com a construção de todos os módulos previstos no projeto e instalada a planta-piloto de conversão gasosa. A Nuclep será revigorada, capacitando-se para ter grande participação na fabricação dos componentes para novas usinas nucleares.

Na área de meteorologia e climatologia, houve apoio a iniciativas de monitoramento de fenômenos naturais, principalmente no reforço de estruturas estaduais de meteorologia e parcerias entre órgãos Federais, além de consolidar a capacidade brasileira de gerar cenários futuros de mudanças climáticas, importantes para o planejamento estratégico de longo prazo do país. Destacam-se: (i) a criação do Centro Estadual de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia, em Manaus; (ii) a infra-estrutura dos Estados do Piauí, Amazonas, Tocantins e Goiás, para melhoria do monitoramento do tempo e clima e da taxa de acerto da previsão sazonal de clima (de 60%, em 2004, para 65%, em 2007); (iii) a capacitação de recursos humanos para P&D em Meteorologia e Clima, em parceria com a Sociedade Brasileira de Meteorologia; e (iv) o fortalecimento dos centros estaduais de meteorologia e pesquisa em fenômenos extremos, período 2006-2007, no valor de R\$ 13,2 milhões. Em 2007, ocorrerá a estruturação do Conselho



Nacional de Meteorologia (Coname), bem assim o fortalecimento das ações de infra-estrutura para o monitoramento das mudanças climáticas.

Na questão da Mudança Global do Clima, destacam-se atividades no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). O Brasil tem-se destacado como um dos países mais organizados e estruturados para atrair esse tipo de oportunidade, contando com um total de 197 atividades de projeto em processo de validação e registro, representando 15% do total mundial.

Na ampliação dos novos espaços e configurações geográficas para cooperação merecem destaque: a ampliação da cooperação espacial com a China garantindo a continuidade do Programa do Satélite CBERS; a consolidação do Programa de Apoio à Cooperação Científica e Tecnológica Trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul (Programa IBAS); o apoio a 39 projetos conjuntos de pesquisa na África, por meio das chamadas públicas do ProÁfrica e do Programa de Ciências Sociais na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP); e a participação da área de C,T&I na iniciativa América do Sul e Países Árabes (ASPA). No âmbito multilateral, vale registrar, também, a defesa ativa dos interesses nacionais na área de C,T&I, nas negociações sobre propriedade intelectual, normas e barreiras técnicas ao comércio, e apoio estatal à pesquisa e inovação nas negociações comerciais multilaterais (OMC) e biregionais (Mercosul-União Européia). Em 2007 ocorrerá a consolidação das novas parcerias estratégicas na cooperação internacional em CT&I, com destaque para as iniciativas promotoras dessa cooperação na América do Sul, no âmbito do IBAS e da CPLP, na África, bem como as ações em parceria com a China, a Rússia, a Ucrânia, e o Reino Unido e os Estados Unidos da América.



1. Prioridade para os Mais Pobres

O Brasil está reduzindo a pobreza e a desigualdade. Diversos estudos demonstram os avanços obtidos nos últimos anos. Utilizando-se os resultados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad/IBGE, verifica-se que a redução da pobreza, observada exclusivamente sob o aspecto da renda, supera os 20% no período compreendido entre 2003 e 2005. Em 2003, 28,2% da população brasileira vivia em condição de pobreza. Em 2005, esse percentual foi reduzido para 22,7%.

No que se refere à extrema pobreza, observa-se, que em 2005, a população que vivia com menos de 1 US\$/dia atingiu o nível mais baixo já registrado; 5,32% da população brasileira. A redução da pobreza observada no período deve-se, principalmente à redução da desigualdade. Segundo o Ipea, também considerando como referência dados da Pnad, a redução da desigualdade contribuiu com 68% para a redução da pobreza, enquanto o crescimento da renda contribuiu com 32% entre os anos de 2003 e 2004. Na Pnad 2005, observa-se que a redução da desigualdade contribuiu com 25% da redução da pobreza e o crescimento com 75%. Nesse último ano, observou-se um crescimento em todas as faixas de renda.

Em 2003 e 2005, o crescimento médio da renda no Brasil alcançou 4,8%. No entanto, os mais pobres tiveram sua renda aumentada em 8,4%, enquanto os 10% mais ricos da população tiveram acréscimo de 3,7%.

A desconcentração da renda também foi verificada na análise do Coeficiente de Gini. Utilizado internacionalmente como medida de desigualdade, o Coeficiente de Gini no Brasil foi reduzido de 0,587, em 2002, para 0,566, em 2005, conforme apresentado no gráfico a seguir.

Evolução Temporal da Desigualdade de Renda Familiar Per Capita no Brasil: Coeficiente de Gini



Fonte: estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 a 2005, porém, nos anos 1980, 1991, 1994 e 2000 a PNAD não foi a campo.

Como diversos estudos evidenciam a queda da miséria e redução dos níveis de desigualdade social são devidos, em grande parte, aos programas de transferência de renda do Governo Federal, especialmente o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família. Esses dois programas, somados, foram responsáveis por 28% da redução da queda do Índice de Gini no período 1995 a 2004 (7% para o BPC e 21% para o Bolsa Família).

O grau de focalização desses programas, com certeza, tem elevado sua efetividade na obtenção de seus resultados. Estudo recente

do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) concluiu que esses programas de transferência de renda do Governo Federal são bem focalizados: 74% da renda do BPC e 80% da renda do Programa Bolsa Família vão para famílias abaixo da linha de pobreza, isto é, as que possuem renda mensal per capita de até 1/2 salário mínimo.

a) Transferência de Renda: o Bolsa Família

Em 2006, o Governo reviu a estimativa do número de famílias pobres a serem atendidas pelo Programa Bolsa Família. A estimativa inicial de 11,2 milhões de famílias, feita com base na Pnad 2001, foi atualizada em razão da divulgação da Pnad 2004. Adicionalmente, o aumento da população no período, a dinâmica econômica do País e a demanda dos Estados e Municípios pela atualização do Programa, exigiram adequações nos critérios de acesso ao Bolsa Família. Assim, foram alterados os valores de referência para acesso ao programa de R\$ 50,00 e R\$ 100,00 para R\$ 60,00 e R\$ 120,00 de renda mensal per capita para caracterizar a situação de extrema pobreza e pobreza, respectivamente.

Observada a Pnad 2004 e considerando a atualização nos critérios de acesso ao Bolsa Família, a meta de atendimento foi reduzida para 11,1 milhões de famílias. Em dezembro de 2006, o programa atendia a cerca de 11 milhões de famílias. Os investimentos no ano atingiram R\$ 7,6 bilhões. Destaca-se que das famílias atendidas pelo Programa, 48% se encontram na região Nordeste. O gráfico a seguir mostra a evolução da ampliação do Bolsa Família e a trajetória dos programas remanescentes.

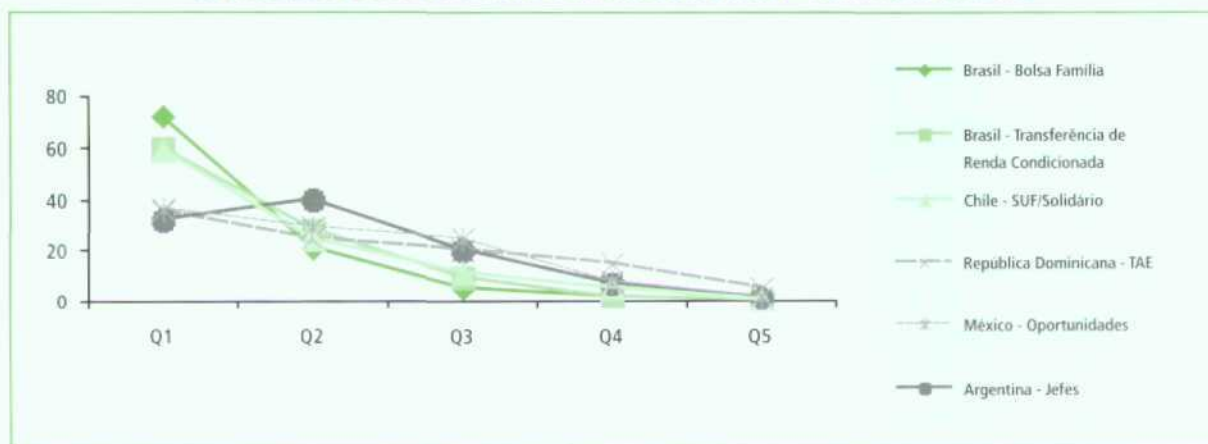
Evolução dos Programas Bolsa Família e Remanescentes



Fonte: Senar/MDS

A rápida expansão do Programa tem sido acompanhada por estratégias que possibilitam aperfeiçoamentos constantes no processo de seleção de beneficiários, de forma a incluir as famílias que efetivamente atendam aos critérios de elegibilidade definidos na legislação. Diferentes estudos têm apontado o acerto na focalização do Bolsa Família. Dentre esses, merece destaque análise realizada pelo Banco Mundial, com base em informações da PNAD 2004, que mostra que cerca de 71% das famílias beneficiárias do Bolsa Família estavam no primeiro quintil de renda (20% mais pobres) e que 21% estavam no segundo quintil. Esse grau de acerto nos mais pobres, segundo o Banco Mundial, é o mais expressivo dentre todos os programas de transferência condicionada de renda em vigor na América Latina, conforme mostra o gráfico a seguir.

Grau de Focalização: Comparação com Programas de Transferência de Renda com Condicionais na América Latina – Incidência Absoluta



Fonte: Lindert-BIRD

Segundo estudo do Ipea, que utiliza como referência a Pnad 2004, o Programa Bolsa Família individualmente é responsável por 21% da queda da desigualdade, medida pelo índice de Gini, observada até aquele momento. É importante considerar que, quando foi realizado tal estudo, o Programa ainda não havia atingido a meta de 11,1 milhões de famílias atendidas. Para os autores do estudo, esse resultado é bastante expressivo, em especial quando se considera que o Programa tem custo fiscal menor que 0,4% do PIB.

Ao mesmo tempo, tais resultados devem ser agregados a outros, em especial aqueles que mostram a evolução do acompanhamento das condicionalidades das famílias beneficiárias.

O acompanhamento das condicionalidades das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – frequência escolar e atendimento em saúde –, também apresentou melhorias bastante significativas no período 2003/2006. Em relação à frequência escolar, houve aumento no número de Municípios e de escolas que informam sobre a frequência dos alunos, aumento no número de crianças acompanhadas, de outubro de 2004 a julho de 2006, em aproximadamente 17% e, ainda, possibilidade de acesso às informações mais detalhadas sobre os motivos de não frequência. O percentual de escolas com acompanhamento de frequência escolar atingiu 93%, em 5.558 Municípios.

No caso da saúde, foi desenvolvido sistema específico para acompanhamento das condicionalidades – o Sistema de Informação sobre Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) –, que foi disponibilizado para os municípios no início do ano de 2005. Desde então, embora a informação sobre o acompanhamento das famílias beneficiárias, em termos de saúde, seja menos significativa do que aquela observada na área de educação, o acompanhamento das condicionalidades nessa área também apresentou avanços que devem ser considerados.

Como um dos resultados do acompanhamento das condicionalidades do PBF, foram notificadas 167.377 famílias por não-cumprimento de um evento de apuração e bloqueados benefícios de 220 famílias que não cumpriram condicionalidades em dois eventos (dados referentes ao período de repercussão agosto/setembro) consideram-se eventos a cobertura vacinal e o exame pré-natal, entre outros.

b) Políticas de Assistência Social

No período de 2003 a 2006 houve avanços significativos na normatização e gestão da política de Assistência Social. Esses avanços foram, principalmente, em direção à afirmação da assistência como direito social, consolidando o modo de gestão compartilhada, o co-financiamento e a cooperação técnica entre os entes federativos. Para isso, contribuíram a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – Nob/Suas/2005. Nesse contexto, a principal conquista foi a implementação do novo pacto federativo para a construção do Sistema Único de Assistência Social (Suas) no Brasil.

Em 2006, cabe destaque para:

- i) a implementação da Norma Operacional Básica do Suas (Nob/Suas);
- ii) a consolidação da sistemática de financiamento por meio de pisos de proteção social, com repasse automático fundo a fundo, o que possibilitou maior agilidade e transparência na gestão de recursos públicos;
- iii) a estreita relação entre os entes federados com reconfiguração de compromissos e competências;
- iv) a gestão compartilhada com a câmara intergestores tripartite;
- v) o respeito e suporte político institucional às instâncias de controle social como o Conselho Nacional de Assistência Social;
- vi) o desenvolvimento do sistema de informação nacional do Suas, a Rede Suas, que resultou na automatização de todos os processos de gestão, fator de agilidade e transparência;
- vii) a aprovação da Norma Operacional de Recursos Humanos do Suas; e
- viii) a produção de estratégias de monitoramento e avaliação com pesquisas e estudos sobre a gestão pública da política e impactos do Suas.

Dessa maneira, o Suas, sob a forma de um sistema, único e regulado, que respeita as diversidades regionais estabelecendo um padrão nacional de realização do direito social, contribuiu para a segurança da prestação do dever do Estado prevista pela legislação.

Assim, serviços socioassistenciais substituem programas pontuais e são disseminados em conformidade com níveis de proteção diferenciados, básico e especial (de alta e média complexidade), desagregando-se, dessa forma, o atendimento aos necessitados e estabelecendo-se parâmetros para o alcance das necessidades sociais dos usuários dos serviços e benefícios. O Suas, nessa perspectiva, consolida-se, em 2006, como o modelo de gestão que dá efetividade a um planejamento nacionalmente pactuado entre União, Estados e Municípios.

A proteção social básica foi desenvolvida por meio de serviços de proteção social às famílias, serviços específicos e do Benefício

de Prestação Continuada. Os serviços de proteção social básica às famílias, ofertados por meio do Programa de Atenção Integral à Família (Paif) foram desenvolvidos nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), também conhecidos como Casa das Famílias, onde ocorre o acompanhamento das famílias em territórios de vulnerabilidade e riscos sociais, com ênfase às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada. Atualmente a União co-financia 3.248 Cras, em 2.630 Municípios, servindo como referência para mais de 11,9 milhões de famílias, com capacidade de atendimento a 2,4 milhões de famílias/ano, por meio do Piso Básico Fixo. A transferência de recursos em 2006 alcançou o montante de R\$ 167 milhões.

Os serviços específicos de proteção social básica consistem no apoio à prestação de atendimentos complementares de proteção social básica no Cras e/ou no território onde esse está instalado, tais como: serviços de convivência para pessoas idosas; serviços para crianças de zero a seis anos, relativos à manutenção de creche e às ações que visem o fortalecimento dos vínculos familiares; serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; e ações voltadas à informação e educação para o trabalho.

Em 2006, o Piso Básico de Transição, um dos instrumentos utilizados para implementar os serviços de proteção social básica, beneficiou 407 mil pessoas idosas, em quase dois mil Municípios e 1.719 mil crianças em 4.727 Municípios, mediante a aplicação de R\$ 250 milhões. O outro piso que financia esses serviços é o Piso Básico Variável, que se destina ao desenvolvimento de ações socioeducativas para jovens de 15 a 17 anos, que recebem o Bolsa Agente Jovem.

O Benefício de Prestação Continuada, como provisão não contributiva da assistência social, é um benefício alinhado à proteção social básica e consiste na garantia de um salário mínimo aos idosos com 65 anos ou mais e às pessoas com deficiência, que não tenham condições de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua própria família. Em ambos os casos, os beneficiários devem pertencer a famílias com renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo. Em 2006, foram atendidas aproximadamente 1,18 milhão de pessoas idosas, com um aporte financeiro de R\$ 4,56 bilhões e cerca de 1,29 milhão de pessoas com deficiência, com a alocação de recursos da ordem de R\$ 5,12 bilhões.

Ressaltam-se, ainda, no âmbito da proteção social básica, os projetos de promoção da Inclusão Produtiva, conforme estabelecido na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), que constituem ações de enfrentamento da pobreza, e se caracterizam pelo investimento econômico e social nos grupos populares. Em 2006, esses projetos subsidiaram, financeira e tecnicamente, iniciativas para viabilizar a esses grupos, capacidade produtiva e de gestão, promovendo a melhoria de condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, preservação do meio ambiente e sua organização social.

A proteção social especial, especificamente voltada para que famílias e indivíduos possam adquirir condições de reconstrução de vínculos sociais e conquistar maior grau de independência individual e social, permite dois parâmetros de atenção: de média e de alta complexidade. A proteção social especial de média complexidade se dirige aos cidadãos e às famílias, nas quais um ou mais de seus membros tenha vivência de negligência, abandono, ameaça, maus tratos, violações físicas/psíquicas, discriminações sociais e infringência aos direitos humanos e sociais. É formada por ações especiais temporárias, fora de seu núcleo familiar ou comunitário. A proteção social especial de alta complexidade oferece, por sua vez, atenção às famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando de ações especiais temporárias, fora de seu núcleo familiar ou comunitário. Os serviços são oferecidos na forma de abrigos, casas de passagem, repúblicas, família acolhedora, substituta ou guardiã, albergue, alojamentos, abrigos especiais, moradias provisórias, entre outros.

Integram a proteção social especial: os serviços específicos de proteção social especial; a erradicação do trabalho infantil; a proteção social às crianças e aos adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias; e os serviços de proteção social especial à família.

Os serviços específicos de proteção social especial foram co-financiados por meio do piso de transição de média complexidade com recursos da ordem de R\$ 64,7 milhões e estiveram direcionados, em 2006, para a pessoa com deficiência e a pessoa idosa. Por meio destes recursos, foram atendidas cerca de 163 mil pessoas com deficiência e mais de 21 mil pessoas idosas em 1.752 Municípios.

No que se refere à Erradicação do Trabalho Infantil, no ano de 2006, foi deflagrado o processo de integração do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) com o Programa Bolsa Família, de modo a racionalizar a gestão desses Programas, com o incremento da intersectorialidade e da potencialidade das ações do Governo e, com isso, evitar a fragmentação e a superposição de funções, garantindo que os mesmos continuem atingindo seus propósitos, mas com o diferencial de poderem ser universalizados.

O PETI atendeu a cerca de um milhão de crianças e adolescentes com menos de 16 anos, retirados de situação de trabalho, em 3.296 municípios. Os investimentos nesse Programa, considerando ações socioeducativas e bolsas, alcançaram, em 2006, o valor de R\$ 243,8 milhões (além dos recursos provenientes do Bolsa Família, referente às famílias já inscritas no Cadastro Único).

A proteção social a crianças e adolescentes, e suas famílias, vítimas de violência, abuso ou exploração sexual constitui-se em um dos serviços realizados nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). Em 2006, esses serviços foram implantados em 1.126 Municípios, ampliando a capacidade de atendimento para 57,5 mil crianças e adolescentes. Os recursos transferidos aos entes federados para implementação desses serviços foram de mais de R\$ 48 milhões.

Ainda no âmbito das ações da Assistência Social, um inédito conjunto de iniciativas com vistas à articulação de políticas públicas foi dirigido à população em situação de rua e a catadores de materiais recicláveis. Entre essas iniciativas destacam-se: (i) a realização da pesquisa censitária de análise qualitativa sobre população em situação de rua em algumas cidades brasileiras; (ii) a edição do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, que instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis; e (iii) a realização de convênios e iniciativas voltadas à ampliação das condições sociorganizativas e de desenvolvimento social dos catadores e população em situação de rua, para sua integração em ações de capacitação, associativismo, auto-gestão e pesquisa, fortalecendo as condições de autonomia e sustentabilidade.

Quanto aos serviços de proteção social especial às famílias, esses abrangem crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência. A oferta dos serviços é estruturada em articulação com outras políticas públicas e sociais, valorizando a participação e o controle social exercido pelos conselhos, fóruns, organizações, entre outros, buscando a promoção do fortalecimento dos vínculos e da convivência familiar e comunitária. Financiados pelo piso de alta complexidade, esses serviços atenderam, em 2006, a 50.834 crianças e adolescentes em 403 Municípios, especificamente por serviços de acolhida a crianças e adolescentes que se encontrem em situação de abandono ou precisem de afastamento temporário de seus familiares ou responsáveis, em virtude da ocorrência de ameaça ou violação de direitos. Mais de 45.000 pessoas, sendo 12,1 mil idosos e 32,8 mil pessoas com deficiência, também foram atendidas pelos serviços de proteção social especial.

c) Ações de Segurança Alimentar

Em 2006, o processo participativo de elaboração de uma Política Pública para a área de segurança alimentar culminou com a aprovação pelo Congresso Nacional e com a sanção pelo Presidente da República da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, denominada Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada.

No período de 2003 a 2006, os programas no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional, passaram por um processo de aperfeiçoamento, proporcionando um aumento gradativo e significativo dos projetos.

De importância crucial no combate à insegurança alimentar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) assegura a compra da produção do agricultor familiar e distribui os alimentos adquiridos a entidades sociais e a grupos em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, garante renda e trabalho para homens e mulheres do campo e contribui para a melhoria das condições nutricionais das famílias mais pobres.

Uma das modalidades deste programa é o PAA Leite, que garante a aquisição e distribuição de leite a famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional na região do Semi-árido brasileiro. Foram investidos no PAA, no período de 2003 a 2006, cerca de R\$ 994 milhões, beneficiando, até novembro de 2006, cerca de 7 milhões de pessoas, cujo atendimento é assegurado por cerca de 15 mil entidades em mais de 1.500 Municípios, que atendem diretamente ao público-alvo. No ano de 2006, o programa investiu R\$ 369 milhões, beneficiando, até novembro de 2006, cerca de 90 mil famílias de agricultores.

No que tange ao Programa da Agricultura Urbana, o investimento no período de 2003 a 2006 foi de R\$ 22,3 milhões, beneficiando cerca de 290 mil famílias. Em 2006, o investimento foi de R\$ 8,7 milhões, beneficiando 43,5 mil famílias.

Merece destaque, ainda, a promoção e consolidação de redes públicas de equipamentos de segurança alimentar e nutricional. São os restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos. Foram conveniadas com Estados e Municípios, de 2003 a 2006, 563 unidades pelo Brasil.

No Programa Banco de Alimentos, o investimento no período de 2003 a 2006 foi de R\$ 9,2 milhões, com um total de 94 unidades conveniadas, sendo que atualmente 24 estão em funcionamento e distribuem cerca de 638 toneladas de alimentos por mês, beneficiando 444 mil pessoas. Em 2006, o investimento foi de R\$ 3,3 milhões, com 29 unidades conveniadas.

No período de 2003 a 2006, o investimento nos programas Restaurante Popular e Cozinha Comunitária foi de R\$ 85,7 milhões. Esse investimento permitiu a aprovação de 110 projetos de restaurantes e 386 projetos de cozinhas. Os 15 Restaurantes já em funcionamento totalizam a oferta de mais de 500.000 refeições/mês, e as 128 Cozinhas em funcionamento totalizam a oferta de 138.000 refeições/mês. Em 2006, o investimento em Restaurantes foi de R\$ 34,3 milhões para a conclusão de projetos iniciados em 2005, além da formalização de convênios para a instalação de mais duas unidades.

O Programa de Cisternas, seguindo a política de segurança alimentar, tem como objetivo a construção de cisternas para captação e armazenamento de água de chuva no semi-árido brasileiro. De 2003 a 2006, foram investidos R\$ 269,4 milhões de reais para a

construção de aproximadamente 144.600 cisternas, beneficiando cerca de 723.000 pessoas. Em 2006, os investimentos alcançaram R\$ 61 milhões, tendo sido construídas, até novembro de 2006, 63 mil cisternas, beneficiando 315.000 pessoas.

O Programa de Distribuição de Cestas Básicas, no período de 2003 a 2006 teve um investimento de R\$ 175,6 milhões, sendo distribuídas cerca de 5.300.000 cestas. Em 2006, o investimento foi de R\$ 43,3 milhões, beneficiando, até novembro, cerca de 330 mil famílias, sendo distribuídas 1,49 milhão de cestas.

A prioridade para a área de segurança alimentar para o ano de 2007, além da continuidade dos esforços para aprimorar os programas atualmente em desenvolvimento, é a consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instituído pela Losan, por meio de sua regulamentação, em articulação entre o Governo, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), os Conseas estaduais e municipais e os Estados e Municípios, mantendo o caráter democrático e federativo na construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Avanços significativos nessa área são esperados com a realização, em maio de 2007, em Fortaleza - CE, da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

d) Articulação Institucional e Parcerias

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) por meio da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias (Saip), vem trabalhando para que empresas públicas e privadas possam se articular, objetivando a potencialização das diversas ações desenvolvidas em seus projetos de responsabilidade social. Diversos programas e ações federais são viabilizados em todo o território nacional com o auxílio de parceiros, totalizando investimentos na ordem de R\$ 547 milhões, como por exemplo: Coca-Cola - implementação de restaurantes populares; Febraban - construção de cisternas na região do Semi-árido; Eletronorte - hortas comunitárias; Tetra Pak - doação de alimentos; Editora Globo - educação alimentar e nutricional; Sesc Mesa Brasil - banco de alimentos; e Banco do Brasil - inclusão produtiva. O MDS certifica como "Parceiro Fome Zero" empresas que ampliam, qualificam e implementam ações para o fortalecimento de políticas de desenvolvimento social. Dos 106 parceiros certificados, mais de 30 deles atuam com 210 projetos voltados para a geração de trabalho e renda, focados nas famílias beneficiárias dos programas sociais.

2. Juventude

a) Instalação e Consolidação do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve)

O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) é um espaço de diálogo entre a sociedade civil, o Governo e a juventude brasileira. É órgão consultivo que tem o objetivo de assessorar a Secretaria Nacional de Juventude na formulação de diretrizes da ação governamental; promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil; assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã.

A constituição do Conselho, por meio de representantes do Poder Público e da sociedade civil, tem contribuído para transformar em política de Estado a questão da juventude e fortalecer o pacto pelos direitos sociais dos jovens.



Nos 15 meses de existência, o Conselho debateu e se posicionou sobre temas importantes para a sociedade brasileira, como o desarmamento, o orçamento de programas destinados à juventude e a Lei do Aprendiz.

O Conselho implementou três Câmaras Temáticas, com o objetivo de dar qualidade e agilidade às suas ações. O trabalho dessas Câmaras resultou no livro "Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas", lançado durante seminário nacional, realizado em novembro de 2006.

Já são diversos os conselhos de juventude constituídos em outras esferas da Federação, fruto do esforço do Conjuve para a disseminação da participação social juvenil.

Em 2007, o Conjuve continuará os trabalhos para a consolidação da Política Nacional de Juventude, bem assim acompanhando os programas e as ações implementadas pelo Governo para esse fim.

A experiência brasileira nos últimos anos, na temática juvenil, impõe novos desafios, também, no âmbito internacional. É importante que o País seja um dos impulsionadores desta agenda no Mercosul e na Comunidade Latino-Americana de Nações e apóie e participe com mais vigor junto aos organismos multilaterais de cooperação, em especial, a Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ).

b) Consolidação da Secretaria Nacional de Juventude

A criação da Secretaria Nacional de Juventude, atendeu a uma antiga reivindicação dos movimentos sociais ligados à juventude e foi fundamental para a integração das ações do Governo voltadas a esse público, em consonância com os desafios estabelecidos pela Política Nacional de Juventude.

Em 2006, a Secretaria dialogou intensamente com prefeituras, governos estaduais, organizações sociais juvenis e com o Congresso Nacional, participando de fóruns, audiências públicas e, especialmente, do debate sobre o Plano Nacional de Juventude, em tramitação no Congresso Nacional.

O Brasil foi anfitrião, em 2006, do Encontro Latino-Americano e Caribenho de Lideranças Juvenis (Panlac), realizado em parceria com as agências das Nações Unidas, quando as diferentes organizações juvenis de 27 países da região puderam debater e contribuir para a implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio. Esse esforço foi ressaltado pelas Nações Unidas no documento *World Youth Report 2005*, apresentado durante a 60ª Assembléia Geral da ONU, em que foi feito o balanço dos 10 anos da implementação do Plano Mundial de Ação para Juventude.

Ainda em 2006, o Brasil intensificou sua participação na Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ) e assinou Protocolo de Intenções com o Governo de Moçambique na área dos direitos juvenis. A assinatura do protocolo é um gesto de forte simbologia, pois é a expressão de reconhecimento mútuo de experiências exitosas de programas relacionados ao tema em ambos os países que merecem transformar-se em objeto de cooperação técnica.

O Governo, por meio da Secretaria Nacional de Juventude e do Ministério da Educação, está formando uma rede social para o

engajamento no programa Brasil Alfabetizado, a fim de reduzir o analfabetismo entre os jovens, um dos desafios da Política Nacional de Juventude.

No campo da pesquisa e de estudos da temática juvenil, foram alcançados avanços importantes. O Governo, por intermédio da Secretaria Nacional de Juventude e do CNPq, realizou o "Prêmio Juventude", no qual milhares de estudantes e pesquisadores apresentaram textos e reflexões acerca da realidade juvenil no País. A iniciativa contribuiu para a inserção dessa temática na programação do Congresso Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Florianópolis, realizado em julho de 2006.

Em 2007, o Governo irá intensificar o processo de articulação dos programas destinados aos jovens, otimizando esforços e ampliando as ações desenvolvidas nos últimos anos. Essa articulação será feita, também, com o Congresso Nacional, para a aprovação do Plano Nacional de Juventude. Dois elementos são fundamentais neste processo: (a) proporcionar aos gestores Municipais e Estaduais de juventude um amplo conhecimento da realidade juvenil por meio de iniciativas que possam atualizá-los, como seminários e *workshops*; e (b) aprimorar, no Governo Federal, mecanismos de gestão que possibilitem uma maior integração dos programas existentes, a fim de potencializá-los e garantir uma melhor qualidade na sua execução.

c) Implantação do Projovem

O Projovem continua contribuindo para a inclusão dos jovens, por meio da qualificação profissional e desenvolvimento de ações comunitárias. Esse Programa é executado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com a participação das prefeituras municipais.

O Governo Federal é responsável pelo pagamento de bolsa mensal aos alunos, pelo salário dos professores, assistentes sociais, orientadores, educadores profissionais e gestores, pela produção e distribuição do material didático, pela aquisição dos computadores e impressoras para os laboratórios de informática, pela formação inicial e continuada dos profissionais envolvidos com o programa e pela alimentação oferecida aos alunos.

Cabe destacar que entre março e outubro de 2006, 27 capitais e 34 cidades das regiões metropolitanas receberam os laboratórios de informática do Projovem, num total de 14.108 equipamentos.

As prefeituras disponibilizam o espaço físico para a instalação dos Núcleos e Estações Juventude – espaços onde o curso acontece –, acervo para as bibliotecas, instalações de equipamentos e seleção dos docentes e gestores do programa.

O Projovem, desde sua implantação, conta com cerca de 140 mil alunos matriculados em todas as capitais do País e no Distrito Federal. Desses jovens, aproximadamente 20.000 estão em processo de certificação. Em 2006, o Programa foi estendido a 34 cidades com mais de 200 mil habitantes das regiões metropolitanas, onde mais 47 mil jovens estão inscritos. Em 2007, prevê-se a ampliação do Projovem, a meta do governo é sua ampliação especialmente nas capitais da região Nordeste, em razão do número expressivo de jovens em condições de serem atendidos pelo Programa nesses locais. Por seu lado, é fundamental a consolidação do Programa nas cidades com número igual ou superior a 200 mil habitantes das regiões Metropolitanas das capitais, cujos convênios foram firmados em 2006.

d) Agente Jovem

O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano viabilizou a realização, em 1.712 Municípios brasileiros, de atividades de capacitação teórica e prática, a cerca de 112 mil jovens de 15 a 17 anos em 2006. São jovens, em situação de vulnerabilidade e risco social, inseridos em famílias cuja renda per capita é de até meio salário mínimo. As atividades desse Projeto possibilitam a inserção do jovem no mercado de trabalho, contribuem para a redução da violência e do uso de drogas, além do combate às doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez precoce.

A Ação de Concessão de Bolsa para Jovens em Situação de Vulnerabilidade visa garantir meios para que o jovem em situação de vulnerabilidade e risco social possa se inserir em atividades que promovam sua cidadania, objetivando sua permanência no sistema educacional e aquisições que contribuam para sua iniciação no mercado de trabalho, para a promoção da convivência familiar e comunitária. O jovem recebe uma bolsa mensal no valor de R\$ 65,00, mediante o compromisso de permanência na escola e participação nas atividades inerentes ao serviço. Em 2006, foi aplicado o montante de R\$ 82 milhões na concessão da bolsa do Agente Jovem.

3. Educação

A educação é um direito de todos e elemento fundamental na constituição de uma sociedade mais justa visto que é essencial para criar condições para o exercício da cidadania. O Governo entende o papel estratégico do ensino na transformação social do País e na implementação de um modelo econômico mais justo e solidário. Por isso, adota políticas públicas voltadas a uma visão sistêmica, que privilegia todos os níveis e modalidades, e não apenas o ensino fundamental. Várias são as ações do Governo nessa direção.

a) Educação Básica

A qualificação do ensino está associada, necessariamente, à qualificação do professor. Por isso, o Governo implementa, em todo o País, um sistema de formação de professores das escolas públicas, fornecendo duas categorias de cursos a distância: formação inicial, para os docentes que não têm a habilitação exigida em lei para exercer a função, e formação continuada, para os professores que desejam atualizar suas práticas pedagógicas. Dois programas de formação inicial criados neste Governo – o Proinfantil (para profissionais que trabalham em creches e pré-escolas das redes pública ou privada sem fins lucrativos) e o Pró-Licenciatura (para professores em atividade nos ensinos fundamental e médio públicos) – beneficiaram mais de 13 mil professores até dezembro de 2006. A meta é ampliar esse atendimento, com a integração do Pró-Licenciatura ao Sistema Universidade Aberta do Brasil.

Destaca-se, ainda, na formação inicial, o Pró-Funcionário, curso técnico em nível médio, dirigido aos trabalhadores de fora da sala de aula (secretários, serviços-gerais, merendeiras, porteiros, monitores). É a primeira vez na história da educação brasileira que um programa é colocado em prática na esfera federal em benefício aos funcionários de escolas. Foram 22 mil beneficiados, até dezembro de 2006, e para 2007, estima-se beneficiar outros 26 mil trabalhadores da educação.

Por seu lado, a Rede Nacional de Formação Continuada, também criada no atual Governo, constituída de Centros de Pesquisa e

Desenvolvimento para oferta de programas de formação permanente para professores, conta com a atuação de 19 universidades com atendimento a 33 mil profissionais da educação no ano de 2006. O Pró-Letramento, implantado pela parceria com a Rede, atendeu, em 2006, 111 mil profissionais da educação básica em mais de 700 Municípios e nove Estados nas áreas de Alfabetização e Linguagem e de Matemática.

O Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação atendeu a 10.000 professores cursistas, em 2006, preparando os profissionais da educação básica para o uso das mídias (impressa, rádio, TV e vídeo, informática) no processo de ensino e aprendizagem, de forma integrada ao projeto pedagógico da escola. Em 2006, foi iniciada a capacitação de 1.700 novos professores multiplicadores, em nível de pós-graduação *lato sensu*, preparando-os para capacitarem professores das escolas públicas de todo o País no uso da tecnologia na educação.

A formação de professores da educação básica no Sistema Universidade Aberta do Brasil prevê a instalação de 300 pólos de atendimento presencial, em um primeiro momento, em todo o País, mediante convênios com universidades federais, Estados e Municípios. Em 2007, a Universidade Aberta será incorporada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), já que sua prioridade de atendimento é a formação, inicial ou continuada, de docentes para a educação básica, principalmente nas regiões localizadas no interior do País e distantes dos grandes centros urbanos, utilizando-se para isso a modalidade de educação a distância.

Os investimentos da União, na formação docente e na aquisição de material didático, também auxiliam os Estados e Municípios no cumprimento da lei que determina a matrícula do aluno aos seis anos de idade no ensino fundamental e amplia a duração desse nível de oito para nove anos. Em 2006, 6.000 professores participaram dos cursos de formação. Em 2007, o Governo realizará seminários para disseminar o ensino fundamental de nove anos, além da continuidade no apoio à formação de professores. Para que o novo ensino fundamental atenda as necessidades dos alunos, o Governo propõe a criação do ciclo de alfabetização, período de transição direcionado às crianças entre os seis e os oito anos com conteúdo pedagógico apropriado à faixa etária. As escolas têm até 2010 para se adequarem a essa nova legislação.

Para ampliar o atendimento nas creches e na pré-escola, além da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Governo vem assegurando recursos orçamentários para a Reestruturação da Rede Física de Educação Infantil.

Pelo Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), foram distribuídos 7.233.000 exemplares, compondo 96.440 acervos para 46.700 escolas públicas das séries finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano). Em 2007, serão adquiridos livros para o ensino médio, com a perspectiva de que sejam atendidas 16,5 mil instituições de ensino. O programa de apoio ao desenvolvimento da educação científica foi criado no sentido de desenvolver e valorizar o ensino de ciências junto aos professores e alunos do ensino médio, visando a incorporação da prática e reflexão científica na vida escolar e social dos alunos nas escolas da rede pública. As atividades do Programa tiveram início com o apoio à Olimpíada Nacional de Química, Olimpíada Brasileira de Matemática das escolas públicas (2 edições), Olimpíada Brasileira de Biologia e Olimpíada Brasileira de Astronomia. Para o período 2007/2010, pretende-se universalizar o atendimento a 7,6 milhões de alunos do ensino médio matriculados na rede pública.

O atual Governo criou, também, o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), com a distribuição



gratuita de obras didáticas a todos os alunos de escolas públicas do País. Em 2006, foi universalizada a distribuição de livros de Português e de Matemática para todas as instituições de ensino. Em 2007, serão distribuídos os exemplares de Biologia. Anteriormente ao ano de 2003, a distribuição dos livros didáticos era limitada aos estudantes do ensino fundamental.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o PNBE foram ampliados para contemplar o direito de todos os alunos de receber os livros didáticos e paradidáticos em formato acessível – braile e falado, para os alunos cegos da educação básica, e de literatura infanto-juvenil digital em Libras, para os alunos surdos. Escolas com matrículas de alunos surdos também receberam 11.000 dicionários trilingüe Português-Inglês-Libras. Em 2007, serão distribuídos para o ensino médio livros em braile na disciplina de Matemática e livros falados nas disciplinas de Português e Biologia.

Em janeiro de 2007, acontecerá o primeiro Exame Nacional de Proficiência em Libras, para a certificação de professores que possam exercer o magistério superior, atendendo a necessidade de inclusão de Libras como disciplina de todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiologia – já são 4.732 os inscritos para receber a certificação – e o Exame Nacional de Tradução e Interpretação em Libras, para certificar profissionais que trabalham com a acessibilidade das comunicações aos alunos surdos.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), um dos maiores do mundo, contou com um investimento de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão, propiciando o atendimento universalizado a 37 milhões de estudantes de todas as escolas públicas brasileiras em 2006.

Em 2006, o valor da merenda escolar foi reajustado duas vezes. O Pnae é acompanhado e fiscalizado pela sociedade, por meio de conselhos de alimentação escolar, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), além dos demais órgãos de controle interno e externo. Em 2007, o valor aplicado no Pnae deverá chegar a R\$ 1,7 bilhão.

Por meio do Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo), foram adquiridos, em 2006, 7,5 mil laboratórios de informática para as escolas públicas de ensino médio do País, permitindo garantir que todas as escolas públicas de ensino médio, aptas ao recebimento, terão um laboratório de informática. Os computadores serão distribuídos e instalados nas instituições de ensino, em 2007.

Avaliações sistemáticas de desempenho dos alunos e das escolas acompanham a qualidade do ensino oferecido. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) permite ao estudante a auto-avaliação sobre o seu nível de aprendizado e o orienta nas decisões futuras, tanto em relação à continuidade dos estudos, quanto às opções ligadas ao mercado de trabalho. Em 2006, participaram do exame mais de 3,7 milhões de alunos, o maior público desde que ele foi criado, em 1998. O desempenho na prova é um dos pré-requisitos para a obtenção das bolsas de estudos do Programa Universidade para Todos (Prouni), sendo utilizado também como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso a cursos profissionalizantes pós-ensino médio e ao ensino superior.

A “Prova Brasil” foi idealizada para produzir informações sobre o ensino fundamental oferecido por Município e escola, individualmente, com o objetivo de auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como a comunidade escolar, no estabelecimento de metas e na implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino. A avaliação identifica os aspectos que impactam no desempenho das melhores

escola, a fim de disseminar as práticas que determinam um ensino de qualidade. Os resultados de "Prova Brasil" têm sido repassados aos Estados e Municípios, para auxiliar nas avaliações e planos educacionais. Em 2007, será realizada a segunda edição desse exame.

Além de todas as iniciativas do Governo visando a melhoria da qualidade da educação básica mencionadas, é de se registrar o fato de que, a partir de 2007, o País passa a contar com o Fundeb, instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, que dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O Fundeb tem como objetivo promover a inclusão socioeducacional dos alunos de toda a Educação Básica, por meio da redistribuição, entre Estados e Municípios, dos recursos vinculados à educação. A criação e implantação do Fundo objetiva, prioritariamente, equacionar o problema do Ensino Médio e da Educação Infantil (a taxa de escolarização líquida na faixa de sete a 14 anos, no ensino fundamental, é de 98%, enquanto para os jovens de 15 a 17 anos, no ensino médio, é de 33,3% e para as crianças de quatro a seis anos o atendimento escolar é de 61,4%).

b) Educação Superior

A Expansão da Educação Superior prevê a instalação de 10 novas universidades e a construção ou ampliação de 49 campi. Com o término das obras e o início pleno do funcionamento dos cursos, serão 125 mil novas matrículas, o que equivale ao número de novos alunos que ingressa a cada ano na rede. A democratização do acesso ao ensino superior público vem acompanhada, também, da ampliação de vagas para estudantes de baixa renda nas instituições privadas, por meio do Prouni.

Até 2006, o Prouni já ofertou mais de 170 mil bolsas integrais para o ingresso em cursos superiores de graduação em instituições privadas, de forma completamente gratuita, e mais de 80 mil bolsas parciais, pagando apenas metade da mensalidade. Além disso, 1,5 mil estudantes recebem uma bolsa permanência para se dedicar unicamente aos estudos e pagar custos com transporte, alimentação e material didático. Hoje, mais de 1,4 mil instituições já aderiram ao programa.

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) atende os bolsistas parciais do Prouni e os demais universitários. Os alunos de licenciaturas, Pedagogia e Normal Superior têm financiamento a juro real zero desde 2006. De 2003 a 2006, 170 mil novos alunos foram beneficiados com o fundo. Para 2007 está previsto o oferecimento de 100 mil novos financiamentos.

Em 2006, encerrou-se o primeiro grande ciclo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), com a maioria das instituições, públicas ou privadas, e cursos avaliados. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), uma das ferramentas do Sinaes, é aplicado entre estudantes concluintes dos cursos avaliados e entre os iniciantes, possibilitando dimensionar quanto cada curso e instituição agregam em termos de conhecimentos específicos e gerais aos alunos.

Essa revisão das políticas públicas para o ensino superior culminou com o envio ao Congresso Nacional do projeto de lei da Reforma da Educação Superior. O texto é resultado de um extenso debate com mais de 200 entidades ligadas à educação, envolvendo professores, dirigentes, estudantes e movimentos sociais. O projeto vincula recursos para a expansão do sistema público assegurando que 75% dos recursos da União constitucionalmente vinculados à educação (18% da arrecadação de



tributos) devem ser investidos na rede federal pelos próximos 10 anos. Também garante a autonomia das instituições e cria mecanismos para a qualificação do ensino.

A Reforma do Ensino Superior prevê, ainda, a distribuição dos recursos financeiros para as instituições federais com base em indicadores de eficiência, a reserva de vagas para alunos egressos de escolas públicas (hoje, nove universidades federais já contam com sistemas próprios de cotas), uma adequada caracterização das instituições (Universidade, Centro Universitário e Faculdade), compatibilizando prerrogativas e exigências, a ampliação da assistência estudantil, o estímulo à criação de cursos noturnos e a regulação justa e precisa do setor privado, ação essa que é complementada pelo Sinaes e que beneficia as instituições qualificadas e seus estudantes.

Na pós-graduação, um dos projetos de maior destaque é a Escola de Altos Estudos, criada em 2006, para facilitar a vinda ao País de professores e pesquisadores estrangeiros de atuação reconhecida em todo o mundo e valorizar a formação de mestres e doutores no Brasil. A primeira escola teve início, em novembro de 2006, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 2007, serão implementados outros 15 cursos de curta duração em diversas instituições. As universidades conveniadas poderão sugerir nomes de docentes e pesquisadores visitantes, propor cursos de pós-graduação *stricto sensu* a serem oferecidos e atribuir a cada curso créditos contabilizados pelos alunos nos programas em que estão matriculados.

Os projetos que incluem o desenvolvimento de pesquisas em áreas consideradas estratégicas para o País, seja em termos de segurança nacional seja em termos sociais, recebem atenção especial. Nesse sentido, estão os Programas Amazônia Azul, que se inicia em 2007, e o Acelera Amazônia que apoiou 18 projetos em 2006. Para 2007, está prevista a concessão de cerca de 600 bolsas de pós-graduação nesses Programas. Outra iniciativa do Governo, o Pró-Defesa, apoiou com a concessão de bolsas 12 projetos de pesquisa voltados à defesa nacional, em 2006. Também foram firmadas parcerias com fundações de amparo à pesquisa de 15 Estados para a ampliação da concessão de benefícios. Em 2007, mais três estados devem se somar à ação.

O acesso à informação tecnológica e ao conhecimento científico é reforçado pelos investimentos no Portal de Periódicos da Capes. A inclusão de novos títulos permitiu que o número de acessos ao portal saltasse de 6,6 milhões, em 2002, para 27 milhões, em 2006. Para 2007, a estimativa é que esse número chegue aos 37 milhões. O Portal da Capes é uma das maiores ferramentas existentes na América Latina para acesso ao conhecimento científico mundial, sendo utilizada por universidades, órgãos do Governo e empresas privadas. Outro projeto de desenvolvimento da pós-graduação é o Observatório da Educação, criado em 2006, para apoiar a pesquisa na área educacional e formar mestres e doutores.

No exterior, a Capes atendeu cerca de 2.400 bolsistas de doutorado pleno e estagiários de pós-doutorado em 2006, atendimento que deve ser ampliado para três mil, em 2007. A redução do pagamento de taxas administrativas a instituições estrangeiras permitiu o aumento no número de benefícios concedidos. No Brasil, o número de bolsas de mestrado e doutorado mantidas pela Capes, em 2006, foi de 28,2 mil. Áreas com posição de destaque para o desenvolvimento tecnológico e o comércio exterior, como a microeletrônica, a programação em informática (*software*), a produção de fármacos e os bens de capital, têm uma política específica de concessão de bolsas – foram dois mil benefícios, em 2006, número que deve ser ampliado para 2.115, em 2007.

Em 2006, foram abertos 346 novos programas de pós-graduação, sendo 256 de mestrado (202 acadêmicos e 54 profissionais) e 90 de doutorado. O avanço no número de cursos será estimulado principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

nas áreas de desenvolvimento tecnológico e em localidades de baixo desenvolvimento econômico. A qualidade do ensino oferecido é acompanhada de perto, por meio de avaliações trienais.

c) Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

O Programa Brasil Alfabetizado tem como meta básica oferecer a oportunidade de alfabetização aos jovens e adultos com mais de 15 anos, que não tiveram acesso à escola ou que tiveram de interromper os estudos, dando atenção especial aos segmentos sociais que estejam em situação de vulnerabilidade social ou discriminação. O Programa tem duas ações básicas: a formação de alfabetizadores e a alfabetização de jovens e adultos. Somente em 2006, foram atendidos dois milhões de brasileiros.

Com o Programa, a alfabetização de jovens e adultos foi incorporada como política de Governo e a União assumiu seu papel frente a essa dívida histórica do País com sua população menos favorecida economicamente. Estados e Municípios beneficiados com o repasse dos recursos devem oferecer em contrapartida a garantia de continuidade dos estudos em turmas da educação de jovens e adultos (EJA), apoiadas pelo "Fazendo Escola".

O atendimento dado pela União aos Estados e Municípios para a manutenção das classes de EJA corresponde, principalmente, à formação de professores, à produção de material didático específico e à aquisição de merenda escolar. Também foi implementada a educação de jovens e adultos com qualificação profissional inicial, ação que já atendeu 205 mil brasileiros, e foram produzidos e distribuídos 2,4 milhões de exemplares de obras literárias selecionadas no concurso Literatura para Todos, destinadas especificamente aos jovens e adultos formados no Brasil Alfabetizado e no Fazendo Escola – iniciativa que serve de estímulo aos alunos no processo de letramento. A partir de 2007, a expectativa é que sejam produzidos e distribuídos outros 2,8 milhões de exemplares das obras a cada ano.

Pescadores, agricultores familiares, comunidades indígenas e quilombolas e a população carcerária são alguns exemplos de segmentos sociais que recebem atenção especial do Brasil Alfabetizado. No que diz respeito à população carcerária, a educação pode contribuir decisivamente no processo de ressocialização, permitindo o acesso a valores e a mudança de atitudes, além de contribuir para a formação profissional, com a promoção da estabilidade econômica e do sentido de dignidade aos presos.

d) Educação Profissional e Tecnológica

O Governo está construindo 42 novas escolas técnicas e agrotécnicas e incorporando à rede federal de educação profissional e tecnológica mais 18 instituições comunitárias que enfrentavam dificuldades administrativas, e cujo fechamento traria sérios prejuízos às localidades em que estão inseridas. Dessas 60 escolas, sete já entraram em funcionamento, em 2006, e outras 25 iniciam as atividades em fevereiro de 2007. A expansão gerará 78 mil novas vagas no ensino profissional, assim que todos os cursos estiverem em pleno funcionamento. Com a iniciativa, o Governo, por intermédio do MEC, oferece aos Estados do Amapá, Acre e Mato Grosso do Sul, assim como ao Distrito Federal, suas primeiras instituições vinculadas à rede federal.

Prevê-se contemplar cada cidade-pólo do País com uma escola técnica federal, priorizando-se micro e mesorregiões que ainda não sejam contempladas com a rede. A articulação com as escolas públicas de ensino médio e com os centros de extensão tecnológicos, o uso da educação a distância e a utilização de laboratórios móveis permitirão o atendimento de até



1,2 milhão de alunos em cursos tecnológicos (nível superior) e técnicos (nível médio, tanto no ensino regular quanto na educação de jovens e adultos) e de até três milhões em cursos de iniciação ou qualificação profissional.

A intenção do Governo é que a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica e do próprio sistema, com a implementação de ações de apoio financeiro e pedagógico às redes estaduais e comunitárias, signifique o acesso e a melhoria das condições de permanência do aluno nessas instituições.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), direcionado a trabalhadores com mais de 18 anos que não concluíram os ensinos fundamental ou médio, atendeu oito mil brasileiros em 2006. Com a ampliação de vagas para o programa na rede federal, nas redes públicas de ensino e no Sistema S (Senai, Sesi, Senac, Sesc etc.), espera-se atender 200 mil trabalhadores, em 2007. O Programa possibilitou, ainda, a formação de 2,3 mil docentes dos diversos sistemas de ensino, por meio de cursos de especialização oferecidos em 15 pólos, graças a parcerias entre as escolas técnicas federais e as universidades.

O Escola de Fábrica é outra ação do Governo que tem como meta gerar inclusão social por meio da formação profissional. O programa de formação inicial é direcionado a jovens entre 16 e 24 anos matriculados na rede pública de ensino. Os alunos estudam dentro da própria empresa parceira no programa, recebendo auxílio financeiro, material didático, lanche, transporte e uniforme. Até 2006, 16,6 mil jovens foram atendidos pelo Escola de Fábrica.

Até dezembro de 2006, a integração entre o ensino médio e a educação profissional de nível técnico, já permitiu que 61,6 mil alunos concluíssem a educação básica com o aprendizado de uma profissão. O que favorece a entrada do aluno no mercado de trabalho e a continuidade dos estudos na graduação.

Para garantir a qualidade do ensino oferecido, o Governo também investe na formação docente. O Programa Institucional de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica concede bolsas de mestrado e doutorado ao pessoal de nível superior das instituições federais.

A I Conferência Nacional da Educação Profissional e Tecnológica, realizada em novembro de 2006, por sua vez, lançou as bases para a definição de diretrizes para uma política nacional na área, centrada no desenvolvimento do País e na inclusão social. Um seminário nacional será realizado, em 2007, para o debate das propostas apresentadas na conferência. A realização dessa conferência demonstra a importância atribuída por este Governo à Educação Profissional e Tecnológica, constituindo-se em um marco histórico para o setor.

e) Educação e Diversidade

Em apoio à educação no campo, os programas e projetos mantidos pelo Governo Federal beneficiaram 434 mil alunos, em 2006. As ações são realizadas em parceria com Municípios, Estados e organizações não-governamentais. Os investimentos também incluem o Procampo, Programa de formação de professores em licenciatura voltada à realidade das populações agrárias, e o "Saberes da Terra", que integra elevação da escolaridade com qualificação profissional. Voltado para os agricultores familiares, esse último projeto já atendia cinco mil jovens e adultos, em dezembro de 2006.

Em atenção à educação especial, o Governo vem realizando, por meio do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, seminários nacionais e municipais de formação de gestores e educadores, preparando 67 mil docentes de 4.224 municípios para a inclusão de alunos com deficiência e com altas habilidades nas escolas públicas da rede regular de ensino, disponibilizando também referenciais pedagógicos e materiais didáticos específicos para a educação básica. Em apoio à inclusão, o Governo instalou 1,1 mil laboratórios em escolas da rede pública de ensino por meio do Programa Nacional de Informática na Educação Especial (Proinesp), implementou 626 Salas de Recursos Multifuncionais para o atendimento educacional especializado, estruturou 27 Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S), um em cada Unidade da Federação e 30 Centros de Formação de Professores e Atendimento aos Alunos com Surdez (CAS).

Já o Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Tec Nep) pretende expandir a oferta de cursos para as comunidades populares. Para isso, estão sendo criados cinco centros de referência e construído um banco de recursos humanos para encaminhamento profissional.

f) Cooperação Internacional

O Governo Federal, por intermédio do MEC, ampliou a agenda de cooperação bilateral e multilateral em matéria de educação. O Brasil é cada vez mais percebido como ator mundial relevante nessa área, tendo crescido o interesse de países desenvolvidos e em desenvolvimento em estabelecer parcerias nos diversos níveis e conhecer e aplicar nossas políticas públicas.

No plano bilateral, aprofundaram-se as relações com os parceiros estratégicos tradicionais e foram abertos novos laços com países que têm grande potencial de cooperação acadêmica e científica. No plano multilateral, o Brasil teve atuação de destaque em foros como Mercosul, Unesco, OEI e OEA, contribuindo para a transformação de agendas e o aprimoramento da interlocução com outros Ministérios da Educação e entidades da sociedade civil.

Outra área de crescente relevância é o atendimento às necessidades educacionais das comunidades brasileiras no exterior. O MEC tem trabalhado com êxito na oferta do Exame Nacional de Certificação de Competência da Educação de Jovens e Adultos (Encceja) – antigo supletivo – no Japão e na Suíça, podendo ampliá-lo a outras comunidades de brasileiros na Europa e Estados Unidos. Além disso, cumpre mencionar o projeto de apoio a escolas brasileiras no exterior e aos estudantes brasileiros que residem fora do País no ensino de Português, História e Geografia do Brasil e Literatura Brasileira.

Cabe ressaltar a importância dos programas de estudantes-convênio de graduação e pós-graduação na criação de laços entre universidades brasileiras e jovens líderes e intelectuais do mundo em desenvolvimento, especialmente da África e da América Latina.

No âmbito do setor educacional do Mercosul, o Brasil exerceu a Presidência Pro Tempore do bloco, ao longo da qual fortaleceu o processo de integração regional em diversas áreas.

No plano da Educação Básica, houve avanços nos campos do reconhecimento de Títulos e Certificados, bibliotecas escolares, ensino de Direitos Humanos, do Espanhol e do Português e, em particular, do Projeto de Escolas Bilingües de Fronteira. Este último, iniciado bilateralmente com a Argentina em 2004, foi incorporado à agenda do Mercosul, com previsão de ampliação a cidades de fronteira do Brasil com todos os seus vizinhos sul-americanos. Em 2007, o Projeto deverá ser estendido ao Paraguai, ao Uruguai, à Colômbia



e à Venezuela. Participam do Projeto, além do MEC, as universidades e Secretarias Estaduais e Municipais de Ensino.

Na esfera da Educação Superior, vale sublinhar as conquistas em matéria de mobilidade acadêmica, avaliação e credenciamento, com a conclusão do Mecanismo Experimental (Mexa) e sua transformação em sistema regional permanente de cursos de graduação. O credenciamento, aplicado experimentalmente aos cursos de Agronomia, Engenharia e Medicina, será aberto aos cursos de Enfermagem, Odontologia, Veterinária e Arquitetura. Foi aprovado Programa de Mobilidade Docente de Curta Duração.

O Brasil liderou a proposta de criação do Espaço Regional de Educação Superior do Mercosul (Universidade do Mercosul). Nessa perspectiva, os Ministros de Educação dos países que compõe o Mercosul criaram um grupo com o objetivo de elaborar projeto nos seguintes temas: ensino e pesquisa de temas voltados para a integração regional nos campos das ciências humanas e sociais, científico-tecnológicas, agrárias e ecológicas, de saúde e artísticas, tanto na graduação quanto na pós-graduação; *campi* universitários nos diversos países do Mercosul; seleção de docentes, estudantes, pesquisadores e gestores; validação automática dos diplomas; e mobilidade acadêmica.

O Governo fortaleceu a interlocução com entidades da sociedade civil dos países do Mercosul por meio da realização do III Fórum Educacional do Mercosul a partir de cinco eixos temáticos: inclusão social por meio da educação; financiamento educacional; educação para a integração regional; educação em diferentes espaços de aprendizagem e cidadania; e direito à educação e valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação.

Na área da cooperação Sul-Sul, o Governo, por intermédio do MEC, desenvolveu diversos projetos de cooperação bilateral nas áreas de merenda escolar, formação de professores, avaliação educacional e construção de escolas, sobretudo com os países lusófonos – com destaque para Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor Leste.

g) Ações Integradas

O Programa Escola Aberta, implementado em parceria com a Unesco, está presente em 17 Estados e 75 Municípios. Esse Programa possibilitou que, em 2006, cerca de 1,4 mil escolas permanecessem abertas durante os finais de semana. As equipes locais, constituídas em cada uma das escolas participantes, são compostas por membros da comunidade escolar, responsáveis por organizar as atividades e ministrar as aulas e cursos, permitindo, assim, a melhoria na relação professor-aluno-família. Estima-se que sejam beneficiados, por final de semana, cerca de 250 mil pessoas nas diversas oficinas.

Em 14 Estados, em conjunto com universidades federais e estaduais, vem sendo implementado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que envolve a capacitação de profissionais da educação básica e da educação profissional e tecnológica no tema. A temática dos direitos humanos também está presente, de forma transversal, em uma série de projetos desenvolvidos pelo Governo Federal, tais como Gênero e Diversidade na Escola, – que permitiu a formação de 2,7 mil professores nas diretrizes do Programa Brasil sem Homofobia – e o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas – com previsão de formar 1,5 mil profissionais da educação básica.

No âmbito do Programa Escola que Protege, foram formados 10 mil educadores e profissionais da rede de proteção à infância, até dezembro de 2006, beneficiando 200 mil crianças. O objetivo é que esses profissionais possam identificar situações de exploração de

trabalho infantil, de violência física ou psicológica, abandono, maus-tratos e abuso sexual de crianças e adolescentes.

A permanência das crianças na escola é uma das exigências do principal programa brasileiro de transferência de renda, o Bolsa Família. Ao final do primeiro semestre de 2006, apenas quatro Municípios brasileiros não tinham enviado informações sobre a frequência escolar dos cerca de 15 milhões de alunos oriundos de famílias beneficiadas pelo Programa. Quando o Projeto Presença for concluído, o sistema informatizado permitirá a verificação da presença do aluno em sala de aula, por meio do registro do cartão do estudante. O primeiro teste foi realizado em março de 2006, no município de Capão da Canoa (RS). As escolas da cidade receberam computadores e sistemas de leitura de cartão eletrônico e de biometria (digital do aluno).

h) Financiamento da Educação

A Emenda Constitucional que cria o Fundeb, proposta pelo Governo Federal, foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2006. O novo Fundo, constituído por 20% de impostos e transferências constitucionais de Estados e Municípios e de uma parcela de complementação da União com vigência prevista para 14 anos, substitui com vantagem o Fundef. O número de alunos atendidos passa dos atuais 30,2 milhões para 48,1 milhões a partir do quarto ano de sua vigência, incluídas as matrículas na educação básica (creche, infantil, fundamental, média, de jovens e adultos e especial), com investimentos públicos anuais estimados em mais de R\$ 40 bilhões, já em 2007.

Somente em recursos específicos da União, que complementam os investimentos nos Estados com valor por aluno abaixo da média nacional, o crescimento será de 10 vezes: da média anual de R\$ 450 milhões do Fundef para R\$ 4,5 bilhões no terceiro ano de vigência do Fundeb. Pelo menos 60% dos recursos do novo fundo serão investidos na remuneração e valorização dos profissionais da educação de escolas públicas, melhorando a capacidade docente e, conseqüentemente, o aprendizado do aluno, o que inclui a criação de um piso salarial nacional para os professores. Com vistas a fazer com que o Fundeb passe a vigorar já no início do ano letivo de 2007, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, que regulamenta o mencionado Fundo.

Antecipando-se à aprovação do Fundeb pelo Congresso, o Governo Federal implantou o Programa de Equalização das Oportunidades de Acesso à Educação Básica (Prodeb), que repassou às redes estaduais de ensino médio, somente em 2006, de forma emergencial, R\$ 400 milhões para a compra de material pedagógico, reforma de prédios, formação docente e pagamento de taxas públicas como água, luz e telefone.

i) Democratização da Gestão Nacional da Educação

Por meio do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, quatro mil diretores de instituições de ensino públicas foram capacitados em 2006. Outros dois programas nacionais criados neste Governo, o de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho) e o de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, colaboram para aumentar a eficiência e democratizar a gestão escolar, ampliando a participação da sociedade nas decisões. O Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime), por sua vez, fornece formação continuada a secretários e diretores de departamento. Ressalta-se, ainda, o Programa Formação pela Escola, resultante de parceria entre o FNDE e SEED/MEC, visando à capacitação de pessoas para a adequada utilização dos recursos do FNDE nos Estados e Municípios, utilizando a modalidade de educação a distância. O projeto-piloto nacional capacitou 1.100 cursistas envolvidos com a execução, acompanhamento, avaliação, controle e prestação



de contas de programas do FNDE, em seis unidades da federação. Para o ano de 2007 estão matriculados 2.000 cursistas.

Para o tratamento e disseminação mais qualificados das informações e estatísticas pertinentes ao ensino, foi criado o Índice de Vulnerabilidade Educacional dos Municípios, que considera dimensão territorial, número de vagas nas escolas, estrutura disponível nas instituições de ensino e vulnerabilidade social, com atendimento prioritário das cidades com assentamentos agrários. Outro indicador, o de Caracterização da Escola, tem base nos dados do Censo Escolar e complementa os estudos sobre a qualidade da oferta educacional. As duas iniciativas demonstram o esforço do Governo em tornar mais acessíveis as informações produzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e, com isso, aprimorar as políticas públicas adotadas e a própria administração das instituições.

Outro exemplo dessa orientação é o novo formato do Censo Escolar da Educação Básica. Conforme dados de 31 de outubro do exercício anterior, 241.727 escolas responderam ao censo de 2006, contabilizando 55.495.624 estudantes. O Cadastro de Alunos, Docentes e Escolas (Cadmec), uma das novas ferramentas do censo, encontra-se em fase final de implementação, com 52 milhões de alunos já cadastrados. A partir de 2007, será implementado o Censo Escolar Web, com a coleta de informações individualizadas de estudantes e professores, permitindo acesso a informações mais precisas sobre a realidade educacional brasileira e a utilização mais eficiente dos recursos públicos.

4. Saúde

Em 2006, novos e importantes avanços foram registrados no processo de construção permanente do Sistema Único de Saúde (SUS). Entre esses avanços, destaca-se o Pacto pela Saúde no Brasil, firmado entre os gestores nacional, estaduais e municipais do SUS em fevereiro de 2006, que tem expressão concreta numa Agenda de Compromissos, na qual estão definidas macroprioridades articuladas e integradas em três dimensões: (i) Pacto pela Vida; (ii) Pacto em Defesa do SUS; e (iii) Pacto de Gestão. Por intermédio desses Pactos, busca-se estabelecer um novo padrão de relacionamento do SUS com a sociedade, pautado pela identificação de problemas a serem enfrentados pelo Sistema e baseado no compromisso em torno de uma Agenda que contribua para a qualidade de vida e a inclusão social.

Na condição de coordenador nacional, o Ministério da Saúde (MS) implementa um conjunto de estratégias para fortalecer o SUS, apoiar e promover ações e serviços voltados à efetiva consolidação desse Sistema e na melhoria da eficiência e eficácia das políticas sociais e práticas empreendidas. Tais esforços visam, essencialmente, gerar impacto na qualidade da atenção prestada e, conseqüentemente, contribuir para a melhoria das condições de vida da população. Nesse sentido, a atuação do MS concentra-se na formulação e implementação das políticas públicas em todas as áreas de abrangência do SUS, as quais são concretizadas, sobretudo, mediante a cooperação técnica e financeira aos Estados e Municípios.

a) Atenção Básica

a.1) Saúde da Família

Para a organização da atenção básica no País – mediante a qual é possível a resolução da maioria dos problemas de saúde –, o MS tem priorizado a implantação/implementação da estratégia de Saúde da Família, adotando-a como eixo estruturante desse

nível de atenção. Entre os resultados alcançados, em 2006, destaca-se o aumento da cobertura populacional das equipes de Saúde da Família e das equipes de Saúde Bucal. A cobertura da Saúde da Família evoluiu de um percentual de 30,4%, em 2002, para 45,9%, em outubro de 2006. Já a cobertura da Saúde Bucal, nesse mesmo período, passou de 17,5%, em 2002, para 39,2%. Atualmente, estão em plena atuação nos Municípios brasileiros 26.520 equipes de Saúde da Família, 14.775 de Saúde Bucal e 218.410 agentes comunitários de saúde.

Tais resultados indicam como desafios, em 2007, a expansão e a consolidação do Programa Saúde da Família (Proef), nos grandes centros urbanos.

a.2) Saúde Bucal

O Programa Brasil Sorridente – que operacionaliza a Política Nacional de Saúde Bucal – é uma prioridade do Governo, cujas ações estão sendo expandidas com a implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO). Até o mês de outubro de 2006, foram implantados 465 CEO e realizados mais de 4,1 milhões de procedimentos especializados. Na área de atenção à saúde bucal, também, em 2005, entraram em funcionamento, em seis Estados, 205 novos sistemas de fluoretação da água de abastecimento público, beneficiando cerca de 2,4 milhões de pessoas. Outros 395 projetos estão em fase de implantação.

Entre os desafios para 2007, incluem-se a negociação, junto às Secretarias Estaduais de Saúde, da ampliação da participação dos governos estaduais no financiamento das ações; a instituição de financiamento destinado a ampliar as ações de ortodontia e implantodontia no âmbito do SUS; a ampliação da participação do Governo Federal no custeio dos serviços; e a promoção de adequações nos sistemas de informações em saúde de base nacional.

b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade

Na Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade, é importante destacar, inicialmente, a revisão de todas as regulamentações vigentes, com o objetivo de: (i) estimular a mudança do modelo de atenção, organizando a prestação de serviços em redes, especificando ações, serviços e responsabilidades e qualificando essa atenção; (ii) facilitar, qualificar e integrar o atendimento de média e alta complexidade em todo o País; e (iii) avançar na definição de diretrizes e protocolos diagnósticos e terapêuticos em todos os níveis da atenção, que estimulem a boa prática e permitam uma maior e melhor regulação, controle e avaliação dos serviços prestados.

b.1 Assistência Cardiovascular

Uma das principais conquistas na área da assistência cardiovascular foi a regulamentação do funcionamento dos serviços, com credenciamento qualificado das unidades de assistência, realizada de forma vinculada com outras ações, visando a integralização do cuidado, de modo a preencher lacuna existente entre o cuidado básico e a alta complexidade. O aumento substancial de recursos injetados no sistema e a ênfase em estudos de qualidade e acessibilidade também merecem ser ressaltados. Foram credenciados/habilitados em 2006, 180 serviços (77,92%) dos 231 processos encaminhados pelos gestores.

A partir de 2007, destacam-se como desafios importantes a conclusão do credenciamento/habilitação dos serviços; a implementação do registro brasileiro de cirurgia cardíaca; a elaboração do Manual de Controle e Avaliação; a avaliação dos



estabelecimentos de saúde já credenciados; e a realização de estudo de eficácia de toda a área endovascular.

c) Saúde Auditiva

A implantação da Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva, instituída pela Portaria GM/MS nº. 2.073, de 28 de setembro de 2006, promoveu ações voltadas à prevenção e promoção da saúde auditiva na atenção básica, à organização do atendimento no âmbito da média complexidade e ao aprimoramento do atendimento de alta complexidade. Ao final de 2006, já estavam habilitados 91 serviços, que realizam o atendimento integral (avaliação, seleção e adaptação de Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI), fornecimento da prótese, acompanhamentos e terapias fonoaudiológicas). A perspectiva é de que, em 2007, seja concluído o processo de credenciamento/habilitação dos serviços; construídos os indicadores de avaliação da Política; elaborado o Manual de Controle e Avaliação; e efetivado o estudo realizado para redução dos valores de AASI.

d) Mutirões de Cirurgias Eletivas

Com o objetivo de ampliar o acesso aos procedimentos cirúrgicos de média complexidade e, assim, reduzir as filas de espera existentes, o MS, além de dar continuidade aos mutirões de cirurgias eletivas, ampliou o elenco desses procedimentos que contemplavam somente quatro procedimentos cirúrgicos (catarata, retinopatia diabética, próstata e varizes), incluindo três outras especialidades – oftalmologia, urologia e cirurgia vascular. Ao lado disso, deu início à estruturação da rede, instituindo para tanto a Política Nacional de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, que possibilitou a ampliação desse elenco para 84 procedimentos, contemplando, assim, 10 especialidades (traumato-ortopedia, otorrinolaringologia, oftalmologia, urologia, ginecologia, cirurgia vascular, proctologia, cirurgia geral, mastologia e gastroenterologia). Cabe ressaltar que 77% dos Municípios (4.267) aderiram à nova Política, em 100% dos Estados brasileiros.

e) Triagem Neonatal

O Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN) realiza, na população de neonatos, o rastreamento para detecção das doenças metabólicas e outros tipos de patologias, como as hematológicas, infecciosas e genéticas. Alcançada a meta estabelecida na implantação do Programa, com a adesão de 100% dos Estados, o PNTN conta com 14 Estados habilitados na Fase I, 10 na Fase II e três na Fase III. Em decorrência, a cobertura de nascidos vivos submetidos à triagem passou de 69,07%, em 2002, para 85%, em 2006, com evolução/crescimento absoluto de 14,93% no período de 2003 a 2006.

Em 2007, o MS deverá apoiar a mudança de fases dos Estados com capacidade para tal (10 Unidades Federadas para a Fase I, quatro para a Fase II e cinco para a III); publicar os indicadores para o processo de avaliação; adequar o PNTN às novas regras estabelecidas no “Pacto pela Saúde”; criar ata de registro de preços dos produtos de saúde da triagem neonatal, de modo a facilitar a sua aquisição pelos gestores locais; e implantar sistema de controle de qualidade do PNTN.

f) Hospitais de Ensino

O Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino visa otimizar a relação desses hospitais com o SUS, mediante a melhoria das condições de ensino, pesquisa e assistência. Desde a sua implementação, em 2004, 131 hospitais já foram certificados

segundo os critérios da Portaria Interministerial nº. 1.000, de 15 de abril do referido ano. Ao lado disso, deve ser incorporado o desenvolvimento tecnológico da unidade, numa perspectiva de inserção e integração à rede de serviços do SUS, segundo critérios de necessidade da população respectiva.

Para 2007, prevê-se a implantação de um Sistema Informatizado de certificação que permita agilidade no processo; revisão dos critérios de certificação definidos na Portaria Interministerial MEC/MS nº. 1.000 e definição da metodologia de re-certificação dos hospitais.

g) Hospitais de Pequeno Porte

A Política Nacional para Hospitais de Pequeno Porte (HPP) integra 397 hospitais, distribuídos em 10 Estados. A partir dessa integração, os HPP deixam de receber recursos financeiros somente após a prestação de contas de cada serviço realizado e passam a contar com um orçamento global, para cumprir uma série de metas destinadas a ampliar e qualificar a atenção à saúde da população, como a oferta de atendimento humanizado, com acolhimento apropriado; a participação em políticas prioritárias do SUS, como as de saúde da mulher e do trabalhador, de saúde bucal, de prevenção e controle do HIV/DST/Aids; e a integração no sistema de referência hospitalar no atendimento às urgências e emergências.

Esses hospitais realizam procedimentos de baixa complexidade, como atendimento pediátrico, obstétrico e odontológico, além de cirurgias clínicas, e constituem importante ponto de apoio para o Programa de Saúde da Família (PSF). No quadro a seguir, está apresentada a população atendida por Unidade da Federação nos HPPs, até outubro de 2007.

Atendimento em Hospitais de Pequeno Porte

UF	Hospitais de Pequeno Porte (HPPs)	População Atendida
CE	63	908.987
PR	65	434.304
SE	22	405.285
PI	74	521.602
TO	24	191.441
PE	36	608.202
BA	32	462.445
RN	24	171.449
MG	17	139.802
MS	40	434.304
Total	397	4.277.821

Fonte: UGHOSP/SAS/MS

A partir de 2007, destacam-se como objetivos: ampliar o número de HPPs integrados à Política Nacional para cerca de 300 hospitais de pequeno porte, por ano; disciplinar a adequação dos critérios de participação para os Estados participantes da região da Amazônia Legal; desenvolver metodologia para reajuste financeiro do custeio dessas unidades; definir a nova proposta financeira; desenvolver e implantar o módulo para acompanhamento e avaliação da Política Nacional para os Hospitais de Pequeno Porte; ampliar os recursos para manutenção da Política, custeio e investimentos; e aperfeiçoar o sistema de informações desenvolvido pelo Departamento de Informática do SUS (Datasus).

h) Hospitais Filantrópicos

O Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS foi instituído pela Portaria nº. 1.721, de 21 de setembro de 2005, e tem como objetivo buscar alternativas de apoio para o enfrentamento da crise que essas instituições apresentam. Esse Programa adota o critério de adesão e reúne grande potencial de qualificação da assistência, da gestão e do processo de descentralização. A etapa I, relativa à adesão de 756 hospitais, já foi concluída. A etapa II está programada para 2007.

i) Terapia Intensiva

A Política de Terapia Intensiva no SUS defrontou-se com restrições que foram abordadas em duas linhas estratégicas: a primeira, referente à quantidade de leitos existentes e, a segunda, relacionada à necessidade de se implementar uma política pública mais qualificada e adequada às reais demandas dessa assistência. Em 2003, a situação era de 11.293 leitos de UTI destinados aos usuários do SUS, o que representava uma cobertura de 1,96% em relação à necessidade de leitos da população brasileira, quando o preconizado é, no mínimo, 4%.

Nos últimos quatro anos, o Governo, por intermédio do MS, credenciou mais 3.172 leitos novos de UTI e reclassificou mais 874 leitos do tipo I para o tipo II. Esses credenciamentos melhoraram sensivelmente a cobertura de leitos de UTI, que alcançou o percentual de 4,81% para leitos do SUS, e 9,50% quando considerado o total de leitos existentes no País.

Tendo em conta a complexidade do tema qualidade hospitalar – a qual perpassa todas as políticas e programas voltados para a atenção hospitalar –, o Governo tem concentrado esforços no sentido de estimular um movimento progressivo de qualificação dos hospitais brasileiros, mudando os modelos de atenção e gestão predominantes na rede do SUS, por intermédio de uma Política de Qualidade dos Serviços de Saúde Hospitalar.

j) Atenção às Urgências e às Emergências

Uma outra prioridade é a Política Nacional de Atenção às Urgências e às Emergências, com ênfase na implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu-192). Esse serviço está presente em 817 Municípios de 26 unidades da federação, incluindo o Distrito Federal, e cobre uma população de 89,2 milhões de pessoas. No final de 2006, já estavam implantados 111 serviços, que beneficiarão 91,2 milhões de pessoas de 906 Municípios. Além das 1.045 ambulâncias, sete ambulanchas e 3.222 equipamentos adquiridos e distribuídos, o Samu conta com dois helicópteros e 13 ambulâncias de suporte básico de vida, mediante convênio feito com a Polícia Rodoviária Federal.

A partir de 2007, planeja-se implementar políticas multisetoriais de promoção da qualidade de vida e saúde e diretrizes já definidas pelo HumanizaSUS; qualificar os hospitais e suas portas de urgências; pactuar e efetivar a implementação de um conjunto de ações de qualificação da atenção básica para o adequado atendimento às urgências mais frequentes e de menor complexidade; implantar a Rede de Unidades não Hospitalares de Atendimento de Urgências; e implantar os Núcleos de Educação em Urgências.

Prevê-se também em 2007, a implantação de 55 novos serviços Samu, para os quais serão adquiridas e habilitadas 570

ambulâncias. Ainda em 2007, deverão ser adquiridos e habilitados um helicóptero, um avião e sete ambulâncias; a operacionalização de protocolos de regulação e intervenção no Samu; a implantação do *software* nas Centrais de Regulação Médica de Urgência; a capacitação de multiplicadores para o curso de Regulação Médica; e a ampliação da habilitação de ambulâncias da Polícia Rodoviária Federal.

k) Transplantes

Na área de transplante, o País tem registrado importante crescimento. Somente no ano de 2006, foram realizados mais de 15.500 transplantes de órgãos e tecidos. Outro resultado a destacar em 2006 foi a criação e a autorização das Centrais de Transplantes dos Estados do Acre, do Amapá e de Rondônia. Em 2006 foram realizados 12 cursos de formação de coordenadores de transplantes nos Estados e no Distrito Federal capacitando cerca de 1.200 profissionais, e o primeiro curso de capacitação de técnicos para retirada de córneas, treinando 50 enucleadores da região Centro-Oeste. Efetivou-se a alteração no critério de distribuição de fígado, para o atendimento prioritário às urgências e implantou-se em todo o País o sistema informatizado SNT 5.0, o que otimizou o processo de doações (em 2006 foram realizadas 1.055 doações de órgãos e 7.438 doações de tecidos). O Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (Redome) tem cadastrados 300.000 doadores voluntários de medula óssea. Houve um incremento de mais de 100% no número de leitos autorizados para a realização de Transplantes de Células-Tronco Hematopoéticas (transplante de medula óssea).

l) Sangue e Hemoderivados

Em relação à Política Nacional do Sangue e Hemoderivados, merece destaque o projeto de implementação da hemorrede do norte do País, inserido no Projeto Amazônia Legal, que buscou a equidade entre os Estados da região e a redução das desigualdades regionais, qualificando o processo de gestão.

Entre os resultados alcançados, em 2006, cabe registrar a realização do curso de especialização em Gestão em Hemocentros para a hemorrede pública. O programa de atenção aos portadores de Coagulopatias hereditárias teve seu elenco de medicamentos ampliado e a necessidade anual contemplada, destacando a aquisição de 244 milhões de Unidade Internacional (UI) de fator VIII, para atendimento de sete mil portadores de hemofilia A. O programa de atenção às pessoas com doença falciforme e outras hemoglobinopatias capacitou 6.986 profissionais de saúde para o atendimento multidisciplinar destes pacientes.

m) Assistência Farmacêutica

Na assistência farmacêutica, em 2006, foram destinados 11,5% do total do orçamento da saúde – o que representa cerca de R\$ 4,2 bilhões, para a aquisição de medicamentos distribuídos gratuitamente na atenção básica, além dos medicamentos excepcionais e dos classificados como estratégicos, nestes incluídos os anti-retrovirais.

Outro resultado importante obtido – que produzirá impacto na autonomia de produção de medicamentos e no acesso a estes produtos – é o investimento em transferência de tecnologia. Destaca-se o acordo de transferência de tecnologia para produção de Interferon alfa 2b humano recombinante e de eritropoetina humana, medicamentos utilizados no tratamento das hepatites e de renais crônicos, com investimento de mais de R\$ 250 milhões. Esse acordo marcou oficialmente a inauguração de uma nova

área de atuação da Fundação Oswaldo Cruz no desenvolvimento e produção de biofármacos.

Cabe destacar, ainda, que o Programa Farmácia Popular do Brasil já colocou em funcionamento 230 unidades (conforme última atualização do SMP), em 189 Municípios. Além disso, credenciou três mil farmácias da rede privada para oferecer medicamentos para portadores de hipertensão e de diabetes, beneficiando um milhão de pessoas, entre março e novembro de 2006.

Também em 2006, duas medidas normatizaram o uso de medicamentos fitoterápicos e plantas medicinais no SUS. A Portaria 971 do MS relativa ao uso de planta medicinais e fitoterapia, homeopatia, acupuntura e termalismo no tratamento do SUS. O Decreto nº 5.813, instituiu a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e estabelece as linhas de ação prioritárias para o seu uso racional.

Ainda em 2006, também teve continuidade o processo de implantação da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), integralizando mais uma parcela do capital social da empresa, no valor de R\$ 35 milhões. Em cooperação com a Coordenação da Política Nacional de Sangue e Hemoderivados, foi estabelecido convênio pelo qual já foram qualificados cinco hemocentros (Ribeirão Preto, Hemope/Pernambuco, Hemoa/Pará, Hemoam/AM e Hemorio/RJ) para o fornecimento de plasma de qualidade industrial. Em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz – Biomanguinhos, Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP), foi desenvolvido o Teste de Ácido Nucléico (NAT) para detecção dos vírus da Aids e da Hepatite C, para uso na Hemorede Nacional, com início dos testes previsto em 2007 e elaborado o estudo multicêntrico de validação do teste para diagnóstico da doença de Chagas.

Nessa área, destacam-se como desafios da Hemobrás para 2007: a contratação da empresa responsável por realizar a transferência de tecnologia, proporcionando um avanço substancial nas atividades atinentes à produção de hemoderivados; o início da produção de cola de fibrina, em área cedida pelo Hemocentro de Pernambuco (Hemope); a validação da produção da cola vírus-inativada, cujo início da distribuição está previsto para ocorrer em junho de 2007; e o teste-piloto multicêntrico e de larga escala, em diversos hemocentros brasileiros, para a primeira avaliação de campo do teste NAT nacional.

n) Saúde Suplementar

A atuação de regulação no tocante à saúde suplementar alcançou, num primeiro momento, o saneamento desse mercado, a partir do que muitas operadoras, que não cumpriam os requisitos mínimos relativos às garantias financeiras e à capacidade de solvência, terminaram por entrar em processo de liquidação. Cabe destacar, também, o trabalho de fiscalização – tanto reativa, quanto pró-ativa –, cujo papel fundamental é o saneamento e funcionamento do mercado de saúde suplementar. Nos últimos três anos, as ações de fiscalização apresentaram crescimento da ordem de 70,7%.

o) Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

O Grupo Executivo Interministerial de Preparação para uma Pandemia de Influenza (GEI) foi criado por decreto presidencial, em outubro de 2005, com a finalidade de acompanhar e propor as medidas emergenciais necessárias para a implementação do Plano de Contingência Brasileiro para a Pandemia de Influenza, visando a sua prevenção e controle no território nacional.

Foi formado um estoque estratégico do medicamento antiviral (Oseltamivir), além de investimentos da ordem de R\$ 30 milhões para a instalação da primeira fábrica de vacinas contra a gripe em um País em desenvolvimento e reforçada a rede sentinela de vigilância do vírus da gripe. Também foram cadastrados os 18 sítios de aves migratórias de importância para a saúde pública e animal e realizados monitoramentos e campanhas de educação sanitárias nessas localidades. Além disso, foram implantadas 59 unidades sentinela para identificação dos tipos de vírus da gripe, localizados em 25 Estados e no Distrito Federal.

A partir dos trabalhos do GEI, as salas de situação do Governo Federal estão sendo integradas, permitindo acesso rápido à informação pelas autoridades em casos de emergência. Foi criado um Plano de Contingência para os portos e aeroportos brasileiros e as unidades militares de saúde foram preparadas para o atendimento em caso de uma pandemia atingir o País.

Entre janeiro e setembro de 2006, destaca-se o Programa Nacional de Controle da Dengue, que tem priorizado as ações de mobilização social, com a realização permanente de campanhas educativas e o Dia Nacional de Mobilização contra a doença.

Houve aumento da capacidade instalada para o controle da malária, no período de 2003 a 2006, principalmente com a descentralização do diagnóstico, favorecendo a sua agilização e, em consequência, redução das internações hospitalares. Entretanto, registrou-se um aumento de 45% na incidência da malária no período de 2003 a 2005. Esse aumento deveu-se, principalmente, à intensa e desordenada ocupação das periferias das capitais dos Estados do Amazonas (Manaus) e de Rondônia (Porto Velho), e no Município Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre. Esses municípios concentraram 26,2% dos casos de malária da região. No período de janeiro a outubro de 2005 e em 2006, registrou-se a incidência de 22 e 19,1 casos por mil habitantes, respectivamente (o que representa uma redução de 13,2% na incidência da doença). Assim, em 2006, constata-se uma inversão na tendência de aumento na incidência da doença registrada a partir do ano de 2003. É importante destacar que oito dos nove Estados da Amazônia Legal apresentam redução no número de casos e de internações, quando comparado com o mesmo período de 2005. O número de internações por malária foi reduzido em 21,8%.

A hanseníase é uma doença endêmica que tem apresentado redução significativa na quantidade de casos no País – de 16,4 por 10.000 habitantes, em 1985, para 1,48 por 10.000 habitantes, em 2005 –, aproximando-se da meta proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de eliminação da doença como problema de saúde pública.

O controle da tuberculose também tem sido tratado como prioridade pelo Governo Federal, sendo notificados anualmente cerca de 93 mil casos. Cabe registrar a expansão do Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT): de 42,6% para 51% na rede do SUS, no ano de 2005. Acresce-se a essa expansão que, até setembro de 2006, 4.411 dos serviços de saúde fornecem a medicação para tuberculose nos Municípios prioritários, adotam a estratégia do tratamento supervisionado recomendada pela OMS, para melhoria das taxas de cura, reduzindo internações, óbitos e a resistência aos medicamentos atualmente disponíveis.

A implementação do Programa de Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST – e Aids é um destaque importante da ação governamental, pelo qual 175 mil pessoas, até setembro de 2006, já tiveram acesso ao tratamento com os medicamentos antiretrovirais, usados no tratamento da doença. No âmbito da prevenção, é importante destacar as ações de promoção dos direitos humanos e de enfrentamento do estigma, do preconceito e da homofobia, como formas de reduzir a vulnerabilidade da população ao HIV e à Aids.



Em relação às campanhas de vacinação contra a poliomielite, dados consolidados do Programa Nacional de Imunização indicam que 16,1 milhões de crianças menores de cinco anos de idade tomaram a vacina na primeira etapa, o que representa uma cobertura de 94,56%. A segunda etapa, realizada no dia 26 de agosto de 2006, alcançou uma cobertura de 95,46%, o que significa que cerca de 16,3 milhões de crianças menores de cinco anos tomaram a vacina. Foram mobilizadas cerca de 340 mil pessoas, entre servidores públicos e voluntários, em mais de 110 mil postos de vacinação em todo o País. Nas duas etapas, o MS aplicou cerca de R\$ 38,7 milhões na compra de vacinas, na divulgação e no repasse de recursos para Estados e Municípios.

Já a Campanha Nacional de Vacinação do Idoso, realizada no período de 24 de abril a 5 de maio de 2006, imunizou 85,72% das pessoas com mais de 60 anos de idade, o que corresponde a 13.517.739 idosos. O resultado ultrapassa a meta de cobertura recomendada pela OMS, que é de 70% dos idosos. O percentual de cobertura vacinal adequada alcançado nos 5.564 Municípios corresponde a 96,66%, considerando que somente 186 Municípios não alcançaram a meta recomendada.

Em 2006, também, foi implantado o Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde (Cievs). Esse Centro possui recursos humanos, físicos e tecnológicos necessários para receber notificações, detectar rumores, verificar e responder oportunamente aos surtos e emergências em saúde pública de relevância nacional. Está disponível um serviço telefônico exclusivo para notificação, 24 horas diárias, denominado Disque Notifica (0800-644-6645). Além desse, outros meios também podem ser utilizados, como o E-notifica (notifica@saude.gov.br) e o formulário eletrônico do sítio da Secretaria de Vigilância em Saúde (<http://www.saude.gov.br/svs>), na área "Surtos e Emergências em Saúde Pública". Nesse sítio, estão publicados os informes técnicos sobre investigações de eventos de relevância nacional, dando transparência e visibilidade às ações realizadas pelo Ministério da Saúde, em parceria com Estados e Municípios. Em sete meses de funcionamento, o Cievs monitorou 151 emergências em saúde pública, que afetaram aproximadamente 20.200 pessoas e, indiretamente, cerca de 200.000 a 800.000 habitantes nas áreas de ocorrência. No conjunto das emergências monitoradas, estão as investigações de Síndrome Neurológica por carência de vitamina B1 (Beribéri), no Maranhão, surto de rubéola em Minas Gerais e Rio de Janeiro, entre outros eventos de relevância nacional.

A elevação constante da incidência e prevalência das doenças e agravos não transmissíveis (Dant), nas últimas décadas, indica como prioridade para o SUS a estruturação das ações de vigilância epidemiológica específicas para esse grupo de doenças. Entre as atividades realizadas, em 2006, merecem destaque: a estruturação da Vigilância de Dant, com a implementação do Vigitel (vigilância de fatores de risco para doenças crônicas não-transmissíveis por entrevistas telefônicas); a sistematização do Plano Nacional de Dant; a cooperação técnica com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e a Agência de Saúde Pública do Canadá no projeto Observatório de políticas da iniciativa – Conjunto de Ações para a Redução Multifatorial voltada para Doenças Não-Transmissíveis (Carmem)–, que tem como finalidade a implementação de um conjunto de ações para redução multifatorial das enfermidades não-transmissíveis.

p) Vigilância Sanitária

No contexto da vigilância sanitária, registre-se inicialmente a realização de mais de um milhão de fiscalizações sanitárias em portos, aeroportos, postos de fronteiras e terminais alfandegados, além de cerca de 14 mil fiscalizações de produtos e de serviços sujeitos ao controle da vigilância sanitária, em 2006.

Por seu lado, cabe destacar a implantação do Bulário Eletrônico no sítio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que vem se conformando como ferramenta de utilidade social para informações sobre medicamentos. Até setembro de 2006, o número de visitas chegou a 133.124. Nessas visitas, estão incluídos países como Japão, México, Argentina, Itália e Portugal.

Em 2006, também teve continuidade e foi ampliado o Programa Nacional de Verificação da Qualidade de Medicamentos (Proveme), que realiza o monitoramento da eficácia, segurança e qualidade desses produtos. Foram realizadas análises em amostras de medicamentos coletados pela Anvisa e por 13 áreas de vigilância sanitária (Visa) estaduais.

Acresce-se, também em 2006, a proibição da fabricação e distribuição de 255 medicamentos similares, de alto risco sanitário, devido à insuficiência dos testes de biodisponibilidade relativa, realizados em seres humanos, assim como a avaliação dos preços para a entrada no mercado de 2.859 novas apresentações e medicamentos novos, em cumprimento à Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, além de inspeções internacionais em cerca de 843 unidades fabris de medicamentos, que exportam para o Brasil, nivelando-as ao padrão de qualidade nacional.

Entre os desafios a serem enfrentados, a partir de 2007, no âmbito da vigilância sanitária, destacam-se a promoção da qualificação da gestão e a harmonização dos processos de trabalho nas áreas de portos, aeroportos e fronteiras; a definição de indicadores relacionados aos objetos prioritários de vigilância sanitária; a consolidação e ampliação da estratégia de vigilância e monitoramento de eventos adversos e queixas técnicas relacionadas ao uso de produtos e serviços de saúde, concluindo a implantação do Sistema Informatizado de Notificações de Eventos Adversos (Notivisa); a elaboração da política de laboratórios analíticos para a vigilância sanitária, reestruturando e implementando uma rede de laboratórios, com garantia do financiamento das análises; e a implantação de um sistema nacional de informação em vigilância sanitária.

q) Monitoramento e Avaliação

Em consonância com a prioridade do Governo para a eficácia e a moralidade na gestão dos recursos públicos, foi criado o Departamento de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS, por meio do Decreto nº 5.841, de 13 de julho de 2006, o que possibilitou o alcance de importantes resultados, como a elaboração e distribuição do Painel de Indicadores do SUS – revista destinada aos conselheiros de saúde, gestores, órgãos de ensino e pesquisa, entidades de trabalhadores e sociedade civil; elaboração e distribuição do filme “História das Políticas de Saúde no Brasil”, em versões de média e longa-metragem (com 10 mil exemplares, em formato DVD), destinado aos processos de formação de conselheiros de saúde, estudantes, trabalhadores do SUS e sociedade civil; o diagnóstico avaliativo dos movimentos de saúde na zona leste de São Paulo, pesquisa envolvendo 930 participantes dos movimentos sociais; difusão do trabalho de monitoramento e avaliação do SUS, por intermédio de cursos, oficinas e painéis, nos Congressos Brasileiro de Saúde Coletiva, Mundial de Saúde Pública, Brasileiro de Enfermagem, Nacional da Rede Unida; e o lançamento do Prêmio Sérgio Arouca de Gestão Participativa 2006.

Ainda em 2006, procedeu-se à unificação dos serviços de Discagem Direta Gratuita, sob responsabilidade do Ministério da Saúde, atendendo somente no número 0800 61 1997, com intuito de facilitar a memorização e acesso para melhor servir ao cidadão, o que permitiu por meio do Serviço Disque Saúde atendimento de 31.828.568 ligações, somados os anos de 2005 e 2006. Em 2006, foi desenvolvido também o sistema OuvidorSUS, visando modernizar o canal de comunicação entre o MS e o cidadão, o que tem possibilitado o recebimento de 2.000 manifestações por mês, considerando todos os canais de acesso



(correspondência, correspondência eletrônica, 0800 e outros).

É importante registrar que, em 2006, foram realizadas aproximadamente 3.800 ações de auditorias; 630 atividades técnicas extras; 2.540 apurações de denúncias de Cartas SUS; 7.530 unidades auditadas; mais de 2.900 programas fiscalizados em cerca de 25% do total de Municípios brasileiros; R\$ 24,5 bilhões de recursos auditados; e R\$ 204 milhões com indicativo de glosas. Também foram realizadas 611 ações de auditoria relativas aos programas: Saúde da Família; Assistência Farmacêutica Básica; Vigilância em Saúde; Utilização dos recursos do Piso da Atenção Básica – Fixo; Relatório de Gestão e Plano de Saúde; Samu; Brasil Sorridente; Controle Social e Componente Municipal do SNA, em 84 Municípios. Ações compartilhadas com a Controladoria-Geral da União (CGU) permitiram a realização de 41 ações de fiscalização nos Estados de Santa Catarina e do Rio de Janeiro e 60 ações nos Estados do Acre, Alagoas e Bahia, além da fiscalização em 400 Municípios, com avaliação de 1.750 ações/programas e 200 unidades hospitalares, gerando 600 ações de avaliação dessas unidades.

5. Políticas Afirmativas

a) Igualdade Racial

No campo das políticas afirmativas de igualdade racial, o ano de 2006 representou a consolidação do projeto político que o Governo iniciou, em 2003, com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, responsável por desenvolver, de forma pioneira, uma política de Estado para assegurar os avanços que o povo brasileiro espera na construção de um País livre e democrático, sem discriminação e preconceitos raciais.

Respostas concretas foram dadas às reivindicações históricas do movimento social, por meio de um programa de ações afirmativas voltado aos grupos discriminados do ponto de vista racial e étnico, com ênfase para a população afrodescendente. Assim, o Brasil inseriu a igualdade étnico-racial na agenda das políticas públicas fundamentais do Estado. Nessa construção, além da formulação de uma agenda de políticas públicas junto aos movimentos sociais e governos de Estados, do Distrito Federal e de Municípios, destacam-se as ações inclusivas nas áreas de saúde, educação, de resgate histórico e de direitos das comunidades remanescentes de quilombos e de integração de políticas no campo das relações internacionais.

Por intermédio do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial e cujo objetivo principal é a implementação de estratégias para a incorporação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial nas ações governamentais de Estados e Municípios, foi incentivada a adoção de Planos de Promoção da Igualdade Racial nas esferas estaduais e locais de diversos entes da federação. Foram estabelecidos convênios para a elaboração dos Planos Estaduais de Promoção da Igualdade Racial nos seguintes Estados: Acre; Bahia; Ceará; Distrito Federal; Goiás; Maranhão; Pernambuco; Piauí; Rio Grande do Norte e Tocantins. Esses Planos estabeleceram as diretrizes para cada Estado nas ações transversais de saúde, educação, habitação, cultura, trabalho, assistência social, previdência social conforme as diretrizes do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial para negros, indígenas, ciganos e comunidades de terreiro. Os Planos Estaduais e Municipais configuram-se como uma primeira base para a conformação do sistema nacional de promoção da igualdade racial, que tornará efetivo o princípio da descentralização previsto na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR).

No início de 2006, foi elaborado o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que integrou a PNPIR, incorporando, assim, os

resultados da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir). Por sua abrangência, legitimidade e ineditismo, o Plano será o principal documento para a política pública de promoção da igualdade racial e combate ao racismo em todos os níveis da Federação, vez que foi elaborado com a contribuição oferecida por diversos atores sociais, a partir de conferências preparatórias realizadas nas 27 Unidades Federativas, as quais definiram propostas locais e regionais na mesma perspectiva.

Na área da saúde, por exemplo, criou-se a Política Nacional de Saúde da População Negra, com ações estratégicas voltadas para soropositivos, pacientes acometidos de patologias falciformes, além de iniciativas específicas de atenção à saúde da população negra no SUS, bem como no aprimoramento da coleta e divulgação de dados que levam em consideração o recorte racial.

Na política de educação, tem-se conferido especial ênfase à promoção da diversidade no ensino superior, por meio da adoção de cotas para afrodescendentes, que em 2006 abrangeram 24 universidades federais e estaduais, atingindo cerca de 11 mil estudantes negros e indígenas. Já o Prouni e o Fies garantiram a oferta de financiamento e bolsas para assegurar a permanência dos estudantes afrodescendentes de baixa renda nas universidades particulares. No âmbito do Prouni foram beneficiados, em 2006, 63 mil negros e três mil indígenas. O Governo, também, tem atuado para viabilizar o cumprimento da Lei nº 10.639, de 2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira no sistema de ensino fundamental e médio, nos estabelecimentos públicos e particulares. O MEC também desenvolveu o curso de formação a distância Africanidades-Brasil, beneficiando – na temática da diversidade étnico-racial – cerca de 25 mil professores. Também está prevista a realização de sete seminários regionais por ano, a partir de 2007, para a capacitação de gestores de educação de Estados e Municípios que possuam áreas remanescentes de quilombos, a produção e distribuição de cerca de 1,6 milhão de exemplares de material didático e paradidático e o atendimento de 5,4 mil professores com os cursos de formação.

No plano internacional, cabe ressaltar três importantes iniciativas, em 2006. A primeira consistiu na elaboração do projeto de Convenção Interamericana de Combate à Discriminação Étnico-racial, que, além de enfatizar novos direitos ligados ao tema da discriminação, proporcionou um mecanismo para a defesa dos direitos individuais e de grupos cujo acesso à justiça é dificultado ou negado em seus países de origem. A segunda foi o apoio à II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (II CIAD), realizada no mês de julho, em Salvador, que afirmou a identidade africana e estreitou as relações do continente com as diversas regiões que se beneficiaram das diásporas negras. A terceira foi a realização, em Brasília, da Conferência Regional das Américas sobre os Avanços no Plano de Ação e Desafios contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, cuja finalidade foi a de avaliar as políticas de promoção da igualdade, previstas no Plano de Durban, aprovado na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrida em 2001, em Durban, África do Sul, e reforçá-las no continente americano.

Os desafios para 2007 compreendem ações como a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e o Projeto de Lei enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional, em 2004, que estabelece cotas nas universidades federais para afrodescendentes e índios egressos de escolas públicas; e publicar e divulgar em âmbito nacional o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir).

a.1) Programa Brasil Quilombola

Em relação às comunidades remanescentes de quilombos, o Governo avançou nas ações desenvolvidas no âmbito do Programa Brasil Quilombola, lançado em 2004. A ampliação dos estudos para regularização fundiária dos territórios quilombolas, a chegada de eletricidade, o incremento de recursos para a saúde e o investimento em educação e infra-estrutura marcaram a atuação governamental nessa área, em 2006.



Por meio de levantamentos realizados por pesquisadores de universidades federais, já foi revelada a existência de, pelo menos, 3.224 comunidades remanescentes de quilombos em território nacional. O Programa Brasil Quilombola atende a essas comunidades, articulando diversas políticas fundiárias, sociais e de infra-estrutura, que viabilizam o fornecimento de luz elétrica, alfabetização, saneamento, construção de habitação adequada e de escolas, implantação de infra-estrutura e políticas de saúde apropriadas a esse segmento comunitário. A execução da política incorpora a participação direta das lideranças quilombolas em diversos fóruns institucionais destinados à adequação das políticas públicas aos seus interesses e necessidades.

Atualmente, já são mais de 490 territórios em processo de regularização, no Incra, abrangendo mais de 500 comunidades. Desses processos, 31 territórios já receberam seus títulos, conferindo a 38 comunidades o direito de posse e domínio sobre a terra. Outros 43 territórios já obtiveram o reconhecimento do direito a terra por parte do Governo, com a publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação no Diário Oficial da União e dos Estados.

O Programa Luz para Todos já proporcionou a instalação de energia elétrica em 367 comunidades, beneficiando 9.142 famílias. O total de quilombolas beneficiados pelo Programa, até 2008, chegará a 22.650 famílias, em 969 comunidades. A atenção à saúde nessas comunidades conta com um incentivo especial, por meio do aumento em 50% no repasse de recursos para as equipes de saúde da família que atuam junto a populações quilombolas.

Enquanto busca consolidar ações para proporcionar o desenvolvimento sustentável dessas comunidades, são necessárias ações emergenciais, entre outras, de segurança alimentar e nutricional, como a que garantiu a distribuição de 212.921 cestas de alimentos para 66.500 famílias.

Para 2007, os principais desafios serão o reconhecimento oficial do público-alvo do Programa Brasil Quilombola; a ampliação dos investimentos em infra-estrutura, englobando a construção de estradas, pontes, unidades habitacionais e Centros de Referência Quilombola; e a erradicação do analfabetismo e consolidação do Programa Saúde da Família nas comunidades remanescentes de quilombos.

b) Igualdade de Gênero

Com o objetivo permanente de buscar a conquista da igualdade entre os gêneros, o Governo formulou e implementou políticas públicas especialmente dirigidas às mulheres e, sempre que possível, incorporou às políticas setoriais um olhar de gênero. Em 2007, estão previstas ações que contribuam para a consolidação desse objetivo, incorporando o combate às desigualdades como princípio gerador de democracia, desenvolvimento e paz social.

As raízes dessas transformações no universo formal do Estado foram plantadas, já em 2003, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), na Presidência da República, e a incorporação do desafio de redução das desigualdades de gênero e raça no Plano Plurianual. A partir desse marco, o Governo traçou objetivos e metas a serem atingidos e que, corroborados na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, transformaram-se em políticas públicas, atualmente em plena execução.

Ainda em 2006, iniciou-se, em conjunto com o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), a preparação da II Conferência Nacional de Mulheres, que ocorrerá em agosto de 2007, em Brasília.

Inserir o tema das relações de gênero como transversal nas políticas públicas foi trabalho incessante do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, instituído em abril de 2005. Nesse Comitê estão representados o Governo e a sociedade civil por meio do CNDM. Cabe destacar que, quanto à questão da gestão da transversalidade, no ano de 2007, além da realização da mencionada II Conferência Nacional, será priorizada a ampliação do número de organismos governamentais que implementem políticas específicas sobre a questão de gênero; e a capacitação das gestoras públicas dos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, em seminários específicos e no Fórum Governamental de Políticas para as Mulheres.

Para a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) foram assinados 215 termos de compromisso pelos governos Estaduais e Municipais, até o final de 2006. A implementação do Plano foi fortalecida pela criação, nessas instâncias, de organismos governamentais de políticas para as mulheres. Durante esse período, passou-se de 13 para 125 organismos governamentais de políticas para as mulheres. Esses organismos articulam-se permanentemente e com o Governo Federal, por meio do Fórum Nacional de Organismos Governamentais.

b.1) Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Para enfrentar a violência de gênero, o País conta hoje com uma Política Nacional, assentada na ampliação da rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência, na capacitação de profissionais na temática da violência de gênero, na promoção de mudanças na legislação que eliminem a discriminação e o preconceito sexista e no apoio e realização de intervenções educativas e culturais.

Está disponível, atualmente, uma rede de atendimento composta por 63 Casas Abrigo, 83 Centros de Referência, 14 Defensorias Públicas da Mulher e 392 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams), além da Central de Atendimento à Mulher – “Ligue 180”, de abrangência nacional, criada pelo Governo, em novembro de 2005 em caráter experimental. Em 2006, a Central foi completamente reestruturada e funciona 24 horas por dia, nos sete dias da semana. Registra-se a média de 3.000 atendimentos/mês, entre denúncias, encaminhamentos a serviços especializados, orientações de procedimentos e informações sobre direitos.

Já chega a 5.000 o número de profissionais que lidam com a questão da violência nas áreas de segurança pública, saúde e assistência psicossocial e jurídica, que foram capacitados para maior eficácia no desenvolvimento de suas atividades. Foram estabelecidas normas técnicas para o funcionamento das Deams e dos Centros de Referência, com a participação ampla dos profissionais que atuam nos serviços. A adoção desses instrumentos, além de estabelecer um padrão técnico de qualidade único para todo o País, proporcionará também a captação de dados para o dimensionamento de políticas futuras.

Em 2006, receberam apoio direto do Governo 19 casas abrigo, 36 centros de referência e uma defensoria pública nas cinco grandes regiões do País. Vale ressaltar que, nos últimos três anos, o apoio financeiro e técnico atingiu mais de 90% dos serviços existentes. Ainda em 2006, foi disponibilizado, na página da SPM, o Sistema de Informações sobre Serviços de Atendimento à Mulher, permitindo que a sociedade tenha conhecimento das diferentes possibilidades de atendimento às mulheres em situação de violência.

Deve ser registrado que, em 7 de agosto de 2006, foi sancionada a "Lei Maria da Penha", que tem como objetivo coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A partir da vigência dessa Lei, as denúncias aumentaram em quase 50% nas Deams. Além desse fato, o Poder Judiciário está cumprindo uma das principais determinações da Lei, que é a criação de juizados específicos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Atualmente, já são 70 desses juizados distribuídos por 15 Estados.

Também, em 2006, o Governo aprovou a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, por meio do Decreto 5.948. Com isso, fortaleceu-se a atuação policial nas regiões de fronteira, em portos, aeroportos, rodovias, estações rodoviárias e ferroviárias. A política estabelece ações integradas nas áreas de Justiça e Segurança Pública, Relações Exteriores, Educação, Saúde, Assistência Social, Promoção da Igualdade Racial, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Agrário, Direitos Humanos, Promoção dos Direitos da Mulher, Turismo e Cultura. Assim, criou-se a concepção de que o enfrentamento ao tráfico deve ser uma ação transversal. Outra medida importante foi a determinação da capacitação de profissionais na prevenção e repressão ao tráfico e no atendimento às vítimas.

Em 2007, prevê-se a implementação de uma série de atividades, entre as quais destacam-se a ampliação da Central de Atendimento – Ligue 180; a ampliação da rede de serviços (Centros de Referência, Casas Abrigo, Defensorias Públicas) que atendem as mulheres vítimas de violência; e a elaboração do Plano de Ação para o Enfrentamento do Tráfico de Pessoas.

b.2) Autonomia, Cidadania e Trabalho

O Programa Pró-Equidade de Gênero tem por objetivo a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no meio empresarial, por meio da outorga de um selo às empresas que adotarem medidas concretas de promoção da equidade/igualdade entre os gêneros. Na primeira edição 2005/2006, o Programa recebeu a adesão de grandes empresas dos setores eletro/energético, bancário, comunicação e agropecuário, e outorgou o Selo Pró-Equidade de Gênero 2007 às 11 empresas selecionadas. Um novo período de inscrições foi aberto, a partir de janeiro de 2007, com a inclusão de instituições e empresas, também, do setor privado.

Em parceria com importante instituição nacional, que conta com uma rede nacional de operadoras de microcrédito, o Governo capacitou e sensibilizou agentes financeiros, de forma que o atendimento as mulheres moradoras de regiões urbanas ocorra de modo mais adequado e seja ampliado o seu acesso ao microcrédito produtivo.

Para 2007, está prevista a continuidade do Pró-Equidade de Gênero nas empresas públicas, incorporando as instituições e empresas do setor privado na segunda edição do programa; a ampliação dos Comitês de Gênero no âmbito das Empresas e na Administração Pública; a valorização do trabalho doméstico e a continuação do processo de capacitação dessas trabalhadoras, além da priorização do Programa Trabalho Doméstico Cidadão, no que concerne à aquisição de moradia; a manutenção dos processos de capacitação, com vistas a capacitar mulheres e sensibilizar os agentes financeiros nas operações de microcrédito; a articulação com os bancos públicos, em especial o BNDES, no financiamento do microcrédito produtivo para as mulheres; a ampliação do Programa de Documentação das Trabalhadoras Rurais; e o aprofundamento das políticas de crédito para as mulheres na agricultura familiar.

b.3) Educação, Ciência e Cultura

Nas áreas de educação, ciência e cultura, devem ser destacadas as duas edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, no âmbito do Programa Mulher e Ciência. Trata-se de iniciativa cujo objetivo é valorizar as pesquisas realizadas e estimular a elaboração e divulgação de novos conhecimentos no campo de estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos. Esse Prêmio destinou-se a estudantes de ensino médio, graduação e pós-graduação, que concorreram com suas redações e monografias.

Para a formação de profissionais da educação em gênero, sexualidade e relações étnico-raciais, foi promovido, em 2006, em seis Municípios localizados nas cinco regiões brasileiras, o curso semipresencial "Gênero e Diversidade na Escola", para 1.200 professores de quinta a oitava séries das redes públicas de ensino. Além desse curso, em 2007 está prevista a continuidade do Programa Mulher e Ciência, executando a terceira edição do Prêmio "Construindo a Igualdade de Gênero" e do edital de Pesquisas; o desenvolvimento e o apoio a campanhas educativas que sensibilizem e desconstruam visões discriminatórias em relação às mulheres; e a constituição do Centro de Documentação e Memória do CNDM.

b.4) Estudos e Pesquisas

Em 2006, foi lançado o Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG), com o objetivo de disponibilizar ao grande público, por meio da Internet, informações sobre educação, saúde, trabalho e violência contra a mulher. O primeiro módulo lançado diz respeito aos Censos de 1991 e 2000. Os microdados dos mesmos foram trabalhados de forma a oferecer um panorama da situação das mulheres no País.

Para o ano de 2007, devem ser priorizados: a realização de uma pesquisa nacional sobre Violência de Gênero; a construção de novos módulos do SNIG, nas áreas de trabalho, saúde, educação e violência; e o desenvolvimento e ampliação de novos módulos do Sistema de Monitoramento do PNPM.

b.5) Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos

Cabe ressaltar o desenvolvimento do Plano Nacional de Ações Integradas para o Enfrentamento da Feminização da Epidemia de HIV, no Brasil, uma iniciativa discutida no VI Congresso Brasileiro de Prevenção das DSTs e Aids, realizado em 2006, e que contará com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) a partir de 2007.

O Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna, lançado em março de 2004, conseguiu uma redução de 8,7% da mortalidade materna e de 7,3% da neonatal. Foram qualificadas 420 equipes das maternidades de referência no SUS, até o final de 2006.

Para 2007, merecem destaque as atividades do plano de ação que objetivam desenvolver campanhas e ações integradas para o Enfrentamento da Feminização da Epidemia de HIV; construir, em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o desenho da pesquisa sobre o Enfrentamento da Feminização da Epidemia de HIV; e continuar a qualificação das equipes das maternidades de referência no SUS, visando a implementação do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna.



b.6) Iniciativas no Plano Legislativo

Em 2006, no âmbito do Poder Legislativo foram aprovados os projetos que, após a sanção, resultaram na Lei n.º 11.324, que visou ao incentivo à formalização do trabalho doméstico, e na Lei n.º 11.340, a chamada “Lei Maria da Penha”. Em 2007, especial atenção será direcionada ao acompanhamento de projetos que se encontram no Congresso Nacional de interesse das mulheres, tais como o Projeto de Lei (PL) n.º 062/99, que estabelece como crime o Assédio Moral; o PL n.º 7.363/06, que estabelece o Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço para as Trabalhadoras Domésticas; e o PL n.º 4.850/05, que altera, em especial, o Título VI do Código Penal.

b.7) Articulação Internacional

No último exercício, o Governo participou ativamente dos foros internacionais no campo dos direitos das mulheres, estando presente nas reuniões da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW/ONU), da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM/OEA), da mesa diretiva da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, e da Reunião Especializada da Mulher (REM/Mercosul).

Destaca-se, também, o diálogo permanente com as organizações feministas e de mulheres, que têm sido incorporadas oficialmente nas delegações brasileiras e atualmente integram as reuniões da REM/Mercosul, como observadoras permanentes. No âmbito multilateral, devem ser ressaltados os esforços para implementação de compromissos assumidos com as Nações Unidas e Organização dos Estados Americanos.

Merecem ser destacadas, para o ano de 2007, o desenvolvimento de ações para organizar a participação brasileira na X Conferência Regional Sobre a Mulher da América Latina e Caribe, a realizar-se no Equador; e a defesa oral do Relatório CEDAW frente ao Comitê da ONU, em Nova Iorque.

c) Povos Indígenas

Em 2006, o Governo confirmou seu compromisso de garantir a participação dos povos indígenas na definição de uma nova política indigenista e na formulação e execução de políticas públicas que visem à afirmação dos seus direitos. O trabalho realizado foi sustentado em três grandes eixos: regularização fundiária, participação efetiva dos povos indígenas na definição e elaboração de uma nova política indigenista e o trabalho interministerial, aberto e democrático, para a definição das políticas públicas indigenistas.

Entendendo a regularização fundiária como etapa essencial na proteção aos povos indígenas, metas expressivas foram alcançadas, entre as quais se destaca a já homologada Terra Indígena Raposa Serra do Sol/RR. Após um longo e difícil processo, de duas décadas, foi reconhecido às etnias Ingarikó, Makuxi, Taurepang e Wapixana o direito ao seu território tradicional. Essa e outras homologações efetivadas nos últimos anos expressam o compromisso do Governo de firmar definitivamente o processo de demarcação e reconhecimento das terras indígenas no Brasil. No mesmo sentido, resalte-se a regularização fundiária de importantes espaços, que também enfrentaram problemas durante anos, como a Terra Indígena (TI) Nande Ru Marangatu, dos grupos Guaraní, no Mato Grosso do Sul; a T.I. Rio Omeré, em Rondônia; e a T.I. Apyterewa, no Pará. No total, no quadriênio 2003-

2006, foram homologadas 63 terras indígenas, correspondendo a uma área de mais de 11 milhões de hectares. Dessas 63 áreas, 59 tiveram seus processos de registro concluídos.

O compromisso de propiciar maior participação dos povos indígenas na definição de uma nova política indigenista e na formulação e execução de políticas públicas de afirmação dos direitos, resultou na realização, em Brasília, em abril de 2006, da Conferência Nacional dos Povos Indígenas, que contou com a participação de representantes de 173 etnias e de organizações não-governamentais. No total, 900 delegados indígenas indicados por suas próprias comunidades marcaram presença neste primeiro fórum indígena nacional realizado na história do País.

No âmbito das ações de saúde para a população indígena, destacam-se as seguintes ações:

- i) alocação de recursos para obras e equipamentos, com ênfase na aquisição de veículos, barcos e motores, da ordem de R\$ 11,5 milhões, em 2006, valor superior em 24,31% ao total de R\$ 9,25 milhões, de 2002;
- ii) ampliação das ações de saneamento nas áreas indígenas que beneficiaram, em 2006, 93.143 indígenas, em 421 aldeias localizadas em 196 municípios. No período de 2003 a 2006, os recursos repassados para esse fim totalizaram um montante de R\$ 416 milhões; e
- iii) realização, em 2006, do Mês de Vacinação dos Povos Indígenas, contemplando 20 Distritos Sanitários Especiais Indígenas, abrangendo 1.157 aldeias. Foram mobilizados 1.940 profissionais, beneficiando 108.198 pessoas. Em relação às doenças sexualmente transmissíveis e Aids, cabe registrar a implementação das atividades de prevenção, assistência, vigilância e monitoramento em 32 Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

É importante assinalar, ainda, a concretização de ações estratégicas, em 2006, no âmbito do Projeto de Instrução do Sistema Nacional de Vigilância de Saúde do SUS (Vigisus II – 2005/2006), tais como: 21 obras concluídas; 85 obras em andamento; seis Casas de Saúde Indígena em seis localidades, com investimentos de R\$ 5,5 milhões; 116 localidades recebendo cerca de R\$ 12 milhões para investimento em suas unidades básicas de saúde; e recursos da ordem R\$ 4 milhões para aparelhos de radiocomunicação para as aldeias.

Com relação às ações de educação voltadas aos povos indígenas, foram desenvolvidas duas ações para a formação de professores indígenas, quais sejam: (i) o projeto Licenciatura Intercultural Indígena (ProLind), voltado para docentes da segunda etapa do ensino fundamental e da educação média; e (ii) o curso de habilitação (Magistério Intercultural) para docentes das séries iniciais do ensino fundamental. A iniciativa é complementada com a produção de material didático bilingüe e multilingüe, voltado às realidades socioculturais e sociolinguísticas das comunidades indígenas.

De modo pioneiro, o Governo lançou, em 2006, a Chamada de Projetos de Ater para Populações Indígenas, já incorporando sugestões feitas pelos diversos setores da sociedade civil interessados no tema, por meio da qual foram selecionados 18 projetos, com aporte de R\$ 2,7 milhões.

No que se refere às ações que competem ao MDA/Incrá nos processos de regularização fundiária das terras indígenas no Brasil,



em 2006 o Programa de reassentamento de ocupantes não-índios em Terras Indígenas reassentou 3.453 famílias.

Para 2007, a expectativa é de melhorar a integração entre as ações do Governo relativas à política do setor, mediante a consolidação da Comissão Nacional de Política Indigenista, instituída pelo Decreto de 23 de março de 2006, que tem a atribuição de propor a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista. Esse Conselho terá, entre outras, a atribuição de elaborar uma proposta para um novo Estatuto do Índio.

6. Direitos Humanos

O Governo, por intermédio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), estabeleceu um importante espaço de diálogo e parcerias entre o Estado e as representações da sociedade civil, tendo sido realizados em 2006 diversos eventos para a defesa dos direitos humanos.

No âmbito das políticas para pessoas com deficiência, destaca-se a edição do Decreto nº 5.904, de 21 de setembro de 2006, regulamentando a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito de a pessoa com deficiência visual ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia. A adoção desse decreto completa um ciclo no processo de regulamentação dos direitos das pessoas com deficiência, estabelecidos pelas Leis nºs 10.048 e 10.098, de 2000, que tratam da acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, regulamentadas pelo Decreto nº 5.296, de 2004, e pela Lei nº 10.436, de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como língua oficial do Brasil, que veio a ser regulamentada, em 2005, com a edição do Decreto nº 5.626.

No combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, o Brasil vem avançando significativamente, a partir da realização de campanhas nacionais, oficinas de capacitação, implantação do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro (Pair) nos 11 Estados com maior foco dessa prática; e da reestruturação do Disque Denúncia Nacional (Disque 100), no âmbito da SEDH, que passou a registrar um aumento sensível no número de atendimentos (4.494, em 2003; 3.774, em 2004; 5.155, em 2005; e 11.872, em 2006), o que reflete o impacto nacional em torno dessa mobilização, que deve continuar sendo tratada como prioridade nos próximos anos.

No que se refere ao combate ao subregistro civil de nascimento, a iniciativa que vem sendo desenvolvida pelo Governo Federal, desde 2003, com a campanha de mobilização nacional para o fim do subregistro civil de nascimento – crianças nascidas vivas por ano e não registradas no prazo legal – por meio da articulação interministerial e da parceria com os Estados, com o Distrito Federal e com os Municípios, e com organizações nacionais e internacionais, já dá sinais positivos na efetivação do acesso à documentação civil básica ao exercício da cidadania.

Os dados de 2005, divulgados pelo IBGE, em dezembro de 2006, mostram uma queda acentuada do índice de sub-registro, para 11,5%. Em 2002, esse percentual era de 20,9%. Esse fato demonstra que a cobertura dos registros de nascimentos no País vem sendo ampliada nos últimos anos. Segundo o IBGE, essa melhoria decorre não só do próprio declínio da fecundidade, mas, principalmente, da realização de diversas ações com vistas à universalização desses registros. A estimativa de cobertura dos registros de nascimentos passou de 80,6%, em 2000, para 88,5%, em 2005.

Outro avanço ocorrido em 2006 foi relativo ao trabalho da Comissão Especial “Mortos e Desaparecidos Políticos”, que finalizou a análise de todos os processos apresentados, efetuou o pagamento de todas as indenizações por ela deferidas e conseguiu implantar o Banco de DNA (Banco de Dados de Perfis Genéticos, antiga reivindicação dos representantes das vítimas da repressão política). Para assegurar a reparação política e moral, que os familiares consideram mais importante que a financeira, será lançado o Livro-Relatório “11 Anos de Memória – Comissão Especial Mortos e Desaparecidos Políticos”, contendo o histórico de todos os casos, depoimentos e fotografias, resgatando o direito à verdade e à memória da repressão política na história brasileira. Por sua vez, em 2006, foi criado o Comitê Nacional de Prevenção e Controle da Tortura (cujo nome está sendo modificado para Comitê Nacional de Combate à Tortura), responsável pela implantação nacional do Plano de Ações Integradas para a Prevenção e Controle da Tortura.

O Programa “Brasil Sem Homofobia” é outro tema de destaque como fruto do diálogo do Governo com a sociedade civil, que deu ensejo à sua criação, assim como as ações contínuas para sua implementação. Em 2006, foi alcançado o total de 49 Centros de Referência em Direitos Humanos para a prevenção e combate à homofobia, abrangendo todas as capitais e as cidades pólos do interior dos Estados.

Vale ressaltar, em 2006, a inserção do tema “Prevenção e Combate à Discriminação por Orientação Sexual” na pauta do fórum das Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul e a realização de pesquisas nas Paradas do orgulho GLBT, em quatro regiões do País. Essas pesquisas foram realizadas com os objetivos de investigar percepções da discriminação contra homossexuais e transgêneros, fomentar o debate público sobre o tema e subsidiar políticas públicas de combate a essa forma específica de violação dos direitos humanos. No âmbito legislativo, merece destaque a aprovação de importantes avanços normativos da luta em defesa dos direitos humanos, a exemplo da ratificação do Protocolo Facultativo da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura.

Para 2007, planeja-se reforçar na agenda política nacional o debate sobre a temática dos direitos humanos; discutir amplamente a Política Nacional e o Programa Nacional de Direitos Humanos; garantir o avanço dos programas setoriais e a transversalidade do tema no âmbito de outros programas governamentais; reforçar as articulações no âmbito do Mercosul e países associados (7ª e 8ª Reuniões de Altas Autoridades em Direitos Humanos, previstas para Assunção e Montevidéu). Além disso, será ampliada a rede de Centros de Referência do Programa “Brasil Sem Homofobia” e será ampliado para os demais Estados o Plano de Ações Integradas contra a Tortura, além da ampliação do combate ao trabalho escravo.

7. Previdência Social

No ano de 2006, consolidou-se o modelo previdenciário brasileiro, que tem tido impactos significativos na distribuição de renda e na inclusão social. Isso se deu por meio da expansão do número de beneficiários, da consolidação da previdência rural e da adoção de medidas gerenciais e administrativas voltadas para a melhoria do atendimento e o combate a fraudes e falhas cadastrais.

a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

Em 2006, o número de benefícios emitidos pela Previdência Social atingiu 24,6 milhões, sendo que 21,6 milhões desses benefícios são previdenciários e acidentários, com um valor médio nominal de R\$ 582,25, e 2,9 milhões são benefícios



assistenciais, no valor de um salário mínimo, custeados pelo Tesouro Nacional. De janeiro a novembro de 2006, cerca de 6,4 milhões benefícios haviam sido requeridos, dos quais 4,2 milhões (65,6%) por incapacidade laborativa. Em 2006, a Previdência Social gastou R\$ 165,6 bilhões (em valores correntes) com pagamento de benefícios. No mesmo período, foram realizadas 6,8 milhões de perícias médicas.

Para 2007, no âmbito do Regime Geral da Previdência Social (RGS), a arrecadação previdenciária projetada é de R\$ 123,9 bilhões, enquanto a despesa com benefícios previdenciários é de R\$ 166,0 bilhões. Com isso, o déficit projetado para o referido regime é de R\$ 42,1 bilhões.

O Censo Previdenciário, iniciado em outubro de 2005, com ampla divulgação e convocação individualizada dos beneficiários para efetuar o recadastramento, foi realizado satisfatoriamente, em 2006, por meio da rede bancária. Os aposentados e pensionistas recebem o aviso de atualização dos dados, de forma personalizada, nos terminais de auto-atendimento bancário e nenhum benefício é suspenso sem prazo determinado e sem que o beneficiário seja comunicado por diversos meios. O Censo consiste na atualização cadastral do banco de dados de benefícios e sua realização também contribui para a redução de fraudes e desvios de recursos, bem como para a atualização de estudos previdenciários e projeções atuariais. Em 2007, está previsto o término do Censo Previdenciário. Até novembro de 2006, já foram recenseados 13,2 milhões de beneficiários, o que corresponde a 77% do total previsto (17,2 milhões). Inicialmente, foram cessados 23,4 mil benefícios, o que representa uma economia anual de R\$ 122 milhões.

Em 2003, foi feito um diagnóstico sobre a Previdência Rural. Ficou evidenciada a necessidade de melhorar a legislação aplicável ao setor, para eliminar as imprecisões legais que levam ao subjetivismo nas decisões de interesse dos segurados, bem como para facilitar a filiação e a inscrição previdenciárias, tanto de trabalhadores assalariados, quanto de produtores rurais, quer se enquadrem como segurados especiais, quer como contribuintes individuais. Outra necessidade era definir com mais precisão as situações novas surgidas no setor agrário com o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira. Foi a oportunidade, também, de eliminar qualquer dúvida a respeito da continuidade da existência da Previdência Rural, a partir de 2006, sublinhando o compromisso do Governo com o importante papel redistributivo e de proteção social que esse Programa representa. Assim, em 31 de março de 2006, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional Projeto de Lei que regulamenta a Previdência Rural.

Importantes medidas legais para estimular o aumento da cobertura previdenciária da população foram implementadas, em 2006, enquanto outras encontram-se em fase de implementação. Entre essas medidas destacam-se a dedutibilidade do Imposto de Renda das contribuições patronais para as trabalhadoras domésticas; a instituição de plano com alíquotas reduzidas para os contribuintes individuais; e a obrigatoriedade de retenção, por parte das empresas, das contribuições previdenciárias relativas aos contribuintes individuais que lhes prestam serviços.

Outro importante avanço na modernização da previdência está ocorrendo no parque tecnológico, administrado pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Dataprev, com a modernização da opção tecnológica adotada, viabilizando a concorrência entre fornecedores e a redução de custos; o desenvolvimento de novos sistemas de informação; e a reformulação e ampliação da rede de telecomunicações.

Há, ainda, avanços significativos no que diz respeito à política de saúde do trabalhador e aos acordos com regimes previdenciários de outros países. O Governo implementou importantes medidas, em 2006, para a modernização da Política

Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador, visando estabelecer as principais diretrizes e estratégias estruturais para a melhoria das condições de trabalho e a redução de acidentes e doenças profissionais. Essa Política inverte a lógica de indenização para a de prevenção das doenças e acidentes do trabalho. Nesse sentido, foi editada, em 2006, a Medida Provisória nº 316, convertida na Lei nº 11.430/06, pela qual a perícia médica do INSS considerará caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar a ocorrência de nexa técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo.

No âmbito internacional, o Brasil assinou o Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul, em vigor desde 1º de junho de 2005, que estabelece normas que regulam as relações de seguridade social entre esses países, garantindo a cobertura previdenciária aos migrantes internacionais. A expectativa é que cerca de 2,1 milhões de trabalhadores, que estão em atividade fora de seus países de origem, sejam beneficiados. O Brasil possui cerca de 733 mil trabalhadores estrangeiros, sendo que 370 mil são oriundos do Mercosul. Para 2007, está prevista a continuidade da negociação para atualização do Acordo de Previdência com a Espanha; a continuidade das negociações para celebração de Acordo Multilateral de Previdência Social de toda a Comunidade Ibero-americana; e o início da negociação de Acordo Multilateral de Previdência Social da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

b) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)

Para conferir aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) maior sustentabilidade e justiça social, em 2006, foram incluídas novas exigências para a regularidade desses Regimes, com destaque para o equilíbrio atuarial. Em decorrência desses novos critérios, houve um incremento considerável no aporte de recursos para os RPPS, alcançando um montante de R\$ 24 bilhões de reais, com o objetivo de garantir a sustentabilidade desses regimes a médio e longo prazos.

As ações de fiscalização representam um grande esforço do Governo, por meio do Ministério da Previdência Social (MPS), no sentido de promover o equilíbrio financeiro-atuarial desses RPPS. Foram realizadas, em 2006, mais de 350 auditorias em Estados e Municípios, resultando em um maior controle desses Regimes, com melhorias da gestão e do equilíbrio atuarial e financeiro.

Como diretriz para 2007, prevê-se a melhoria e o aperfeiçoamento do controle financeiro dos RPPS. Está prevista a implantação do Cadastro Nacional dos Servidores Públicos (CNIS RPPS), previsto no art. 3º da Lei 10.887, de 2004, que tem como finalidade, entre outras, a efetivação da aplicação do teto remuneratório para o setor público (art. 37, XI da Constituição Federal), bem como a verificação de acumulação de cargos e o controle de óbitos.

c) Previdência Complementar

No que diz respeito à Previdência Complementar, 2006 foi o ano em que o Governo, por intermédio do MPS, deu continuidade às ações de fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar; efetivou a transição da atividade de fiscalização *stricto sensu* para um modelo de supervisão baseado em riscos, conjugando a recepção e tratamento de dados contábeis, atuariais e de investimentos (fiscalização indireta) com a presença do auditor fiscal *in loco* nos fundos de pensão (fiscalização direta); e à consolidação do quadro de auditores fiscais, alcançando o número de 102 profissionais alocados para esse fim.

O aprimoramento normativo da Previdência Complementar, concomitantemente com a confiança no sistema, permitiu a



ampliação significativa do mercado, com a criação de mais de 150 novos planos de benefício, bem como o incremento da previdência associativa.

d) Atendimento ao Cidadão

Além dos canais de atendimento remoto (135, Internet), a Ouvidoria-Geral da Previdência Social, criada como instrumento de melhoria da qualidade dos serviços previdenciários geridos pelo MPS, por intermédio das Agências da Previdência Social integrantes da estrutura operacional do INSS, traduz a nova concepção de Estado que prioriza o cidadão. A criação desse canal proporcionou ao cidadão livre acesso, mediante contato pelas Centrais de Atendimento, Centrais de Cartas, *E-mail*, Fax e Internet, para apresentar suas reclamações, sugestões, denúncias e elogios relativos à prestação dos serviços no âmbito previdenciário. Suas manifestações geram resultados diretos ao postulante e, também, oxigena a estrutura funcional, facilitando decisões estratégicas e permitindo implementar ações coincidentes com os anseios da sociedade.

A Ouvidoria-Geral iniciou o exercício de 2006 com registros em torno de 15 mil manifestações/mês e, no último mês do exercício, recebeu demandas da ordem de 17 mil manifestações, totalizando, até novembro, 187.182 novos casos.

A Ouvidoria procura oferecer uma resposta para a questão apresentada, no prazo de até 30 dias, contados da data do seu recebimento. Essa atuação tem contribuído para o aperfeiçoamento de ações dentro da Previdência Social, especialmente na melhoria de atendimento ao público, além do combate à evasão de receitas e à sonegação fiscal. Deve ser registrado que, em decorrência da apuração de denúncias registradas na Ouvidoria, já houve a recuperação de mais de R\$ 1 bilhão aos cofres da Previdência.

8. Cultura

O ano de 2006 merece ser destacado pelo intenso trabalho de estruturação de políticas culturais sólidas e de longo prazo para o País. A Cultura fortaleceu-se dentro da agenda governamental como um importante pilar do desenvolvimento nacional, da inclusão social, dos direitos da cidadania e da geração de trabalho e renda. O Governo, por intermédio do Ministério da Cultura, desempenhou papel crucial no crescimento da produção cultural brasileira, atuando significativamente para incremento de diversos setores. Pesquisas do IBGE sobre Sistema de Informações e Indicadores Culturais, publicadas no caderno de Informação Demográfica e Socioeconômica, número 18, de 2006, demonstra que o setor cultural emprega 5,7% do pessoal ocupado no Brasil e representa 6,2% do total de empresas em funcionamento no território nacional. Constatou, também, que o rendimento mensal dos trabalhadores do setor cultural é de 5,1 salários mínimos, contra a média geral de 3,3 salários mínimos dos demais setores econômicos.

Por conta desses fatores foram incluídos, na estrutura orçamentária do Ministério da Cultura, programações específicas voltadas para o incremento dos setores produtivos ligados à cultura, que serão transformadas, a partir de 2007, no Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura (Prodec), tratando assim as atividades culturais, também, como atividades econômicas.

Outro importante resultado para as políticas culturais, em 2006, foi o resultado obtido pelas ações de inclusão social que, em sua maior parte, estão abarcadas pelo programa Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva. Computou-se a implementação de 654 Pontos de Cultura, em 262 Municípios de todas as regiões do País. O projeto beneficia, direta e indiretamente, cerca de 400 mil pessoas, na maioria jovens que vivem em periferias, favelas ou em comunidades à margem do desenvolvimento econômico.

O Brasil não é apenas um País rico por sua diversidade, mas também por sua capacidade de criar soluções simples e consistentes no seio das próprias comunidades. Muitas iniciativas inovadoras surgem do esforço de lideranças ou de grupos organizados que se dedicam voluntariamente a trabalhos culturais grandiosos, que têm por finalidade criar melhores condições de vida e gerar expectativa de futuro para adolescentes e jovens. Por conta disso, o "Cultura Viva" beneficia esses projetos – já existentes –, no intuito de fortalecê-los e de ampliar seu alcance junto às comunidades em que estão inseridos.

Das iniciativas que se relacionam com a Ampliação do Acesso à Cultura, devem ser destacadas não apenas as que proporcionam à sociedade o usufruto de bens e serviços culturais, mas também aquelas que permitem ao cidadão o acesso aos meios de produção desses bens e serviços. O acesso aos livros, ao cinema, ao teatro e à música cria diferenças substanciais entre os homens. A ampliação do acesso tem ocorrido por meio de diversos projetos nas áreas de música, artes cênicas, dança, artes visuais e circo. No âmbito da música, merece destaque a continuidade do Projeto Pixinguinha que, em 2006, promoveu 94 espetáculos, em 45 cidades, atingindo público de 41 mil espectadores. Estima-se que esse projeto criou aproximadamente 11.960 empregos diretos e indiretos e contribuiu para a formação de novas platéias e para a ampliação do mercado para músicos e produtores. No segmento Música Erudita, o projeto Circulação de Música de Concerto permitiu a realização de 165 recitais de música clássica, atingindo público de 33.500 pessoas. Foram promovidos, também, 159 concertos didáticos em escolas públicas, direcionados para cerca de 38 mil alunos.

Na área de teatro e dança, foram beneficiados, em 2006, 232 projetos de produção por meio dos prêmios Funarte, além da doação de equipamentos cênicos para 38 teatros. O projeto Caravanas de Circulação Regional promoveu espetáculos de 72 companhias de teatro e dança em diferentes pontos da Amazônia, Nordeste, Brasil Central, Sudeste e Sul do País. No âmbito das artes circenses, 55 grupos foram contemplados pelo prêmio "Carequinha" de estímulo ao circo e empreendeu-se ampla reforma na Escola Nacional de Circo. Vale destacar, ainda, o projeto Arte sem Barreira/Projeto Além dos Limites, o maior e mais conceituado movimento brasileiro de arte inclusiva para pessoas com deficiência, que também foi apresentado em 5 mostras regionais e no Festival Brasileiro Além dos Limites – no Rio de Janeiro e em Brasília – atingindo público direto e indireto de cerca de 400 mil pessoas.

Na área relacionada com Memória e Patrimônio Cultural, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), viabiliza regularmente a realização de obras de preservação com o apoio das comunidades, dos governos Estaduais e Municipais e de instituições públicas e privadas. O Instituto tem sob sua tutela cerca de 21 mil imóveis, localizados em 67 sítios urbanos; 13 mil sítios arqueológicos; 250 mil objetos museológicos; e extensa documentação arquivística e bibliográfica depositada em 31 bibliotecas e 35 arquivos públicos. Suas unidades, espalhadas por todo o território nacional, detêm a guarda de registros fotográficos, cinematográficos e videográficos.

As empresas estatais também contribuíram, em 2006, de forma significativa para o estímulo à cultura, seja pelo apoio para a realização de eventos nas áreas de artes plásticas, artes cênicas, seja na área de cinema e vídeo, música, idéias e programa educativo. Destacam-se, também, as ações desenvolvidas pelo Programa Monumenta, que canaliza seus esforços para a revitalização de centros urbanos pré-selecionados e cujas ações atingem 83 Municípios, detentores de 101 sítios históricos. O Programa surge da necessidade de preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico sob proteção federal, aumentar a conscientização da população brasileira acerca do patrimônio em questão, estabelecer critérios para implementação de prioridades de conservação e aumentar a utilização econômica, cultural e social das áreas do projeto. Em 2006, as obras realizadas pelo Monumenta atingiram 29 centros urbanos, de 18 Municípios.



No que tange ao Patrimônio Imaterial, encontram-se registrados nove bens definitivos do patrimônio imaterial brasileiro: a celebração religiosa paraense do Círio de Nazaré, o modo de fazer a Viola-de-Cocho, o ofício das baianas do Acarajé, o ofício das paneleiras de Goiabeiras (ES), o Jongo, o Samba de Roda do Recôncavo Baiano, a arte Kusiwa – a técnica de pintura e a arte gráfica própria da população indígena Wajãpi, do Amapá –, a Cachoeira de Iauaretê – lugar sagrado dos povos indígenas do rio Uaupés e Papuri – e, recentemente, a Feira de Caruaru. A arte Kusiwa e o Samba de Recôncavo, também foram consagrados como obras-primas do patrimônio oral e imaterial da humanidade, pela Unesco.

No que diz respeito aos Museus, o Governo possui programa específico – Museu, Memória e Cidadania –, que centraliza os esforços em favor das instituições de memória. O Programa mantém em sua estrutura 28 museus e três centros culturais, que contam com fluxo contínuo de recursos, tendo praticamente dobrado seu orçamento em relação a 2002. Na média, os investimentos realizados na área museológica têm crescido cerca de 20% ao ano. Por meio desse Programa, os museus brasileiros podem contar com editais regulares para financiamento de projetos de aperfeiçoamento de suas estruturas e serviços e para aquisição de acervos. Além desses, mais de 200 instituições públicas e privadas de 17 Estados brasileiros são contempladas pelo programa, por intermédio de editais.

As iniciativas voltadas para o Audiovisual têm priorizado o público para o cinema brasileiro e buscam direcionar investimentos para alguns setores-chave, como distribuição, formação de público, aumento do número de salas de exibição e criação de novos circuitos comerciais. O grande objetivo dessa estratégia é reduzir o monopólio internacional no mercado interno, por meio do incremento das cadeias produtivas do setor audiovisual. A abertura de novas frentes também foi priorizada, resultando no fomento a projetos de curtas-metragens, roteiros e documentários orientados para públicos estratégicos – como o infanto-juvenil – e para regiões do País sem tradição de expressão audiovisual.

O ano de 2006 marcou um recorde histórico na produção cinematográfica nacional, com o lançamento de 63 filmes no mercado. Além desse resultado, outras iniciativas permitiram a produção de 40 filmes de curta-duração pelo projeto “Revelando os Brasis”, importante iniciativa estratégica de inclusão social pela cultura, e 35 documentários pelo DOC-TV, bem assim outros projetos relacionados, particularmente, com a produção de curtas-metragens e de jogos eletrônicos.

Em relação à Cultura Afro-Brasileira, há que se destacar o “Prêmio Palmares de Comunicação”, que objetiva apoiar a produção de audiovisuais (10 programas radiofônicos e sete videodocumentários) que tratam da temática étnico-racial. Outra seleção pública foi o Concurso Personalidades Negras do Rio Grande do Sul, que fomenta a realização de pesquisas de biografias de personalidades negras que contribuíram nas diferentes áreas do conhecimento no cenário gaúcho, para alunos das séries finais do ensino fundamental, ensino médio e da educação de jovens e adultos.

Outra importante vertente das políticas culturais diz respeito à questão da Diversidade Cultural. Dessas manifestações, merecem destaque aquelas originárias das sociedades indígenas que, pela primeira vez em 20 anos, passaram a fazer parte de políticas setoriais do Governo; o movimento *hip-hop*, a cultura digital e a produção de jogos eletrônicos, que também se enquadram nesse novo leque de expressões. No que concerne aos segmentos sociais, o movimento GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) foi reconhecido por sua importância para a construção de um ambiente de tolerância, de combate à discriminação e à homofobia. Segmentos como as comunidades quilombolas e ribeirinhas, a juventude rural e os sem-terra, hoje também se encontram plenamente inseridos nas iniciativas do Governo para a promoção da cultura. Para a afirmação progressiva dessa

diversidade, a aprovação da Convenção Internacional de Proteção e Promoção da Diversidade Cultural, da Unesco, passou a ser vital para os países emergentes. Sua elaboração e aprovação decorreram, em grande parte, do esforço dos Ministérios da Cultura e das Relações Exteriores. Na área internacional, além da aproximação com os países do Mercosul e da África, merece destaque a realização da Copa da Cultura Brasileira, na Alemanha, paralelamente à Copa do Mundo de futebol de 2006. O evento foi concebido de modo a apresentar na Alemanha um panorama da produção cultural brasileira atual, com foco parcial na relação entre futebol e cultura. Em contrapartida, parte representativa da cultura germânica contemporânea também foi mostrada em algumas cidades brasileiras ao longo do ano. A grande afluência de público e a intensa repercussão na mídia alemã e europeia mostraram que a cultura brasileira, além de admirada, pode se transformar em importante produto de exportação.

Deve-se citar, também, que a captação de recursos por intermédio das Leis do Mecenato (Leis Rouanet e do Audiovisual) apresentou crescimento significativo no período 2003/2006, conforme quadro a seguir.

Capitação de Recursos – Leis Rouanet e do Audiovisual

	RS Milhões			
	2003	2004	2005	2006
Lei Rouanet	452,6	546,7	748,0	700,0
Lei Audiovisual	92,3	96,8	80,3	104,4
Total	544,9	643,5	828,3	804,4

Fonte: Ministério da Cultura

Constatou-se considerável aumento do grau de descentralização da captação de recursos da região Sudeste, em particular do eixo Rio-São Paulo, para as demais regiões do País. Em 2002, o Sudeste representava 72% dos patrocínios; já em 2005 essa participação ficou em 67%. Embora modesto, esse aumento de 5% do peso das demais regiões já representa uma mudança do cenário cultural do País, sendo registrado crescimento nos recursos de patrocínio em quase todas as regiões brasileiras, constatando-se um recorde na captação de recursos em 22 dos 27 Estados da Federação.

A publicação do novo Decreto nº 5.761, de 2006, que regulamenta a Lei Rouanet, trouxe importantes inovações, como a possibilidade da publicação de editais e de programas do Mecenato; a exigência de um plano de democratização do acesso, por parte da população, aos benefícios dos projetos financiados com recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac); a interposição do limite de 15% de despesas administrativas para institutos e fundações culturais; a criação de uma comissão para o Fundo Nacional de Cultura (FNC); os mecanismos de seleção, avaliação e monitoramento mais claros.

Para 2007, serão priorizadas ações para consolidação da política cultural brasileira, destacando-se a ampliação do alcance do Programa Cultura Viva, em especial dos Pontos de Cultura; a implementação do Programa de Cultura do Trabalhador Brasileiro (Ticket Cultura), para viabilizar a aquisição de ingressos para estabelecimentos artísticos e culturais, a visitação a espaços e a aquisição de produtos culturais; a constituição de um consistente e diversificado sistema público de comunicação, para garantir mais canais de difusão com vistas à democratização da produção e do acesso, bem como a difusão de programações ligadas à cultura brasileira; o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura e aprovação do Plano Nacional de Cultura; a criação de um sistema de informações culturais; a construção de marcos legais de direito autoral e de propriedade intelectual com a acessibilidade, ao tempo em que preservem os direitos de criadores e difusores; e a constituição do Plano Nacional de Capacitação em Gestão Cultural, para atuar na formação de gestores, um dos principais gargalos na economia da cultura,



responsável pela perda de eficiência no setor. E, com a aprovação da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, serão implantados o Fundo Setorial do Audiovisual e os Programas de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Brasileiro (Prodecine), de Apoio ao Audiovisual Brasileiro (Prodan) e de Apoio ao Desenvolvimento de Infra-estrutura do Cinema e do Audiovisual (Proinfra), possibilitando um efetivo fortalecimento do audiovisual nacional.

9. Esporte

Em 2006, o Governo manteve a prioridade para o Esporte, assumindo uma postura de aproximação com os vários segmentos do setor, para elaboração, efetivação e avaliação de sua política. A reestruturação do Conselho Nacional do Esporte foi um marco importante nesse sentido, além da incorporação de novas representações do setor nesse processo. Atualmente, para a gestão dessa política, o Governo articula-se com entidades de administração e prática do esporte e paraesporte, olímpicos e não olímpicos, atletas, gestores públicos municipais e estaduais, conselhos de profissionais, além do Poder Legislativo.

A função do Conselho foi ampliada, atribuindo-lhe uma atuação decisiva nos rumos da política esportiva e de lazer, auxiliado por cinco comissões especiais, como a de Estudos Jurídicos Esportivos. Essa comissão elaborou o “Código Brasileiro de Justiça Esportiva”. Por sua vez, a comissão de Combate ao Doping elaborou as “Normas Gerais de Combate ao Doping”; a de Futebol e Marketing desenvolveu o projeto da “Timemania”; a de Clubes Esportivos Sociais consolidou um diagnóstico sobre esse setor; e a comissão de Esporte de Aventura, atuou na conceituação e normatização dos esportes radicais, de aventura e ligados à natureza.

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 4 de maio de 2006, durante a realização da II Conferência Nacional do Esporte, o Projeto de Lei nº 6.999, para regulamentar o incentivo ao Esporte. Posteriormente, foi sancionada, em 29 de novembro de 2006, a Lei nº 11.438, conhecida como Lei de Incentivo ao Esporte. Nesse mesmo dia foi editada a Medida Provisória nº 342, representando um amplo acordo com o setor cultural para evitar que houvesse “disputa” entre o fomento para esses dois setores, o que tornará possível o investimento suplementar potencial no Esporte da ordem de R\$ 300 milhões anuais, até o ano de 2015. Esse investimento poderá ser feito por meio da dedução do imposto de renda devido pela pessoa física ou a jurídica, dos valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.

O Ministério do Esporte procurou, em 2006, traduzir o foco da Política Nacional do Esporte – a inclusão social –, no investimento e na implementação de seus principais Programas, destacando-se o “Segundo Tempo”, “Esporte e Lazer da Cidade” e “Pintando a Liberdade”. Foram investidos, no exercício de 2006, R\$ 416 milhões na execução desses Programas. Merece registro o Programa Segundo Tempo, que tem causado impacto social positivo. Esse Programa atendeu, no período 2003/2006, mais de dois milhões e duzentas mil crianças, adolescentes e jovens. Só em 2006, foram atendidas mais de um milhão e duzentas mil pessoas, gerando mais de 25 mil empregos. O Programa está presente em mais de 900 Municípios em todos os Estados brasileiros, por meio de parcerias firmadas com entidades estaduais, municipais, entidades privadas sem fins lucrativos, clubes sociais, entre outras, com perspectiva de ampliação para 2007. O Programa, cumprindo a agenda de cooperação internacional, também foi implantado em Angola e Moçambique e está em processo de implementação no Haiti. Para a Unesco, “o Programa Segundo Tempo é uma relevante contribuição do Ministério do Esporte para a oferta de serviços sociais às crianças e aos adolescentes brasileiros. Com efeito, trata-se do primeiro esforço abrangente do Governo Federal no sentido de apoiar a realização de um direito consagrado pela Constituição”.

O Brasil promoverá, em 2007, o principal evento esportivo das Américas – os Jogos Pan-americanos (PAN) e Parapan-americanos –, demonstrando a prioridade atribuída pelo Governo ao Esporte como fator de desenvolvimento econômico e social. Esses serão os maiores eventos esportivos já realizados no País. O Governo Federal está investindo R\$ 1,6 bilhão para preparação desses eventos, especialmente em termos de infra-estrutura. Além dos resultados esportivos, o País terá como resultados objetivos dessa promoção, além do legado social, as externalidades positivas nas áreas econômica e de infra-estrutura.

O Governo instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial, em 1º de novembro de 2006, com a finalidade de planejar e propor medidas necessárias, tendo em vista a postulação do Brasil para sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Para alcançar esse objetivo torna-se necessária a participação de várias áreas do Governo e da sociedade, para propiciar as condições que atendam os requisitos definidos pela Federação Internacional de Futebol (Fifa).

O Programa Esporte e Lazer da Cidade, que tem como um de seus objetivos garantir o direito ao acesso de qualidade a políticas públicas de lazer e de esporte, já atendeu 1,58 milhão de pessoas, capacitou mais de 6.000 agentes comunitários de esporte e lazer e gerou emprego e renda para 6.270 pessoas. Em 2006, esse Programa, no segmento de investimentos na infra-estrutura para esporte recreativo e lazer, implantou ou modernizou cerca de 1.500 espaços esportivos. A ação Funcionamento de Núcleos de Esporte e de Lazer, possibilitou o acesso a políticas públicas de esporte e lazer a cerca de 800.000 pessoas, das diversas faixas etárias, em 483 núcleos de 150 Municípios.

Para 2007, a previsão é de atender mais de 3,5 milhões de pessoas, por intermédio de Núcleos de Esporte e Lazer e Vida Saudável, em todos os estados da União e no Distrito Federal. No âmbito do Programa de Reinserção Social, a ação Pintando a Liberdade teve um incremento, passando de 16 unidades de produção de materiais esportivos, em 2003, para 89, em 2006, atingindo todos os Estados e outros países como Angola e Moçambique, produzindo mais de dois milhões de itens. Além de contribuir com a ressocialização e profissionalização dos detentos do sistema carcerário brasileiro, foi criada a ação Pintando a Cidadania, que possibilitou a produção de 1.205.400 itens de materiais esportivos, beneficiando 1.781 pessoas que residem em comunidades pobres e em situação de risco social, promovendo a inclusão social desses indivíduos e proporcionando-lhes uma renda mensal. Para 2007, está estimada a confecção de 1.800.000 itens, com a implantação de mais oito Núcleos em comunidades carentes, além da confecção de 150 mil kits de jogos de xadrez (tabuleiro e peça de xadrez), para atender as escolas públicas.

A Bolsa Atleta, que possibilita apoio financeiro a atletas de várias categorias, para a manutenção pessoal mínima, buscando dar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e competições, contemplou, até 2006, dois mil atletas. Esse foi um passo firme, que deve começar a refletir nos resultados das grandes competições dos próximos anos. Ainda no âmbito do esporte de alto rendimento, foram implantados dois Centros Regionais de Treinamento, na região Norte, em Manaus (AM), e na região Centro-Oeste, em Brasília (DF), que estão resgatando o desenvolvimento do esporte de competição nessas regiões, possibilitando aos atletas locais um espaço público com atendimento integral, composto pelas áreas esportiva, médica, científica e com apoio de moradia, alimentação e escola. A meta é implantar um Centro em cada região geográfica nos próximos quatro anos.

Passo importante do Governo atual, no âmbito das competições estudantis, foi o relançamento e o fortalecimento dos jogos nacionais, após regulamentação da Lei que destina parte dos recursos para o esporte escolar e universitário e que elevou o nível técnico, o número de participantes, a visibilidade e a qualidade da organização dessas competições, hoje, Olimpíadas Escolares



e Olimpíadas Universitárias. Em 2006, houve a participação de 6.000 crianças nas Olimpíadas Escolares e 3.000 estudantes nas Olimpíadas Universitárias

A chamada Timemania, foi aprovada no Congresso e resultou na Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006. Essa Lei contribuirá para o realinhamento fiscal de clubes endividados e, sobretudo, significa a retomada da capacidade de investimento e de financiamento no futebol. Assim, espera-se que as políticas para o Esporte continuem, em 2007, a ser implementadas com a mesma prioridade que lhes foi atribuída nos últimos quatro anos.

10. Energia – Luz para Todos

O Programa Luz para Todos alcançou a marca de cinco milhões de pessoas beneficiadas. Somente em 2006, levou energia elétrica, gratuitamente, para 2,5 milhões de pessoas em todo o País. Dentre eles, foram beneficiados cerca de 435 mil assentados, 40 mil remanescentes de quilombos e 15.400 índios. Em 2006, foram assinados contratos de financiamento e subvenção compreendendo recursos da ordem de R\$ 2,96 bilhões, totalizando R\$ 5,97 bilhões no período 2004/2005/2006.

As famílias atendidas, em sua maioria de trabalhadores rurais, vivem da produção e comercialização de produtos rurais, de leite e seus derivados, da criação de peixes ou da agricultura de subsistência. Com o Luz para Todos, passaram a utilizar sistemas de irrigação, resfriadores de leite e refrigeradores para a conservação de pescados, o que proporcionou aos Centros Comunitários de Produção (CCP) iniciarem atividades produtivas no País.

Desde o início das obras, o Programa já utilizou 2,16 milhões de postes, 325 mil transformadores e 407 mil km de cabos. O segmento de eletrodomésticos tem sido incrementado com a chegada do Programa nas comunidades. Deverão ser atendidas, em 2007, cerca de 2,5 milhões de pessoas, buscando atingir a meta proposta de acabar com a exclusão elétrica no País até 2008.

11. Inclusão Digital

Com vistas à redução do número de brasileiros excluídos do acesso à rede mundial de computadores, o Governo tem dado continuidade às ações que permitem ampliar a promoção do conhecimento.

Como parte das iniciativas que visam incrementar a inclusão digital, merece destaque, no ano de 2006, o aumento expressivo na oferta de equipamentos de informática a telecentros comunitários, por meio da criação de uma rede nacional de acondicionamento e doação de computadores descartados pela Administração Pública Federal, no Projeto Computadores para Inclusão. A este Projeto está vinculada a formação de jovens em atividades de montagem e manutenção, a partir da atuação como aprendizes em Centros de Acondicionamento de Computadores (CRC), em parceria com o Programa Nacional de Primeiro Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego.

O foco das iniciativas de implantação de espaços públicos de inclusão digital em 2006 foi a formação de multiplicadores locais, o que permitiu uma rica troca de experiências em rede e também em inúmeros eventos presenciais, como os Encontros de Conhecimentos Livres dos Pontos de Cultura e a 5ª Oficina para a Inclusão Digital, fórum nacional do tema que se consolida como espaço de diálogo entre Governo e sociedade civil organizada.

Todas as informações sobre as ações de Inclusão Digital estão reunidas no portal www.inclusaodigital.gov.br, lançado em 2006, que mantém num único endereço links, notícias, eventos e materiais de referência a respeito do tema, facilitando o acesso de cidadãos, pesquisadores e gestores públicos a um conjunto de conteúdos em permanente atualização. O portal faz parte das ações do Observatório Nacional de Inclusão Digital, conduzido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Comitê Técnico da área para o acompanhamento, articulação e avaliação das iniciativas em andamento.

12. Justiça e Segurança Pública

Objetivando ampliar a justiça e a cidadania no País, foi priorizada uma série de medidas destinadas a fortalecer as instituições democráticas, assim como a implantação do Sistema Único de Segurança Pública, a efetivação do Sistema Penitenciário Nacional, o desarmamento, o combate à pirataria e promoção de ações de cidadania e justiça.

a) Reconstrução da Institucionalidade

Refletindo a prioridade para a Segurança, foi promovido pelo Governo um considerável incremento da dotação orçamentária do Departamento de Polícia Federal (DPF), acompanhado de esforços de reconstrução e fortalecimento dessa instituição. Esse trabalho vem contribuindo para que o DPF cumpra com mais eficácia seu papel institucional e se projete de maneira cada vez mais positiva na sociedade. O montante de recursos financeiros aplicados no DPF, em 2006, foi de aproximadamente R\$ 600 milhões, cerca de 77,0% a mais em relação aos recursos aplicados em 2002. O quadro de pessoal da DPF está sendo recomposto, passando de 9.289, em 2002, para 15.000 em 2007, ao mesmo tempo em que foram reestruturadas a remuneração e o Plano de Cargos da instituição, com aumentos de 5% em média nos últimos três anos para policiais e 14% para servidores administrativos.

A recomposição do quantitativo de recursos humanos pertencente aos quadros dessa instituição passará de 9.289, em 2002, para 15.000, em 2007. Os salários dos policiais aumentaram, em média, 58% nos últimos três anos. O aumento dos servidores administrativos no mesmo período foi de 141%. Não se trata de mera contratação de pessoal e simples aumento de salário, mas da estruturação legal de um plano de cargos para a instituição.

Com a inauguração da nova sede do Instituto Nacional de Criminalística (INC), a Polícia Federal passou a contar com laboratórios que a colocam entre as melhores polícias do mundo em matéria de polícia técnico-científica. Entre os diversos laboratórios presentes no INC estão os de Genética Forense, Balística Forense, Geoprocessamento, Geofísica Forense, Perícia de crimes contra a Fauna e Flora, Perícia em Gemas, Engenharia, Laboratório de Química Legal, Informática, Documentoscopia, Audiovisual e Eletrônicos, e Perícias Contábeis e Econômicas.

Merece destaque a implementação do sistema AFIS Criminal, que serve como base nas ações de identificação criminal do Brasil, por estar integrado ao Sistema Nacional de Identificação, permitindo a elucidação de diversos crimes que antes ficavam impunes pela inexistência da prova científica. Em 2006, o DPF investiu, também, em equipamentos de telecomunicação, com a aquisição de estações fixas e táticas (móveis) do Tetrapol (sistema digital, criptografado), além de 2.000 aparelhos portáteis. A infraestrutura do Tetrapol servirá de base tecnológica do sistema de radiocomunicação dos órgãos de segurança pública nos Estados, permitindo transmissão de voz e dados de forma segura, criando as bases para a integração das polícias estaduais à Polícia Federal e Rodoviária Federal. Por essas razões, os avanços em tecnologia de ponta atendem não apenas à Polícia Federal, mas se



constituem também na base tecnológica do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

O DPF adquiriu cerca de 6.000 novas armas e veículos para transporte por todos os meios. No que se refere à infra-estrutura imobiliária, foi ampliado o número de unidades descentralizadas, sendo instaladas nove delegacias em pontos estratégicos. Também foram reformadas mais de 40 unidades, entre superintendências e delegacias, e entregues quatro novas sedes, o que possibilitou o recebimento dos novos equipamentos e incremento de pessoal.

No que tange à Polícia Rodoviária Federal (DPRF), em 2006, foram admitidos mais 895 policiais rodoviários, por meio de concurso público, o que possibilitou um aumento da fiscalização e atuação mais efetiva no combate à criminalidade, devido ao incremento desses policiais nos postos de fiscalização, ampliando a presença da polícia ostensiva da União.

Na área de tecnologia, foi concluída a instalação do sistema de telecomunicações em todos as unidades operacionais da DPRF, permitindo aos postos se conectarem à sua rede, à Internet e aos mais diversos bancos de consulta, como o Infoseg, o que garantiu maior agilidade nas operações, gerando maior segurança aos usuários. Destaca-se, ainda, a aquisição de 113 viaturas, 256 etilômetros e 53 radares fotográficos, que possibilitarão uma fiscalização mais efetiva nas rodovias federais.

Em 2006, foram realizadas 779 operações especiais de combate ao crime nas rodovias federais, tendo como resultado a apreensão de três toneladas de cocaína, 44 toneladas de maconha e a destruição de mais de 250.000 pés de maconha, além da apreensão de 1.386 armas de fogo. Nas operações de combate aos crimes ambientais, foram recuperados mais de 13.000 animais silvestres e apreendidos mais de 250.000 m³ de madeira. No combate a exploração de crianças e adolescentes, destaca-se o encaminhamento de 304 crianças/adolescentes vítimas de crimes aos conselhos tutelares/delegacias e a detenção de 208 pessoas envolvidas nestes crimes.

Como perspectivas para 2007, destacam-se a construção da nova Sede do DPRF, a implantação do projeto de Talão Eletrônico de Multas, do Ensino a Distância na PRF e a ampliação dos mecanismos de participação social.

b) Implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)

O objetivo do SUSP é a integração de esforços do Governo Federal com as instituições de segurança pública dos Estados, visando à redução da criminalidade e violência. A coordenação do SUSP nos Estados e no Distrito Federal é efetivada pelo respectivo Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública (GGI). Atualmente, todos os Estados já estão com seus gabinetes em funcionamento, permitindo a coordenação das ações do SUSP. Ações integradas vêm sendo desenvolvidas nos Estados do Ceará, da Paraíba, do Mato Grosso, de Sergipe, de Roraima, de Tocantins, do Amazonas e no Distrito Federal, com especial atenção ao combate à prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes, à prevenção ao uso de drogas, à polícia comunitária, aos conflitos agrários e ao combate à pirataria.

Valorizando a informação como principal ferramenta de ação policial, três sistemas de informações foram criados: o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, o Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade e o Sistema de Monitoramento da Implantação do SUSP. O monitoramento constante da situação da segurança pública no País, agregado ao imenso volume de informações gerenciadas por tais sistemas visa a permitir não só a

avaliação e divulgação dos resultados alcançados, como também o amadurecimento das políticas de segurança pública, criando subsídios ao seu aperfeiçoamento.

Seguindo o objetivo de promover maior integração entre os órgãos de segurança pública, foi criada a Força Nacional de Segurança Pública, que é um grupo de elite inspirado na atuação das forças de paz da ONU. Controlada pelo Governo Federal, a Força Nacional atua em situações de calamidade, casos de crise aguda nos Estados e em eventos que exijam reforço na segurança, mediante requisição pelos governos Estaduais ao Governo Federal, ficando sob o comando do solicitante e respeitando, assim, o princípio da não-intervenção.

Formada por policiais de todo o País, a Força Nacional tem o importante papel de estimular a solidariedade federativa, bem como acabar com o problema das fronteiras internas, que dificultam a cooperação entre as polícias Estaduais e geram conflitos de jurisdição, favorecendo a atuação desmedida de grupos criminosos.

Em 2006, a Força foi requisitada pelo Governo do Estado do Mato Grosso do Sul para apoiar o policiamento local após uma série de rebeliões nos presídios de: Campo Grande, Dourados, Corumbá, Amambai, Mundo Novo, Três Lagoas e Pontaporã. O mesmo aconteceu no Espírito Santo, quando a Força se deslocou a pedido do Estado para apoiar o policiamento local em rebeliões no Complexo Penitenciário de Viana. Em 2006, foram realizados investimentos na compra direta de equipamentos que serão alocados em atividades de treinamento da Força Nacional. Deve ser destacado, também, que o Governo editou no último dia 14 de janeiro, a Medida Provisória nº 345, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública, representando, assim, um relevante instrumento para regular as ações conjuntas com o Estado na área de segurança pública.

Foram formados, em 2006, 7.991 Policiais e Bombeiros Militares de todo o País. A previsão é que, até junho de 2007, a Força Nacional tenha 10.000 integrantes aptos a atuar em qualquer ponto do território nacional e, especialmente, na segurança dos Jogos Pan-americanos. Nesse sentido, encontra-se funcionando no Rio de Janeiro desde fevereiro de 2006 a Coordenadoria das Ações de Segurança Pública dos Jogos Pan-Americanos, estabelecida pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) e apoiada em três eixos (segurança operacional, inteligência e logística). A Coordenadoria conta com um Centro de Controle Operacional de Programas Especiais voltado ao desenvolvimento de projetos sociais na busca da integração da sociedade carioca, principalmente das comunidades carentes, com os jogos. É o caso, por exemplo, do Guia Cívico, iniciativa que está formando 10.500 jovens de 149 comunidades carentes para atuarem nos jogos. O Governo deverá investir cerca de R\$ 385 milhões na segurança dos Jogos, o que beneficiará a segurança pública do Rio de Janeiro, inclusive após a realização desse evento. Em 2006, os Corpos de Bombeiros receberam um tratamento especial no SUSP. O Governo apoiou o planejamento estratégico do emprego de bombeiros, evento que contou com todas as corporações estaduais. Merecem destaque nesse plano as medidas relacionadas à implementação do Protocolo de Quioto, aumento do fluxo turístico no País e o aproveitamento racional da biodiversidade.

Outra ação que corrobora para a integração do SUSP é o Infoseg, ferramenta que permite a integração entre os sistemas dos órgãos que compõem as polícias, a justiça e os órgãos de fiscalização, integrando os bancos de dados e permitindo um efetivo compartilhamento das informações entre os estados e os órgãos federais. A Rede já disponibiliza informações sobre narcotráfico, inquéritos policiais, processos judiciais criminais e mandados de prisão, além dos dados cadastrais e imagens de condutores e de veículos, como dados de proprietários, condutores, multas. As informações sobre armas de fogo do DPF – Sistema Nacional de Armas (SINARM) e do Exército Brasileiro (SIGMA), também estão disponíveis aos usuários. Os acessos às informações do Infoseg



passaram de quatro milhões, em 2004, para quase 18 milhões em 2006. Já no aspecto de formação profissional, merece destaque a Renaesp, que credencia Instituições de Ensino Superior (IES) para realização de cursos de especialização de gestão em Segurança Pública, e a Rede de Educação a Distância para Segurança, que promove educação continuada para os profissionais de segurança pública. A Renaesp beneficia cerca de 1.600 profissionais, anualmente, por meio das Instituições de Ensino Superior. Já a Rede de Educação a Distância para Segurança beneficiou cerca de 32.000 profissionais, até o mês de dezembro de 2006.

Em consonância com a diretriz de promoção dos Direitos Humanos, a Senasp promoveu a criação da Escola Itinerante de Altos Estudos em Segurança Pública (Escopol), onde o policial assume o papel de protagonista, agregando uma qualificação humanística à formação no sentido de provocar uma reflexão sobre as técnicas de atuação utilizadas em suas atividades. No mesmo sentido, a Senasp realizou a Jornada dos Direitos Humanos com vistas à mobilização de lideranças multiplicadoras da cultura dos direitos humanos no contexto da segurança pública. No evento foram formados 2.480 líderes.

O Governo tem adotado a forma de compra direta de equipamentos, repassando-os às diversas Unidades da Federação. Com isso, um volume maior de equipamentos é negociado, o que reduz o custo unitário dos produtos. Além disso, verifica-se uma padronização dos equipamentos enviados às polícias brasileiras. Em 2003, houve a aquisição direta no valor de mais de R\$ 18 milhões. Em 2005, esse valor já era de quase R\$ 130 milhões e, em 2006, visando os jogos Pan-Americanos, foram investidos R\$ 150,8 milhões em aquisições de aeronaves, veículos, equipamentos de Bombeiros, Força Nacional, Polícias Cíveis e Militares.

Para 2007, o Governo planeja a realização de ações que consolidem o SUSP, objetivando a integração das instituições de segurança pública, a democratização e a participação da sociedade e do Estado no combate à violência e à criminalidade. Dentre essas ações destacam-se: (i) o investimentos na formação e valorização profissional; (ii) o investimentos na gestão de conhecimento e informações criminais, de segurança pública e justiça criminal; (iii) a reorganização das instituições policiais, por meio da criação de uma Lei Orgânica para as polícias cíveis, implementação de estrutura organizacional padronizada para todo o País; (iv) a segurança dos Jogos Pan-americanos, em 2007; e (v) a consolidação de um sistema nacional de indicadores de desempenho policial e realização da primeira Pesquisa Nacional de Vitimização.

c) Criação do Sistema Penitenciário Federal

Em 2004, o Governo, por intermédio do Ministério da Justiça, iniciou a implementação do Sistema Penitenciário Federal, que será composto por cinco penitenciárias de segurança máxima, operadas por corpo funcional próprio, com a finalidade de abrigar presos de alta periculosidade e desarticular o crime organizado nos sistemas penitenciários locais. O sistema é constituído por cinco estabelecimentos de segurança máxima, totalizando 63 mil m² de área construída e 1.000 celas individuais, abrangendo várias regiões do País. Duas penitenciárias foram inauguradas em 2006: a de Catanduvas/PR, já em pleno funcionamento, e a de Campo Grande/MS. As unidades de Mossoró/RN e de Porto Velho/RO estão em fase de obras, devendo ser inauguradas em junho e dezembro de 2007, respectivamente. A quinta e última Penitenciária Federal será construída na região Sudeste e deverá entrar em operação em 2008.

c.1) Política Penitenciária

Além da construção das penitenciárias federais, em 2006, foram conveniadas 6.682 novas vagas nos sistemas penitenciários locais, refletindo uma sólida política de financiamento aos Estados, baseada em critérios que consideram as realidades regionais.

Registrem-se, ainda, iniciativas voltadas para o fomento da aplicação de penas e medidas alternativas, contribuindo para atenuar o problema da superlotação. No período 2003/2006, houve um crescimento exponencial: em 2002, 21.560 pessoas cumpriam penas ou medidas alternativas; ao final de 2006, a estimativa é de cerca de 170.000. Esses números – elevação de quase 700% em quatro anos – denotam o sucesso da política de expansão e de aceitação e reconhecimento das penas e medidas alternativas perante os órgãos da execução penal e junto à sociedade em geral. Com relação ao Sistema de Informações Penitenciárias (Infopen), durante 2006 os esforços se concentraram na implantação de dois módulos: estatística e gestão. O destaque do ano foi a utilização do módulo estatística no sistema, que alcançou 100% de adesão.

d) Desarmamento

A Campanha do Desarmamento foi muito importante para a redução do número de armas em poder da população, visto que, à época foram entregues 460.000 armas de fogo, impactando na redução do número de homicídios, conforme dados do Ministério da Saúde. Em 2003, foram praticados 40.085 homicídios com arma de fogo; em 2004, o número diminuiu para 36.119 e, em 2005, para aproximadamente 34.300. Uma redução significativa se observamos que o número de homicídios por arma de fogo vinha aumentando a cada ano antes da Campanha do Desarmamento. Os dados de 2006 ainda não foram totalizados, mas há uma perspectiva de continuidade na diminuição do número de homicídios.

Em dezembro de 2006, foi lançada oficialmente a campanha para o recadastramento de armas de fogo registradas nas secretarias de segurança pública dos Estados. De acordo com a Lei nº 10.826, de 2003, toda as armas deverão ser registradas na Polícia Federal, até 02 de julho de 2007. Atualmente, há no SINARM um total de quatro milhões de armas registradas nos órgãos estaduais e que precisam ser recadastradas. Os cidadãos que possuem armas legalmente têm de recadastrá-las ou entregá-las à Polícia Federal, mediante indenização. Estima-se que de 40% a 50% dos proprietários de armas não terão interesse no recadastramento ou não vão conseguir preencher os requisitos exigidos pela lei, o que resultará na redução do número de armas em poder da população.

e) Plano Nacional de Combate à Pirataria

A pirataria é um crime transnacional complexo com repercussão mundial, gerenciado por máfias internacionais ligadas ao crime organizado e, por isso, fortemente relacionado com outros delitos – como a lavagem de dinheiro, o narcotráfico e o tráfico de armas e munições. O combate a esse crime não pode prescindir de uma forte atuação do Estado. Conforme informações da Interpol, a pirataria se tornou o crime mais lucrativo do mundo, movimentando anualmente US\$ 516 bilhões, contra US\$ 322 bilhões do tráfico de drogas.

No Brasil, a pirataria implica riscos à imagem do País no cenário internacional, e no interno, implica riscos à economia, à saúde e à segurança dos consumidores, inviabilizando a geração de estimados dois milhões de empregos formais ao ano, além de provocar perdas fiscais anuais, associadas à comercialização de produtos piratas, da ordem de aproximadamente R\$ 27 bilhões.

O Plano Nacional de Combate à Pirataria assume o pressuposto de que o combate à pirataria deve envolver uma ampla articulação de forças voltada à adoção de medidas que ataquem o problema, o qual, por sua complexidade, deve ser considerado tanto sob o ângulo da contenção da oferta de produtos piratas (repressiva), quanto pelo ângulo educacional e econômico (preventivo), em ações que se destinam a conter a demanda.



No aspecto repressivo, o ano de 2006 foi caracterizado pelos trabalhos integrados, realizados nos portos, aeroportos, fronteiras e rodovias federais, envolvendo a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Receita Federal. As operações tiveram como resultado uma apreensão recorde de produtos, entre eles 5,4 milhões de CDs e DVDs, 1,7 milhão de pacotes de cigarros, 220 mil produtos eletrônicos e 198 mil caixas de medicamentos. Em destaque, cita-se o início das atividades da nova aduana, construída ao lado da Ponte da Amizade, que funcionará ininterruptamente e terá uma estrutura capaz de fiscalizar 100% dos veículos e pedestres que retornarem de Ciudad Del Leste, no Paraguai, e da mesma forma, a operação I-Commerce, deflagrada em 16 de outubro de 2006, que teve por objetivo combater o comércio ilegal pela Internet. Preventivamente, foram desenvolvidos esforços conjuntos entre a iniciativa privada e o Poder Público, capacitando agentes públicos a fim de que estes identifiquem facilmente um produto falsificado e tenham um domínio sobre as características e demais informações que o cercam. As ações implementadas no País têm alcançado destaque internacional, tendo o presidente do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, recebido, em 2006, o Primeiro Prêmio Anual da Motion Picture Association (MPA) por combate exemplar à pirataria de obras audiovisuais, em Miami, Estados Unidos. Objetivando uma maior atuação e êxito, apresentam-se como perspectivas, para 2007 e próximos exercícios, o desenvolvimento de campanhas educativas que tornem o consumidor um dos protagonistas na luta contra a pirataria; a implementação de políticas econômicas que desestimulem o consumo de produtos piratas tornando os produtos originais mais acessíveis e condizentes com a realidade socioeconômica do País; uma maior integração entre os Estados e Municípios, e os seus respectivos órgãos de atuação contra o crime; e a criação de um banco de dados estatístico oficial sobre a pirataria no Brasil.

f) Cidadania e Justiça

f.1) Reforma do Poder Judiciário e Legislação Infraconstitucional

Dos 26 projetos de lei que compõem a reforma infraconstitucional encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, em 15 de dezembro de 2004, seis já foram transformados em lei. Trata-se de uma prioridade do Governo, para acelerar a tramitação de processos, racionalizar o sistema de recursos judiciais e inibir a utilização da Justiça com fins meramente protelatórios.

Destacam-se, entre outras, as leis, sancionadas em 2006, que criaram a súmula impeditiva de recursos (Lei nº 11.276, de 2006); a que racionaliza o julgamento de processos repetitivos (Lei nº 11.277, de 2006); e a que altera o processo de Execução no Código de Processo Civil, agilizando o procedimento para o cumprimento da sentença (Lei nº 11.382, de 2006).

f.2) Modernização da Justiça

O Governo promoveu, em dezembro de 2006, a terceira edição do Prêmio Innovare, que tem como principal objetivo identificar, premiar, sistematizar e disseminar as práticas pioneiras e bem-sucedidas de gestão do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, que estejam contribuindo para a desburocratização e eficiência dos serviços da Justiça. A Comissão Executiva recebeu, em 2006, 150 inscrições de 24 Estados, das quais foram premiados cinco projetos que apresentaram práticas inovadoras e de relevância para a modernização e eficiência da Justiça.

Foram realizados, ainda, eventos de extrema importância, que mobilizaram diversos segmentos em áreas estratégicas, abordando temas como "Estabilidade Econômica e o Judiciário", "XV Conferência de Ministros de Justiça de Países Ibero-Americanos" e



"Penhora *on-line* de Veículos", sendo que este último prevê o desenvolvimento e a implementação do Renajud, sistema que integra o Poder Judiciário e o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), possibilitando ao magistrado bloquear a transferência de um veículo pela Internet, em tempo real, aumentando a eficiência das decisões judiciais e de inviabilizar a prática de condutas fraudulentas, ao mesmo tempo em que simplificará o procedimento para o Poder Público.

f.3) Controle de Estrangeiros – Acordos Internacionais e Refugiados

Foi desenvolvida uma política migratória voltada para a garantia dos direitos fundamentais do migrante, que estabelece a reciprocidade de tratamento dos mais de quatro milhões de emigrantes brasileiros no exterior. Ao final de 2006, o Brasil assinou acordos de cooperação bilateral com Argentina e Uruguai. O acordo facilita o visto de permanência e prevê a regularização da situação dos brasileiros nesses países, bem como da de uruguaios e argentinos no Brasil. A principal perspectiva em 2007, é a elaboração da proposta do novo Estatuto do Estrangeiro.

f.4) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica

No plano nacional, o Governo implantou o Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), que integra em rede as ações e informações da Defesa do Consumidor de todo o País, constituindo uma base de dados de todas as demandas de consumidores apresentadas perante os Procons, tornando-se uma ferramenta fundamental para desenvolvimento e implementação de políticas públicas. Atualmente, 22 Estados estão conveniados e, dentre esses, 18 já possuem sistema totalmente implantado.

Também nessa área, em 2006, foi lançado o Guia de Orientação e Defesa do Segurado, com o objetivo de divulgar, em linguagem simples e didática, informações básicas sobre seguros, previdência complementar aberta e capitalização.

Para 2007, está prevista uma série de ações, destacando-se a continuidade do trabalho para inclusão dos Procons Municipais no Sindec; a realização de novas parcerias para inclusão de outros importantes agentes no Sindec, tais como o Ministério Público, as Defensorias e as entidades civis organizadas; e o fortalecimento da política externa de defesa do consumidor, em parceria com os países da América Latina.

13. Prevenção quanto ao Uso de Drogas

O consumo de drogas tem se mostrado um dos mais complexos e inquietantes fenômenos de nossos tempos, exigindo que o Governo e a sociedade partilhem a responsabilidade na busca de alternativas que levem à sua melhor compreensão e abordagem. A construção da agenda governamental para responder a esse desafio, foi fundamentada pela integração das políticas setoriais com a política nacional sobre drogas, a descentralização das ações e o estabelecimento de parcerias com a comunidade científica e organizações sociais voltadas ao tema.

Uma completa revisão dos marcos políticos e legais sobre o assunto foi iniciada em 2003. Como resultado, o Brasil é detentor de uma Política Nacional Sobre Drogas, realinhada com a ampla participação da sociedade em articulação com órgãos dos três níveis de governo; e uma nova lei que suplanta, de forma realista e pragmática, uma legislação com 30 anos de existência, desatualizada e desvinculada dos progressos da ciência e das transformações sociais.

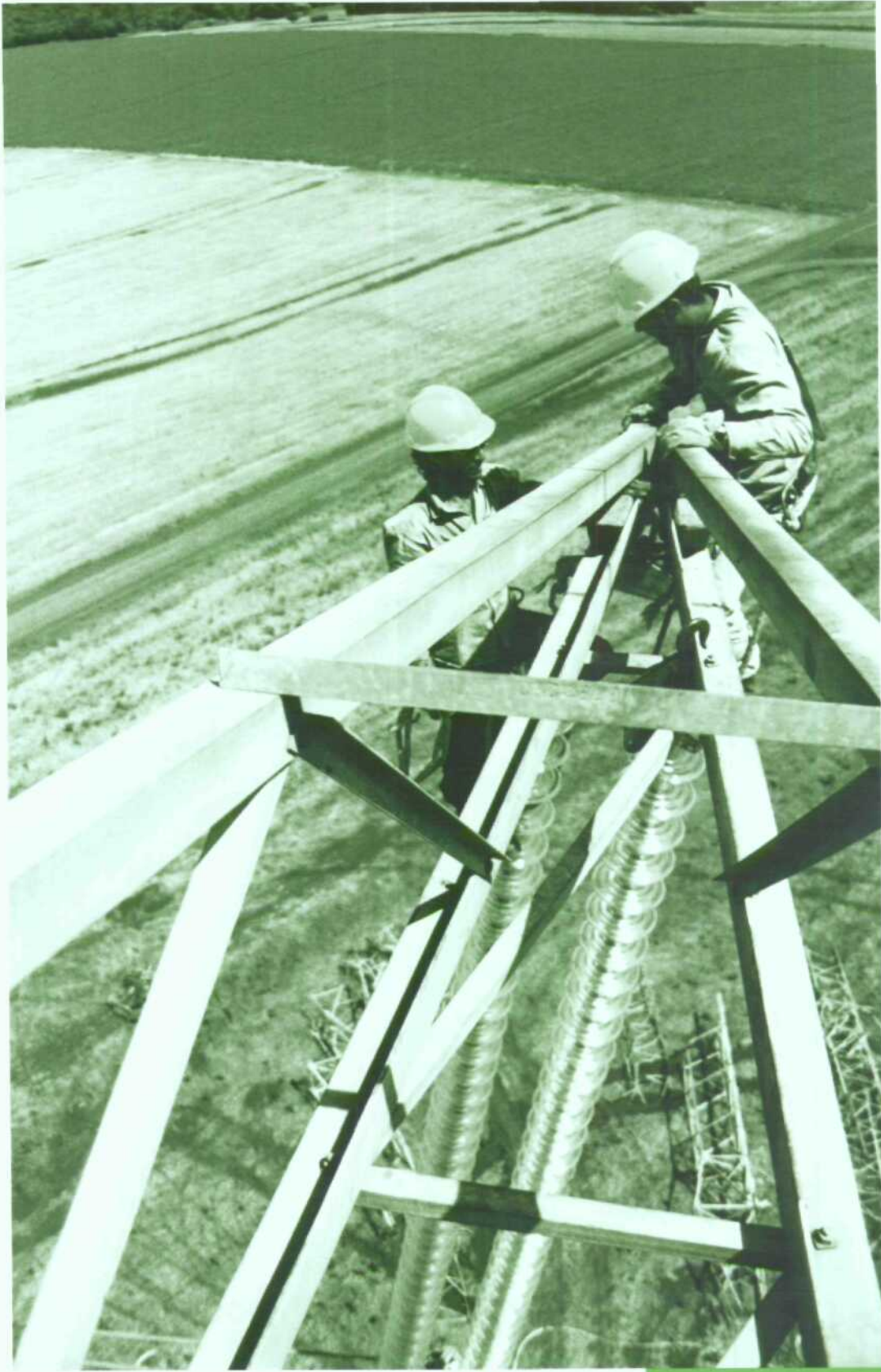


Esses dois instrumentos, resultantes da sintonia entre os Poderes da República e a sociedade, colocam o Brasil numa posição de vanguarda e facilitam a implementação da estratégia de Governo, definida em três eixos de atuação, articulados e coordenados pela Secretaria Nacional Antidrogas. As ações emanadas destes eixos permitiram, no período 2003/2006, a realização de um diagnóstico situacional sobre o consumo de drogas, seu impacto nos diversos domínios da vida da população e as alternativas existentes; a capacitação dos atores sociais que trabalham diretamente com o tema e também de multiplicadores de informações de prevenção; e a implantação de projetos estratégicos, de alcance nacional, que ampliam o acesso da população às informações, ao conhecimento e aos recursos existentes na comunidade.

Uma revisão completa dos marcos políticos e legais sobre o assunto foi concluída em 2006, e o País passou a ser detentor de uma política nacional sobre drogas, concebida com ampla participação da sociedade em articulação com órgãos dos três níveis de Governo, traduzida na Lei nº 11.343/2006.

O Governo Federal assinou em dezembro de 2005 um acordo de cooperação horizontal com a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (Cicade) da Organização dos Estados Americanos (OEA), para coordenar três projetos, dois deles em implantação em 2006:

- a) curso de Especialização em Pesquisa sobre Álcool e outras Drogas, envolvendo 30 países da América Latina e cinco Africanos;
- b) realização de estudo piloto multicêntrico sobre drogas, mulheres e violência, envolvendo 23 universidades de 12 países, com a participação de cinco universidades brasileiras; e
- c) em 30/11/2006, o Brasil foi eleito por aclamação Presidente da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (Cicad) da Organização dos Estados Americanos (OEA).



IV - INFRA-ESTRUTURA

2007

1. Minas e Energia

Em 2006, o Brasil atingiu a auto-suficiência em petróleo e foi proposta uma nova política de exploração e produção do gás natural. Também em 2006, foi concluída a transição para o novo Modelo do Setor Elétrico, com a contratação de energia pelas empresas distribuidoras até o ano de 2010. Na área de geologia e mineração, foram obtidos avanços no planejamento e na formulação de políticas setoriais.

As políticas de promoção da inclusão social e econômica ligadas ao setor também atingiram metas importantes. Programas como o Luz para Todos, Produção e Uso do Biodiesel e de Incentivo à Indústria Nacional de Bens e Serviços para os Setores de Petróleo e Gás Natural (*Prominp*), melhoraram a qualidade de vida e geraram emprego e renda para milhões de brasileiros, principalmente em zonas rurais.

Em relação ao setor energético, o Governo, após ter enfrentado o desafio de reorganizar institucionalmente esse segmento, atingido por uma perspectiva de explosão tarifária, de alto grau de endividamento das empresas, de inadimplência generalizada, de obras paralisadas e de desestímulo aos investimentos, conseguiu retomar o planejamento setorial. Esse fato se deu por meio dos Estudos de Planejamento da Expansão do Setor Energético, que resultaram na publicação do Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2006-2015 e na elaboração dos estudos de planejamento do Plano Nacional de Energia de Longo Prazo (PNE) 2030 e da Matriz Energética 2030.

As perspectivas para o ano de 2007 são de continuidade e consolidação das políticas de reestruturação e expansão do setor energético, bem como o fortalecimento do setor mineral.

a) Garantindo Energia a partir do Novo Marco Regulatório para o Setor Elétrico

a.1) Leilão de Geração

Os resultados do esforço recente para implementação do novo modelo estão esboçados nos leilões de geração de energia e de novas linhas de transmissão. Na geração, foram realizados três leilões de energia, em 2006, sendo comercializados 2.980 MW médios. No leilão realizado em 29 de junho de 2006, para o fornecimento de energia a partir de 2009, foram negociadas 356,3 milhões de MWh e movimentados cerca de R\$ 45,6 bilhões. No leilão realizado em 10 de outubro de 2006, foi contratada toda a demanda das distribuidoras até 2011, e movimentados recursos na ordem de R\$ 27,7 bilhões. Já no leilão realizado em 14 de dezembro de 2006, o total de energia transacionado foi de 14,3 milhões de MWh, no valor de cerca de R\$ 1,49 bilhão.

a.2) Leilão de Novas Linhas de Transmissão

Na transmissão, dois leilões foram realizados, perfazendo 3.291 km de linhas. O primeiro, realizado em 24 de novembro de 2006, teve um deságio de 51,13%, tendo sido leiloados cinco lotes. A Eletrobrás, por intermédio da Chesf, arrematou o Lote E, que compreendia a linha de transmissão Funil – Itapebi em 230 kV, no valor de R\$ 8,7 milhões. No segundo, realizado em 15 de dezembro de 2006, foi registrado um deságio médio de 49,4%. A licitação envolveu a oferta de seis lotes, formados por 10 linhas e três subestações, perfazendo um total de 1.033 km. A Chesf arrematou os lotes D e E, compostos pelas linhas de transmissão

Ibicoara – Brumado, 230 kV, com 105 km (Lote D), Picos – Tauá e Paraíso – Açú II, ambas em circuito simples de 230 kV, com uma extensão total de 315 km (Lote F).

b) Expansão do Setor Energético

b.1) Expansão da Geração

A potência instalada em todas as usinas geradoras de energia elétrica no Brasil totalizou, no final de 2006, 104.464 MW, incluindo a importação. Nos últimos quatro anos, ocorreu um incremento de potência ao sistema elétrico brasileiro de 18,3%, correspondente a 16.150 MW, sendo 14.610 MW em novas usinas e 1.540 MW decorrentes de ajustes em repotenciações e desativações de usinas existentes. No ano de 2006, houve um acréscimo de 3.835 MW, sendo 2.595 MW em fontes hidrelétricas, 1.132 em termelétricidade e 108 MW em eólicas. Merecem destaques no ano de 2006 a UHE Tucuruí que acresceu mais 375 MW de potência instalada ao sistema, UHE Barra Grande, com 465 MW, UHE Peixe Angical, com 483 MW, UHE Irapé, com 360 MW, a UHE Capim Branco I, com 240 MW, as UTEs Cristiano Rocha, Jaraqui, Manauara, Ponta Negra e Tambaqui, que juntas ampliaram a capacidade instalada de Manaus em 423 MW, além dos parques eólicos de Osório e Sangradouro.

O parque gerador brasileiro contava, no final de 2006, com 1.582 empreendimentos, dos quais 628 hidrelétricas (472 pequenas centrais hidrelétricas, 156 hidrelétricas de médio e grande porte), 952 usinas termelétricas, duas usinas termonucleares.

Em 2007, está prevista a entrada em operação de mais 5.700 MW, incluídos 750 MW da usina de Tucuruí e 1.400 MW das duas unidades adicionais da usina de Itaipu. Até 2010, a capacidade instalada total do sistema elétrico brasileiro deverá atingir cerca de 112.500 MW.

b.2) Expansão da Transmissão

A extensão total do sistema de transporte de energia elétrica alcançou, no final do ano de 2006, a marca de 90.265 km, sendo 86.205 km correspondente ao Sistema Interligado Nacional (SIN), 1.448 km nos sistemas isolados e 2.612 km no sistema de conexão da UHE Itaipu. Entre 2003 e 2006, foram implementados cerca de 14.000 km de linhas de transmissão, com incremento de 18,9% em relação a 2002. Esse importante crescimento no sistema de transmissão proporcionou uma maior integração dos subsistemas elétricos, ampliando a capacidade de transferência de energia elétrica entre as regiões, aproveitando a diversidade hidrológica do País, e garantindo as condições necessárias para o suprimento de energia com a qualidade e a confiabilidade requeridas pela sociedade.

Entre as obras de transmissão, realizadas no período 2003/2006, destacam-se as ampliações e implantações das interligações regionais. Essas obras proporcionaram incrementos nas capacidades de importação e exportação das regiões, tais como: a capacidade de exportação do Norte para o Sudeste foi duplicada; a capacidade de importação do Nordeste foi ampliada em 2,5 vezes; a capacidade de importação do Sudeste/Centro-Oeste foi ampliada em 45% e a capacidade de importação do Sul foi duplicada.

Para o ano de 2007, as empresas do Sistema Eletrobrás prevêem a implantação de vários empreendimentos, destacando-se a implementação de 859 km de linhas de transmissão e um acréscimo de 3.916 MVA em capacidade de transformação, com um investimento total previsto de R\$ 2,17 bilhões.



c) Produção de Petróleo e Gás e Refino

O início da produção da plataforma P-50, em 21 de abril de 2006, no Campo de Albacora Leste, na Bacia de Campos, localizada no Estado do Rio de Janeiro, permitiu ao Brasil alcançar a tão sonhada auto-suficiência em produção de petróleo.

No início de 2006, as reservas provadas de petróleo sob concessão da Petrobrás, no Brasil, eram de 13.232 milhões de barris de óleo equivalente – boe (pelo critério SPE – *Society of Petroleum Engineers*). Em 2007, a Petrobras contará com um portfólio de 126 blocos exploratórios concedidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a fim de desenvolver estudos e atividades de prospecção de petróleo e gás natural.

Em 2006, a produção de petróleo alcançou seu ponto máximo, em 23 de outubro, quando foi batido o recorde de produção diária da Petrobras, com 1,91 milhão de barris. Em maio daquele ano, foi atingido o recorde de produção mensal, com uma média de 1,821 milhão barris/dia.

É esperada para o ano de 2007 a entrada em operação de mais quatro plataformas, mantendo o crescimento da produção e garantindo a sustentabilidade da auto-suficiência. Deverão entrar em produção, na Bacia de Campos (RJ), as plataformas P-52 e P-54 no Campo de Roncador, com capacidade de 180 mil barris diários, cada. Também está previsto o início da operação de duas outras plataformas: a SSP-300 no Campo de Piranema, em Sergipe, com capacidade de 20 mil barris diários; e a FPSO-Cidade de Vitória no Campo de Golfinho, na Bacia do Espírito Santo, com capacidade de 100 mil barris diários.

O Plano de Negócios do Sistema Petrobras prevê, para 2007, uma produção nacional diária de 2.230.200 barris de óleo equivalente (boe) de petróleo e gás natural. Estão previstos investimentos de R\$ 23,5 bilhões na área de exploração e produção (E&P), no Brasil.

As políticas governamentais permitiram e incentivaram a ampliação do parque de refino existente no Brasil, bem como o aumento da qualidade dos produtos. A par disso, a utilização do petróleo nacional foi bastante aumentada. Essas políticas viabilizaram, ainda, a decisão pela construção de duas novas refinarias, uma resultante de parceria entre a Petrobras e a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) e outra para produção de petroquímicos básicos, ambas processando petróleos pesados. Essas refinarias representarão aumento de 350 mil barris por dia na capacidade instalada nacional e demandarão investimentos superiores a US\$ 11 bilhões. Também foi realizada, em outubro de 2006, reunião de partida do projeto Refinaria Premium, que terá capacidade para processar 500 mil barris por dia, destinada a produzir derivados com alto padrão de desempenho para exportação, utilizando petróleo pesado nacional.

Na área de refino, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 7,1 bilhões. Os investimentos contemplam a melhoria da qualidade dos combustíveis, a adequação do perfil de petróleo por meio da ampliação e modernização da unidade de destilação e o aumento da participação de petróleo nacional na carga de refino.

A produção nacional de gás natural alcançou a média de 47.156 milhões de m³/dia, em setembro de 2006, enquanto a importação da Bolívia ficou em torno de 27.391 milhões de m³/dia, no mesmo período. Estão previstos, em 2007, investimentos na ordem de R\$ 5,36 bilhões para projetos de gasodutos, dentre os quais destacam-se: a ampliação da capacidade de escoamento de gás natural de Cabiúnas para a Refinaria Duque de Caxias para 15 milhões de m³/dia; e o prosseguimento dos trabalhos de ampliação da malha de gasodutos das regiões Sudeste e Nordeste e de implantação do gasoduto de integração Sudeste-Nordeste.

Atualmente, a ampliação da rede de gasodutos totaliza 2.038 km, em fase de construção ou testes.

Em 2006, foi iniciada a construção dos gasodutos: Catu – Carmópolis (trecho Catu – Itaporanga), Cabiúnas – Vitória, Coari – Manaus e o duto Urucu – Coari. Nesse mesmo ano, foram concluídas as obras dos gasodutos: Dow – Aratu – Camaçari, Atalaia – Itaporanga e Carmópolis – Pilar. Em 2007, estão previstas as conclusões das obras dos gasodutos: Campinas – Rio de Janeiro (trecho Paulínia – Taubaté), Vitória – Cacimbas, com início de suas operações em janeiro de 2007 e Catu – Carmópolis (trecho Itaporanga – Carmópolis), cuja operação deverá ocorrer a partir de fevereiro de 2007.

Ainda em 2006, após as fases de estudos e discussões com os setores envolvidos, foi apresentado à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei do Gás, que dispõe sobre a movimentação, estocagem e comercialização de gás natural. Esse Projeto tem como princípios o planejamento, a regulação e o incentivo do investimento em infra-estrutura de transporte, o escoamento da produção e o estabelecimento de mecanismos que propiciem transparência e competitividade à cadeia de comercialização, buscando-se a modicidade tarifária. Trabalha-se com a perspectiva de aprovação da respectiva lei em 2007, o que representará um importante marco para o setor.

Muito embora já tenha sido firmado um acordo com a Bolívia, que viabiliza a permanência da Petrobras naquele país, foi lançado o Plangás, Plano de Antecipação da Produção de Gás, constituído de projetos de exploração e produção, processamento e infra-estrutura de transporte de gás natural no Sul-Sudeste, a ser executado até 2008, objetivando diminuir a dependência da importação de gás natural.

O referido Plano visa o aumento de 24 milhões de m³/dia de oferta de gás no Sul-Sudeste, elevando dos atuais 15,8 milhões de m³/dia, em 2006, para 40 milhões de m³/dia, no final de 2008. Faz parte desse planejamento, também, o Projeto Gás Natural Liquefeito – GNL, que prevê a implantação de unidades de regaseificação, que possibilitarão a importação desse produto, diversificando as fontes de importação de gás. A implantação das unidades de Pecém (CE), com oito milhões de m³/dia, e da Baía da Guanabara (RJ), com 12 milhões de m³/dia, suprirão a operação das usinas térmicas de gás instaladas no País.

A Petrobras prevê, para 2007, na área de gás e energia, recursos de R\$ 7,1 bilhões, dos quais R\$ 5,1 bilhões em projetos de gasodutos, R\$ 0,9 bilhão em projetos de termelétricas, R\$ 0,5 bilhão no desenvolvimento de projetos de energias alternativas renováveis, cerca de R\$ 0,1 bilhão em pesquisa e desenvolvimento, R\$ 0,4 bilhão em participação em distribuidoras estaduais de gás e R\$ 0,1 bilhão em atividades correlatas.

d) Valorização dos Fornecedores Nacionais para a Indústria de Petróleo e Gás

As Rodadas de Licitações de Blocos Exploratórios foram realizadas de forma a criar novas oportunidades para o País na exploração e produção de hidrocarbonetos, buscando ajustar a produção às necessidades nacionais e aumentar a relação entre reserva e produção, o que garantirá o fornecimento futuro destes importantes energéticos. Na definição das propostas vencedoras nos leilões, buscou-se valorizar as que apresentaram o maior esforço na atividade exploratória, bem como aquelas que privilegiaram a utilização de bens e serviços adquiridos no País em consonância com a política de geração de emprego e renda, desenvolvimento tecnológico e crescimento econômico.

Nesse propósito, foi lançado, em 2003, o Prominp, com o objetivo de maximizar a participação da indústria nacional de bens e serviços em bases competitivas e sustentáveis na implantação de projetos de petróleo e gás natural, no Brasil e no exterior. Pode-se destacar, em 2006, a realização do primeiro Ciclo do Plano de Qualificação Profissional com a seleção de 11.500 profissionais em 15 cidades, considerando 125 categorias profissionais e a implantação de 26 projetos visando o desenvolvimento competitivo e sustentável de fornecedores, para a fabricação de equipamentos e materiais que não são atendidos pelo mercado nacional.

Com essas políticas, está sendo revertida a tendência anteriormente adotada, trazendo-se de volta para o Brasil a construção das plataformas de produção de petróleo da Petrobras. Em paralelo, passou-se a exigir um nível de conteúdo nacional desses empreendimentos variando entre 65% e 75%. Esse esforço resultou na geração de 28 mil empregos/ano (diretos e indiretos) e investimentos da ordem de US\$ 5,1 bilhões, somente na construção dos primeiros 26 navios (de um total de 42 previstos), que foram licitados no ano de 2006, bem como o renascimento da indústria brasileira de construção de grandes navios e o desenvolvimento de diversos setores industriais da cadeia produtiva.

Para 2007, está prevista a realização do segundo e do terceiro Ciclo do Plano de Qualificação Profissional, envolvendo 46.000 profissionais em 23 cidades e cerca de 150 categorias profissionais. Além disso, está prevista a criação de um fundo de recursos financeiros para a capacitação da indústria nacional visando o desenvolvimento de tecnologia compartilhada de processo e gestão.

e) Fontes de Energias Sustentáveis

e.1) Biocombustíveis

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), lançado em dezembro de 2004, tem como princípios orientadores básicos promover a inclusão social e a redução de disparidades regionais, e diminuir a dependência dos combustíveis fósseis. Sua operacionalização envolve diversos instrumentos, tais como modelo tributário, garantia de qualidade, financiamentos, pesquisa e desenvolvimento voltados ao cultivo de oleaginosas, produção de biodiesel e testes com diferentes proporções de mistura de biodiesel ao diesel mineral. Isso requer a atuação conjugada de diversos órgãos públicos como a ANP, a Secretaria da Receita Federal (SRF), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), agentes financeiros, governos Estaduais e Municipais e organizações não-governamentais.

Em 2006, foram realizados, pela ANP, três leilões para compra de biodiesel, tendo sido arrematados 770 milhões de litros. Somados aos 70 milhões de litros do primeiro leilão, de 2005, chega-se a 840 milhões de litros, para entrega entre julho de 2006 e dezembro de 2007. Esse volume total beneficiará cerca de 200 mil agricultores familiares e vem proporcionando a venda da mistura B2 (mistura de 98% de diesel mineral e 2% de biodiesel) em postos revendedores espalhados por todas as unidades da Federação, em número que se aproxima de quatro mil ao final de 2006.

As perspectivas de crescimento da produção de biodiesel mostram-se extremamente promissoras. Até dezembro de 2006, a ANP já havia concedido autorização para 19 produtores, 12 dos quais com registro especial na SRF, com capacidade instalada anual de 661,37 milhões de litros. Somando-se os 22 pedidos de autorização em fase de análise pela ANP, no final de 2006, chega-se a uma capacidade produtiva total de 1,8 bilhão de litros de biodiesel/ano, o que poderá viabilizar a antecipação do cumprimento das metas estabelecidas pela Lei nº 11.097, de 2005.



Para o setor sucroalcooleiro, 2006 caracterizou-se como ano de ajuste e fortalecimento. Em face da escassez do álcool, o Governo reduziu sua mistura à gasolina de 25% para 20%, em março de 2006. Os entendimentos entre Governo e iniciativa privada, a antecipação do início da moagem da cana-de-açúcar e o aumento de 12% na produção (15,8 bilhões de litros no ano-safra 2005/2006, para 17,8 bilhões de litros no ano-safra 2006/2007) contribuíram para a regularização do mercado. Em novembro de 2006, a proporção de mistura foi ajustada de 20% para 23%.

Entre 2005 e 2006, as exportações de álcool tiveram crescimento significativo, passando de 2,6 para 3,5 bilhões de litros. Com as perspectivas favoráveis de exportação e a ampliação dos financiamentos do BNDES ao setor sucroalcooleiro, de R\$ 1,1 bilhão, em 2005, para cerca de R\$ 1,65 bilhão, em 2006, e o crescimento firme da demanda com os veículos bicompostível, o setor vem batendo recordes de produção e produtividade, projetando-se, para 2010, a oferta de 25 bilhões de litros de álcool.

Além dos avanços registrados no biodiesel e no etanol, cabe acrescentar o processo de produção H-Bio, lançado pela Petrobras, em 2006, que permite a produção de diesel de melhor qualidade e menos poluente, assim como as iniciativas e investimentos públicos e privados direcionados ao desenvolvimento de combustíveis de segunda geração e de biolubrificantes. Em seu conjunto, essas realizações contribuem para consolidar o Brasil em posição de vanguarda no cenário mundial dos biocombustíveis, cuja demanda cresce continuamente. Com essa ampla base econômica, os biocombustíveis tendem a incluir regiões e produtores menos favorecidos em cadeias produtivas dinâmicas e com amplas perspectivas de desenvolvimento.

e.2) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa)

A implementação do Proinfa tem permitido o aumento da oferta de energia elétrica, por meio das fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas (PCH) e biomassa. Assim, esse Programa tem contribuído para a diversificação da matriz elétrica e a redução da emissão de gases de efeito estufa, nos termos do Protocolo de Quioto.

Após a realização de duas chamadas públicas, foram contratados pela Eletrobrás, os 3.300 MW estipulados em lei, sendo 1.423 MW de usinas eólicas, 1.191 MW de pequenas centrais hidrelétricas e 685 MW de biomassa, perfazendo um total de 144 empreendimentos. Dos 144 empreendimentos, 30 entraram em operação em 2006, representando 795,28 MW.

Para o ano de 2007, está previsto o comissionamento de 109 empreendimentos do Proinfa, perfazendo 2.355 MW instalados, sendo 53 empreendimentos de PCH, 48 de Eólica e oito de Biomassa, distribuídos em 13 Estados, gerando aproximadamente 4.215 GWh por ano. Em 2007, está prevista a conclusão de 64 empreendimentos com a geração de 1.161,66 MW.

Os benefícios esperados compreendem a redução anual da emissão de gases de efeito estufa de 2,8 milhões de toneladas de CO₂; geração anual de cerca de 150.000 empregos diretos e indiretos em todo o País; e demandas industriais e internalização de tecnologia de ponta.

f) Eficiência Energética na Iluminação Pública (Reluz)

f.1) Conservação de Energia

No que tange à conservação de energia elétrica, a Eletrobrás, por meio do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica

(Procel), promoveu a disseminação de informações em eficiência energética, por meio de 86 cursos técnicos, capacitando 2.560 estudantes e técnicos de empresas.

Ainda nesta linha, a Eletrobrás promoveu capacitações e inaugurações de laboratórios de eficiência, nos quais foram investidos cerca de R\$ 10 milhões, incluindo quatro Laboratórios Especializados em Eletroeletrônica (Labelo) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); Laboratório Eletroeletrônico – Fucapi (Manaus); Laboratório Móvel para diagnósticos energéticos (Fortaleza); dentre outros. Em 2007, serão inaugurados mais 10 laboratórios em universidades e centros de pesquisa – onde serão investidos cerca de R\$ 5,0 milhões.

O Procel promoveu, também em 2006, a implementação do Centro Brasileiro de Informação de Eficiência Energética (Procel Info). A proposta desse centro é incentivar o desenvolvimento do mercado de eficiência energética no Brasil. Nas escolas, o programa educacional do Procel atingiu, em 2006, aproximadamente 9,5 milhões de alunos em 3.000 escolas do País, capacitando, para tanto, cerca de 13 mil professores.

No exercício de 2006, cerca de 5.000 produtos consumidores de energia elétrica, pertencentes a 18 diferentes categorias, de 69 empresas, receberam o Selo Procel, contribuindo, assim, para a difusão dos produtos eficientes no mercado brasileiro. Fato este que proporcionou uma economia, em 2006, de 1,9 milhão de MWh, o que daria para suprir de energia 1,1 milhão de residências por um ano.

Inaugurado em 2006, o Centro de Excelência em Eficiência Energética (Excen), cujo investimento da Eletrobrás somou a importância de R\$ 1,8 milhão, tem como principais objetivos desenvolver e acompanhar a implementação de estudos de otimização energética em consumidores de energia, bem como conceber, desenvolver, construir, experimentar e difundir ferramentas educacionais avançadas em eficiência energética, em nível teórico e prático.

No que se refere à iluminação pública, o Reluz Procel tem a finalidade de promover o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública, diminuindo os gastos públicos dos Municípios e melhorando as condições de vida noturna e segurança dos cidadãos. No ano de 2006, foram investidos R\$ 99 milhões na troca de 340 mil pontos de iluminação pública em diversos Municípios de todo o País.

g) Resgate do Papel do Estado no Setor Mineral

No ano de 2006, a mudança de concepção de política pública implementada no setor mineral se materializou em programas e ações voltadas para o aumento da produção de minérios, para a agregação de valor e para a elevação do conhecimento das riquezas do nosso subsolo. No campo do comércio exterior, registraram-se saldos positivos expressivos do setor mineral.

As ações prioritárias foram consolidadas em três programas:

- i) Gestão da Política Mineral, focado na coordenação, planejamento e formulação de políticas setoriais, bem assim na avaliação e controle dos programas finalísticos;
- ii) Geologia do Brasil, que se concentra na geração e difusão do conhecimento geológico e hidrogeológico do território

nacional; agregando novas tecnologias de processamento de dados, mapeou cerca de 800 mil km², equivalendo a aproximadamente 9,0% do território nacional, produzindo cartas geológicas destinadas à descoberta de novas jazidas e ao ordenamento territorial; e

- iii) Mineração e Desenvolvimento Sustentável, cujo objetivo central é a gestão dos recursos minerais, por meio, principalmente, de ações de outorga e fiscalização das concessões.

As ações de modernização da estrutura do Estado, aliadas ao aquecimento mundial do comércio mineral, resultaram na queda do prazo de emissão dos alvarás de pesquisa, de quatro anos para apenas três meses, em 2006. Por seu lado, a melhoria no controle resultou na elevação da arrecadação, que passou de R\$ 210 milhões, em 2002, para R\$ 480 milhões, no final de 2006.

Nesse período, implantou-se o Programa Nacional de Formalização da Produção Mineral, abrangendo 14 Estados, 150 Municípios, seis substâncias minerais (ouro, diamante, gemas, areia, brita, argila); e o Programa Nacional de Cooperativismo na Mineração, que promoveu a inclusão digital do pequeno produtor mineral, envolvendo a criação de um portal de apoio técnico e gerencial ao Pequeno Minerador e a implantação de 35 telecentros minerais, localizados em Municípios ou regiões onde a mineração de pequeno porte é importante fonte de emprego e renda.

Com relação aos levantamentos aerogeofísicos, foram executados cerca de 813.000 km², prioritariamente na escala de semidetalhe, compatível com as atividades de pesquisa e exploração mineral, visando à descoberta de novas jazidas minerais. O Governo viabilizou essas ações por meio da Lei nº 10.848, de 2004, que destina parte do recolhimento dos *royalties* da exploração de petróleo para a elevação do conhecimento geológico no território brasileiro.

Os levantamentos hidrogeológicos foram realizados, prioritariamente, na região do semi-árido brasileiro, por sua baixa disponibilidade de água. Foi realizado, também, o recadastramento de poços de água subterrânea, para subsidiar o planejamento integrado das ações de Governo no tocante à minimização dos efeitos da escassez de água.

Para 2007, está programada a execução de 228.000 km² de levantamentos geológicos e 155.000 km² de levantamentos aerogeofísicos, atingindo, até o final de 2007, um acumulado de aproximadamente 10% e 9% do território nacional, respectivamente. Serão realizadas, também, avaliações de recursos minerais, com prioridade para a região Amazônica, e 33 levantamentos hidrogeológicos, estes prioritariamente na região do Semi-árido nordestino. Esses investimentos demonstram a prioridade do Governo em prover a infra-estrutura indispensável ao crescimento econômico, garantindo o suprimento nacional sustentado da indústria minero-metalúrgica, possibilitando o início de um novo ciclo de descobertas de jazidas.

2. Transportes

A infra-estrutura de transporte, vetor estrutural para a sustentação do crescimento econômico de longo prazo, nas últimas décadas recebeu investimentos proporcionalmente decrescentes, quando mensurados em relação ao PIB — aproximadamente 3% nos anos 70, 1,5% nos anos 80 e 0,7% nos anos 90. Esse comportamento provocou uma redução na eficácia da malha de transportes, que não acompanhou a evolução da demanda. Diante desse quadro, empreendeu-se um esforço visando prover o

Pais de uma infra-estrutura de transportes capaz de fazer frente aos desafios econômicos e sociais. Para reverter essa situação, o Governo tem buscado atender com eficiência à demanda pela recuperação dos modais de transporte em decorrência do crescimento, principalmente do comércio exterior; reduzir os níveis de ineficiência em número de acidentes, tempos de viagem e custos de transportes; estruturar corredores estratégicos; estimular maior participação dos modais hidroviário e ferroviário, com maior utilização da intermodalidade; apoiar o desenvolvimento da indústria do turismo; e consolidar a ligação do Brasil com os países limítrofes, fortalecendo a integração física na América do Sul.

Nesse sentido, em 2007, está prevista a execução de uma série de investimentos na infra-estrutura de transporte, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O conjunto dessas obras demandará investimentos da ordem de R\$ 33 bilhões em quatro anos.

a) Ampliação da Capacidade de Investimento

O Governo conseguiu aumentar sua capacidade de investimento em infra-estrutura, especialmente em transportes, a partir da criação do Projeto-Piloto de Investimentos (PPI). Em 2006, grande parte dos recursos do PPI foi destinada à recuperação da malha rodoviária federal; à adequação e duplicação de rodovias; e à melhoria das infra-estruturas portuária e ferroviária. O sucesso da iniciativa-piloto recomendou monitoramento similar para o aludido Programa de Aceleração do Crescimento.

Ao mesmo tempo, para ampliar o atendimento às demandas, foram adicionadas outras modalidades de financiamento da infra-estrutura de transportes, buscando criar condições para a participação de investimentos privados, sem prejuízo da utilização de instrumentos tradicionais, como as concessões e os arrendamentos. Durante o ano de 2006, deu-se continuidade aos estudos de viabilidade de Parceria Público-Privada (PPP) para operação das rodovias BR-116 e BR-324 no Estado da Bahia.

No tocante às políticas e ao planejamento no setor de transportes, pode-se destacar: a elaboração do Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT); o levantamento do perfil do trabalhador de transportes; o desenvolvimento do Sistema de Informações Geográficas em Transportes (SIG/T); a elaboração do projeto de regularização fundiária na faixa de domínio das rodovias; a definição da concepção e da estrutura de um modelo nacional de transporte para o Brasil; o estudo para aprimoramento de outorgas; a formulação de política para os terminais rodoviários de passageiros; o Programa Passe Livre; o plano de revitalização das ferrovias – Programa de Resgate de Transporte Ferroviário de Passageiros; a coordenação das ações de investimentos da Agenda Portos; o Plano Diretor Portuário do Estado da Bahia; o desenvolvimento de política para financiamento de caminhões; e a política para financiamento de ônibus para o transporte interestadual e internacional de passageiros.

Para 2007, estão previstas uma série de ações para a consolidação e institucionalização do PNL; a conclusão e implantação do SIG/T; a implementação do programa para o aprimoramento de outorgas; a melhoria da infra-estrutura dos terminais de transporte coletivo interestadual e internacional de passageiros; a formulação de política para o transporte rodoviário semi-urbano; a continuidade do Programa de Resgate do Transporte Ferroviário de Passageiros; a revisão da Agenda Portos (planejamento estratégico portuário); e a nova modelagem para serviços continuados de dragagem de manutenção.

Está previsto, também para 2007, o desenvolvimento do conceito de “retporto virtual”, ou seja, a integração das diversas áreas



operacionais por intermédio de um centro de controle operacional, interligando-as por meio de um sistema informatizado, e conectado à administração portuária e aos demais sistemas existentes. O sistema visa minimizar os transtornos à mobilidade urbana da cidade e a prática dos menores custos de transporte e, por conseqüência, aumentar a competitividade dos produtos para exportação e incrementar a cabotagem.

No que se refere à fiscalização, até outubro de 2006, foram fiscalizados 6,8 milhões de veículos. Em 2007, a previsão é de que 8,4 milhões de veículos sejam verificados, perfazendo uma média mensal de 700 mil fiscalizações. Além das ações a cargo das agências reguladoras do setor, também é feita a fiscalização dos serviços de transporte rodoviário de cargas, que engloba as fiscalizações do peso de veículos, do vale-pedágio obrigatório, do Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Cargas (RNTRC) e dos veículos habilitados a efetuar o Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC).

Outro relevante atendimento é a fiscalização dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros. Até novembro de 2006, foram fiscalizados 145,2 mil veículos, e a meta prevista, para 2007, é a fiscalização de 150 mil veículos.

Houve ainda a reestruturação do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (Dnit), com a criação da Diretoria-Executiva e da Diretoria de Infra-estrutura Ferroviária. Para fortalecimento da capacidade institucional e operacional do Dnit, foi criado um Plano Especial de Cargos com 2.400 cargos, dos quais 1.000 de nível superior e 1.400 de nível médio, modernizando a estrutura do Dnit com o objetivo de capacitá-lo a tomar decisões ágeis e a monitorar a conformidade das obras em execução.

b) Transporte Rodoviário

No setor de infra-estrutura de transporte rodoviário, o Governo Federal tem priorizado os investimentos destinados à melhoria das condições e à redução de pontos de estrangulamento, que vêm obstando a agilidade no escoamento da produção e o desenvolvimento do turismo, de sorte a proporcionar a redução do custo associado a essa atividade.

Parte desse esforço se traduz na estruturação de corredores estratégicos, nos quais está sendo estimulada a utilização de outros modais de transporte. Nesse sentido, estão sendo aperfeiçoadas as condições de trafegabilidade e segurança nas estradas de rodagem.

Na busca dessa reabilitação estrutural das rodovias federais, foram adotadas diversas iniciativas específicas, visando à otimização dos investimentos, dentre as quais devem ser ressaltadas:

b.1) Projeto Piloto de Investimentos (PPI)

O PPI tem garantido tratamento diferenciado às obras de caráter estratégico, pelo fato de contarem com fluxo de recursos que obedece ao cronograma de execução. Os principais projetos selecionados, no modal rodoviário, constam dos Programas: Manutenção das Rodovias Federais; Corredor Leste; Corredor Transmetropolitano; Corredor Mercosul; Corredor Nordeste; Corredor Araguaia-Tocantins; do Corredor Fronteira Norte; e Corredor Oeste-Norte.

b.2) Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas (Petse)

O Petse, criado no final de 2005, constituiu-se em uma das principais metas de trabalho do Governo para o setor, em 2006. Esse programa foi encerrado em novembro de 2006 e teve como resultado um total de 23,3 mil km de rodovias recuperadas emergencialmente.

b.3) Conservação, Restauração e Manutenção (Crema)

O Programa Crema deu um novo enfoque para as atividades no setor, ao implementar a sistemática de terceirização da conservação, da restauração e da manutenção das rodovias. Os contratos são mais longos, com duração em torno de cinco anos, e a empresa contratada fica responsável, com a fiscalização do Dnit, pela execução dos seguintes serviços: detalhamento do projeto executivo; recuperação inicial intensiva, estrutural e/ou funcional do passivo ambiental; recuperação das obras de arte especiais; sinalização e obras complementares; melhoramentos operacionais e de segurança; e implantação e operação de balanças móveis.

b.4) Programa Integrado de Revitalização (PIR-IV)

O PIR-IV tem como objetivo impedir a deterioração de rodovias, em trechos de aproximadamente 100 km, por meio da prestação de serviços terceirizados, cujos contratos têm a duração de dois anos. Esse Programa prevê a realização de obras de recuperação e dos serviços de manutenção e de conservação rotineira.

Considerando a diversidade de intervenções promovidas em 2006, foram recuperados 29.600 km de estradas federais, dos quais 5.044 km com serviços de restauração, 1.226 km com aplicação de capa selante e realização de remendos localizados e 23.330 km com recuperação emergencial (Petse). E foram realizados serviços de conservação rotineira em parte da extensão contratada, de 46.297 km (conservação tradicional, PIR-IV e Crema).

b.5) Sinalização nas Rodovias Federais (Pró-Sinal)

A sinalização das rodovias está intimamente relacionada com a segurança dos usuários. Dessa forma, foi empreendido um esforço para execução dos serviços de sinalização horizontal e vertical, além da instalação de outros dispositivos de segurança.

O objetivo é sinalizar 48 mil km de rodovias, em 26 Estados e no Distrito Federal, incluindo a sinalização adequada de áreas de preservação ambiental. Até o início de dezembro de 2006, já haviam sido realizados serviços de sinalização horizontal em cerca de 21,2 mil km. Em relação à sinalização vertical, estavam em processo de implantação cerca de 55 mil placas e de outros dispositivos de segurança.

b.6) Plano-Diretor Nacional Estratégico de Pesagem

Este Plano visa a coibir a deterioração prematura dos pavimentos das rodovias federais determinada pela prática de sobrepeso por veículos de carga, com a operação 220 balanças (fixas e móveis) em todo o País, em até cinco anos. Os novos postos contarão

com sensores instalados no asfalto, com capacidade para classificar os veículos, permitindo, com isso, a formação de um banco de dados, que poderá subsidiar a elaboração ou revisão de outros instrumentos de políticas públicas no setor de transportes.

Para definição dos locais onde serão instalados os novos postos, foram considerados os corredores de exportação, bem como as áreas de origem e destino das cargas. Em 2006, foram colocadas em operação 15 balanças fixas previstas no Plano-Diretor, que se somam a outras 34 operadas sob os contratos de Crema. 18 balanças fixas encontram-se em estágio avançado de implantação, com reforma dos postos e do pavimento, sendo que seis destas já estão em operação educativa, aguardando aferição pelo Inmetro. Também foram concluídas 36 bases para balanças móveis, que comportam equipamentos já em operação.

b.7) Operação Safra 2006

Outra importante ação no modal rodoviário, por intermédio do Dnit, foi a preparação e elaboração de pesquisa de escoamento de grãos pelas rodovias federais, levada a efeito no período de agosto a setembro de 2006. Essa pesquisa fornecerá informações seguras sobre os fluxos de origem e destino, tipos de carga e tipos de veículos utilizados no escoamento da safra, auxiliando na identificação dos projetos prioritários para a melhoria da malha de transportes brasileira utilizada para o transporte da safra agrícola.

b.8) Investimentos na Adequação e Construção de Rodovias

A pavimentação e a adequação da capacidade de rodovias, principalmente daquelas estratégicas para o escoamento de safra e para a integração nacional, continuarão a ser priorizadas em 2007, com o objetivo de superar gargalos. Dentre as principais obras, destacam-se:

Região Norte

- BR-230/PA – Pavimentação de 835 km da Divisa TO/PA – Marabá – Altamira – Medicilândia – Rurópolis. Situação: concedido licenciamento prévio para todo o trecho; ponte em construção na divisa do Tocantins com o Pará; obras paralisadas de Marabá a Altamira (485 km), licença de instalação; obras em andamento de Altamira a Medicilândia (94 km); e, de Medicilândia a Rurópolis (256 km), projeto executivo em elaboração, com término previsto para maio/2007.
- BR-364/AC – Construção e pavimentação de 349 km entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul. Situação: de Sena Madureira a Tarauacá (225 km), foram concluídos os projetos executivos; e de Tarauacá a Rio Liberdade, estão sendo pavimentados 143,9 km, com previsão de conclusão em outubro de 2007.
- BR-163/PA – Pavimentação da divisa de MT/PA – Rurópolis – Santarém/PA, com 1.044 km de extensão. Situação: expedidas licenças prévias para o trecho desde Garantã do Norte/MT até Rurópolis e desta até Santarém. Construção de cinco pontes e pavimentação de 20 km entre Rurópolis e Santarém, trecho com 217 km, dos quais 98 já pavimentados.

Região Nordeste

- BR-101/Nordeste (RN/PB/PE/SE/BA) - Duplicação e adequação de capacidade entre Natal/RN e entroncamento



BR-324, em Feira de Santana/BA. Situação: desde dezembro de 2005, o Batalhão de Engenharia do Exército está executando as obras do perímetro urbano de Natal até o acesso a Ares/RN; do acesso a Lucena/PB; e da divisa com a Paraíba até Igarassu (Contorno de Recife), em Pernambuco. Todos os demais trechos do Rio Grande do Norte a Pernambuco foram contratados no final de outubro de 2006. Em Sergipe, encontram-se em andamento as obras do km 77,3 ao km 91,6, travessia urbana de Aracaju. Em elaboração Estudo de Viabilidade Técnica e Socioeconômica para duplicação do trecho entre Palmares/PE e Feira de Santana/BA.

Região Centro-Oeste

- BR-163/364/MT – Duplicação Rondonópolis – Cuiabá – Posto Gil. Situação: em execução pequeno trecho intermediário, na Serra de São Vicente, com 19 km. Em elaboração Estudo de Viabilidade Técnica e Socioeconômica para o trecho de Goiânia a Cuiabá.
- BR-158/MT – Pavimentação de 515 km entre Ribeirão Cascalheira e a Divisa MT/PA. Situação: concluído o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto no Meio Ambiente (EIA/RIMA) para o subtrecho entre Divisa PA/MT e o km 270, aguardando definição do traçado contornando reserva indígena; e do km 270 a Ribeirão Cascalheira, o projeto executivo já foi aprovado, estando as obras em andamento por meio de convênio com o governo do Estado.
- BR-163/MT – Pavimentação de Guarantã do Norte/MT até a divisa MT/PA. Situação: o trecho conta com licenciamento prévio e foi solicitada a licença de instalação para obras em 56 km, incluindo o contorno de Guarantã do Norte.

Região Sudeste

- Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, incluindo BR-101/RJ. Situação: em elaboração projetos ambientais e ultimada a licitação para elaboração do executivo de engenharia para o trecho da BR-493 entre Manilha (entroncamento com a BR-101) e Santa Guilhermina (entroncamento com a BR-116). Na BR-101, entre o entroncamento com a BR-465 (Santa Cruz) e o acesso a Mangaratiba e ao Porto de Sepetiba, as obras foram contratadas e iniciarão com a contratação da supervisão.
- BR-101/ES – Adequação de capacidade de 181 km de Vitória à divisa ES/RJ (incluindo Contorno de Vitória). Situação: para a adequação de Vitória à divisa ES/RJ (156 km), EIA/RIMA a ser licitado em fev/07 e estudos e projetos a licitar em 2007; e para o contorno de Vitória (25 km), conclusão do projeto executivo em abr/07 e licitação da obra em jun/07.
- BR-381/MG – Duplicação Belo Horizonte – Ipatinga e adequação Ipatinga – Governador Valadares, incluindo a construção do contorno de Belo Horizonte – subtrecho Betim – Ravena (em pista dupla). Situação: está sendo recuperada a pista existente, com adequação de capacidade em alguns pontos, com término previsto para 2007. O Estudo de Viabilidade Técnica e Socioeconômica para a duplicação está em elaboração, os projetos executivos serão licitados em fevereiro de 2007 e as obras em 2008.
- BR-050/MG – Duplicação Araguari – Uberaba – Uberlândia. Situação: Uberlândia – Uberaba: concluída a duplicação.

de 85 km, estando em andamento os serviços de duplicação dos 15 km finais e da infra-estrutura das pontes sobre os rios Água Limpa, Veadinho e Laranjeiras; Uberlândia – Araguari: estudos e projetos a concluir em março/07, para subsequente licitação das obras.

- BR-265/MG – Pavimentação de 136 km entre Ilícina e São Sebastião do Paraíso. Situação: Ilícina a Alpinópolis (48 km): estudos e projetos a licitar em março de 2007; Alpinópolis a Jacuí (55 km): obras em andamento; Jacuí a São Sebastião do Paraíso (33 km): obras em andamento, com previsão de término em março/07.

- Rodoanel de São Paulo/SP. Situação: convênio firmado com o governo de São Paulo e obras inauguradas em cinco lotes em setembro de 2006: trevo da Avenida Papa João XXIII, trevo Via Anchieta, trevo da Imigrantes, mais ponte sobre a represa Billings, viaduto Estrada dos Parelheiros, mais ponte sobre a represa Guarapiranga, transposição da estrada de Itapevírica, mais trevo da Régis Bittencourt.

- BR-116/SP – Duplicação de São Paulo à divisa SP/PR, em direção a Curitiba. Situação: concluídos os viadutos nos km 532 e km 568, em execução as obras de superestrutura do viaduto no km 508, iniciada a obra do viaduto no km 511, concluído reforço estrutural da ponte sobre o rio Lourencinho e as obras de estabilização de talude em Juquitiba.

Região Sul

- BR-101-SUL (SC/RS) – Duplicação de 348 km de Palhoça/SC a Osório/RS. Situação: em Santa Catarina (248 km), as obras estão em andamento em quase todos os subtrechos. Estão em elaboração os projetos executivos de engenharia do túnel do Morro do Formigão, em Tubarão e da ponte sobre a Lagoa de Imaruí, em Laguna, ambos com conclusão prevista para julho de 2007 e está a licitar em fev/07 o projeto do túnel do Morro dos Cavalos, que deverá ser concluído em dezembro de 2007. No Rio Grande do Sul (100 km), obras em andamento. A previsão de conclusão das obras nos dois estados é 2008.

- BR-116/448/RS – Programa Via Expressa (região metropolitana de Porto Alegre): conjunto de obras para desafogar a região metropolitana de Porto Alegre. Situação: (1) BR-116: a licitar em fevereiro de 2007 o estudo de viabilidade técnico-econômica, os estudos ambientais e o projeto executivo para duplicação de 10 km, complementando o trecho já duplicado; (2) BR-116, entre Dois Irmãos e Gravataí: em licitação as obras do viaduto de Canoas. Em elaboração, projetos para construção de viadutos em Unisinos e Rincão, adequação de trevos em Roselândia e Sapucaia e construção de várias passarelas; e (3) BR-448, Porto Alegre – Esteio – Sapucaia (rodovia de ligação): em licitação o estudo de viabilidade técnico-econômica, os estudos ambientais e o projeto executivo para construção de 22 km em pista dupla, de dois viadutos e de ponte sobre o rio Gravataí.

- BR-158/RS – Construção e pavimentação de 114 km de Santa Maria a Rosário do Sul. Situação: obra em andamento, com 56 km concluídos.

- BR-280/SC – Duplicação de 62 km entre São Francisco do Sul e Jaraguá do Sul. Situação: EIA/RIMA e projetos a serem concluídos em maio/07; licitação das obras a seguir e conclusão da execução prevista para 2009.



- BR-282/SC – Construção e pavimentação de 140 km entre Lages – São José do Cerrito – Campos Novos e São Miguel do Oeste – Paraíso – Front. Brasil/Argentina, por meio de convênio com o Estado de Santa Catarina. Situação: entre Lages e São José do Cerrito (32 km), a conclusão das obras está prevista para março de 2007. De São José do Cerrito a Campos Novos (78 km), as obras estão em andamento. E no trecho São Miguel – Paraíso – Front. Brasil/Argentina (30 km), obras iniciar-se-ão em março de 2007.
- Construção da segunda ponte internacional sobre o rio Paraná, entre Foz do Iguaçu e Porto Meira/Paraguai, com 720 metros de extensão, incluindo acessos e postos de fronteira. Situação: o projeto executivo está em licitação, com conclusão prevista para dezembro de 2007. A licitar os estudos ambientais em fevereiro de 2007, a serem concluídos até novembro de 2007. A revisão do acordo internacional deverá ser homologada pelo Congresso Nacional.

c) Transporte Ferroviário

Praticamente toda a malha ferroviária brasileira, com 28,6 mil km de extensão, foi transferida à iniciativa privada, entre 1996 e 1999. Restam apenas os 215 km já construídos da Ferrovia Norte Sul, que são exploradas pela Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., representando a União, e operadas pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

De forma a melhorar as condições operacionais das ferrovias e a segurança da população, estão em andamento estudos, projetos e obras voltados à implantação e à adequação de contornos ferroviários e passagens urbanas. O intuito é corrigir graves conflitos entre a malha ferroviária e o sistema viário urbano, decorrentes do crescimento do tráfego ferroviário e do desenvolvimento das cidades.

Nesse sentido, durante o ano de 2006, foram realizadas diversas ações, como o início da construção dos contornos ferroviários de São Felix e Cachoeira-BA; a continuação da construção da ponte rodoferroviária sobre o rio Paraná em Rubinéia-SP; a conclusão dos projetos dos contornos ferroviários de São Francisco do Sul-SC, Joinville-SC e Araraquara e Pátio de Tutóia-SP; a continuação dos projetos do contorno ferroviário de Santo Amaro-BA, entre Araújo Lima e Camaçari-BA; a adequação do ramal ferroviário no Perímetro Urbano de Barra Mansa-RJ; a conclusão da construção de passagem superior sobre a linha férrea em Alagoinhas-BA; o início da construção de viaduto sobre linha férrea em Valentim Gentil-SP; o prolongamento de trecho de rebaixamento da linha férrea em Maringá-PR; a conclusão da ponte ferroviária no Município de Lins-SP; o início da elaboração do Programa Nacional de Segurança Ferroviária em Áreas Urbanas (Pronurb), além de diversos projetos executivos de engenharia para diversos trechos.

No tocante à expansão da malha ferroviária, destaca-se, em primeiro lugar, a Ferrovia Norte-Sul. A partir de 2005, com recursos do PPI, foram aceleradas as obras de construção do tramo norte, em Tocantins. Está em fase conclusiva o trecho Babaçulândia - Pátio de Araguaína, com 53 km. A partir de 2007, as obras seguem do Pátio de Araguaína a Córrego Gavião, numa extensão de 94 km.

Ainda em relação à Norte-Sul, está prevista para 2007, a elaboração de modelagem para a licitação do trecho operacional Araguaína - Palmas e a continuidade da execução da obra ferroviária no trecho Anápolis/GO (km 0,0) - Ouro Verde/GO, totalizando 40 km. Outras ações relevantes previstas para o ano de 2007 são a continuação da construção do contorno ferroviário de São Felix e Cachoeira/BA; a continuação da construção de ponte rodoferroviária em Rubinéia/SP; o início da construção dos contornos ferroviários de São Francisco do Sul/SC, Joinville/SC, Santo Amaro/BA e Araraquara e Pátio de Tutóia/SP; a

continuação da adequação de ramal ferroviário no perímetro urbano de Barra Mansa/RJ; o início da construção de passagens superiores sobre as linhas férreas em Campos Altos/MG, Matão/SP, Paranaguá/PR, São José do Rio Preto/SP e Piraquara/RS; o início da adequação de ramais ferroviários nos perímetros urbanos de Jales/SP e Londrina/PR; a continuação do prolongamento de trecho de rebaixamento da linha férrea em Maringá/PR; e o início da construção do terminal intermodal de Campo Grande/MS. Prevê-se, ainda, um encaminhamento conclusivo para a Rede Ferroviária Federal (RFFSA), com o encerramento do seu processo de liquidação, e a realização do inventário e destinação de seus bens, direitos e obrigações.

d) Transporte Marítimo e Hidroviário

No período 2004-2006, deve ser destacada a evolução da produtividade dos portos. Houve, nesse período, um crescimento de 10% na movimentação geral de cargas, incluindo grãos sólidos, líquidos e carga geral, passando de 620 milhões de toneladas, em 2004, para uma estimativa de 682 milhões de toneladas, em 2006. O incremento mais acentuado foi obtido, no mesmo período, na movimentação de unidades de contêineres, que foi da ordem de 20,6%, passando de 3,2 milhões de unidades em 2004, para aproximadamente 3,9 milhões de unidades em 2006.

Dentro da programação da Agenda Portos, foram executadas, em 2006, as seguintes ações: construção das instalações para inspeção fitossanitária nos Portos de Santos, Rio de Janeiro, Vitória, São Francisco do Sul, Rio Grande, Itaquí e Salvador; e construção dos complexos administrativos nos portos do Rio de Janeiro, Vitória, Itaquí, Salvador e Aratu. No Porto do Rio de Janeiro, foram concluídas, também, a construção de subestação de energia elétrica e a pavimentação de áreas internas. No Porto de Itaguaí, foi feita a recuperação do sistema viário interno. No Porto de Vitória, foi feita dragagem de aprofundamento. Nos Portos de Rio Grande e Itaquí, foram concluídas as adequações dos acessos rodoviários.

Vale esclarecer que, à medida que foram concluídos os projetos da Agenda Portos, ações complementares são inseridas no PPI. No âmbito do PPI vale destacar a conclusão de algumas ações: a ampliação da retroárea no Porto do Rio de Janeiro; a dragagem do canal de acesso e recuperação do molhe Sul do Porto de Itajaí; a dragagem do canal de acesso e recuperação e modernização do sistema elétrico (1ª etapa) do Porto de São Francisco do Sul; e a conclusão da primeira etapa da construção do pátio de estacionamento do terminal de contêineres do Porto de Rio Grande.

Em execução na programação do PPI, encontra-se a implantação de balanças e do sistema de defensas e a recuperação do acesso rodoferroviário ao Porto do Rio de Janeiro; a duplicação da estrada de acesso e a recuperação do sistema viário interno do cais de Capuaba; a recuperação da plataforma dos berços 101, 102 e 103 do cais de Vitória; a recuperação do pátio dos berços 201 e 202 e a implantação do sistema de defensas no Porto de Vitória. No Porto de Itajaí, estão em execução o derrocamento no canal de acesso e a construção do acesso rodoviário na BR-101/SC. No Terminal Salineiro de Areia Branca(RN), está sendo feito o fortalecimento do sistema de atracação de navios e, no Porto de Suape(PE), está sendo construído o cais IV.

Em 2006, também foram concluídos os estudos preliminares para o Sistema de Controle e Monitoramento dos Portos (Sisportos), que fornecerá dados das atividades portuárias em tempo real. O Sisportos deverá ser implantado em 2007.

Para 2007, os recursos do PPI, no segmento portuário, estão destinados às seguintes obras e portos: no Porto de Itaquí, para

recuperação dos berços 101 e 102 e da retroárea dos berços 100 e 101, além de dragagem nos berços 100 a 103. No Porto de Santos continuarão as obras de implantação da Avenida Perimetral Portuária, será aprofundado o canal de acesso, a bacia de evolução e junto ao cais, será feita derrocagem junto ao canal de acesso. No Porto de Vila do Conde (PA) será construída rampa fluvial *roll-on-roll-off*. No Terminal Salineiro de Areia Branca serão concluídas as obras de repotencialização do sistema de atracação de navios. No Porto de Vitória será feita a contenção do cais do Porto e implantado o Sistema de Segurança Portuária. No Porto de Itaguaí, será implantado o Sistema de Segurança Portuária.

No exercício de 2007, as ações de melhoria da operação portuária, desenvolvidas em 2006, continuarão a ser implementadas, visando a tornar mais competitivo e seguro o comércio exterior. O esforço continuará sendo concentrado na adequação do sistema portuário brasileiro às normas internacionais de segurança estabelecidas pela Organização Marítima Internacional (IMO) denominadas *International Ship and Port Facility Security Code (ISPS-Code)*.

e) Fomento à Indústria Naval

Aspectos fundamentais para o desenvolvimento da indústria naval residem nos marcos legais e nos mecanismos de financiamento ao setor. O Governo vem trabalhando no sentido de adequar e complementar as normas legais imprescindíveis à atividade e de aprimorar os procedimentos para a concessão de financiamento para os projetos prioritários de construção e reparação de embarcações, construção e modernização de estaleiros.

Ressalte-se o desenvolvimento do Sistema Eletrônico de Arrecadação do Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante (Mercante), que deu tratamento adequado às informações provenientes das operações de transporte de carga, implantando rotinas, com a participação de aproximadamente 20.000 usuários, como empresas de navegação, agências de navegação, consignatários de cargas e despachantes aduaneiros. Esse Sistema está conferindo ao setor maior eficácia, por meio de medidas de desburocratização e otimização de procedimentos, gerando redução de custos operacionais para liberação de cargas nos portos brasileiros.

O conjunto dessas medidas estimularam a alocação de recursos para construção e reparação naval. No ano de 2006, foram entregues 25 embarcações, sendo que as liberações para as obras deverão chegar a aproximadamente R\$ 700 milhões, contemplando um estaleiro, além de embarcações. Com o fomento à construção de embarcações em estaleiros nacionais, a indústria naval brasileira encontra-se em momento de revitalização, reativando-se antigos estaleiros, ampliando-os ou implantando novas áreas industriais. Com o incremento na contratação de empreendimentos, estima-se a geração de mais de 28 mil empregos diretos e indiretos.

A previsão orçamentária do Fundo da Marinha Mercante (FMM) para obras, em 2007, é de R\$ 1,1 bilhão. Incluem-se nessas obras a construção dos navios da Frota Nacional de Petroleiros (Fronape), operadora da Transpetro – Grupo Petrobras.

Na área *offshore*, a indústria naval brasileira conseguiu, em curto espaço de tempo, colocar-se entre as de ponta em âmbito internacional, sendo que, para os próximos anos, o potencial de crescimento deverá ampliar-se com a perspectiva de financiamento para construção de novas embarcações no Brasil, em substituição às unidades estrangeiras fretadas.

f) Cooperação do Exército Brasileiro

A engenharia militar do Exército participou da execução de obras para a melhoria da infra-estrutura de transportes no País, com a construção da BR-282/SC e a recuperação de inúmeros trechos de rodovias federais, como são exemplos os trechos da BR-153/SP/MG, da BR - 163/PA, na BR-174/RR, da BR-324/BA, da BR-135/BA, da BR-364/RO, da BR-343/PI e da BR-230/PI. São relevantes, ainda, a construção do trevo da cidade de Uberaba/MG, a construção do anel rodoviário em Barreiras(BA), a pavimentação urbana em Lages(SC), em Barreiras(BA) e em Cuiabá(MT), e o serviço de conservação na Ferrovia Centro-Atlântica.

Além dessas obras, o Exército Brasileiro iniciou a duplicação da BR-101/RN/PB/PE e está executando a adequação de um segmento da BR-381/MG, trecho entre Governador Valadares e Belo Horizonte. Participa, também, da manutenção preventiva de rodovias, dentre as quais a BR-020/PI e a BR-407/PI, a BR-316/MA e a BR-324/BA, bem como da recuperação de 10 postos de pesagem espalhados pelo território nacional. Há cooperação também em obras de infra-estrutura aquaviária, como a recuperação de berços no porto de São Francisco do Sul(SC) e a construção de molhes do porto de Rio Grande(RS), assim como em análises de suporte às obras de construção da eclusa de Lajeado(TO).

A Engenharia Militar participou também da retomada do planejamento estratégico na área de transportes, com destaque para o Plano Nacional de Logística e Transporte e o Programa Nacional de Pesagem de Veículos, em convênio com o Ministério dos Transportes. Esse evento marcou a presença do Centro de Excelência em Engenharia de Transportes (Centran), uma eficaz parceria entre o Ministério dos Transportes e o Ministério da Defesa, por meio do Dnit e do Exército Brasileiro.

3. Aviação Civil e Modernização da Infra-estrutura Aeroportuária

O setor de transporte aéreo encontra-se atualmente em recuperação, em relação a meados de 2003. Ao final de 2006, o desempenho do setor no mercado doméstico se mostra expressivo, com um crescimento significativo no número de passageiros transportados, com uma taxa de ocupação das aeronaves acima dos 72%, em que pesem as dificuldades enfrentadas por algumas companhias e os problemas ocorridos no controle do tráfego aéreo durante esse período.

A ampliação e modernização da infra-estrutura aeroportuária, prioridade do Governo nos últimos anos, além de fortalecer o setor de aviação civil, tem contribuído diretamente para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Os projetos concluídos no período 2003/2006 elevaram a capacidade instalada nos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero), de 97 para 118 milhões de passageiros por ano. A modernização dos aeroportos, além de gerar cerca de 50 mil empregos, dotou o País de estrutura aeroportuária adequada para desenvolvimento do turismo interno e internacional.

No ano de 2006, a Infraero priorizou ações voltadas à capacidade operacional de sua infra-estrutura aeroportuária em diversos segmentos, tais como a capacitação de pessoal para a prevenção de acidentes, a realização de obras e serviços de engenharia que aumentaram a segurança das operações aeroportuárias e aeronáuticas e a realização de investimentos em equipamentos de segurança, tais como Raios-X para inspeção de passageiros, bagagens de mão e bagagens de porão, detectores manuais de metais, pórticos detectores de metais e detectores de traços de explosivos e narcóticos.

Objetivando fortalecer o comércio exterior, foi iniciada a operação do projeto piloto do Aeroporto Industrial no Terminal de Logística de Carga do Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins(MG). Para 2007, está prevista a implantação do Aeroporto Industrial no Aeroporto Internacional de Campinas-SP.

Em 2007, o Governo continuará atuando na ampliação da infra-estrutura e na identificação e solução dos problemas que vêm surgindo em consequência da forte expansão que o setor vem apresentando. Por sua vez, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), implantada em março de 2006, vem se estruturando, incorporando as atribuições do antigo Departamento de Aviação Civil, da Aeronáutica, promovendo o ordenamento e atuando na solução das dificuldades que o setor enfrentou.

A linha de financiamento criada pelo BNDES para aquisição, em moeda nacional, de aeronaves de fabricação nacional e as isenções fiscais aprovadas pelos Estados, criaram as condições para que empresas brasileiras adquiram aeronaves fabricadas no País, sendo que propostas estão sendo analisadas e os primeiros negócios deverão ser concretizados, já em 2007.

4. Comunicações

Em 2007, as comunicações no Brasil terão um significativo avanço, com a otimização do uso das novas tecnologias e a ampliação dos serviços. Será proposta a adequação do modelo regulatório das telecomunicações, que permitirá o uso pleno da convergência digital. O cidadão será o principal beneficiado, notadamente pelas ações que visam à ampliação do acesso aos serviços, por meio da universalização das telecomunicações e da radiodifusão, a inclusão digital e da implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

a) TV Digital

Em 2006, foi editado o Decreto nº 5.820, que regulamentou a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T), e publicada a Portaria nº 652, do Ministério das Comunicações, que estabelece o cronograma e as regras para esse Sistema.

O SBTVD-T, aberto e gratuito, é o resultado da incorporação de inovações brasileiras ao sistema japonês, adequando-o, assim, às necessidades e especificidades do Brasil, sendo um dos mais avançados, tecnologicamente. Já no ano de 2007, as emissoras de televisão poderão começar a operar comercialmente em São Paulo, sendo que, entre 2007 e 2009, todas as capitais brasileiras terão a TV Digital, e, posteriormente, todo território nacional terá condições de cobertura.

Por suas características multicanal e de interatividade, a educação será diretamente beneficiada pela TV Digital, pois esta permitirá o alcance dos programas educativos nas escolas do País inteiro com maior rapidez e qualidade. A interatividade permitirá a participação direta do telespectador, resultando em maior efetividade para a educação a distância. A todas essas vantagens da TV Digital, somam-se ainda as vantagens da recepção em aparelhos de telefonia celular e de acesso à Internet.

b) Serviços Postais

Em 2006, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) abriu 70 novas agências, alcançando um total de 12.455 agências em operação. Essa rede garante que cada um dos 5.563 Municípios brasileiros conte com pelo menos uma agência, além da

presença dessa Empresa em 1.295 distritos. Em parceria com a iniciativa privada, está prevista a criação de 1.800 novas agências, com o início de implantação em 2007, para continuar buscando a meta de atender, sempre com maior qualidade e diversificação de oferta, a demanda crescente pelos serviços.

As exportações por remessas postais, onde se insere o serviço Exporta Fácil da ECT, uma modalidade de exportação simplificada ofertada para micro e pequenas empresas enviarem seus produtos para qualquer lugar do mundo, sem burocracia e mediante a apresentação de apenas um formulário, foi ampliado e seu limite passou de US 10 mil para US 20 mil, fator que contribui para o aumento das exportações por essa modalidade, de US 121,5 milhões, em 2005, para US 146 milhões, em 2006, com impactos positivos na balança comercial. Para 2007, é estimado que essas exportações alcancem R\$ 179 milhões. Por seu lado, o Importa Fácil, da ECT, possibilita a importação de medicamentos de até US 3 mil, além de beneficiar as entidades científicas, que podem trazer para o País material de pesquisa, arcando com menores custos e sem burocracia.

Em 2006, a ECT enviou cerca de nove milhões de CPF proporcionando o exercício da cidadania, iniciativa decorrente do Convênio firmado com a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda. Também passou a operar o serviço de certificação digital, e, para 2007, prevê-se a habilitação de novas 110 agências para operar esse serviço, atendendo todos os Estados da Federação.

Dentre os serviços prestados pela ECT, destacam-se ainda: (i) a entrega domiciliar de medicamentos; (ii) o pagamento de benefícios a mais de 700 mil aposentados da Previdência Social; e (iii) o incremento do comércio através do CorreiosNet Shopping pela Internet, fato que propicia o acesso da população de regiões remotas a produtos não disponíveis em seus mercados locais, contando já com mais de 700 estabelecimentos cadastrados e, destes, cerca de 400 comercializando *on-line*.

c) Radiodifusão e Emissoras Comunitárias

Além da implantação da TV Digital, a ampliação das rádios e TV comunitárias é um dos compromissos do Governo. O objetivo é dispor de pelo menos uma emissora em cada Município, indicador determinante na universalização e na democratização dos meios de comunicações.

Ao final de 2006, 41,3% dos 5.563 Municípios brasileiros já contavam com a radiodifusão comunitária e 54,6% estavam atendidos pelos serviços de rádio e televisão. Para 2007, está previsto que 60% dos Municípios tenham pelo menos um serviço local de radiodifusão. Também será criado o Serviço de Radiovias, voltado para a prevenção de acidentes, apoio e segurança para as pessoas que trafegam pelas rodovias brasileiras.

d) Telefone Social

A alteração de concepção da política de universalização dos serviços de telecomunicações promovida pelo Governo refletiu-se na mudança da lógica, que antes era pautada no foco econômico, passando a contemplar as classes de renda mais baixa, com até dois salários mínimos. Esse processo resultou no projeto do Telefone Social, que visa promover a inclusão social, viabilizando o acesso das pessoas de menor renda aos serviços de telecomunicação, notadamente a telefonia fixa. O Projeto está em tramitação no Congresso Nacional e espera-se sua aprovação ao longo de 2007.

5. Saneamento

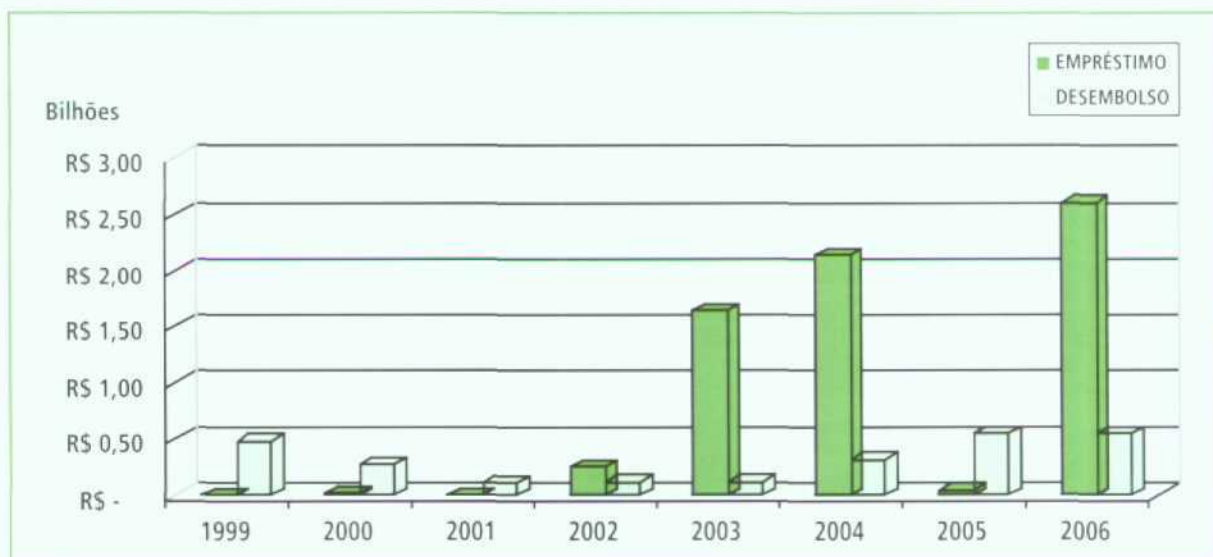
A aprovação de uma Política Nacional de Saneamento representou uma grande vitória do setor e de toda a população brasileira, no ano de 2006. A Política aprovada, baseada no planejamento integrado, na regulação, na cooperação federativa e no controle social, contempla tanto os interesses do Governo de alavancar investimentos no setor, como das operadoras estaduais, de garantir a sua continuidade, porém, em novos patamares de eficiência e de respeito aos direitos dos usuários. Além disso, reflete também interesses das empresas privadas e das autarquias e empresas municipais atuantes no setor.

Esse avanço é reflexo da iniciativa do Governo de priorização de investimentos em saneamento, reforçada em 2006. A adoção, em 2006, de critérios técnicos transparentes para a concessão de financiamentos e a condicionalidade estabelecida para o acesso aos recursos a níveis mínimos de qualidade na prestação dos serviços concorreram para a qualificação do gasto público no tocante às ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais urbanas, e de desenvolvimento institucional dos operadores. Essas medidas contribuíram para aumentar a eficiência, a sustentabilidade e o atendimento de áreas mais carentes.

Sob esse enfoque, destaca-se o Programa Saneamento Para Todos, direcionado à aplicação de recursos onerosos, em especial do FGTS. Encontra-se em fase final de contratação, após seleção pública de propostas, recursos da ordem de R\$ 3,4 bilhões, relativos ao montante disponibilizado nos anos de 2005 e 2006 para atendimento a operações constantes do Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público (Cadip), mutuários públicos de uma forma geral, além de mutuários privados, incluindo Sociedades de Propósito Específico (SPE).

O volume de contratações efetivadas, em 2006, resgata a trajetória de retomada dos financiamentos iniciada em 2003, assegurando uma tendência crescente de desembolsos para investimentos no setor. No gráfico que se segue, podem ser observados os valores contratados e desembolsados de recursos do FGTS, a partir de 1999.

Valores Contratados e Desembolsados do FGTS – 1999 a set/2006



Fonte: Ministério das Cidades



No que tange aos recursos do Orçamento Geral da União, foi comprometido cerca de R\$ 1,7 bilhão na área de saneamento, em 2006. Isso significa melhoria na qualidade de vida de cerca de 1,89 milhão de famílias, diminuição dos gastos com saúde e geração de mais de 270 mil empregos diretos.

Ressalta-se, a prioridade atribuída aos Municípios de pequeno porte, às áreas rurais e às minorias étnico-sociais, especialmente aos povos indígenas, aos quilombolas e aos seringueiros, na aplicação dos recursos orçamentários, já que 55% dos valores comprometidos foram destinados a esses segmentos.

Todas essas medidas têm contribuído para a redução do déficit de cobertura dos serviços de água e esgoto no País. Segundo estatísticas do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), a quantidade de ligações de esgotos aumentou em 17,5% e a de abastecimento de água, 12,1%, enquanto que a rede de esgotamento sanitário cresceu 18,1% e a extensão da rede de abastecimento de água, 12,8%, no período de 2002 a 2005.

Além da retomada dos investimentos setoriais, destacaram-se no exercício anterior as providências dirigidas à melhoria do desempenho dos operadores de serviços de saneamento, em particular aquelas destinadas a combater deficiências de gestão. Nesse contexto, destacam-se: a estruturação da Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental (Recesa); a parceria entre o Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água (PNCDA) e o Programa de Conservação de Energia Elétrica (Procel); a constituição do Núcleo Setorial Saneamento do Programa Nacional da Gestão Pública (Gespública), incluindo a criação da Categoria Especial Saneamento no Prêmio Nacional da Gestão Pública; a elaboração e difusão de metodologia para a formulação de Planos Municipais de Saneamento; e a formulação de programa para o aperfeiçoamento das ações de educação ambiental e mobilização social para o saneamento.

Uma vez aprovada a Política de Saneamento, a estratégia geral com vistas à sua efetiva implementação abrange a sua regulamentação, a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Ambiental, o apoio e incentivo a Estados e Municípios para a elaboração de seus respectivos Planos, o apoio e o incentivo à cooperação federativa com a participação de Estados e Municípios, utilizando-se da Lei de Consórcios, e ao estabelecimento de parcerias com o setor privado.

No tocante aos investimentos, prevê-se para 2007 o direcionamento dos recursos não onerosos do Governo Federal para atendimento da demanda com baixa capacidade de retorno e em situação de risco quanto à saúde pública. O foco será em ações de saneamento integrado em favelas e palafitas em regiões metropolitanas, capitais e cidades pólos, contemplando serviços de água, esgoto, lixo e drenagem, em cidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), alta mortalidade infantil e elevados déficits de atendimento. Na área de resíduos sólidos urbanos, ressalte-se que uma das prioridades mais importantes envolve a sua gestão integrada, visando à redução de emissões e o aproveitamento energético do biogás de unidades de disposição final, associada à erradicação dos lixões, à inclusão social e à emancipação econômica das famílias que vivem da catação dos referidos resíduos. Os recursos onerosos (FGTS, FAT e outros) deverão ser dirigidos ao financiamento a Estados, Municípios e companhias de saneamento, por meio de seleção pública para todos os portes de cidades. Os recursos serão preliminarmente repartidos por Estados, de forma proporcional à população e ao déficit de serviços, e selecionados pela combinação de indicadores relevantes (IDH e mortalidade infantil, dentre outros). Estima-se o montante de R\$ 3 bilhões/ano para ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos (encerramento de lixões e apoio a cooperativas de catadores), drenagem urbana, saneamento integrado e desenvolvimento institucional e operacional do setor.

O Governo, por intermédio da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), também desenvolve ações de saneamento ambiental, que são direcionados prioritariamente aos Municípios com população de até 30 mil habitantes e grupos populacionais específicos, como comunidades remanescentes de quilombos, reservas extrativistas, assentamentos da reforma agrária e ribeirinha. As ações, nesse contexto, têm por objetivo a ampliação do acesso dessas populações historicamente excluídas ao saneamento básico.

Na implantação de melhorias habitacionais para o controle da Doença de Chagas, que consiste na restauração e/ou reconstrução de habitações que favorecem a colonização de vetores da doença de Chagas, e tem como público-alvo as populações residentes em municípios com infestação intradomiciliar por *Triatoma Infestans* ou outras espécies nativas, a Funasa promoveu o desenvolvimento de ações conjuntas, mediante a celebração de 446 convênios, no período de 2003 a 2006, beneficiando mais de 15 mil famílias.

Quanto ao saneamento básico em aldeias indígenas para prevenção e controle de agravos, a estratégia adotada em 2006 foi a capacitação dos próprios indígenas para a operação e manutenção dos sistemas implementados. Os Agentes Indígenas de Saneamento (Aisan) são, atualmente, 1.304, o que significa um incremento de 156%, se comparados aos 510 existentes em 2002. Com isso, foram beneficiadas mais 288 mil famílias indígenas, em 1.530 aldeias.

O apoio ao controle da qualidade da água, que consiste no desenvolvimento e capacitação de recursos humanos envolvidos com a operação e manutenção de sistemas ou solução alternativa de abastecimento de água; financiamento para implantação de unidades laboratoriais e outras instalações destinadas ao controle da qualidade da água para consumo humano; e o desenvolvimento de ações de vigilância e controle de qualidade da água em áreas indígenas; abrangeu, em 2006, 490 sistemas que contam com desinfecção e outros 578 com monitoramento da qualidade da água. Tais medidas beneficiaram, no período de 2003 a 2006, quase três milhões de famílias, em 240 Municípios.

A implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de agravos, que são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e, eventualmente, em unidades coletivas de pequeno porte (banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico etc.), no período de 2003 a 2006, beneficiou mais 118 mil famílias em 1.331 municípios (com 1.604 convênios celebrados).

Para os Municípios com até 30.000 habitantes, a implantação, ampliação ou melhoria de sistema público de esgotamento sanitário para a prevenção e controle de agravos, no período de 2003 a 2006, beneficiou mais de 139 mil famílias em 791 Municípios. Devem ser registradas, também, as ações que o Governo Federal viabilizou, em 2006, para a implantação, ampliação ou melhoria de sistema público de esgotamento sanitário em Municípios integrantes de regiões metropolitanas ou de regiões integradas de desenvolvimento econômico (Ride) para a prevenção e controle de doenças. No período de 2003 a 2006, foram beneficiadas mais de 127 mil famílias em 182 Municípios. Essas ações serão mantidas e aperfeiçoadas no exercício de 2007.

Nos resíduos sólidos urbanos, a Funasa implantou, ampliou ou melhorou o sistema de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos em Municípios de até 30.000 habitantes e Municípios com risco de dengue, permitindo beneficiar mais de 470 mil famílias em 497 Municípios. Nos casos dos Municípios com população acima de 250.000 habitantes ou em regiões metropolitanas foram beneficiadas mais de 332 mil famílias em 53 Municípios.



6. Habitação

Em 2006, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), criado em 2005, por meio da Lei nº 11.124, e que visa somar e articular as ações e os recursos para habitação nas três esferas governamentais e direcioná-los para atender as famílias de baixa renda, recebeu R\$ 1 bilhão, que está sendo aplicado na urbanização de assentamentos precários e na construção de moradias para a população com renda mensal de até três salários mínimos, com prioridade à erradicação de palafitas.

No âmbito da provisão de habitação destinada ao segmento de maior renda, foram aprovados diversos instrumentos jurídicos visando impulsionar a oferta de crédito pelos agentes financeiros e incentivar o mercado da construção civil, dando mais garantias jurídicas ao empreendedor e ao comprador de imóvel. Nesse sentido, destacam-se as Leis de nº 10.931/04, 11.033/04 e 11.196/05, que tratam do patrimônio de afetação; de incorporações; de crédito imobiliário; do Fundo de Locação Imobiliária; de recursos previdenciários como colateral em financiamento imobiliário; de isenção ou redução de Imposto de Renda sobre ganho de capital na alienação de imóveis; e sobre rendimentos de títulos representativos de créditos imobiliários.

Aliado a esse marco legal, ainda no sentido de estimular o setor da construção civil, mobilizar agentes financeiros, ampliar o financiamento habitacional e gerar mais empregos, a partir de 2004, normas do Conselho Monetário Nacional foram editadas visando ampliar o financiamento imobiliário para a classe média. Essas normas tratam do cumprimento da aplicação dos recursos captados em caderneta de poupança destinados para operações de crédito imobiliário, resultando, em 2006, na expansão do crédito em 83%, se comparado a 2002. Foram também estabelecidas medidas de incentivo à concessão de financiamento para imóveis de mais baixo valor, a taxa de juros menores, redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre produtos da cesta básica, da construção civil, liberação do uso obrigatório da Taxa Referencial (TR) nos financiamentos, inclusão de empresas da construção civil na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, dentre outras medidas aprovadas em 2006.

O volume total de recursos aplicados na contratação de financiamentos imobiliários, subsídios habitacionais, arrendamentos e repasses, de janeiro até novembro de 2006, chegou a R\$ 12,8 bilhões, com o financiamento de cerca de 600 mil unidades habitacionais, beneficiando mais de 2,5 milhões de pessoas. Esse valor é mais que o dobro dos R\$ 5,102 bilhões aplicados em todo o ano de 2003. Nesse montante são consideradas todas as fontes de recursos operacionalizadas pela Caixa Econômica Federal (FGTS, FAT, PSH, FDS, PAR, OGU, OGU/BID, OGU/BIRD, BNDES, além de recursos próprios).

a.1) Atendimento por Faixa de Renda

A necessidade de focar a aplicação dos recursos disponíveis das diversas fontes no atendimento de famílias na faixa de renda até cinco salários mínimos resultou na ampliação dos investimentos e na revisão dos programas, bem como na mudança das diretrizes de aplicação dos recursos do FGTS, a maior fonte de recursos do setor habitacional, gerando uma grande mudança no uso dos subsídios.

Essas diretrizes foram materializadas na Resolução nº 460/2004 do Conselho Curador do FGTS, que introduziu um novo modelo de concessão de subsídios dirigidos ao financiamento a pessoas físicas com renda familiar mensal bruta de até cinco salários mínimos. Nos últimos dois anos, foram alocados R\$ 2,5 bilhões, destes, cerca de 90% dos financiamentos com recursos do FGTS



foram destinados às famílias com renda de até cinco salários mínimos (faixa onde estão concentrados 92% do déficit habitacional, estimado em 7,2 milhões de moradias). Já na faixa de até três salários mínimos, a melhoria foi ainda mais significativa, pois comparando a situação de 2003 com a de 2006, o atendimento a esta faixa passou de 23% para 60%. Portanto, a priorização do subsídio ficou na faixa de até três salários mínimos.

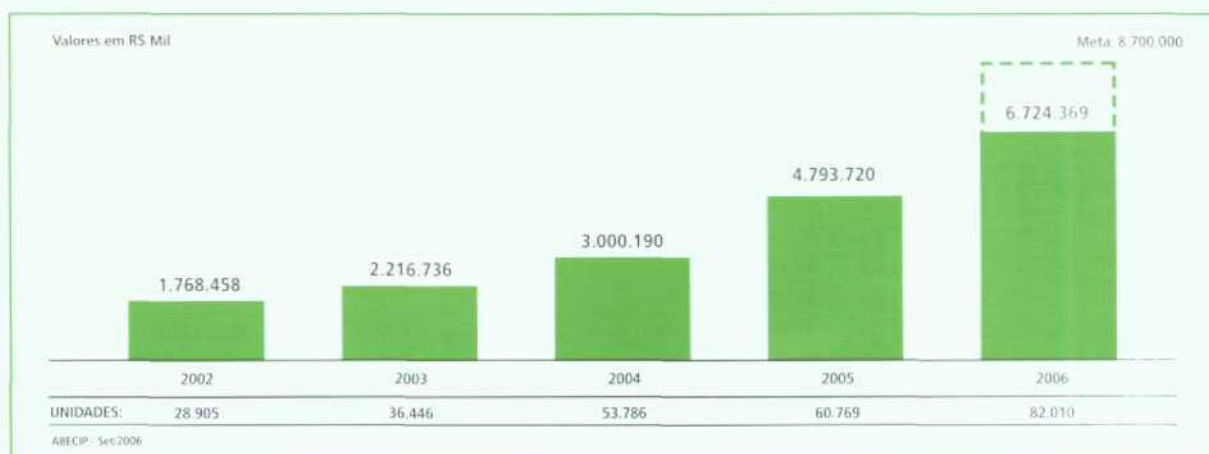
Recursos do FGTS: Investimento Habitacional por Faixa de Renda
(valores em R\$ mil – projeção até dez/2006)



Fonte: Ministério das Cidades

Ainda na linha de revisão dos Programas, é importante ressaltar os avanços alcançados, em 2006, com os ajustes implementados nas diretrizes dos Programas Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), Arrendamento Residencial – PAR Pró-Moradia, bem como a prioridade conferida ao Habitar-Brasil/BID e a criação do Programa Crédito Solidário, que possibilitaram: (i) maior focalização da aplicação dos recursos para atendimento de famílias com renda de até cinco salários mínimos; (ii) ampliação da participação do poder público local na atuação nas áreas rurais, com inserção de novos agentes financeiros no processo de produção habitacional do País – como as Companhias de Habitação Popular (Cohab) e Cooperativas Habitacionais e de Crédito; e (iii) no atendimento de categorias específicas, como famílias de pequenos agricultores, indígenas e quilombolas.

Evolução dos Investimentos em Habitação – SBPE



Fonte: Ministério das Cidades



No período 2003/2006, o incremento nos investimentos para o setor habitacional, gerou maior número de atendimentos, em especial para os segmentos com renda de até cinco salários mínimos. No período compreendido de janeiro de 2003 a outubro de 2006, o Governo Federal destinou R\$ 38 bilhões para habitação, com recursos do FGTS, Orçamento Geral da União (OGU), FAT, Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e Caixa Econômica Federal, contemplando quase dois milhões de famílias, sendo que 70% dessas famílias têm renda mensal de até cinco salários mínimos. E se considerarmos apenas os recursos do FGTS, o atendimento das famílias nesta faixa de renda foi de 86% no ano de 2006, um acréscimo de 43% em relação a 2002. Somente em 2006, foram quase R\$ 13 bilhões investidos no setor.

Recursos do FGTS: Subsidiados por Faixa de Renda



Fonte: Ministério das Cidades

Evolução dos Investimentos em Habitação



Fontes de Recursos: FGTS, SUBSIDIO FGTS, FAR, FDS, OGU, FAT, CAIXA

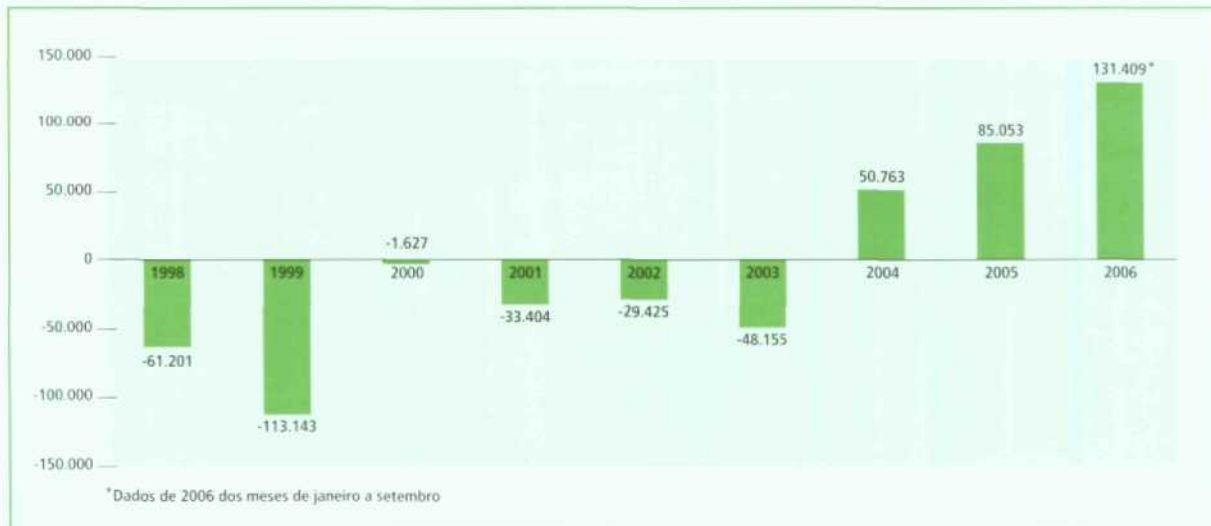
Fonte de Informação: M.Cidades e Relatórios CUI

Informações atualizadas até 31/10/2006

*RES-460/04 a partir de 1º/01/2005

Essa nova estratégia adotada teve impactos positivos na geração de empregos na construção civil e no mercado de moradia. O emprego formal na construção civil saiu de um patamar negativo para um patamar positivo, de 2004 em diante, conforme revela o gráfico a seguir.

Emprego Formal: Construção Civil



Fonte: Ministério das Cidades

Para 2007, os desafios e metas específicos para o setor habitacional compreendem a continuidade da implementação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS); a ampliação das fontes de recursos para subsídios; a implantação de política de oferta de solo urbanizado e regularizado de interesse social com abrangência metropolitana e regional; a implementação de sistema nacional de informação e indicadores habitacionais, com a consolidação de instrumentos de geoprocessamento; e a consolidação e ampliação do mercado privado para atendimento as faixas de renda média e média baixa.

7. Planejamento Territorial Urbano

O Estatuto das Cidades, Lei nº 10.257, de 2001, constitui a base da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Para cumprir a sua missão de "assegurar o direito às cidades", o Ministério das Cidades se estruturou para apoiar os Municípios na implementação desse Estatuto.

No ano de 2006, a campanha "Plano Diretor Participativo – Cidade de Todos" gerou um movimento inédito de apoio ao planejamento municipal, alcançando mais de 1.500 dos 1.682 Municípios que tinham a obrigatoriedade de elaborar seus planos diretores, até outubro daquele ano. No processo, foram capacitadas 17.900 pessoas. O resultado da campanha é animador: 79% (1.325) dos Municípios que tinham obrigação de elaborar seus planos diretores já os transformaram em lei ou encontram-se em tramitação nas Câmaras Municipais; 17,7% (297) encontram-se em elaboração pelas Prefeituras e apenas 60 Municípios (3,6%) não tomaram nenhuma providência neste sentido.

Em 2006, o Governo investiu mais R\$ 4 milhões no apoio a 64 Municípios para a elaboração de planos diretores, além da viabilização do apoio a prefeituras, por intermédio de 40 grupos de extensão universitária, para suporte técnico às prefeituras na elaboração de seus planos.

Outro aspecto a ser considerado na questão territorial urbana diz respeito aos assentamentos informais, vilas, loteamentos clandestinos e favelas, que se constituem em espaços irregulares, vulneráveis e inseguros onde vive grande parte da nossa população. Com base nos dados do Censo de 2000, estima-se que ao menos 12 milhões de domicílios urbanos são irregulares. Considerando estes fatos, o Governo formulou uma política nacional de regularização fundiária em áreas urbanas. Essa política concretizou-se com o Programa Papel Passado, que apoia Estados, Municípios, associações civis sem fins lucrativos e defensorias públicas na promoção da regularização fundiária sustentável de assentamentos informais nessas áreas.

No ano de 2006, esse Programa ampliou o apoio direto às ações de regularização desenvolvidas por Prefeituras, governos Estaduais, entidades sociais e defensorias públicas, além de realizar um grande esforço de capacitação de agentes locais, no qual se destaca a realização do curso virtual de regularização fundiária, que atendeu a 900 técnicos de todo o Brasil. Até novembro de 2006, as ações de regularização acompanhadas pelo Programa envolveram 2.162 assentamentos em 283 Municípios de 26 Unidades da Federação. São 1,35 milhão de famílias com processo de regularização fundiária iniciado, das quais 300.334 receberam o título de posse ou propriedade do seu imóvel. Do conjunto de títulos concedidos, 87.850 foram objeto de registro em Cartórios de Registro de Imóveis.

Em 2007, prevê-se o apoio aos Municípios na gestão dos planos para que os mesmos se concretizem em cidades justas, democráticas e sustentáveis e na continuidade do apoio sistemático nos demais Municípios, especialmente naqueles com vocação turística e os localizados na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. No âmbito da regularização fundiária, em 2007, as metas estão voltadas para ampliar o apoio aos Municípios na implementação do Programa Papel Passado; atuar, em conjunto com o Programa de Reabilitação de Áreas Centrais, na disponibilização de imóveis vagos para a habitação e regularização de interesse social; além de desenvolver programas e ações de mobilização e capacitação de técnicos municipais e agentes locais.

8. Mobilidade Urbana

Em 2006, o anteprojeto de lei do marco regulatório da mobilidade urbana foi aprimorado por meio de seminários regionais, com ampla participação social. O Governo encaminhará esse projeto de lei ao Congresso Nacional, em 2007.

No tocante aos sistemas de circulação não motorizados, merece destaque o Programa Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta – Bicicleta Brasil, que incentiva o uso da bicicleta como meio de deslocamento, promovendo sua integração aos demais sistemas de transporte urbano. Em 2006, foi financiada a construção de 25 ciclovias e dois projetos de ciclovia, em diversos Estados. Outra iniciativa é o Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana – Brasil Acessível, que tem por objetivo apoiar governos Estaduais e Municipais nas ações que garantam a acessibilidade de pessoas com deficiência e idosos aos sistemas de transporte público, equipamentos urbanos e circulação em áreas públicas.

No âmbito dos sistemas motorizados, ressaltam-se o apoio do Governo à implantação de corredores estruturais de transporte coletivo urbano e às intervenções viárias em benefício dos sistemas já existentes. Nesse sentido, em 2006, foram apoiados 22 projetos que objetivam deslocamentos mais rápidos, confortáveis e seguros para a população, totalizando investimentos da ordem de R\$ 134 milhões, sendo R\$ 77 milhões de recursos do Tesouro Nacional e R\$ 57 milhões de recursos do FGTS. Destaque-se a aprovação de R\$ 70,34 milhões, no âmbito do PPI, para o apoio à implantação do Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano de São Paulo, no trecho Parque Dom Pedro II – Cidade Tiradentes, que irá beneficiar, diretamente, cerca de 1,5 milhão de pessoas carentes de serviços de transporte coletivo inseridas em sua área de influência.

Em 2006, outros 12 projetos de acessibilidade, sinalização, qualificação de vias e resolução de conflitos intermodais foram contemplados. Além disso, há a previsão de investimentos, em 2007, em estudos para elaboração de planos diretores integrados de mobilidade urbana para áreas metropolitanas, visando racionalizar a oferta e estimular o planejamento.

Além de aumentar os investimentos e melhorar a qualidade do gasto, o Governo se empenhou em contribuir para o aperfeiçoamento e desenvolvimento dos recursos humanos responsáveis pelo planejamento, regulação e gestão do transporte e da mobilidade urbana municipal e metropolitana, realizando em 11 capitais cursos de capacitação para gestores de transporte urbano, atingindo um público de 570 técnicos. Essas ações de capacitação de recursos humanos terão continuidade, em 2007. No que tange ao sistema metroferroviário, em Recife foi retomado o ritmo das obras, a partir de junho, destacando-se o início da operação, em caráter experimental, entre as estações de Recife e Imbiribeira. Para esse sistema metroferroviário houve a aprovação de R\$ 87,78 milhões.

Em Salvador, também houve o reinício das obras, após paralisação de janeiro a maio por força de decisão judicial. Foram aprovados recursos, no valor de R\$ 149,64 milhões, para a implantação do trecho Lapa – Acesso Norte. Quanto a Fortaleza, o trecho Sul, Vila das Flores – João Felipe foi contemplado com R\$ 82,9 milhões e o trecho Oeste, João Felipe – Caucaia, com R\$ 40 milhões.

Para o exercício de 2007, estão previstos recursos da ordem de R\$ 235,4 milhões para as ações de investimento em transporte metroferroviário. Para as ações que compõem o PPI, estão destinados mais R\$ 141,1 milhões para a continuidade das obras e serviços de implantação do metrô de Fortaleza, no trecho Sul, com recursos exclusivos da União. Para o trecho Oeste, os recursos, no valor de R\$ 30,0 milhões, se destinarão à continuidade das obras e dos serviços de modernização do trecho, com a remodelação da via permanente, reforma de estações e recuperação da frota de material rodante. Em Salvador, a aplicação de R\$ 38,4 milhões permitirá a conclusão da implantação do trecho Lapa – acesso norte, com o término da construção de cinco estações, da implantação da via permanente, implantação dos sistemas de sinalização, ventilação e escadas rolantes.

Os recursos previstos, em 2007, para as ações de recuperação dos sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió, no montante de R\$ 6,0 milhões, visam dar continuidade ao restabelecimento das condições básicas de segurança e confiabilidade dos sistemas. Está prevista, também em 2007, a conclusão da fase de diagnóstico e identificação das necessidades e oportunidades para a capital potiguar e o início do desenvolvimento de projeto semelhante para as cidades de João Pessoa e Maceió.

Concluído em dezembro de 2006, o Estudo do Planejamento Estratégico do Transporte para a Região Metropolitana de Porto Alegre, que abrangeu 13 Municípios, propõe uma integração das diversas modalidades de transporte existentes na região, tanto funcional (física, operacional e tarifária) quanto institucional. Propõe, ainda, a criação de uma entidade única que integre os diversos entes

existentes. O Plano Integrado de Transporte e Mobilidade Urbana, contratado pela Trensurb, ao custo de R\$ 2.065 milhões e com conclusão prevista para abril de 2007, deverá detalhar as soluções apontadas pelo Estudo de Planejamento Estratégico.

9. Trânsito

Deu-se continuidade a implementação do Registro Nacional de Infrações de Trânsito (Renainf), por meio do qual o Denatran coordena o processo de cobrança das multas aplicadas a veículos em Unidade da Federação (UF) diferente daquela de registro e licenciamento do veículo. O projeto conta hoje com 22 UFs integradas, correspondendo a 93% da frota cadastrada. Foi instituído, no ano de 2006, o Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (Renaest), que viabiliza on-line a troca eletrônica de informações sobre acidentes de trânsito entre os órgãos Municipais, Estaduais e Federais.

Foram desenvolvidas funcionalidades no Sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), que representam um novo paradigma para esse Sistema. Esse Sistema deixou de ser uma base de índice que registra apenas os dados originais lançados pelas montadoras, para assumir, de fato, o controle da frota circulante, registrando todas as etapas do ciclo de vida do veículo.

Visando promover adequações à operação e ao funcionamento do Sistema de Registro Nacional de Carteiras de Habilitação (Renach) e, considerando a necessidade de inibir a ação de falsários, o Conselho Nacional de Trânsito regulamentou a expedição da Carteira Nacional de Habilitação, com novo leiaute, papel com marca d'água e requisitos de segurança, e outras disposições constantes na Resolução nº 192, de 30 de março de 2006.

Em 2007, estão previstas diversas ações do Governo, por intermédio do Denatran, compreendendo a implementação do Renainf na sua totalidade, integrando os estados de AC, RO, AP, ES e TO; a realização do Exame Nacional de Instrutores de Trânsito (ENIT) e o do Exame Nacional de Examinadores de Trânsito (ENET); a implementação do Projeto de Ensino Fundamental e do Projeto de Ensino Médio, nos quais se prevê a participação de seis mil estudantes de escolas públicas e particulares localizadas em Belém (PA), Fortaleza (CE), Salvador (BA), São Paulo (SP), Curitiba (PR) e Brasília (DF); e a implementação da Escola Corporativa de Trânsito.



V - POLÍTICA EXTERIOR E SOBERANIA

2007

1. Política Exterior

O Brasil está empenhado em diversificar parcerias e aproximar-se do mundo em desenvolvimento, mantendo ao mesmo tempo os tradicionais vínculos com os países desenvolvidos.

A prioridade da política externa brasileira em 2006 continuou sendo a integração da América do Sul. A Cúpula África-América do Sul, realizada na Nigéria, em novembro, foi um marco nas relações Sul-Sul e na afirmação da identidade internacional da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). Na III Reunião de Chanceleres, no Chile, foi assinado Acordo de Isenção de Vistos de Turista e Habilitação de Documentos de Identidade para o ingresso em países sul-americanos, bem como para o trânsito entre eles.

O Mercosul foi ampliado com o ingresso da Venezuela como membro pleno, em julho de 2006. Com a nova adesão, o bloco passa a ter mais de 250 milhões de habitantes, uma área de 12,7 milhões de km², um PIB superior a US\$ 1 trilhão e um comércio global superior a US\$ 300 bilhões. O Brasil exerceu, durante o segundo semestre, a Presidência Pro Tempore do Mercosul (PPTB). Logrou-se avançar na elaboração do Código Aduaneiro do Mercosul, na interconexão informática dos serviços aduaneiros dos Estados Partes e na definição de esquema para a distribuição da renda aduaneira. Foram elaborados planos estratégicos para a Ação Social e o Desenvolvimento e Integração Produtiva do Mercosul. O Brasil deu início ao Projeto do Fundo Mercosul de Apoio à Integração Produtiva de Pequenas, Médias e Microempresas, e propôs o estabelecimento de grupo de trabalho para formular um programa de cooperação na área de biocombustíveis e suas tecnologias. A fim de reduzir as assimetrias no bloco, os Estados ratificaram o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). O Brasil efetuou contribuição no valor de R\$ 77 milhões. O Parlamento do Mercosul foi instalado em dezembro de 2006, em Sessão Solene do Senado Federal. Trata-se de órgão independente, representativo dos povos do Mercosul, com sede em Montevidéu.

Em março de 2006, aconteceu, no Rio de Janeiro, a III Reunião da Comissão Mista Trilateral do Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). Em setembro, em Brasília, houve a I Cúpula de Chefes de Estado e Governo do IBAS, ocasião em que foram assinados diversos acordos e iniciadas consultas para uma área de livre comércio trilateral Mercosul-Índia-SACU (União Aduaneira da África Meridional).

Teve lugar, em Nova Iorque, à margem da Assembleia Geral da ONU, o primeiro encontro informal entre os Chanceleres do BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China). No plano bilateral, registre-se a assinatura de Memorando de Entendimento com a China, incluindo acordos de autolimitação das exportações chinesas nos setores têxtil e de brinquedos. A assinatura de Acordo de Proteção Mútua de Tecnologia entre o Brasil e a Rússia, em dezembro, contribuirá para o desenvolvimento do Veículo Brasileiro Lançador de Satélites. Atenção especial também foi dada à implementação das decisões da primeira Cúpula América do Sul-Países Árabes, que o Brasil sediou em 2005. Foram abertos três portais na internet e desenvolvidas ações de aproximação cultural. A exposição de fotografias "AMRIK - Presença Árabe na América do Sul" foi exibida em várias importantes cidades árabes e sul-americanas, em Madri e Nova Iorque. Foram também aprovados os termos para um Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo.

Em julho de 2006, o Presidente da República participou, em São Petesburgo, a convite do Governo russo, do diálogo ampliado da Cúpula do G-8. Concluiu-se vantajoso acordo com a União Européia para a definição de quotas para carne de aves, superando

largamente o volume exportado em 2005. O acordo firmado com o Japão, relativo à TV digital, deverá propiciar a criação de um sistema híbrido, que ajustará o padrão original japonês às características brasileiras.

Em dezembro de 2006, o Congresso norte-americano renovou o Sistema Geral de Preferências (SGP) por dois anos, mantendo o Brasil como beneficiário. Avançou-se, do mesmo modo, no diálogo Brasil-Estados Unidos sobre cooperação em energia e biocombustíveis.

Desde 2004, o Brasil detém o comando militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), contribuindo com 1.200 militares. Em 2006, a Companhia de Engenharia Brasileira realizou obras importantes para a recuperação da infraestrutura haitiana. O Governo brasileiro contribuiu decisivamente para o transcurso pacífico da eleição presidencial no Haiti.

Na Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil foi eleito para ocupar assentos em dois órgãos recém-criados: o Conselho de Direitos Humanos e a Comissão de Construção da Paz. Na área de desarmamento e não-proliferação, teve lugar em junho, em Brasília, a 16ª Reunião Plenária do Grupo de Supridores Nucleares. O Brasil condenou os testes nucleares realizados pela República Democrática Popular da Coreia e conclamou aquele país a reintegrar-se ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP).

Na Organização Mundial do Comércio (OMC), deu-se continuidade aos esforços, junto com os parceiros do G-20, para destravar as negociações da Rodada Doha e obter a liberalização do comércio agrícola, incluindo o fim dos subsídios e das barreiras protecionistas nos países desenvolvidos. Após decisão da OMC favorável ao Brasil, as Comunidades Europeias adotaram regulamento que modifica a classificação aduaneira de cortes de frango salgado e congelado, tornando-a menos onerosa aos exportadores brasileiros.

O Brasil atuou na negociação que levou à decisão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de perdoar as dívidas de Bolívia, Guiana, Nicarágua, Honduras e Haiti. Em seguimento à iniciativa brasileira da Ação contra a Fome e a Pobreza, foi realizada em Brasília, em julho, a I Reunião Plenária do Grupo-Piloto sobre Mecanismos Inovadores de Financiamento do Desenvolvimento. O Brasil participou ativamente na criação da Central Internacional de Compra de Medicamentos para o combate à Aids, à malária e à tuberculose (Unitaid).

Para coordenar, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, as ações de política externa relacionadas com recursos energéticos e minerais, foi criado em junho de 2006 o Departamento de Energia. Prosseguiram os estudos para a construção do Grande Gasoduto do Sul e a Petrobras encetou conversações com o Governo boliviano relativas à nacionalização dos hidrocarbonetos naquele país. Além disso, foram realizadas reuniões preparatórias para o lançamento do Fórum de Biocombustíveis, iniciativa que visa à consolidação de um mercado internacional para o setor.

Foram organizadas missões empresariais e seminários para estimular os negócios com diversos países: Tunísia, Botsuana, Argélia, Reino Unido, Arábia Saudita, Rússia, África do Sul, Índia, Uruguai, Itália, China e Chile. O Brasil participou de 53 feiras e exposições internacionais ao longo do ano. Cerca de 755 empresas nacionais tiveram oportunidade de promover seus produtos no exterior. Atividades do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI) incentivaram o comércio com os países da América do Sul. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) realizou centenas de ações de cooperação em áreas como saúde,

agricultura, formação profissional e energia.

No campo da assistência às comunidades brasileiras no exterior, prosseguiu-se na recuperação da rede consular, de modo a prestar assistência aos quatro milhões de brasileiros que vivem fora do País. Inauguraram-se Consulados-Gerais em Madri, Mendoza, Mumbai e Paris. A operação de retirada de brasileiros do Líbano foi a maior do gênero já executada pelo Brasil, sendo que 2.950 nacionais foram evacuados da zona de conflito e 2.678 transportados para o Brasil.

No plano do combate aos ilícitos transnacionais, o Brasil esteve representado nas reuniões internacionais mais importantes tratando de corrupção, crime organizado, tráfico de drogas, armas, pessoas e migrantes, lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. O Governo brasileiro instalou o Centro Regional de Inteligência, em Foz do Iguaçu, para combater ilícitos na Triplíce Fronteira.

Em 2007, o Governo brasileiro buscará, em primeiro lugar, acelerar a integração da América do Sul, reforçando a identidade internacional da CASA. Serão feitos esforços para consolidar a Área de Livre Comércio Sul-americana, aprofundando a convergência entre o Mercosul, a Comunidade Andina (CAN) e o Chile. Deve-se também avançar na integração dos setores estratégicos de infra-estrutura (energia, transportes e comunicações) e executar os projetos prioritários, em particular no âmbito da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Parte importante do processo de integração será a implementação de decisões que aumentem os fluxos de pessoas (turistas, empresários, trabalhadores, artistas e estudantes) entre os países sul-americanos.

A consolidação do Mercosul requer o aperfeiçoamento dos mecanismos de redução das assimetrias, como o Focem, e o fortalecimento da União Aduaneira. Merecerão prioridade a integração produtiva e o desenvolvimento de políticas industriais e agrícolas comuns, a fim de aumentar a competitividade do Mercosul e atrair mais investimentos.

O Governo brasileiro continuará a dar impulso à cooperação Sul-Sul e a diversificar suas parcerias. Seguirá fortalecendo o IBAS como foro de articulação de objetivos compartilhados entre Brasil, Índia e África do Sul. Serão identificadas novas oportunidades de negócios e ampliadas as exportações de bens e serviços brasileiros para os países em desenvolvimento. Do mesmo modo, serão reforçados o diálogo político e a cooperação econômica, científica e tecnológica com os BRIC.

Serão também objetivos do Governo, em 2007, continuar a dinamizar os vínculos com o continente africano; promover maior aproximação entre a América do Sul e a África; fortalecer a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); e desenvolver as relações com a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e com os países árabes.

Com os países do G-8, será levada adiante uma agenda de interesses comuns. As relações com os EUA e a Europa serão marcadas por um calendário intenso de visitas de alto nível e ações de cooperação e parceria. Manifestaram intenção de visitar o Brasil, no primeiro semestre de 2007, os Presidentes da Alemanha e da República Eslovaca, bem como o Primeiro-Ministro da Dinamarca. O Papa Bento XVI virá ao Brasil em maio, por ocasião da Conferência Episcopal Latino-Americana, em Aparecida do Norte.

Serão realizadas ações de promoção comercial voltadas para os mercados dos países desenvolvidos. Estão previstos eventos de atração de investimentos na Espanha, Finlândia e Noruega, bem como a modernização da BrazilTradeNet (base de dados sobre

comércio e investimentos). O Brasil continuará a trabalhar para viabilizar uma decisão sobre a ampliação do Conselho de Segurança da ONU ainda na atual LXI Assembleia Geral. Deverá, também, ser mantida a cooperação com o Haiti, com base nos três pilares da política brasileira naquele país: segurança, fortalecimento institucional e desenvolvimento econômico e social.

Quanto às negociações comerciais, o Brasil buscará manter a unidade do G-20 e reforçar sua coordenação com outros grupos de países, sobretudo em desenvolvimento. Será fundamental persistir no combate ao protecionismo – em particular os subsídios agrícolas – e ampliar o acesso aos mercados nos países desenvolvidos.

Serão intensificadas as negociações comerciais entre o Mercosul e a União Europeia, a União Aduaneira da África Meridional (SACU), a Índia e o Conselho de Cooperação do Golfo. Será dada, em 2007, continuidade ao estreitamento das relações com a Comunidade do Caribe (Caricom) e o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA). Também está prevista a conclusão das negociações para a liberalização do comércio de serviços entre o Mercosul e o Chile.

Em 2007, o Brasil estará na Presidência da VIII Conferência das Partes (COP 8) na Convenção sobre Diversidade Biológica e deverá ter atuação destacada na negociação de um regime internacional sobre acesso e repartição de benefícios. O Governo também atuará nas negociações sobre mudança do clima, para que sejam cumpridas as metas de redução de emissões de gases de efeito estufa previstas no Protocolo de Quioto e defender incentivos positivos para redução de emissões por desmatamento. O Brasil participará do processo de reforma do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e irá, ainda, cooperar com os países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) em favor do desenvolvimento sustentável da floresta.

Outra meta do Governo brasileiro será intensificar a cooperação técnica, científica e tecnológica, a fim de aumentar a competitividade dos bens e serviços nacionais e dotar de maior autonomia a capacidade tecnológica do País. Serão reforçadas as parcerias de cooperação que incentivem a inovação e o desenvolvimento industrial, especialmente na área de biocombustíveis. Sobre esse ponto, pretende-se realizar Reunião Ministerial para o lançamento do Fórum Internacional de Biocombustíveis, com a participação do Brasil, África do Sul, China, EUA, Índia e União Europeia. O Governo brasileiro pretende organizar uma Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, a ser realizada no Brasil, no início de 2008. Serão também negociados acordos de cooperação em energia com a Alemanha e a China.

No campo cultural, será preciso ampliar a rede de Centros de Estudos Brasileiros e leitorados, organizar cursos de língua e cultura brasileira (sobretudo na África, América Latina e Caribe), apoiar a exportação da produção audiovisual brasileira e divulgar a criação artística nacional. Será organizado, em 2007, na Argentina, o Mês do Brasil, prevendo mostras de artes plásticas, gastronomia, música e dança, a Semana de Cinema brasileiro e a participação na Feira Internacional do Livro de Buenos Aires. Serão também realizadas, com programação similar, semanas de cultura brasileira na Índia.

2. Soberania

Em 2006, o Exército Brasileiro (EB) continuou o Projeto 2ª Brigada de Infantaria de Selva – São Gabriel da Cachoeira/AM, na Amazônia, concluindo a implantação do Comando da Brigada, da Companhia Comando e do 3º Pelotão de Polícia do Exército. Prevê-se, para o ano de 2007, a continuação desse empreendimento prioritário, com início dos trabalhos de construção da infra-

estrutura do 3º Batalhão de Infantaria de Selva – Barcelos/AM. Ainda nessa área estratégica, prosseguiu-se nas ações relacionadas com a instalação do Pelotão Especial de Fronteira de Tiriós/PA e do Esquadrão de Cavalaria de Selva de Tucuruí/PA.

Na área da Bacia do Prata, em 2006, o Exército concluiu a concentração estratégica dos meios blindados e iniciou os trabalhos de forma a adequar as instalações das Organizações Militares às necessidades operacionais dessas Brigadas. Para tal, ressalta-se o início da construção do 3º Regimento de Carros de Combate na cidade de Ponta Grossa/PR. No Centro-Oeste, foi priorizado o Sistema de Comando e Controle, modificando a sede da 14ª Companhia de Comunicações Mecanizada para a cidade de Dourados/MS. Para 2007, devido à importância estratégica da área, será ativado um Destacamento de Aviação do Exército, embrião de um futuro Batalhão de Aviação do Exército, no Comando Militar do Oeste (CMO).

Com o propósito de melhorar a capacidade técnica e reforçar a assistência de saúde na fronteira amazônica ao pessoal militar e à população civil, incluindo as comunidades indígenas, foram realizados investimentos, adquiridos equipamentos e feitas obras físicas no Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira e no Hospital de Guarnição de Tabatingá, referências para o SUS no Alto Rio Negro e Alto Solimões, e no Hospital de Guarnição de Manaus. Nessa mesma linha de atuação, prosseguiu ação do Governo para incentivar profissionais da área de saúde a prestarem o serviço militar na Amazônia, facilitando a implementação de programas de educação continuada a distância e a participação em pesquisas científicas, além de viabilizar programas locais de residência médica em medicina comunitária e de médico da família.

Em apoio à implantação do SAMU na região amazônica, a Marinha projetou e construiu oito lanchas de apoio médico, conhecidas como “Ambulanchas”, para o Ministério da Saúde, o que vem possibilitando o atendimento móvel de urgência às populações ribeirinhas.

No ano de 2006, foi ampliada a área de abrangência do Programa Calha Norte, que agora conta com a participação de 194 Municípios em seis Estados da Federação. A área de atuação desse abrange, atualmente, 32% do território nacional, onde habitam cerca de oito milhões de pessoas. Também em 2006, foram celebrados 219 convênios com Estados e Municípios integrantes do Programa, no valor aproximado de R\$ 112 milhões, que se destinam a obras que serão executadas ao longo do ano de 2007, e que, somando-se às que se encontram em execução, totalizarão cerca de 340 obras em 2007, na sua vertente civil. A conclusão dessas obras permitirá o atendimento às demandas essenciais nas áreas de educação, saúde, saneamento básico e infra-estrutura para a população atendida pelo Calha Norte. Na vertente militar do Programa, o orçamento de 2007 teve seu valor duplicado em relação ao ano de 2006, o que permitirá um melhor atendimento às demandas das Forças Armadas para a região amazônica.

Foi dada continuidade à realização de exercícios de adestramento combinados, envolvendo as três Forças Armadas, possibilitando a elevação do grau de integração entre elas e, principalmente, dinamizando a eficiência operacional dos meios militares brasileiros. Ressalte-se que essas operações foram sempre direcionadas para as faixas prioritárias do território brasileiro no combate aos delitos transnacionais, como é o caso da Amazônia. Além disso, durante a realização dessas operações, os meios de comunicação, comando e controle das Forças Armadas foram intensivamente testados, relativamente aos seus atributos de segurança e efetividade. Para 2007, está prevista a realização de outras operações militares dessa natureza.

O Exército Brasileiro prosseguiu com a renovação gradual de seu material de emprego militar, priorizando as estruturas

blindadas, de força de paz, de operações especiais e as de infantaria leve e de garantia da lei e da ordem. Visualiza-se, para o exercício de 2007, maior ênfase nas ações voltadas para o reaparelhamento dessas estruturas, a fim de melhor cumprirem as suas missões e bem representarem o País no exterior.

No âmbito da construção naval, o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro prossegue na implementação do Programa Emergencial de Recuperação do Poder Naval (PERPN). No escopo desse Programa estão a construção da Corveta "Barroso", com cerca de 75% do projeto concluído e com previsão de que seja incorporado à Armada em março de 2008, e do Submarino "Tikuna", que foi transferido para o setor operativo da Marinha no mês de julho de 2006. Da mesma forma, foi dada continuidade aos projetos de modernização das Fragatas classe "Niterói" e de modernização dos submarinos classe "Tupi".

No Programa Nuclear da Marinha cabe destaque especial à obtenção da primeira amostra de Hexafluoreto de Urânio (UF6) produzida para o desenvolvimento de elementos combustíveis avançados para as usinas nucleares de Angra. Nessa mesma linha de atuação, a Marinha do Brasil prossegue construindo ultracentrifugas para as Indústrias Nucleares do Brasil (INB).

Deu-se prosseguimento, em 2006, ao Plano de Recuperação Operacional da Força Aérea Brasileira (Profab), destinado à aquisição e modernização de aeronaves de diversas categorias. A chegada dos dois primeiros *Mirage 2000*, adquiridos junto à Força Aérea Francesa como parte das medidas de modernização da Aeronáutica, recuperou, em parte, a capacidade de emprego do meio aéreo em missões de Defesa Aérea. Até o final de 2008, serão incorporados mais dez aviões desse tipo, destinados a proteger o espaço aéreo brasileiro e, ao mesmo tempo, criar um ambiente favorável à consolidação do Projeto F-X, permitindo que o mesmo transcorra de forma segura e sustentada.

Para fortalecer a vigilância da fronteira amazônica, visando combater o narcotráfico, foram adquiridas as aeronaves A-29 Super-Tucano, fabricadas pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), que deverão equipar três Unidades Aéreas estrategicamente sediadas nas cidades de Boa Vista, Porto Velho e Campo Grande. Até o final de 2006 foram recebidas 38 aeronaves, de um total de 99 previstas em contrato. A compra de aviões P-3A *Orion*, que se encontram atualmente em fase de modernização na Espanha, vem contribuir para a Força Aérea Brasileira dispor de uma aviação de patrulha equipada com o que há de mais moderno no conceito de guerra eletrônica. O processo de modernização tem sido acompanhado por equipe da Aeronáutica e se estenderá por todo o ano de 2007 e 2008.

Com o objetivo de garantir a efetiva presença da Força Aérea nos pontos mais remotos do País, o Governo viabilizou, ainda, a aquisição de aeronaves de transporte. Assim, a chegada em 2006 do primeiro dos 12 aviões C-105 (Casa), de três C-99 Embraer 145, de um C-97 Brasília, além da aquisição de dois C-98 *Caravan* (previsão de chegada até setembro de 2007), ampliou o acervo dos meios aéreos com a capacidade de transportar remédio e alimento, e de propiciar socorro e informação às populações menos favorecidas. É relevante mencionar a aquisição de helicópteros H-60 *Black Hawk*, bem como a modernização dos caças F-5 *Tiger* e dos aviões de transporte C-130. Além disso, buscou-se ampliar a capacidade bélica dos aviões da FAB, com a aquisição dos mísseis *A-Darter* e *Derby*, de Bombas Inteligentes, além de designadores laser e de supressores de defesa, possibilitando a garantia da integridade do espaço aéreo brasileiro, a qualquer tempo e em qualquer parte do País.

No que se refere às relações militares com outros países, as diversas reuniões bilaterais realizadas com os estados-maiores desses

países e as operações multinacionais implementadas obtiveram excelentes resultados e proporcionaram avanços significativos no relacionamento e, sobretudo, no aumento da confiança mútua entre os participantes. Destacam-se, entre os países com os quais se manteve relacionamento de cooperação militar, o Peru, a Argentina, o Chile, o Reino Unido, a França, a Colômbia e os Estados Unidos da América.

Para 2007, as Forças Armadas do Brasil, sob a coordenação do Estado-Maior de Defesa, do Ministério da Defesa, prosseguirão integrando a Minustah. Prosseguirá, também, na preparação do 7º Contingente, que assumirá a missão no mês de junho de 2007. Está em fase de estudos a criação, em 2007, de um Centro Combinado de Preparação de Forças para Operações de Paz, objetivando maior racionalização no emprego dos recursos e o desenvolvimento da doutrina desse tipo de operação.

Em 2006, 91.335 jovens foram selecionados para cumprir o serviço militar obrigatório. O Plano Geral de Incorporação, relativo ao ano de 2007, prevê a prestação do Serviço Militar Inicial por cerca de 58.000 jovens na faixa etária de 19 anos. Dos jovens que prestaram o serviço militar em 2006, 10.697 receberam formação profissional no âmbito do "Projeto Soldado-Cidadão", desenvolvido pelo Ministério da Defesa, com suporte das Forças Armadas e em apoio ao Programa Primeiro Emprego.

No seu segundo ano de funcionamento, 2006, o Projeto Rondon realizou quatro grandes operações, atuando em 91 Municípios de 19 Estados, envolvendo cerca de 1.500 rondonistas. Dessa forma, consolidou-se como um dos grandes programas educacionais e de desenvolvimento sustentável à disposição da universidade e dos Municípios brasileiros. O programa possibilita também aos jovens universitários conhecer a realidade nacional, aproxima a inteligência acadêmica do município, em busca de soluções sustentáveis para os problemas municipais das comunidades onde se faz presente.



VI - DEMOCRACIA E DIÁLOGO

2007

1. Articulação com a Sociedade Civil

Em 2006, o Governo realizou 244 encontros, reuniões ou atividades com entidades e personalidades da sociedade civil. O Presidente da República tem atuado diretamente nesse processo e sua agenda pessoal reflete esse compromisso. Nesse período foram realizados, com a participação da Secretaria-Geral da Presidência da República, diversos encontros do Presidente com dirigentes e representantes de organizações da sociedade civil nacional e internacional, como centrais sindicais, entidades empresariais, organizações religiosas, movimentos sociais, Organizações Não-Governamentais (ONG), entidades de trabalhadores rurais, universidades, intelectuais e entidades estudantis.

O processo de diálogo tem garantido que os mais variados movimentos sociais se expressem nos espaços públicos, condição fundamental para a consolidação da democracia, garantindo, assim, a participação de diferentes atores sociais nos processos de discussão e de formulação de políticas públicas. Os movimentos do campo, por exemplo, expressaram-se publicamente no Grito da Terra, na Jornada pela Água e em Defesa da Vida, nas jornadas e na Conferência organizadas pelo Fórum em Defesa da Reforma Agrária e nas mobilizações decorrentes da estiagem na região Sul.

O diálogo e a negociação com entidades e movimentos sociais também foram importantes para a construção e a consolidação de políticas públicas mais inclusivas. A construção do Plano Safra 2006/2007, que está em andamento e disponibilizará R\$ 10 bilhões para a agricultura familiar, teve a participação ativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e demais entidades do campo, além do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

A consolidação da Mesa Nacional de Negociação Permanente com as entidades sindicais do serviço público federal permitiu avanços em pontos relevantes da política salarial e funcional. Também foram realizadas importantes negociações com as centrais sindicais para a definição do salário mínimo, a correção da tabela do Imposto de Renda dos assalariados e a proposta de reforma sindical.

Com o objetivo de debater projetos e analisar propostas, representantes do Governo participaram das audiências públicas sobre o projeto de Revitalização e Integração de Bacias do Rio São Francisco, sobre o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira – Santo Antonio e Jirau; sobre o Plano Amazônia Sustentável (PAS), sobre o Plano BR-163 Sustentável e sobre o desenvolvimento de políticas públicas para as áreas de segurança, integração nacional e radiodifusão comunitária.

A Secretaria-Geral coordenará, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o processo de participação social na elaboração do PPA 2008-2011. Esse processo contará com o envolvimento direto de Ministérios e Conselhos na construção conjunta de propostas, que serão submetidas a consultas públicas, mediante a realização de fóruns Estaduais que reunirão diversas organizações sociais, como sindicatos, associações e federações empresariais, organizações não-governamentais, movimentos populares e instituições religiosas e científicas.

Serão empreendidos esforços pelo Governo, em 2007, com vistas à consolidação do Fórum Governamental de Participação Social, como espaço de articulação entre os diversos instrumentos de participação social – conselhos, ouvidorias, mesas e conferências – implementados pelos ministérios setoriais.

Além de promover, em 2007, esforços para a consolidação do Fórum Governamental de Participação Social, com vistas à qualificação do debate sobre a participação social, o Governo desenvolverá um conjunto de estudos e publicações para a disseminação da informação. Uma frente de trabalho será a sistematização e divulgação das experiências de participação social, que ocorrem desde 2003, como, por exemplo, as Conferências Nacionais, assim como a construção de indicadores que permitam aferir o grau de participação social das diversas políticas públicas.

a) Diálogo Internacional

Um importante avanço alcançado no Governo foi a ampliação de espaços para que os movimentos sociais brasileiros participassem ativamente de negociações internacionais, tanto na ONU e na OMC, quanto no Mercosul, possibilitando incluir na dinâmica das negociações multilaterais e regionais a visão e as reivindicações da sociedade civil. Para fortalecer o Mercosul por meio de uma maior participação cidadã, o Governo, em parceria com o Foro Consultivo Econômico-Social do Mercosul e a Comissão Parlamentar Conjunta, promoveu os "Encontros com o Mercosul", um ciclo de eventos e encontros que reuniu, em 2005 e 2006, cerca de dois mil representantes de vários setores da sociedade civil e autoridades locais em Recife, Salvador, Belém, Belo Horizonte e Fortaleza. Ao assumir a Presidência Pro Tempore do Mercosul, em julho de 2006, o Governo brasileiro convidou os movimentos sociais para organizar a "Cúpula Social do Mercosul", levando adiante o processo de ampliação do diálogo social na construção da integração regional. Representantes dos mais variados setores da sociedade civil, que antes não se sentiam estimulados a participar do Mercosul, agora possuem um espaço privilegiado de interlocução no mais alto nível de decisão do bloco.

O diálogo entre representantes do Governo brasileiro e integrantes da sociedade civil internacional experimentou avanços importantes durante as atividades das edições do Fórum Social Mundial, realizadas em Porto Alegre, Bombaim, na Índia, e em Caracas, na Venezuela. Consciente da importância desses espaços para a reflexão sobre os mais diferentes temas da agenda nacional de desenvolvimento, o Governo iniciou diálogos com a sociedade civil, com vistas à participação do próximo Fórum Social Mundial, em Nairóbi, Quênia, em janeiro de 2007.

A participação e o diálogo sociais, no âmbito internacional, também foram incorporados à luta contra a fome, especificamente na Ação Contra a Fome e a Pobreza, que conta com a participação do Brasil, do Chile, da Espanha, da Alemanha, da França e da Argélia. Nos marcos dessa iniciativa global, foi criada, em setembro de 2006, o Fundo Internacional para a Compra de Medicamentos contra a Aids, a Malária e a Tuberculose (Unitaid). Por iniciativa do Governo Brasileiro, representantes da sociedade civil foram incorporados ao Conselho de Administração da Unitaid, com direito a voto. Vale registrar que essas doenças estão associadas às condições de pobreza extrema.

Pretende-se, em 2007, ampliar o diálogo internacional com os movimentos sociais e populares, ONG, universidades e centros de pesquisa de outros países, em linha de continuidade com o trabalho em desenvolvimento, em torno dos seguintes eixos:

a.1) Integração Social do Mercosul

Consolidar o processo de participação da sociedade civil no Mercosul, renovando a institucionalidade do bloco regional e incorporando novos atores e temas no processo de integração, constitui a principal tarefa do próximo período. Para isso, serão estimuladas ações que contribuam para a continuidade do Programa - Somos Mercosul, a participação da sociedade civil nos



espaços decisórios (reuniões especializadas, Grupos de Trabalho, GMC e CMC) e para a continuidade das Cúpulas Sociais durante as reuniões presidenciais do Mercosul.

a.2) Combate à Fome e à Pobreza

A criação da Unitaid constituiu, até o momento, o resultado mais significativo da Ação Global contra a Fome e a Pobreza. É preciso consolidá-la, seja por meio da incorporação de outros países neste esforço solidário, seja por meio do envolvimento de organizações que ainda não participam, mas que podem contribuir para esse Programa de combate à Aids, malária e tuberculose. É necessário recuperar a discussão sobre os novos mecanismos de financiamento ao desenvolvimento, imprescindíveis ao sucesso da cooperação e solidariedade internacionais buscadas pela Ação Global.

a.3) Fóruns Sociais Mundiais

Aperfeiçoar a experiência da Casa Brasil – espaço conjunto da sociedade civil e do Governo para divulgação, reflexão e debate das políticas públicas impulsionadas pelo Governo – constitui uma das tarefas a serem realizadas. Terá continuidade, também, a publicação de jornal específico, em vários idiomas, para ser distribuído nos Fóruns Sociais Mundiais com a finalidade de divulgar, informar e debater as experiências deste Governo.

a.4) Aprofundamento do Intercâmbio com a Sociedade Civil (América Latina, África, Europa e América do Norte)

Com vistas à manutenção do diálogo com os movimentos sociais e populares em nível internacional, em 2007, serão aperfeiçoados os mecanismos de divulgação das ações de Governo, tornando mais fluido o diálogo com a sociedade civil e orientando-o principalmente para a cooperação com os movimentos sociais e as organizações da América Latina e África. Propiciar o intercâmbio com os movimentos sociais dos países do Norte (América do Norte e Europa) constitui igualmente uma área prioritária de atuação.

a.5) Movimento Sindical Internacional

Atenção especial será dada às relações com o movimento sindical internacional. Com a fusão das maiores confederações mundiais de trabalhadores, ocorrida em outubro de 2006, o movimento sindical deu um passo importante para renovar-se e revigorar seu protagonismo nos fóruns internacionais. Dialogar com as centrais sindicais brasileiras e suas parceiras internacionais faz parte da tradição democrática deste Governo.

2. Uma Nova Relação Federativa

A partir do entendimento de que é necessário o fortalecimento da Federação, com incentivo para a cooperação e a concertação federativas, o Governo Federal vem construindo uma agenda baseada no diálogo, na negociação, na parceria e na busca da superação dos contenciosos federativos. Espera-se, dessa forma, que as relações intergovernamentais possam se dar sem que se considerem como critérios os vínculos partidários, para a pactuação das políticas públicas que têm por finalidade o desenvolvimento do País.

Essa nova relação, construída ao longo dos últimos anos, tem produzido ganhos efetivos, sobretudo aos Municípios. É a expressão

de um movimento estratégico na direção do fortalecimento dos governos sub-nacionais como condição necessária a uma repactuação federativa, que dê sustentabilidade à abertura de um novo ciclo de desenvolvimento, socialmente justo e inclusivo, capaz de enfrentar a agenda histórica e estrutural das desigualdades sociais e regionais do País.

Essa agenda federativa já consolidou uma série de avanços, como a Lei Complementar nº 116/2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, a nova Lei do Imposto Territorial Rural, o compartilhamento da CIDE entre a União, Estados e Municípios, além de diversas ações na área social, a exemplo da merenda escolar e da pactuação em torno da unificação dos programas de transferência de renda.

Destacam-se, como principais ações do Governo Federal, a partir de 2007, a implementação do Sistema de Assessoramento para Assuntos Federativos (Sasf), criado por meio do Decreto nº 6.005, de 28 de dezembro de 2006; a regulamentação da Lei dos Consórcios Públicos, por meio do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007; a Presidência Pro-Tempore da Rede intergovernamental da Organização dos Estados Americanos (Rioad), para o biênio 2006-2007; a instalação e fortalecimento do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul; e a implementação da Carta Compromisso com os Prefeitos e Prefeitas para os próximos quatro anos de Governo.

A implementação das Agências Regionais de Desenvolvimento (Sudene, Sudam), o redesenho do Plano Plurianual, a intensificação dos Projetos Pilotos de Investimentos (PPI), as ações na consolidação no Sistema Único de Segurança Pública, os novos investimentos na área de saneamento e habitação, a implantação do Fundeb, e o enfrentamento solidário das agendas metropolitanas sinalizam a necessária parceria entre a União, os Estados Federados e os Municípios. O fortalecimento da Federação Brasileira constitui uma aposta estratégica do Governo, com o objetivo da construção de um novo ciclo de desenvolvimento.

3. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)

Em relação ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) é importante registrar que a participação e disposição demonstrada pelos Conselheiros para contribuir e buscar consensos permitiram que esse Conselho apresentasse ao Presidente da República as Cartas de Concertação, a Agenda Nacional de Desenvolvimento e os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento – formulações sobre desenvolvimento, com diretrizes, propostas e metas concretas a serem perseguidas.

A decisão de fazer uma reflexão aprofundada sobre o desenvolvimento orientou o esforço de adensamento institucional e técnico do CDES. O Conselho criou e implantou o Observatório da Equidade, que aporta capacidade e instrumentos para medir e acompanhar o enfrentamento das desigualdades na sociedade brasileira e apoiar a proposição de políticas públicas e ações sociais que possam promover maior equidade.

O diálogo foi utilizado, ainda, como ferramenta de articulação do CDES com outras instituições. Exemplo da capacidade de articulação do CDES é a Rede do Observatório da Equidade, da qual participam 75 organizações governamentais e não-governamentais e organismos internacionais. Em 2006, o CDES assinou com a ONU um Memorando de Entendimento cujo objetivo é promover e estimular a criação de conselhos econômicos e sociais em países da América Latina.

O CDES participou de atividades de disseminação do conceito de diálogo social na Bolívia, no Chile, na Guatemala e no México.

O CDES assinou também acordos bilaterais para intercâmbio de experiências, contribuindo para aperfeiçoar seu trabalho interno. Destacam-se os acordos firmados com o Conselho Nacional de Economia e Trabalho da Itália; o Conselho Económico e Social da França; a France Libertés – Fundação Danielle Mitterrand; e a Comissão Tripartite da República da Coreia.

Apesar de ser um órgão novo, integrante da estrutura governamental, na última Assembleia Geral da Associação Internacional de Conselhos Económicos e Sociais e Instituições Similares (Aicesis), em setembro de 2006, o CDES teve sua candidatura à Presidência da instituição para o biênio 2007-2009 referendada. A posse está agendada para junho de 2007 na próxima Assembleia Geral. O tema proposto para o mandato brasileiro será “Desenvolvimento com Equidade”, envolvendo o debate sobre financiamento do desenvolvimento e combate à fome e à pobreza.

4. Conferências Nacionais e Encontros

Em 2006, foram realizadas 10 conferências temáticas nacionais e nove conferências internacionais. Ao mobilizarem representantes governamentais e diferentes atores da sociedade civil, as conferências setoriais constituíram espaços de reflexão, debate e troca de informações e estimularam a construção da co-responsabilidade entre Estado e sociedade.

Entre os eventos realizados em 2006, devem ser destacados:

- I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que teve a participação de cerca de 1.500 representantes governamentais e da sociedade civil, para discussão do tema central “Acessibilidade: você também tem compromisso”;
- I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, com o tema “Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa”;
- I Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos;
- 2ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca;
- 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, na qual foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária;
- Conferência Nacional do Esporte;
- Conferência Nacional dos Povos Indígenas;
- Conferência Nacional da Educação Profissional e Tecnológica;
- 10ª Conferência Latino-Americana de Zonas Francas;
- Conferência Regional das Américas Avanços e Desafios no Plano de Ação Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas; e
- 2ª Conferência de Intelectuais Africanos e da Diáspora (Ciad), com o tema geral “A Diáspora e o Renascimento Africano”.

Em 2007, será realizada a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, marcada para 18 a 20/08/07, em Brasília, em maio de 2007, em Fortaleza – CE, a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.



VII - GESTÃO DO ESTADO
E COMBATE À CORRUPÇÃO

2007



As ações desenvolvidas pelo Governo na área de gestão têm como objetivos principais promover melhorias na gestão pública, aumentar a qualidade dos gastos governamentais, promover a ética e a transparência e estabelecer instrumentos mais adequados de gerenciamento e avaliação de resultados. Os eixos que fundamentam a estratégia de melhoria da gestão são a busca da eficiência na aplicação de recursos públicos; o uso intensivo da tecnologia da informação; o aumento da transparência; a valorização dos servidores públicos; a modernização da gestão; e o combate à corrupção, à sonegação e à evasão fiscal.

1. Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos

A otimização do gasto público é um dos objetivos permanentes do Governo, com vistas ao desenvolvimento sustentável. Na busca da eficiência na aplicação dos recursos públicos, cabe destacar as atividades que estão sendo desenvolvidas no âmbito do Governo Federal, como a implantação de uma política de custos, a otimização do uso do Pregão Eletrônico, a elaboração de atos normativos relativos a compras públicas, a análise da viabilidade de projetos de grande vulto, a implementação das Parcerias Público-Privadas e a execução e monitoramento dos projetos integrantes do PPI.

Em 2005, foi instituída Comissão Interministerial de Custos, com a finalidade de construir a estratégia de implantação de uma Política de Custos para a Administração Pública Federal.

O trabalho da Comissão foi concluído em 2006 e consubstanciado em uma proposta de Decreto – que institui o Sistema de Custos na Administração Pública Federal – e em um Relatório Final, que define as diretrizes e orienta a implantação gradual da gestão de custos no Governo Federal, disponível no endereço:

https://www.portalsof.planejamento.gov.br/bib/Estudos/Relatorio_Final_da_Comissao_de_Custos.pdf

O uso do Pregão Eletrônico como principal ferramenta para melhorar a performance de economia, transparência, celeridade e controle social nas compras públicas, resultou, em 2006, num crescimento de 206% em valores de compras e acréscimo de 298% em número de processos, em relação a 2005. A economia gerada com a utilização desta modalidade foi de 15%, correspondente a R\$ 1,5 bilhão, considerando-se a diferença entre os valores de referência e os valores homologados em 2006.

A análise de viabilidade de projetos de grande vulto também se insere no esforço do Governo de fomentar o controle fiscal e a melhoria do gasto público. A iniciativa tem por finalidade evitar o desperdício de recursos e aumentar a eficácia na provisão de bens e serviços à sociedade. A Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual (CMA), criada em janeiro de 2005, define os critérios de análise de projetos de grande vulto e examina a viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental estratégica de tais projetos, previamente à inserção deles nos projetos de leis orçamentárias e de créditos especiais.

Sob esse conceito, foram avaliados 115 estudos de viabilidade de projetos de grande vulto, com destaque para os Ministérios dos Transportes, Integração Nacional, Minas e Energia e Educação.

Na ótica do Investimento, alguns projetos se destacam como indutores do crescimento, como as Parcerias Público-Privadas (PPP) e o PPI. As PPP permitem ao Governo o fomento às iniciativas que visam à implementação de projetos de infra-estrutura, tão necessários ao incremento da produção nacional e às exportações. Em 2006, foram concluídos os estudos relativos à

modelagem do primeiro projeto federal de PPP, para restauração, manutenção, operação e aumento de capacidade das rodovias BR-324 e BR-116. O Projeto engloba 113,2 km da BR-324, entre a cidade de Salvador e a cidade de Feira de Santana; e 524,2 km da BR-116, estendendo-se de Feira de Santana em direção ao sul, até a divisa da Bahia com Minas Gerais. Esses estudos foram aprovados pelo Conselho Nacional de Desestatização (CND), e encaminhados para análise ao Tribunal de Contas da União (TCU). As minutas de edital e contrato foram aprovadas pelo Comitê Gestor de Parceria Público-Privada Federal (CGP) e submetidas à consulta pública pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A previsão é que o edital do Projeto BR 116/324 seja publicado ainda no primeiro semestre de 2007.

Outro projeto de PPP que está em vias de ser licitado é o Datacenter (consórcio formado pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal), cujo objeto é a construção de infra-estrutura predial na capital federal e a prestação, por 25 anos, do serviço de *co-location*, com a finalidade de abrigar os equipamentos de TI dos membros do consórcio. O valor estimado para o contrato é de R\$ 820 milhões. O projeto foi aprovado pelo Comitê Gestor das PPP e submetido à Consulta e Audiência Públicas, visando colher contribuições sobre viabilidade econômico-financeira e técnico-operacional, minutas de edital, contratos e respectivos anexos, relativos à Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão Administrativa.

Existem outros estudos em desenvolvimento, como os Projetos Irrigação do Pontal, relativo ao desenvolvimento de agricultura intensiva irrigada no Município de Petrolina, e Irrigação Baixio de Irecê; Ferroanel, relativo à construção de anel ferroviário de 66 km contornando a Região Metropolitana de São Paulo (tramo norte) e duas segregações de vias (Engenheiro Manoel Feio a Suzado e Ipiranga a Rio Grande da Serra); e BR-040 – trecho Brasília-Juiz de Fora (960 km), BR 381 – trecho Belo Horizonte-Governador Valadares (300 km), e BR 116-Minas Gerais (800 km).

Avançou-se, ainda, na regulamentação da Lei nº 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas no âmbito da administração pública. A publicação do Decreto nº 5.977/2006, que disciplina procedimentos para a apresentação de projetos, estudos, levantamentos ou investigações elaborados por pessoa física ou jurídica da iniciativa privada, a serem utilizados em modelagens de projetos de Parcerias Público-Privadas já definidos como prioritários pelo Comitê Gestor, com o ressarcimento dos custos incorridos na elaboração, permitirá à Administração Pública acelerar o processo de implementação das PPP, sem comprometer sua capacidade de planejamento.

O PPI assegura aos projetos prioritários de Governo uma gestão intensiva de forma a alcançar os resultados previstos e aumentar a capacidade de investimento do Estado. Em 2006, no PPI foram alocados recursos da ordem de R\$ 3,14 bilhões, em 198 projetos, para investimentos em rodovias federais, portos, metrô e ferrovias; em perímetros públicos de irrigação; na modernização dos sistemas de administração tributária e aduaneira; na modernização do sistema nacional de meteorologia e em estudos de geologia e geofísica aplicadas à prospecção de petróleo e de gás natural.

Ainda sob a ótica do investimento, no que se refere à captação de recursos externos, em 2006 foram analisadas 133 cartas-consulta, com demanda de recursos externos da ordem de US\$ 3,2 bilhões. A Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) recomendou a preparação de 68 projetos, no valor total de US\$ 1,6 bilhão, e aprovou, no âmbito da Diretoria dos Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento, a concessão de financiamentos da ordem de US\$ 848,7 milhões, distribuídos em oito projetos. O Brasil contratou um total de 24 projetos, somando cerca de US\$ 2 bilhões. Foram realizadas, ainda, 17 negociações

contratuais com os diversos organismos internacionais, representando um montante de aproximadamente US\$ 1.035,00 milhões de novos financiamentos nos mais diversos setores, nas três esferas de Governo.

2. Informatização de Serviços – Investimento em Tecnologia de Informação (TI)

Investimentos na área de tecnologia da informação (TI) e os avanços na informatização de serviços permitiram a utilização na administração pública de ferramentas e sistemas que viabilizaram níveis avançados de integração da ação de Governo, simplificação de processos e procedimentos, melhoria da qualidade, segurança e rapidez dos serviços prestados pelo Estado, prestação de contas públicas, transparência e monitoramento da execução orçamentária, incremento da eficiência com a redução de custos, otimização das ações do Governo perante o cidadão e a democratização do acesso à informação.

No âmbito do Programa Governo Eletrônico, merece destaque a implantação da Infovia Brasil, que representa a infra-estrutura básica de comunicação para uma administração pública integrada, na qual os processos e fluxos de informação transitam sob padrões de desempenho elevados, viabilizando novos serviços, como videoconferência e discagem direta a ramal entre órgãos. Além disso, essa infra-estrutura proporcionará redução de custos com serviços de telecomunicações e aumento de segurança no fluxo de informações governamentais, sendo também utilizada para apoiar iniciativas de inclusão digital.

A primeira etapa da Infovia, em Brasília, já entrou em operação e envolveu obras de adequação em trechos da rede de dutos de energia elétrica, interligando, com fibras óticas, 47 prédios e cerca de 50 órgãos localizados na Esplanada dos Ministérios e regiões adjacentes, perfazendo a aquisição e instalação de 30 km de fibras óticas. Além dessa ação, estão em andamento estudos para a extensão da Infovia a outras regiões do País, o que proporcionará uma gestão integrada e mais eficiente das diversas redes de comunicação de longa distância mantidas pelo Governo, visando concluir o escopo inicial da Infovia Brasil no ano de 2007.

Outro resultado significativo pode ser observado no âmbito da melhoria dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – arquitetura e-Ping. Essa solução é baseada num modelo adaptado à realidade dos sistemas informatizados do Governo Brasileiro, que propõe, via registro de gestores e clientes, uma forma padronizada de tornar disponíveis os serviços automatizados (ligação máquina a máquina, sem interferência de um operador, com periodicidade programada) e gerenciados (rotinas administrativas para cadastrar serviços e para habilitar usuários em serviços). A nova versão, lançada em 2006, possibilita que, mesmo sistemas com aplicações diferentes, possam gerar e trocar informações em tempo real, além de eliminar problemas como a falta de agilidade na obtenção ou a duplicação de informações. O uso do *software* livre tem sido ampliado de forma significativa no Governo. Praticamente, todos os órgãos federais têm algum projeto, programa ou ação relacionada com o uso prático deste *software*.

Outra iniciativa importante na área da tecnologia da informação foi o desenvolvimento do Configurador Automático e Coletor de Informações (Cacic), visando atender a demandas locais da Dataprev de inventário de *hardware* e *software*. O emprego da ferramenta resultou em versões estáveis e documentadas, utilizadas no atendimento aos beneficiários do INSS. Atualmente, a iniciativa serve como base para o resgate dos princípios que fundamentam o compartilhamento de *software* entre instituições públicas de informática, incluindo o conceito de “Software Público Brasileiro”. Outro aspecto que merece destaque, no ano de 2006, é a melhoria das condições de identificação de irregularidades em benefícios previdenciários, viabilizada pela realização

do Censo Previdenciário, que proporcionou significativa economia para o Regime Geral de Previdência Social.

Em 2007, será encaminhada ao Congresso Nacional proposta visando regulamentar o acesso à informação garantida aos cidadãos nos termos do inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal, de forma a assegurar o acesso amplo e irrestrito a informações e documentos produzidos pela Administração Pública, direta e indireta, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de todos os entes da Federação, ressalvados, todavia, documentos e informações que envolvam a intimidade e a inviolabilidade da vida privada, a honra e a imagem das pessoas, bem como direitos de propriedade intelectual, e ainda aqueles cuja divulgação ponha em risco a segurança da sociedade e do Estado.

3. Transparência da Administração

Ao longo de 2006, foram intensificados os investimentos do Governo na produção e disseminação de informações para a sociedade, ampliando o grau de transparência sobre a ação do Estado.

Para o monitoramento dos principais resultados na área social, foi publicada a segunda edição do Radar Social – Principais Iniciativas do Governo – ano 2006. O “Radar Social” é um instrumento de acompanhamento das condições de vida da população brasileira, que oferece subsídios para o monitoramento e a avaliação dos principais programas, políticas e ações públicas e privadas de cunho social em implementação no País. A análise das condições de vida da população é efetuada por meio de seis dimensões sociais: trabalho, renda, educação, saúde, moradia e segurança, sob o pano de fundo das mudanças demográficas do País. Para cada uma das seis dimensões sociais, são identificados os principais problemas, levando em conta as diferenças que estes assumem em função do território, gênero, raça ou idade.

Foi lançado, em 2006, o livro “Brasil: o Estado de uma Nação – 2006”, que apresenta um retrato amplo da realidade brasileira em seus aspectos econômicos, social e institucional, tendo como tema central os desafios do mercado de trabalho brasileiro. Essa publicação integrará o Projeto do mesmo nome concebido com o objetivo de retratar, analisar e discutir questões ligadas ao desenvolvimento do País, contribuindo, dessa forma, para gerar um consenso mínimo em torno de bases para um modelo de desenvolvimento economicamente sustentável, institucionalmente estável e socialmente mais justo.

Em 2006, tiveram continuidade os trabalhos voltados à implementação da metodologia de cálculo da linha de pobreza absoluta, baseada nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2002-2003) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Este projeto tem como um dos seus objetivos, estabelecer medidas de linha de indigência e de pobreza para o Brasil, visando atender a vários objetivos, entre eles, a realização de estudos e pesquisas; acompanhamento da evolução da pobreza no País; e apoio à implementação de programas e ações governamentais voltados para famílias de baixa renda, como é o caso do Programa Bolsa Família. Além disso, teve continuidade o desenvolvimento do Projeto Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), que visa integrar as pesquisas domiciliares já existentes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), Pesquisa Mensal de Emprego (PME), Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), e Pesquisa de Economia Informal Urbana (Ecinf). Os trabalhos estão sendo desenvolvidos em duas vertentes: uma dedicada a estudar métodos estatísticos para o desenho de uma amostra mestra para o sistema, e outra que trata, além do conteúdo temático das investigações, dos demais aspectos



necessários para a definição de um sistema integrado de pesquisas domiciliares por amostra, o que contribui para o planejamento e a implementação de um teste da pesquisa integrada Pnad/PME, previsto para o segundo semestre de 2007.

Outro Projeto importante na área de integração e qualidade de informações governamentais é o Sistema de Informações Geográficas (SIG-Brasil), que permitirá o conhecimento da realidade nacional, por meio da reunião, num único local, das informações georeferenciadas produzidas nas mais diversas agências governamentais, de forma a disponibilizar em uma única ferramenta os dados espaciais, estatísticos e ambientais, permeando os três níveis de Governo e a sociedade.

O Censo Agropecuário e a Contagem da População, a serem realizados em 2007, serão os primeiros levantamentos censitários deste novo milênio. Ambos são resultados de um processo contínuo de aperfeiçoamento ao longo dos últimos anos que vem para conferir, com maior nitidez e precisão, as realidades social, econômica e ambiental desse imenso território brasileiro e de sua população.

O Censo Agropecuário é o principal e mais completo levantamento sobre a estrutura e a produção da agricultura e da pecuária brasileiras. De âmbito nacional, seus resultados servem de base aos estudos, análises e projeções sobre o setor agropecuário, constituindo a maior fonte de informações a auxiliar os diversos níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal) na elaboração e acompanhamento de políticas públicas, aperfeiçoando cada vez mais o processo de alocação de recursos públicos.

a) Ações de Transparência e Controle Social

Com vistas a ampliar, cada vez mais, a visibilidade de suas ações e o controle social, o Governo vem desenvolvendo iniciativas com a convicção de que a vigilância da sociedade, nos regimes democráticos, é a maior garantia da integridade institucional e o melhor antídoto contra todas as formas de irregularidade e desvio de conduta.

Assim, o Portal da Transparência e as Páginas de Transparência Pública já implantadas em 82 órgãos federais, inclusive em todos os Ministérios, com informações sobre as despesas do Governo abertas ao público, abrangendo R\$ 2,6 trilhões, são iniciativas rigorosamente inéditas e implicam numa radical mudança de paradigma no que se refere ao acesso à informação em nosso País.

a.1) Transparência da Administração

A prioridade atribuída pelo Governo ao incremento da transparência pode ser constatada pelos avanços verificados no Portal da Transparência (www.portaldatransparencia.gov.br), que disponibiliza de maneira direta ao cidadão informações acerca das transferências de recursos para Estados, Distrito Federal e Municípios, além de dados sobre as aplicações diretas dos órgãos federais e gastos dos cartões de pagamento (corporativos) do Governo. Lançado em 2004, contendo inicialmente 80 milhões de registros, hoje, o Portal da Transparência abriga mais de 433 milhões de informações, envolvendo a aplicação de recursos federais superiores a R\$ 2,76 trilhões.

Em 2006, foram acrescentadas ao Portal novas áreas de informações e novos tipos de consulta, como perguntas frequentes, consulta a convênios celebrados pela União, e consultas avançadas pelos nomes de favorecidos de recursos públicos federais e de

pagamento de diárias do Governo Federal. Para 2007, estima-se ampliar as informações disponibilizadas e ampliar a divulgação do Portal da Transparência. Serão também inauguradas novas formas de comunicação sobre aplicação de recursos públicos ao cidadão e às entidades não-governamentais.

Foram instituídas, também em 2006, as Páginas de Transparência de cada Ministério e entidade do Poder Executivo Federal. Nessas páginas são divulgadas informações relativas à execução orçamentária e financeira, licitações, contratos, convênios, diárias e passagens. Atualmente, 82 Páginas de Transparência Pública já se encontram disponíveis na internet. Em 2007, serão ampliados os mecanismos de divulgação das Páginas da Transparência para o conjunto da Administração Pública Federal.

a.2) Controle Social

A fim de buscar a redução da ocorrência de irregularidades que não resultam necessariamente de fraude ou dolo, mas que têm origem na falta de preparo dos agentes públicos, o Governo desenvolveu um conjunto de ações nos últimos quatro anos, dentre as quais se destacam: o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, que já capacitou 1.859 agentes públicos municipais, 1.781 conselheiros municipais e 1.703 lideranças locais em gestão e controle de recursos públicos e a elaboração e distribuição de mais de um milhão de cartilhas destinadas tanto aos agentes públicos municipais, contendo orientações sobre a correta aplicação dos recursos públicos, como à população em geral, contendo informações e orientações básicas sobre a corrupção e sobre as formas de denunciá-la e combatê-la.

Somente em 2006, 33 Eventos de Educação Presencial do citado Programa foram realizados, atingindo um total de 189 municípios, contemplando todas as regiões do País. A Controladoria Geral da União também treinou 107 multiplicadores – servidores públicos federais dos seus quadros e parceiros – para atuar na capacitação em gestão e controle de recursos junto a agentes públicos municipais. Para 2007, prevê-se a realização de 50 eventos de Educação Presencial, contemplando cerca de 2.250 agentes públicos municipais, 2.250 conselheiros e 4.000 lideranças, em 400 municípios, além da ampliação do público-alvo do Programa englobando alunos, professores e sociedade civil.

4. Valorização dos Servidores

O foco principal do Governo para a gestão de pessoas tem sido a construção de um sistema que valorize o servidor público federal, mediante um conjunto de medidas que visam motivar os servidores em um novo ambiente organizacional, de caráter democrático e participativo.

Isso exige, além do aperfeiçoamento e da reorganização da forma de prestar serviços públicos, a adoção de políticas que garantam uma gestão estratégica integradora e participativa dos servidores públicos, pela melhoria dos ambientes de trabalho e das condições salariais. Nesse sentido, o Governo tem atuado em diversas áreas, a começar pelo recrutamento e a seleção de novos servidores, no processo de recomposição da força de trabalho do Estado, visando à reestruturação dos órgãos e entidades que integram o serviço público, além de evoluir gradativamente na definição e implementação de planos de cargos e de carreiras que valorizem o sistema de mérito e incluam mecanismos de capacitação, desenvolvimento e remuneração adequados. No ano

de 2006 foram autorizados concursos públicos para provimento de 21.623 cargos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Nas agências reguladoras, que desde a sua criação não contavam com cargos efetivos, foram providos por concurso, até o final de 2006, mais de 3.000 cargos efetivos de carreira de um total de 9.615 cargos criados para constituir os quadros de pessoal efetivo das agências.

Em 2007, será dada continuidade à política de recursos humanos, especialmente no que se refere à recomposição da força de trabalho, visando ao fortalecimento dos quadros da burocracia Federal, com o respeito aos princípios do sistema de mérito, aos preceitos constitucionais e o compromisso com a regulamentação das relações de trabalho no âmbito do setor público. Serão investidos recursos da ordem de R\$ 700 milhões.

Como resultado do processo de reestruturação do serviço público Federal, foi estruturada a carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho; estruturados os Planos de Carreiras e Cargos do Inmetro; do IBGE; do INPI; da Fiocruz; do ENDE; do INEP; e de Tecnologia Militar. Foram, também, criadas as carreiras do quadro efetivo da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), e estruturados planos especiais de cargos para as demais agências reguladoras, em complemento às carreiras instituídas em 2005.

Todas as categorias profissionais de servidores do Poder Executivo Federal foram beneficiadas com medidas implementadas no término de 2005 e em 2006. Nesse sentido, foi criado o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), em substituição ao Plano de Classificação de Cargos (PCC), de que trata a Lei nº 5.645/70, além de 13 Planos Especiais de Cargos, e efetuada alteração de remuneração de 24 carreiras, bem como a criação e alteração de 14 gratificações.

De forma diversa, foi instituída a remuneração por meio de subsídio, em parcela única, para as Carreiras Jurídicas, Policial Federal e Policial Rodoviário Federal. Essa medida se justifica tendo em vista a natureza específica das atividades desempenhadas e por tratar-se de determinação constitucional expressa quanto à forma de remuneração a ser aplicada a essas categorias.

Para o exercício de 2007, pretende-se, no âmbito do Poder Executivo, concluir a criação, a reestruturação e a revisão das estruturas salariais dos cargos e carreiras e dar continuidade à implementação gradual de medidas já adotadas neste exercício. A fim de atender a essa necessidade, o orçamento previsto para 2007 é da ordem de R\$ 1,1 bilhão, incluindo pessoal ativo, inativo e pensionista da União.

Em virtude da importância da capacitação dos servidores para os resultados das Políticas Públicas, foi criada, em 2006, por meio do Decreto nº 5.707, de 2006, a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, que define as principais diretrizes para as ações de capacitação no Governo, dentre elas a adoção da gestão por competências e a capacitação para o desenvolvimento gerencial e qualificação de servidores para o exercício de atividades de direção e assessoramento superior (DAS). Ao longo de 2006, a Enap realizou a capacitação de cerca de 19 mil servidores nas áreas de Formação Inicial e Aperfeiçoamento de Carreiras, em cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e também na área de Desenvolvimento Gerencial, além do "Plano de Capacitação em Gestão do PPA" cujos eventos foram focados no desenvolvimento de competências necessárias aos atores do Modelo de Gestão do PPA.

Ainda no ano de 2006, diante da necessidade de se honrar os compromissos com os anistiados políticos e, também, para evitar um contencioso judicial, o Governo deu início a um processo de negociação com a Comissão dos Interlocutores dos Anistiados

Políticos, com a participação da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), da Câmara dos Deputados, resultando em acordo, assinado pelo Governo, Parlamentares e representantes dos anistiados. Formalizado por meio da Medida Provisória nº 300, de 29 de junho de 2006, foram estabelecidas condições para a quitação total dos passivos decorrentes da Lei nº 10.559, de 2002.

Os retroativos pagos aos anistiados políticos perfazem o valor total de R\$ 60,0 milhões. Para o ano de 2007, o orçamento prevê o montante de R\$ 352,5 milhões.

5. Gestão

a) Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão

O monitoramento dos programas do PPA foi consolidado pela permanente coleta, análise e sistematização das informações registradas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan). A captação e sistematização das informações subsidiaram a verificação do andamento da ação governamental em comparação com o desempenho pretendido nos processos decisórios. Em 2006, o nível de registros no sistema atingiu mais de 70 % das ações com execução física. Foi também intensificado o processo de comunicação com os principais agentes envolvidos no processo de monitoramento dos programas do PPA 2004-2007, por meio de divulgação periódica de avisos no portal do Sigplan (www.sigplan.gov.br), visando estimular o registro de informações relacionadas com o desempenho das ações do Plano Plurianual. Foi, ainda, aprimorado o modelo de interoperabilidade (padrões de troca de informações) entre o Sigplan e os sistemas setoriais de informações gerenciais (Infrasigs), a fim de permitir aos ministérios, que já estão integrados ao Sigplan, realizar transmissões de forma padronizada e segura.

O monitoramento das Metas Presidenciais, no ano de 2006, consolidou o processo de acompanhamento e produção de relatórios e informações gerenciais sobre as prioridades do Governo, subsidiando os gestores e tomadores de decisão quanto ao realinhamento e/ou reprogramação das ações e programas do PPA vinculados a determinadas metas.

O Relatório Anual de Avaliação do PPA 2004-2007 (ano base 2005), foi encaminhado ao Congresso Nacional em 15 de setembro, com a avaliação de 369 programas do PPA. As informações produzidas foram divulgadas na internet e por meio de cadernos específicos por órgão responsável, contribuindo, assim, para conferir transparência às políticas implementadas e prestar contas à sociedade sobre os resultados da aplicação dos recursos públicos federais.

De forma a produzir e disseminar metodologias de avaliação dos programas do PPA foi desenvolvido, em 2006, no âmbito da Comissão de Monitoramento e Avaliação do PPA, um roteiro de avaliação rápida, a ser disponibilizado a todos os Ministérios, em 2007, de forma a estimular a cultura de avaliação na Administração Pública Federal. Como resultado desse processo, será elaborado em 2007 o "Guia para Avaliação de Programas Selecionados do PPA", responsável pela difusão de uma metodologia de avaliação menos complexa e de menor custo, e que irá contribuir para o incremento na qualidade da decisão e a alocação dos recursos e a conseqüente obtenção de maiores resultados pelo Governo Federal.

Ao longo de 2006 também foram desenvolvidas atividades preparatórias para a elaboração do PPA 2008-2011, visando consolidar



o modelo de planejamento e gestão orientado para resultados e assegurar que os benefícios advindos do exercício dos princípios e métodos da gestão pública moderna contribuam para a melhoria da qualidade do gasto público e da percepção da sociedade em relação aos resultados das políticas e programas implementados pelo Governo.

Encontra-se em fase de execução o Estudo para subsidiar a abordagem da dimensão territorial do Desenvolvimento Nacional no PPA 2008-2011 e o Planejamento de Longo Prazo, sinteticamente chamado de Estudo da Dimensão Territorial do PPA. Esse Estudo, que vem sendo desenvolvido em parceria com os ministérios setoriais, tem por objetivo introduzir na Administração Pública Federal uma abordagem inovadora de planejamento em que o território é visto como unidade de programação da ação governamental. Serão produzidos vários insumos, entre eles: Relatório da Visão Estratégica Nacional; Relatório da Visão Estratégica por Região de Referência; Estudos Prospectivos Setoriais e Temáticos Referenciados no Território; Carteira de Investimentos por Região de Referência; e Modelos para Avaliação de Impactos Econômicos e Ambientais da Carteira de Investimentos e uma Base de Dados Georreferenciados.

O Governo tem adotado várias medidas visando atingir maiores níveis de eficiência na gestão pública. Dentre essas, o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (Pnag), que desencadeou um processo inovador de envolvimento de diferentes entes federativos. Realizou-se o primeiro diagnóstico nacional das administrações estaduais num processo amplamente participativo e foi criada a Rede Federativa da Gestão Pública, composta pelo Governo Federal e representantes de todas as unidades da Federação, voltada para o compartilhamento de soluções no âmbito da gestão pública.

Na mesma linha de cooperação entre os entes federativos, viabilizou-se o Programa de Apoio à Modernização do Sistema de Controle Externo (Promoex), com o objetivo de constituir uma rede de acesso e de acompanhamento integrado das informações dos Tribunais de Contas Estaduais e Municipais e, assim, fortalecer o sistema, dar transparência à sua atuação e cumprir os dispositivos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. No âmbito desse programa foram efetivados projetos e assinados convênios com 30 dos 33 Tribunais de Contas.

No que se refere às empresas estatais, com o objetivo de melhorar seus resultados, iniciou-se um processo de melhoria das práticas de governança corporativa, a partir do aperfeiçoamento do relacionamento do Governo com os dirigentes e representantes dessas empresas.

Ainda no que se refere às melhorias na gestão, no âmbito do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública), com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade de vida do cidadão e para a competitividade do País, foi criada a Rede Nacional de Gestão Pública (RNGP), envolvendo 1.864 voluntários de 790 organizações, distribuídas em 24 núcleos estaduais, e ainda, a realização de capacitação em auto-avaliação em 428 instituições do setor de saneamento. Na área da desburocratização, foi atualizada a versão do Guia de Simplificação para os órgãos e entidades públicas e a formação de 108 multiplicadores voluntários.

Para o exercício de 2007, o desafio será a implementação de uma agenda propositiva com o objetivo de viabilizar o desenvolvimento econômico e social do País por meio da melhoria da capacidade de gestão dos órgãos e entidades da

Administração Pública Federal. Uma das medidas a serem implantadas é o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação, sob a coordenação da Casa Civil/PR, com o objetivo de aperfeiçoar o sistema regulatório, melhorar a coordenação entre ministérios e agências e aperfeiçoar os mecanismos de prestação de contas e monitoramento pela sociedade, fortalecendo a autonomia, transparência e desempenho das agências.

b) Gestão do Patrimônio da União

A gestão do patrimônio da União foi objeto de várias medidas, orientadas a dar prosseguimento a ações estratégicas e otimizar a sua utilização com vistas ao atendimento do interesse público.

Em abril de 2006, foi editada a Medida Provisória nº 292, reeditada por meio da Medida Provisória nº 335, de 23 de dezembro de 2006, visando contemplar os programas habitacionais de interesse social e com foco na regularização de ocupações em assentamentos de baixa renda, e dar tratamento especial à população carente, com ênfase no direito de moradia. Buscou-se facilitar o cadastramento de assentamentos informais, admitindo-se a hipótese de cadastramento do assentamento, para posterior outorga de título, de forma individualizada ou coletiva, e facilitar a obtenção de isenções de taxas de ocupação, foros e de laudêmio à população de baixa renda, como medida de justiça social, e ampliaram-se opções de institutos jurídicos passíveis de aplicação em terrenos de marinha e acrescidos. Ampliaram-se, também, as possibilidades de doação de imóveis da União a empresas públicas, a sociedades de economia mista e a fundos públicos, de forma a contribuir com os programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social, e as possibilidades de dispensa de licitação, quando se tratar de transferência de direitos sobre imóveis no âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social, já disciplinada nos programas habitacionais. Buscou-se, pela primeira vez, encontrar uma solução para as populações de varzenteiros que habitam, há várias gerações, as margens dos rios Federais, explicitando-se a possibilidade de concessões de direito real de uso. Instituiu-se, também, procedimento simplificado específico de demarcação de terrenos para regularização fundiária de interesse social, facilitando o procedimento de registro em nome da União, para posterior parcelamento do solo em benefício da inclusão da população de baixa renda. Na perspectiva de cumprir a função social da propriedade, a política de desenvolvimento urbano do Governo Federal buscou contemplar a utilização de imóveis vazios, subutilizados ou ocupados por população de baixa renda nos programas de provisão habitacional e de regularização fundiária de interesse social.

Além disso, em 2006 foram intensificadas medidas de ampliação e consolidação de processos de arrecadação e cobrança, e reduzido o estoque de processos e de valores de débito em aberto, visando a maior eficiência da administração do patrimônio da União e da execução de sua dívida ativa.

A partir de 2007, o Governo Federal implementará novos modelos e instrumentos de gestão compartilhados com Estados e Municípios. A celebração de contratos e convênios, incluindo parâmetros de compartilhamento de receitas, ganha força num contexto marcado pela preocupação em promover a ocupação regular dos imóveis da União, pelo reconhecimento da descentralização como forma de dar maior legitimidade à gestão do patrimônio da União, promovendo a inclusão socioterritorial e o apoio ao desenvolvimento local, bem como pela necessidade de gerar receitas e de garantir a eficiência na aplicação dos recursos públicos. Ao estabelecer parcerias com Estados e Municípios – com possibilidade de extensão à iniciativa privada –, o Governo irá compartilhar recursos para a execução de atividades como identificação, demarcação, cadastramento e fiscalização

de imóveis da União. A iniciativa propiciará o incremento da capacidade de atuação do Estado, incentivando formas inovadoras de gestão, com base nos princípios da territorialidade e do compartilhamento.

6. Combate à Corrupção

De maneira inédita, o Governo traçou uma política de combate sistemático à corrupção em que se prestigiam tanto iniciativas de caráter preventivo como ações repressivas de desmantelamento de quadrilhas que há muito atuavam na Administração Pública. Isso ocorre porque se reconhece, hoje, que a punição depois de consumado o fato ilícito não é suficiente para impedir sua repetição. Duas instituições assumem hoje a liderança: a Controladoria-Geral da União e a Polícia Federal.

Merece destaque a forma articulada e integrada como se vem enfrentando a corrupção hoje no País, com a reunião de todos os órgãos de defesa do Estado resultando na identificação de esquemas ilícitos que fraudavam a administração pública, bem assim a prisão de vários elementos que praticavam a corrupção.

Desde janeiro de 2003, foram realizadas 123 Operações Especiais da Polícia Federal com o fim específico de combater a corrupção, que resultaram na prisão de 2.097 pessoas, incluindo 825 servidores públicos. Dessas operações, 88 foram de grande porte.

Desbarataram-se organizações especializadas na prática de crimes contra a ordem tributária, lavagem de dinheiro, fraudes em licitações e desvio de recursos públicos que contavam com a participação de servidores dos três Poderes, inclusive auditores fiscais da Previdência Social, com grandes prejuízos para o erário.

Enquanto ações preventivas foram implementadas as seguintes iniciativas: Projetos de Lei foram enviados ao Congresso Nacional, dispondo sobre Enriquecimento Ilícito e sobre Conflito de Interesses; fiscalizações *in loco*, em mais de 1.200 municípios, escolhidos por sorteios públicos, mais de 4.000 fiscalizações decorrentes de denúncias de cidadãos ou de representações do Ministério Público e a implantação de uma Corregedoria em cada ministério, para pôr fim à impunidade no âmbito interno do Poder Executivo.

O Governo promoveu a integração das ações de controle interno (abrangendo auditoria e fiscalização), de correição, de inteligência e de prevenção, resultando em ganho de eficácia que todo o País já reconhece.

Graças a todos esses esforços, a Controladoria-Geral da União (CGU) está caminhando para se tornar, para os países do continente, um órgão de referência da ONU no combate à corrupção, como já anunciado pelo Escritório das Ações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) no Brasil.

a) Sorteios Públicos

O Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, experiência inovadora implantada a partir de abril de 2003, atingiu inequívoco sucesso. A cada edição, 60 áreas Municipais são sorteadas, de forma isenta e impessoal, com vistas à fiscalização da aplicação de recursos públicos federais. Os objetivos centrais desse programa são os de inibir e dissuadir a corrupção, assim como despertar a consciência da população para o controle social.

O programa encontra-se na 22ª edição, tendo sido fiscalizados 1.161 Municípios, correspondendo a 20,88% do total de Municípios brasileiros. O montante dos recursos fiscalizados, até o momento, é da ordem de R\$ 7 bilhões.

Em 2006, foram fiscalizados 180 municípios, em três edições do Programa, e o montante dos recursos fiscalizados foi da ordem de R\$ 1,2 bilhão. O Programa de Sorteios também foi estendido à fiscalização da aplicação de recursos Federais pelos Estados. Foram realizadas, em 2006, mais 12 fiscalizações pela CGU, englobando recursos da ordem de R\$ 1 bilhão.

b) Auditorias

Auditorias Ordinárias e Tomadas de Contas Especiais em Órgãos Federais – No desempenho de suas competências constitucionais, relativas ao controle interno dos órgãos do Poder Executivo Federal, a CGU realizou nos últimos quatro anos mais de 7.500 auditorias e analisou 6.827 Tomadas de Contas Especiais, as quais representam um retorno potencial aos cofres públicos da ordem de R\$ 1,7 bilhão. Somente em 2006, foram analisadas 1.497 Tomadas de Contas Especiais, as quais representam um retorno potencial aos cofres públicos da ordem de R\$ 600 milhões.

Auditorias e Operações Especiais – Além do Programa de Sorteios Públicos e dos trabalhos de apuração de denúncias e acompanhamento sistemático da gestão dos agentes públicos, foram desenvolvidos, em 2006, outros importantes trabalhos em parceria com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, tais como as operações “Campus Limpo” (prejuízo estimado: R\$ 210 milhões); “Mão-de-Obra” – verificação de contratos de terceirização em órgãos sediados em Brasília; e “Sanguessuga” – verificação de fraudes na aquisição de unidades móveis de saúde, resultante de trabalho iniciado em 2004. Presentemente, a CGU está concluindo a fiscalização complementar de 1.600 convênios em 600 municípios.

c) Apuração de Denúncias

Sistema de Corregedorias – Em 2006, o Governo Federal deu continuidade à implantação e consolidação do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, criado pelo Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, com destaque para a criação de Corregedorias Setoriais da CGU para atuar em cada um dos Ministérios, todas elas já em pleno funcionamento.

Nos últimos quatro anos, foram instaurados, no âmbito do Poder Executivo Federal, 18.417 sindicâncias e processos disciplinares, demonstrando o firme propósito deste Governo de não deixar nenhum fato apontado como irregular sem a devida investigação e apuração de responsabilidades. Esses processos resultaram na demissão de 973 servidores, sendo 283, somente em 2006. Em 2006, a CGU inspecionou e verificou a regularidade de 2.548 desses processos disciplinares, instaurou diretamente 89, tendo ainda determinado aos demais órgãos e entidades do Poder Executivo Federal a instauração de outros 288 processos.

Sindicâncias Patrimoniais – O Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005, instituiu, no âmbito do Poder Executivo Federal, a sindicância patrimonial como procedimento administrativo sigiloso e investigatório, destinado à apuração de fatos relativos à compatibilidade da evolução patrimonial de agentes públicos com sua renda declarada. A CGU instaurou 364 procedimentos de investigação preliminar de enriquecimento ilícito, a partir de informações do Coaf, da análise de declarações, ou de denúncias e representações fundamentadas.

Para 2007 a apuração de denúncias continuará atender demandas externas, apurando as representações e denúncias mais relevantes e consistentes, inclusive por meio de Operações Especiais em parceria com a Polícia Federal e o Ministério Público, a exemplo das desenvolvidas até agora, com grande êxito, tais como: Sanguessuga, Vampiros, Confraria, Pororoca, Gafanhoto, Mamoré, Guabiru, Campus Limpo, Galiléia, Mão-de-Obra, Alcaides, entre outras.

d) Outras Ações de Prevenção e Capacitação

Foram elaborados projetos, destacando-se o Projeto de Lei sobre Conflito de Interesses, que visa prevenir os conflitos entre o interesse público e o privado, no exercício de cargo ou emprego da Administração Pública Federal direta e indireta, bem como tratar de impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego. O Presidente da República enviou, em 26 de outubro de 2006, mensagem ao Congresso Nacional, encaminhando o Projeto de Lei em questão que, do mesmo modo que o PL criminalizando o enriquecimento ilícito, aguarda apreciação do Poder Legislativo.

Para 2007 a implementação de novas medidas normativas para a prevenção e o combate à corrupção serão: finalizar o Anteprojeto de Lei relativo ao acesso à informação detida pela administração; elaborar projeto de ato normativo disciplinando a licitação, contratação e controle de serviços de publicidade; elaborar projeto de ato normativo para proteção a servidores denunciadores de atos de corrupção, em cumprimento a recomendação das Convenções Internacionais; elaborar Anteprojeto de Lei para permitir acesso dos órgãos de controle à documentação contábil das entidades contratadas pela Administração Pública; e participar das discussões sobre o marco regulatório da Transferência de Recursos Federais para entidades sem fins lucrativos, buscando maior transparência, fiscalização e controle das origens e aplicações de recursos.

A CGU desenvolveu, no ano de 2006, em parceria com a Transparência Brasil, metodologia de mapeamento de riscos à corrupção para aplicação nos órgãos e entidades da Administração Pública, visando identificar, de forma preventiva, vulnerabilidades nos processos de trabalho dessas organizações. Essa metodologia foi aplicada, em caráter experimental, em 2006, nos Ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e dos Transportes.

Estão sendo analisados pela CGU, em parceria com a Secretaria da Receita Federal (SRF), informações tributárias relativas à evolução patrimonial de 17.000 agentes públicos federais selecionados por avaliação de riscos.

A Controladoria instituiu, em junho de 2006, programa que tem por objetivo fortalecer a gestão municipal mediante a promoção de ações relativas ao fornecimento de orientações e informações necessárias à correta aplicação de recursos públicos. Todos os municípios brasileiros com população de até 50.000 habitantes são abrangidos pelo programa, e os Municípios inscritos são selecionados mediante sorteios periódicos, sob a administração da Caixa Econômica Federal. As ações de fortalecimento da gestão, definidas pela Controladoria em conjunto com cada Município sorteado, incluem a realização de palestras e oficinas sobre licitações e contratos, pregão presencial e eletrônico, acordos e convênios, lei de responsabilidade fiscal, planejamento e execução de receitas e despesas públicas, e transferências de recursos federais aos Municípios. Apesar do pouco tempo de implantação, o programa já conta com 711 Municípios inscritos.

A CGU desempenha, ainda, o papel de ouvidoria-geral do Poder Executivo Federal, garantindo ao cidadão o direito de petição,

ouvindo e examinando o que a sociedade tem a dizer sobre os procedimentos e as ações dos agentes, órgãos e entidades públicas, e propondo a adoção de medidas que visem a corrigir e prevenir falhas e omissões na prestação do serviço público. Ao longo dos últimos quatro anos, buscou-se a consolidação do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal. Nesse sentido, em 2006, foram estruturadas, sob a supervisão técnica da CGU, oito unidades de ouvidoria, chegando a um total de 133 em operação, no Poder Executivo Federal.

e) Combate à Lavagem de Dinheiro

Dentre as ações desenvolvidas para o combate à lavagem de dinheiro está a organização anual da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativos (Encla), que está em sua 4ª edição. A Encla envolve participantes de mais de 40 entidades dos poderes públicos e está baseada no princípio da articulação permanente dos órgãos que cuidam do assunto. As ações coordenadas pela Encla visam desestruturar as organizações criminosas mediante recuperação de ativos provenientes de crime e utilizar os ativos recuperados para financiamento do combate ao crime organizado.

A elaboração anual da Estratégia com a definição de metas, prazos e responsáveis, aliada ao seu acompanhamento pelo Gabinete de Gestão Integrada de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (GGI-LD), gerou resultados positivos, como o incremento dos indicadores do volume de inquéritos, denúncias e sentenças relacionadas ao crime de lavagem de dinheiro.

Em 2006, o Governo implantou os módulos que compõem o Sistema Brasileiro de Recuperação de Ativos (Sisbra), entre eles, o Cadastro Nacional de Bens Apreendidos e o Sistema de Alienação Eletrônica de Bens Apreendidos. Este exercício deve marcar, ainda, a implantação do módulo de interoperabilidade de Sistemas de Informações para o Combate à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos e o Escritório de Informações Estratégicas, possibilitando a recuperação de bens de origem ilícita como um efetivo instrumento de combate ao crime organizado.

f) Combate aos Cartéis

O combate a cartéis foi priorizado devido aos prejuízos que tal prática causa aos consumidores e à economia nacional. Modernos instrumentos de investigação de cartéis foram implementados, permitindo que a Secretaria de Direito Econômico adotasse uma postura mais ativa nas investigações. Operações de busca e apreensão, acordos de leniência e inspeções foram algumas das novas formas de combate a cartéis que passaram a serem utilizadas pelo Governo. Foram também estreitados os laços com a Advocacia-Geral da União, as Polícias Civil e Federal e os Ministérios Públicos Estadual e Federal.

As investigações atingem os setores da construção civil, gases industriais e medicinais, vigilância privada, setor elétrico, setor químico, processamento de laranja, manutenção predial e embalagens flexíveis.

g) Combate aos Crimes Contra a Previdência Social

Durante o ano de 2006, intensificaram-se as ações para diagnosticar e combater as fraudes contra a Previdência Social. Nesse sentido, a Assessoria de Pesquisa Estratégica e Gerenciamento de Risco (APE-GR) do Ministério da Previdência Social foi



reestruturada e o intercâmbio com a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a Agência Brasileira de Inteligência foi fortalecido. Em diversos Estados da Federação, foram criadas as Forças-Tarefa Previdenciária, que são compostas por profissionais da APE-GR, da PF e do MPF, especializados em identificação de quadrilhas, grupos e pessoas que praticam crimes.

Em 2006, as Forças-Tarefa Previdenciária realizaram 44 operações, que resultaram em 229 prisões, sendo 55 de servidores da Previdência Social e 174 de pessoas externas ao INSS e que estavam diretamente envolvidas nas fraudes. Foram cumpridos 297 Mandados de Busca e Apreensão com a finalidade de obtenção de provas quanto à materialidade e autoria dos ilícitos criminais.

Na área internacional, o Brasil participou em importantes eventos de articulação e discussão de temas ligados à corrupção, alterando qualitativamente a presença e a imagem do País nesses fóruns. Nesse sentido, participou dos mecanismos de avaliação do cumprimento das Convenções da OEA e da OCDE contra corrupção e contra a criminalidade transnacional, respectivamente. E, para 2007, a Articulação Internacional deverá ser ampliada com a cooperação internacional por meio de novas parcerias, bem como completar a execução dos projetos firmados com a Embaixada do Reino Unido no Brasil e com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), que têm por finalidade capacitar servidores públicos, credenciar a CGU como Centro de Excelência Internacional na área de prevenção e combate à corrupção e coordenar a implementação, pelos órgãos federais, das cláusulas pendentes das Convenções da ONU e OEA contra a corrupção.

7. Defesa Judicial da União

A atuação da Advocacia-Geral da União (AGU) tem sido de substancial importância para a defesa das políticas públicas e o aprimoramento do Estado de Direito, seja por via de sua atuação consultiva, seja por meio da defesa judicial da União.

Na atuação consultiva, nota-se a grande evolução observada no sentido da uniformização das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a partir da implantação e do efetivo funcionamento, no ano de 2006, de Núcleos de Assessoramento Jurídico nas Capitais dos Estados, os quais são responsáveis pelo assessoramento jurídico aos órgãos e autoridades da Administração Federal direta localizados fora do Distrito Federal.

A defesa da União em juízo tem sido importante para o equilíbrio da situação econômico-financeira do País, pelas substanciais vitórias em ações judiciais movidas contra a União e, ainda, pelas ações ajuizadas em defesa das políticas e do patrimônio público. Perante o Supremo Tribunal Federal (STF), por exemplo, foram protocoladas três ações diretas de inconstitucionalidade e duas arguições de descumprimento de preceito fundamental, ajuizadas pelo Presidente da República, e, ainda, 33 reclamações, oito suspensões de segurança, quatro suspensões de liminar, três ações rescisórias, um mandado de segurança, uma ação cautelar e duas suspensões de tutela antecipada, totalizando 52 ações de competência originária propostas no STF.

Dentre os assuntos de maior destaque que tramitam no STF, em razão da relevância social, do impacto financeiro para os cofres públicos ou do efeito multiplicador, a AGU dedica-se a processos judiciais nos quais se impugnam atos normativos referentes à implementação de políticas públicas, como as que envolvem nepotismo, juros de mora, danos morais, setor elétrico, monopólio do petróleo, desapropriação para reforma agrária, demarcação de terras indígenas, reforma previdenciária, reforma do Poder Judiciário, remuneração de servidores públicos, interligação da Bacia do Rio São Francisco, teto remuneratório, regularidade

fiscal dos Estados, aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC) às relações de consumo entre bancos e clientes, importação de pneus usados, complementação de aposentadorias e pensões de fundos de previdência complementar, entre outros.

De sua atuação junto aos Tribunais Superiores merece destaque: exclusão de expurgo inflacionário em precatório complementar; não incidência de juros de mora em processamento e pagamento de precatórios judiciais; suspensão de pagamento de precatórios milionários, a exemplo do extinto Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), no valor de R\$ 3,3 milhões; redução da ordem de R\$ 770 mil em precatório expedido em reclamação trabalhista movida contra a Fundação Nacional de Saúde no Estado do Ceará; recurso junto ao STF contra pagamento indevido de honorários advocatícios em execução não embargada, já tendo obtido acórdão favorável junto ao STJ em relação à matéria, além da obtenção de redução no valor de R\$ 6 milhões em honorários advocatícios arbitrados de modo exorbitante; e provimento de embargos interposto pelo INSS relativamente à obrigatoriedade do pagamento de honorários advocatícios pelo desistente quando da adesão ao Refis.

A partir de 2004, a Procuradoria-Geral Federal (PGF) passou a exercer diretamente as atribuições de representação judicial e extrajudicial relativas à execução da dívida ativa do INSS concernente à competência tributária das contribuições sociais. Por meio da Coordenação-Geral de Matéria Tributária (CGMT), arrecadou R\$ 4 bilhões, até novembro de 2006, sem considerar os pagamentos efetuados nos parcelamentos do Refis (Lei nº 11.196/2005), beneficiando municípios, e MP nº 303/2006, que concede redução de juros e multas.

Conselho Nacional do Ministério Público

Relatório Anual - 2006

I - INTRODUÇÃO

Nos termos do artigo 130-A, § 2º, V, da Constituição Federal, compete ao Conselho Nacional do Ministério Público elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público do País e as atividades do Conselho, o qual deverá integrar a Mensagem Presidencial a ser encaminhada ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa (art. 84, XI, CF).

Por seu turno, o art. 127 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público determina que a Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo elabore, até o dia 20 de dezembro de cada exercício, proposta de relatório anual a ser submetida ao Plenário, até o dia 30 de janeiro do ano subsequente e, uma vez aprovada, encaminhada ao Presidente da República para o fim indicado acima.

Nos termos do art. 128, parágrafo único, do Regimento Interno, o relatório versará sobre:

- a) avaliação de desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com publicação de dados estatísticos sobre cada um dos seus ramos, discriminando dados quantitativos sobre execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos;
- b) as atividades desenvolvidas pelo Conselho e os resultados obtidos, bem como as medidas e providências que julgar necessárias para o desenvolvimento do Ministério Público.

A Presidência da República solicitou o encaminhamento das informações até o dia 20 de dezembro de 2006, para que o relatório possa integrar a Mensagem Presidencial referida no art. 84, XI, da Carta Política, criando, assim, evidente descompasso entre os prazos regimentais e o calendário de elaboração do documento a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Dadas as circunstâncias, em sessão realizada no dia 18 de dezembro de 2006, a Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo foi autorizada pelo Plenário a dirigir ao Presidente do CNMP o Relatório Anual, para encaminhamento à Presidência da República, *ad referendum* do Plenário.

Este Relatório é composto por quatro partes. Na primeira, atende-se ao disposto no art. 128, parágrafo único, a, do Regimento Interno, procedendo-se à avaliação do desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com publicação de dados estatísticos sobre cada um dos seus ramos, discriminando dados quantitativos sobre execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos. Na segunda parte, faz-se o relatório das atividades desenvolvidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público (art. 128, parágrafo único, b, primeira parte). A terceira, corresponde ao Relatório da Corregedoria Nacional, que, por suas especificidades, é feito em apartado. Por fim, na quarta parte são indicadas as providências necessárias ao desenvolvimento do Ministério Público Nacional (art. 128, parágrafo único, b, parte final).

II - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NACIONAL

A avaliação do desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com publicação de dados estatísticos sobre cada um dos seus ramos, pressupõe, à toda evidência, a colaboração dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, com o envio de informações.

A fim de regulamentar o envio de dados, o Conselho Nacional do Ministério Público editou a Resolução nº 12/2006, estabelecendo prazo, até o final do mês de novembro de cada ano, para que os ramos do Ministério Público dos Estados e da União encaminhem relatório contendo dados relativos às atividades funcionais de seus membros, à estrutura administrativa, à execução orçamentária e ao comprometimento quadrimestral em face da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Lamentavelmente, os Ministérios Públicos de quatro Estados (Acre, Ceará, Mato Grosso e Pará), além do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Militar, não cumpriram a Resolução nº 12, deixando de enviar os seus dados, o que prejudicou a análise global da situação de todos os ramos.

Os Ministérios Públicos dos Estados de São Paulo, Sergipe, Santa Catarina, Roraima, Rondônia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios encaminharam as informações indicadas na Resolução nº 12, que compõem o Anexo I deste Relatório.

Além dos dados relativos ao exercício 2006, o CNMP entende conveniente encaminhar, como anexos (Anexo II e Anexo III), os Diagnósticos do Ministério Público Estadual e do Ministério Público do Trabalho, levados a efeito pelo Ministério da Justiça, por sua Secretaria de Reforma do Judiciário, em parceria, respectivamente, com o Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Justiça e CONAMP, e com Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

III - RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CNMP

III.a) PROCESSOS AUTUADOS E DISTRIBUÍDOS EM 2006

III.a.1) Autuação por Tipo Processual

Assunto	Quantidade
Arguição de suspeição e impedimento	1
Avocação	3
Pedido de Providências	346
Reclamação Disciplinar	18
Processos Disciplinares	1
Procedimento de Controle Administrativo	131
Reclamação para preservação da autonomia do Ministério Público	10
Inspeção	5
Reclamação da competência e autoridade das decisões do Conselho	1
Reclamação para preservação da autonomia do Ministério Público	1
Recurso interno	8
Resolução	15
Revisão de Processo Disciplinar	9
Total	549

III.a.2) Distribuição por Conselheiro e Tipo Processual

Conselheiro Alberto Machado Cascais Meleiro	
Assunto	Quantidade
Avocação	1
Pedido de Providências	35
Reclamação Disciplinar	1
Processos Disciplinares	1
Procedimento de Controle Administrativo	8
Reclamação para preservação da autonomia do Ministério Público	1
Resolução	4
Total	51

Conselheiro Francisco Ernando Uchôa Lima	
Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	31
Reclamação Disciplinar	2
Procedimento de Controle Administrativo	10
Recurso interno	2
Revisão de Processo Disciplinar	1
Total	46

Conselheiro Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva	
Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	31
Procedimento de Controle Administrativo	8
Reclamação para preservação da autonomia do Ministério Público	3
Resolução	3
Revisão de Processo Disciplinar	2
Total	47

Conselheiro Gaspar Antônio Viegas	
Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	30
Reclamação Disciplinar	2
Procedimento de Controle Administrativo	12
Reclamação para preservação da autonomia do Ministério Público	1
Recurso interno	1
Total	46

Conselheiro Hugo Cavalcanti Melo Filho	
Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	27
Procedimento de Controle Administrativo	12
Reclamação para preservação da autonomia do Ministério Público	1
Recurso interno	1
Resolução	2
Revisão de Processo Disciplinar	4
Total	47

Conselheira Janice Agostinho Barreto Ascari

Assunto	Quantidade
Arguição de suspeição e impedimento	1
Pedido de Providências	32
Procedimento de Controle Administrativo	13
Recurso interno	1
Resolução	1
Revisão de Processo Disciplinar	1
Total	49

Conselheiro Luciano Chagas da Silva

Assunto	Quantidade
Avocação	1
Pedido de Providências	26
Reclamação Disciplinar	2
Procedimento de Controle Administrativo	16
Reclamação para preservação da autonomia do Ministério Público	2
Recurso interno	1
Total	48

Conselheiro Osmar Machado Fernandes

Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	25
Reclamação Disciplinar	2
Procedimento de Controle Administrativo	15
Reclamação para preservação da autonomia do Ministério Público	1
Recurso interno	1
Resolução	1
Total	45

Conselheiro Paulo Sérgio Prata Resende

Assunto	Quantidade
Avocação	1
Pedido de Providências	26
Reclamação Disciplinar	3
Procedimento de Controle Administrativo	14
Reclamação para preservação da autonomia do Ministério Público	1
Recurso interno	1
Resolução	1
Total	47

Conselheiro Ricardo César Mandarin Barreto

Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	33
Reclamação Disciplinar	1
Procedimento de Controle Administrativo	8
Resolução	3
Revisão de Processo Disciplinar	1
Total	46

Conselheiro Saint' Clair Luiz do Nascimento Júnior

Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	28
Reclamação Disciplinar	3
Procedimento de Controle Administrativo	8
Inspeção	5
Reclamação da competência e autoridade das decisões do Conselho	1
Total	45

Conselheiro Luiz Carlos Lopes Madeira

Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	22
Reclamação Disciplinar	2
Procedimento de Controle Administrativo	7
Resolução	1
Total	32

III.b) PROCESSOS JULGADOS EM 2006**III.b.1) Julgamentos por Tipo Processual**

Assunto	Quantidade
Arguição de suspeição e impedimento	1
Pedido de Providências	192
Reclamação Disciplinar	10
Procedimento de Controle Administrativo	77
Reclamação para preservação da autonomia do Ministério Público	1
Recurso interno	5
Resolução	15
Revisão de Processo Disciplinar	3
Embargos de Declaração	10
Pedido de Reconsideração	1
Proposta de Emenda Regimental	1
Total	316

III.b.2) Julgamentos por Conselheiro e Tipo Processual**Conselheiro Alberto Machado Cascais Meleiro**

Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	16
Procedimento de Controle Administrativo	4
Resolução	3
Embargos de Declaração	4
Recurso interno	1
Total	28

Conselheiro Francisco Ernando Uchôa Lima	
Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	19
Reclamação Disciplinar	2
Procedimento de Controle Administrativo	8
Revisão de Processo Disciplinar	1
Embargos de Declaração	1
Recurso interno	2
Total	33

Conselheiro Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva	
Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	18
Procedimento de Controle Administrativo	5
Reclamação para preservação da autonomia do Ministério Público	1
Resolução	3
Revisão de Processo Disciplinar	1
Total	28

Conselheiro Gaspar Antônio Viegas	
Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	24
Reclamação Disciplinar	2
Procedimento de Controle Administrativo	8
Resolução	1
Embargos de Declaração	2
Total	37

Conselheiro Hugo Cavalcanti Melo Filho	
Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	22
Procedimento de Controle Administrativo	8
Recurso interno	1
Resolução	1
Revisão de Processo Disciplinar	1
Total	33

Conselheira Janice Agostinho Barreto Ascari	
Assunto	Quantidade
Arguição de suspeição e impedimento	1
Pedido de Providências	13
Procedimento de Controle Administrativo	4
Resolução	1
Embargos de Declaração	1
Total	20

Conselheiro Luciano Chagas da Silva	
Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	5
Reclamação Disciplinar	1
Procedimento de Controle Administrativo	6
Total	12

Conselheiro Osmar Machado Fernandes	
Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	14
Reclamação Disciplinar	1
Procedimento de Controle Administrativo	12
Resolução	1
Total	28

Conselheiro Paulo Sérgio Prata Resende	
Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	16
Reclamação Disciplinar	2
Procedimento de Controle Administrativo	9
Embargos de Declaração	1
Total	28

Conselheiro Ricardo César Mandarinó Barreto	
Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	17
Reclamação Disciplinar	1
Procedimento de Controle Administrativo	4
Resolução	3
Pedido de Reconsideração	1
Proposta de Emenda Regimental	1
Total	27

Conselheiro Saint' Clair Luiz do Nascimento Júnior	
Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	8
Reclamação Disciplinar	1
Procedimento de Controle Administrativo	5
Resolução	1
Total	15

Conselheiro Luiz Carlos Lopes Madeira	
Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	20
Recurso interno	1
Procedimento de Controle Administrativo	5
Resolução	1
Embargos de Declaração	1
Total	28

Conselheiro Luiz Carlos Lopes Madeira	
Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	20
Recurso interno	1
Procedimento de Controle Administrativo	5
Resolução	1
Embargos de Declaração	1
Total	28

III.c) PROCESSOS SEM JULGAMENTO

III.c.1) Processos sem julgamento por Tipo Processual

Assunto	Quantidade
Avocação	3
Pedido de Providências	168
Reclamação Disciplinar	4
Procedimento de Controle Administrativo	45
Reclamação para preservação da autonomia do Ministério Público	7
Recurso interno	7
Resolução	3
Revisão de Processo Disciplinar	8
Total	245

III.c.2) Processos sem julgamento por Conselheiro e Tipo Processual

Conselheiro Alberto Machado Cascais Meleiro	
Assunto	Quantidade
Avocação	1
Pedido de Providências	19
Procedimento de Controle Administrativo	3
Recurso interno	1
Resolução	1
Total	25

Conselheiro Francisco Ernando Uchóa Lima

Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	14
Procedimento de Controle Administrativo	3
Reclamação para preservação da autonomia do Ministério Público	1
Total	18

Conselheiro Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva

Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	12
Procedimento de Controle Administrativo	1
Revisão de Processo Disciplinar	1
Total	14

Conselheiro Gaspar Antônio Viegas

Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	7
Reclamação Disciplinar	1
Procedimento de Controle Administrativo	3
Reclamação para preservação da autonomia do Ministério Público	1
Recurso interno	1
Total	13

Conselheiro Hugo Cavalcanti Melo Filho

Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	9
Procedimento de Controle Administrativo	1
Revisão de Processo Disciplinar	5
Total	15

Conselheira Janice Agostinho Barreto Ascari

Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	20
Procedimento de Controle Administrativo	5
Recurso interno	1
Reclamação para preservação da autonomia do Ministério Público	1
Revisão de Processo Disciplinar	1
Resolução	1
Total	29

Conselheiro Luciano Chagas da Silva

Assunto	Quantidade
Avocação	1
Pedido de Providências	20
Reclamação Disciplinar	1
Procedimento de Controle Administrativo	11
Reclamação para preservação da autonomia do Ministério Público	2
Total	35

Conselheiro Osmar Machado Fernandes

Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	12
Procedimento de Controle Administrativo	4
Reclamação para preservação da autonomia do Ministério Público	1
Recurso interno	1
Total	18

Conselheiro Paulo Sérgio Prata Resende

Assunto	Quantidade
Avocação	1
Pedido de Providências	12
Procedimento de Controle Administrativo	4
Reclamação para preservação da autonomia do Ministério Público	1
Recurso interno	1
Resolução	1
Total	20

Conselheiro Ricardo César Mandarinó Barreto

Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	15
Procedimento de Controle Administrativo	3
Recurso interno	1
Revisão de Processo Disciplinar	1
Total	20

Conselheiro Saint'Clair Luiz do Nascimento Júnior

Assunto	Quantidade
Pedido de Providências	28
Reclamação Disciplinar	2
Procedimento de Controle Administrativo	6
Recurso interno	1
Total	37

IV - RESOLUÇÕES

IV.a) Resoluções aprovadas em 2006

- Resolução nº 4 - Regulamenta o conceito de atividade jurídica para fins de inscrição em concurso público de ingresso na carreira do Ministério Público e dá outras providências.
- Resolução nº 5 - Disciplina o exercício de atividade político-partidária e de cargos públicos por membros do Ministério Público Nacional.
- Resolução nº 6 - Disciplina o encaminhamento, pelos Chefes dos Ministérios Públicos dos Estados, de proposta de regulamentação do artigo 37, V, da Constituição da República e dá outras providências.
- Resolução nº 7 - Disciplina o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de servidores do Ministério Público, ocupantes de cargo de direção e chefia, e dá outras providências.
- Resolução nº 8 - Dispõe sobre impedimentos e vedações ao exercício de advocacia por membros do Ministério Público com respaldo no § 3º do art. 29 do ADCT da Constituição Federal de 1988.
- Resolução nº 9 - Dispõe sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros do Ministério Público.
- Resolução nº 10 - Dispõe sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional para os servidores do Ministério Público da União e para os servidores e membros dos Ministérios Públicos dos Estados que não adotam o subsídio.
- Resolução nº 11 - Alteração da Resolução nº 4/2006, que regulamenta o conceito de atividade jurídica para fins de inscrição em concurso público de ingresso na carreira do Ministério Público e dá outras providências, para acrescentar o parágrafo único no art. 1º.
- Resolução nº 12 - Dispõe sobre a aplicação do controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público.
- Resolução nº 13 - Regulamenta o art. 8º da Lei Complementar 75/93 e o art. 26 da Lei nº 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal, e dá outras providências.
- Resolução nº 14 - Dispõe sobre Regras Gerais Regulamentares para o concurso de ingresso na carreira do Ministério Público Brasileiro.
- Resolução nº 15 - Dá nova redação e retifica os artigos 1º e 2º da Resolução/CNMP nº 09/2006, de 05 de junho de 2006 e ao artigo 2º da Resolução/CNMP nº 10/2006, de 19 de junho de 2006.

O inteiro teor das Resoluções está acostado como Anexo IV.

IV.b) Projetos de Resolução em apreciação

Processo nº 0.00.000.000199/2006-70 - Dispõe sobre a destinação de recursos, objetos, numerários ou doações advindas da transação penal, suspensão condicional do processo, propostas pelo Ministério Público nos casos cabíveis, nas esferas da União e dos Estados.

Processo nº 0.00.000.000553/2006-66 – Disciplina o exercício de cargos de Direção e Administração em Cooperativas de Crédito por membros do Ministério Público e dá outras providências.

Processo nº 0.00.000.000603/2006-13 – Proposta de resolução acerca da forma de realização de plantões nos dias não úteis, recessos e férias coletivas dos Tribunais Superiores pelos membros do Ministério Público.

V - ENUNCIADOS EDITADOS EM 2006

Enunciado Nº 1 - Interpretação da Resolução Nº 1/2005-CNMP, de 7 de novembro de 2005. Nepotismo.

Enunciado Nº 2 - Conselho Nacional do Ministério Público. Referente ao conceito de atividade jurídica previsto no artigo 129, § 3º, da Constituição Federal, regulado pela Resolução nº 4/2006.

O inteiro teor dos Enunciados se encontra no Anexo V.

VI - SESSÕES REALIZADAS EM 2006

VI.a) Sessões Ordinárias

SESSÕES ORDINÁRIAS	DATA
1ª Sessão Ordinária	06/02/2006
2ª Sessão Ordinária	06/03/2006
3ª Sessão Ordinária	03/04/2006
4ª Sessão Ordinária	08/05/2006
5ª Sessão Ordinária	05/06/2006
6ª Sessão Ordinária	03/07/2006
7ª Sessão Ordinária	07/08/2006
8ª Sessão Ordinária	04/09/2006
9ª Sessão Ordinária	02/10/2006
10ª Sessão Ordinária	06/11/2006
11ª Sessão Ordinária	04/12/2006

VI.b) Sessões Extraordinárias

SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS	DATA
1ª Sessão Extraordinária	31/01/2006
2ª Sessão Extraordinária	20/02/2006
3ª Sessão Extraordinária	20/03/2006
4ª Sessão Extraordinária	17/04/2006
5ª Sessão Extraordinária	22/05/2006
6ª Sessão Extraordinária	19/06/2006
7ª Sessão Extraordinária	21/08/2006
8ª Sessão Extraordinária	18/09/2006
9ª Sessão Extraordinária	16/10/2006
10ª Sessão Extraordinária	20/11/2006
11ª Sessão Extraordinária	18/12/2006

VII - SECRETARIA

VII.a) Expedição de Documentos

A Secretaria expediu 1.327 ofícios, 15 ofícios-circulares e 138 memorandos da Secretaria-Geral. Expediu, também, 32 ofícios e seis ofícios-circulares da Presidência. Elaborou 21 Pautas de Sessões e 20 Atas. Promoveu, ainda, 79 Sessões de Distribuição de Processos e autuou 549 expedientes.

VII.b) Fax e Correio Eletrônico

Visando agilizar a divulgação dos atos, foram utilizados, também, fax e correio eletrônico. Esses meios de comunicação têm demonstrado eficiência na pronta informação das decisões do Conselho. Com esse mesmo objetivo, as pautas, áudios e atas das sessões e resoluções estão sendo disponibilizados na internet.

VII.c) Home page

Foi realizada a reformulação da página do Conselho Nacional do Ministério Público na internet, com o objetivo principal de tornar o *site* mais prático e informativo, e facilitar o acesso do público aos assuntos tratados pelo CNMP.

Merece destaque a parte destinada ao acompanhamento processual dos feitos, que agora conta com o inteiro teor dos acórdãos, Resoluções e Enunciados do CNMP, acessíveis a qualquer interessado, bem como com ferramenta de pesquisa por temas na jurisprudência do Conselho.

Outro ponto notório foi o desenvolvimento de um programa para coletar, de modo simples, ágil e unificado, as informações prestadas por todos os Ministério Públicos do País em cumprimento ao disposto na Resolução nº 12 do CNMP, por meio de uma senha de acesso individual para cada MP em um ambiente informatizado e seguro.

Nesse sentido de dinamização, publicidade e democratização das atividades do CNMP, as sessões de julgamentos passaram a ser transmitidas em tempo real pelo *site* do Conselho, sendo armazenados os arquivos de áudio para acesso posterior por qualquer interessado.

VII.d) Quadro de Servidores

Técnicos Administrativos	Analistas Processuais
8	4

VIII – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

O Conselho Nacional do Ministério Público encerrou o período com a seguinte composição:

Presidente Antonio Fernando Barros e Silva de Souza

Corregedora Ivana Auxiliadora Mendonça Santos

Conselheiros Janice Agostinho Barreto Ascari • Osmar Machado Fernandes - Gaspar Antonio Viegas

Paulo Sérgio Prata Rezende • Luciano Chagas da Silva • Saint'Clair Luiz do Nascimento Júnior

Hugo Cavalcanti Melo Filho • Ricardo César Mandarino Barreto • Francisco Ernando Uchoa Lima

Sérgio Alberto Frazão do Couto • Alberto Machado Cascais Meleiro

Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva

O Conselheiro Luiz Carlos Lopes Madeira renunciou em 13 de setembro e foi substituído pelo Conselheiro Sérgio Alberto Frazão do Couto, empossado no dia 18 de dezembro de 2006.

IX - RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA CORREGEDORIA NACIONAL

O Relatório Anual das Atividades da Corregedoria Nacional se encontra como Anexo VI.

X - MEDIDAS E PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NACIONAL

No dia 23 de novembro de 2006, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República sancionou a Lei nº 11.372, que regulamentou o § 1º do art. 130-A da Constituição Federal, para dispor sobre a forma de indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público e criar sua estrutura organizacional e funcional, além de dar outras providências.

Ainda que se reconheça a importância da norma, cumpre ressaltar que dois aspectos foram objeto de veto presidencial, que prejudicou, sobretudo, a organização do CNMP. Com efeito, o art. 5º do Projeto de Lei, que criava a estrutura organizacional do CNMP, além do Anexo I e parte do Anexo II, foram vetados. Com isso, 58 dos cargos comissionados propostos foram eliminados, aprovando-se apenas dois. Além disso, foi vetado o artigo que previa a remuneração dos Conselheiros, por meio de gratificação de presença por sessão.

Sem entrar no mérito das razões de veto, impõe-se a imediata recomposição da estrutura organizacional do CNMP, bem assim a previsão da retribuição de seus Conselheiros, com a aprovação, no Congresso Nacional, de novo projeto de lei a ser encaminhado pelo Procurador Geral da República.

Outra providência que se impõe é a criação de ouvidorias do Ministério Público, por meio de leis da União e dos Estados, com competência para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Em que pese se tenha observado, na seara legislativa, a edição de Leis, por parte dos Estados da Federação, que contemplaram, finalmente, a paridade salarial entre os membros do Ministério Público e da Magistratura, persiste o problema da imensa quantidade de cargos vagos de promotor e servidor, no âmbito do Ministério Público dos Estados, cujo provimento é obstacularizado, em virtude da impossibilidade financeira imposta pelo ínfimo percentual estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Por essa razão, vem o Conselho Nacional do Ministério Público sugerir a modificação do percentual destinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal ao Ministério Público, ou mesmo, conforme o caso, a modificação da base de incidência de tal percentual, aumentando-se a verba destinada à Instituição. Outra providência que se sugere é a uniformização, nos Estados da Federação, de procedimentos relacionados com a exclusão, do limite de despesas com pessoal, previsto na LRF, das despesas com inativos e relativas ao IRPF.

Por fim, o acompanhamento dos Projetos de Lei que interessam ao Ministério Público e que se encontram em tramitação no Congresso Nacional vem, também, somar às finalidades deste Conselho, como forma de resguardar o exercício das garantias dos membros do Ministério Público e das finalidades essenciais da Instituição.

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria-Geral

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO NA FAMÍLIA MINION, PARA TEXTOS, E
CAECILIA, PARA TÍTULOS, E IMPRESSO EM OFFSET SOBRE PAPEL
COUCHÉ FOSCO 120 g/M², EM FEVEREIRO DE 2007.